

FRANCISCO LOPES DE AGUIAR

**O CONTROLE DE VOCABULÁRIO COMO DISPOSITIVO  
METODOLÓGICO PARA A ORGANIZAÇÃO, TRATAMENTO E  
RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA**

**PUC-CAMPINAS  
2008**

FRANCISCO LOPES DE AGUIAR

**O CONTROLE DE VOCABULÁRIO COMO DISPOSITIVO  
METODOLÓGICO PARA A ORGANIZAÇÃO, TRATAMENTO E  
RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA**

Dissertação apresentada como exigência para obtenção do Título de Mestre em Ciência da Informação, ao Programa de Pós-Graduação na área de (Ciência da Informação), Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria de Fátima Gonçalves  
Moreira Tálamo

**Área de Concentração:** Administração da Informação

**Linha de Pesquisa:** Produção e Disseminação da  
Informação

**PUC-CAMPINAS  
2008**

Ficha Catalográfica  
Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas e  
Informação – SBI – PUC-Campinas

A229c

Aguiar, Francisco Lopes de

O controle de vocabulário como dispositivo para a organização e tratamento e recuperação da informação arquivística / Francisco Lopes de Aguiar – Campinas, São Paulo, 2008.  
267f.

Orientadora: Dr<sup>a</sup>. Prof<sup>a</sup>. Maria de Fátima Gonçalves Moreira Tálamo.  
Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Pós-Graduação em Ciência da Informação.  
Inclui bibliografia.

1. Controle de Vocabulário. 2. Vocabulário Controlado. 3. Arquivos. 4. Arquivística.
5. Organização e Tratamento da Informação Arquivística. 6. Informação Arquivística.

CDD 22 .ed. CDD – 25.171

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

**Autor (a): AGUIAR, Francisco Lopes de**

**Título: “O CONTROLE DE VOCABULÁRIO COMO DISPOSITIVO METODOLÓGICO PARA A ORGANIZAÇÃO, TRATAMENTO E RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA”**

**Orientador (a):** Profa. Dra. Maria de Fátima Gonçalves Moreira Tálamo

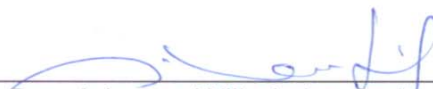
**Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação**

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação da PUC-Campinas, e aprovada pela Banca Examinadora.

Data: 14/02/2008.

**BANCA EXAMINADORA**

  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Maria de Fátima Gonçalves Moreira Tálamo

  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Johanna Wilhelmina Smit

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Rogério Eduardo Rodrigues Bazi

## AGRADECIMENTOS

A CAPES pelo incentivo dado através da concessão de bolsa de estudo.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, sem exceções pelo estímulo e aprendizado.

À professora Dr. Maria de Fátima Gonçalves Moreira Tálamo pela dedicação empreendida na orientação, com a qual aprendi, a fazer, desfazer e refazer caminhos.

Aos membros da banca pelas contribuições que serviram para aprimorar o texto final, em especial a professora Johanna Wilhelmina Smit.

Ao professor Dr. Raimundo Nonato Macedo dos Santos e Dr. Rogério Bazzi pela dedicação e pelo entusiasmo.

A todos os colegas de curso e funcionários que ajudaram, ao longo do curso, com apoio, informações, esclarecimentos e idéias.

Agradeço fundamentalmente ao amigo e companheiro Eduardo Boscatto e família pelo carinho e apoio sempre.

Aos meus pais e irmãos pelo carinho e apoio.

Em especial a minha irmã, meu “anjo da guarda”.

Aos meus sobrinhos, cunhado e família.

Em especial ao Paulo César pela força, amizade e aprendizado.

Em especial a Claudete pelo carinho, apoio e amizade ao longo dos anos.

Ao Wilson pelo entusiasmo, idéias e aprendizado.

A todos(as) da Biblioteca Biblioteconomia da PUCAMP.

Ao Marcelo Oliveira (família) e Alessandra pelo incentivo e aprendizado ao longo dos anos.

Aos amigos conquistados na Universidade Ibirapuera, em especial ao Deuzimar, Lucilene, Renata, Elis, Daniel, Taís, Mari...

A todos os colaboradores de ação Educativa pela inspiração, que me incentivou o gosto pela pesquisa acadêmica, em especial ao Waldirei e Mário Sérgio pelo apoio e amizade.

A todos(as) amigos conquistados na FESPSP- Faculdade de Biblioteconomia e CI, em especial a Juliana Navarro, Ana Claudia, Claudinho, Malaquias, Marcio e Valéria.

A Deus Todo Poderoso que me permitiu um novo recomeço... e à concretização destes momentos.

"Classificar é a mais nobre operação do espírito, aquela que envolve todas as outras: o espírito se eleva à medida que é capaz de abstrair, sistematizar, sintetizar".

Paul Otlet, 1927

## RESUMO

AGUIAR, Francisco Lopes de. *O controle de vocabulário como dispositivo metodológico para a organização, tratamento e organização da informação arquivística*. Campinas, 2008. 267f. il. Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas, 2008.

Objetiva compreender as especificidades teórico-conceituais e metodológicas que compõem a elaboração de controle de vocabulário (processo documentário) e o vocabulário controlado (produto documentário) sob a ótica da Arquivística. Numa abordagem exploratória e de natureza qualitativa procura revisitar, a partir do diálogo com a Ciência da Informação, especificamente com a área Organização e Tratamento da Informação com a finalidade de apreender os principais postulados teórico-conceituais e metodológicos para subsidiar a construção desse processo. Apresenta panorama evolutivo do pensar e do fazer arquivístico, visando compreender o movimento histórico-social da área, tece breve sistematização, assinalando algumas diferenças e similaridades institucionais entre: Arquivos, Bibliotecas e Centros de Documentação. Também é apresentado as principais contribuições do Movimento da Documentação na des(construção) de paradigmas e seu impacto nas práticas de organização e tratamento da informação. Revisita a evolução conceitual da tríade: arquivo, documento e informação desde o paradigma custodial ao pós-custodial, além de demarcar conceitualmente as especificidades da informação arquivística. Enfatiza a necessidade de se compreender as instituições arquivísticas enquanto sistemas de informação diante da perspectiva informacional imposta pelo contexto da pós-modernidade, com destaque para as implicações teórico-conceituais relacionadas com os processos de representação e recuperação de conteúdos documentais, procurando delimitar conceitualmente os elementos: documento, dado, informação e conhecimento como objetos de gestão dos sistemas de recuperação da informação. Aborda o arcabouço teórico-conceitual concernentes aos processos de organização, representação e recuperação da informação arquivística. Tece algumas considerações em torno da legitimidade do assunto/tema como ponto de acesso nos arquivos permanentes. Apresenta uma breve contribuição da Teoria da Terminologia Geral para subsidiar no processo de controle de vocabulário, além de sistematizar um breve percurso histórico e teórico-conceitual do vocabulário controlado (produto documentário). E por fim apresenta proposições em busca de uma metodologia para o desenvolvimento de vocabulários controlados no âmbito da Arquivística. Conclui-se que o controle de vocabulário e o vocabulário controlado contemplam recursos e dispositivos metodológicos para subsidiar a organização e tratamento da informação arquivística.

**PALAVRAS CHAVE:** Tesouro Funcional; Controle de Vocabulário. Vocabulário Controlado; Arquivística; Ciência da Informação; Organização e Tratamento da Informação.

## ABSTRACT

AGUIAR, Francisco Lopes de. *The control of vocabulary as a device for methodological organization, processing and sorting information archival*. Campinas, 2008. 267f il. Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas, 2008.

The objective is to understand the theoretical-conceptual and methodologies particularities that compose the vocabulary control elaboration (documentary process) and the controlled vocabulary (documentary product) under the archivist view. In a close-search approach of quality nature tries to review, from the dialogue with the Information Science, particularly with the Organization and Information Treatment area, with the purpose of learning the main postulates theoretical-conceptual and methodologies to assist the construction of this process. Shows evolutive stage of thinking and archivist making, aiming at understanding the social-historical movement of its area, schemes a brief systematization distinguishing some differences and institutional similarities among: Archives, Libraries and Documentation Cores. It is also shown the chief contributions of Documentation Movement in the deconstruction of paradigms and its impact in the organization practices and information treatment. Reviews the concept evolution of triad: Archive, document and information since custodial paradigm to post-custodial, moreover delimits reputedly the particularities of archivist information. Emphasizes the need to understand the archivist institutions as to information system in the informational perspective imposed by the context of post-modernity, with eminence to theoretic-concepts implications related to representation process and recovery of documental contents trying to delimit reputedly the elements: documents, data, information and knowledge as a matter of management in the recovery information system. Approaches the framework theoretical-conceptual concerning to organization process, representation and recovery of archivist information. Schemes some considerations as for the legitimate of subject/theme, as access point to permanent files. Shows a brief contribution to General Terminology Theory, in order to, contribute to the vocabulary control process, Moreover, systemize a short historic and theoretical-conceptual course of controlled vocabulary (documentary product). At last, presents prepositions in search for a methodology to the development of Controlled vocabularies in the archivist scope. It follows that the control of vocabulary and the controlled vocabulary contemplate recourses and methodological devices to assist the organization and treatment of archivist information.

**KEYWORDS:** Functional Thesaurus, Science Archival, Science Information, Control Vocabulary; Controlled vocabulary; Organization and Information Treatment Archivistical.



## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1.</b>	Círculo Vicioso das Instituições Arquivos.....	32
<b>Figura 2.</b>	Mudanças de Paradigmas.....	33
<b>Figura 3.</b>	Evolução conceitual do documento arquivístico.....	97
<b>Figura 4.</b>	Componentes de um sistema de recuperação de informação.....	114
<b>Figura 5.</b>	Componentes sócio-organizativos de um sistema de informação.....	138

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1.</b>	Diferenças e semelhanças entre Arquivologia e Biblioteconomia.....	40
<b>Tabela 2.</b>	Dados, Informação, Conhecimento.....	120
<b>Tabela 3.</b>	Níveis de análise e tipo de instrumento de pesquisa.....	167

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADI	=	Association Documentation and Information
CDD	=	Classificação Decimal de Dewey
CDU	=	Classificação Decimal Universal
CI	=	Ciência da Informação
CIA	=	Conselho Internacional de Arquivos
IIB	=	Instituto Internacional de Bibliografia
IFLA	=	International Federation of Library Associations
FID	=	Federação Internacional de Informação e Documentação
ISAD (G)	=	International Standard
ISAAR(CPF)	=	International Standard Archival Authority Record for Corporate Bodies, Persons and Families
LDs	=	Linguagens Documentárias
NATIS	=	Nationals Information Scientific
OC	=	Organização do Conhecimento
PI	=	Profissional da Informação
TIC	=	Tecnologia de Informação e Informação
RBU	=	Repertório Bibliográfico Universal
RAMP	=	Programa de Gestão de Documentos e dos Arquivos
RI	=	Recuperação da informação
SLA	=	Special Libraries Association
SRI	=	Sistema de Recuperação da Informação
TIC	=	Tecnologia de Informação e Informação
UNESCO	=	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>1 ARQUIVOS, BIBLIOTECAS E CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO: UM DIÁLOGO POSSÍVEL</b> .....	26
1.1 Arquivos Bibliotecas e Centros de Documentação: a informação como elemento integrador .....	26
1.2 Momentos e movimentos do fazer e do pensar arquivístico: evolução e tendências .....	47
1.3 A contribuição da Documentação na (des)construção de paradigmas: do imobilismo documental ao dinamismo informacional .....	64
<b>2 CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-CONCEITUAIS DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA</b> .....	73
2.1 Do binômio documento-arquivo ao paradigma da informação arquivística.....	73
<b>3 SISTEMAS DE RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA: EM BUSCA DE UMA ABORDAGEM SISTÊMICA</b> .....	104
3.1 Sistemas Representacionais da Recuperação da Informação: uma visão a partir da Ciência da Informação.....	104
3.2 Documentos, dados, informação e conhecimento: objetos de gestão dos sistemas de recuperação da informação: considerações teórico-conceituais.....	117
3.3 Uma visão sistêmica das instituições arquivísticas .....	131
<b>4 PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS DA ORGANIZAÇÃO E TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA</b> .....	146
4.1 Fundamentos da organização e tratamento da informação na visão da CI....	146
4.2 Organizações e Representação da Informação Arquivística: princípios teóricos, conceituais e metodológicos.....	153
4.3 A análise Documentária como orientação metodológica para a organização e representação da informação arquivística .....	181
4.4 Ativando a informação temática nos arquivos permanentes .....	189

## **5 O CONTROLE DE VOCABULÁRIO COMO DISPOSITIVO METODOLÓGICO PARA A ORGANIZAÇÃO, REPRESENTAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO**

<b>ARQUIVÍSTICA</b> .....	..202
5.1 Controle de vocabulário: a contribuição da Terminologia .....	..202
5.2 Vocabulário controlado: um breve percurso histórico e teórico-metodológico .....	..217
5.3 Tesouro funcional: em busca de uma metodologia para sua construção.....	..233
 <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	..240
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	..251

## INTRODUÇÃO

A pesquisa busca examinar a concepção do controle de vocabulário e de vocabulário controlado como dispositivos metodológicos no contexto da Arquivística a partir de um diálogo com a área da Organização e Tratamento da Informação. O presente trabalho pretende demonstrar que a metodologia de controle de vocabulário pode agregar valor à função dos arquivos permanentes nas organizações.

Objetiva apresentar os princípios teóricos que deverão nortear a elaboração de controle de vocabulário (processo documentário - normalização gramatical, formas dos termos) e o vocabulário controlado (produto documentário para gerir o controle do significado). Para tal fim, pretende-se traçar os aspectos teórico-metodológicos para subsidiar o processo de controle de vocabulário.

Ao considerar que as práticas de organização arquivística baseiam-se no instrumental teórico-metodológico ao “respeito aos fundos”, “ou princípio da proveniência”. Isto é, na organização física-intelectual deve-se respeitar a estrutura orgânico-funcional, ou seja, atentar-se para compreender o documento ou um conjunto documental a partir da ótica da proveniência:

- ✓ Contextualização do órgão produtor do documento (instituição ou indivíduo);
- ✓ Origens e características orgânico-funcionais – atividades específicas das quais os documentos resultam;
- ✓ Conteúdo – a extensão dos vários tópicos, eventos e períodos;
- ✓ Tipologias documentais.

Sendo assim, com base no princípio da proveniência, são realizadas em diferentes momentos operações de organização e tratamento da informação arquivística com objetivos diversos, porém, em última instância, elas têm a função de facilitar o acesso aos conteúdos arquivísticos.

Com base na teoria das três idades, as atividades de organização e tratamento da informação arquivística percorrem três fases: (arquivos correntes); (arquivos intermediários) e (arquivos permanentes).

Os arquivos correntes são compostos de documentos com vínculos administrativos, seu uso está estreitamente relacionado aos fins imediatos para os quais foram produzidos ou recebidos; os arquivos intermediários compõem documentos cuja função administrativa já foi cumprida, no entanto, aguardam a sua destinação final (descarte ou guarda permanente); já os arquivos permanentes compõem um conjunto de documentos preservados em caráter definitivo, em função de seu valor histórico, cultural, informativo ou científico.

A aplicação da teoria das três idades é baseada na atribuição funcional e de uso de um documento, em outras palavras, o valor primário de um documento relaciona-se com a gestão das atividades e funções administrativas, já o valor secundário relaciona-se com a função histórica e informativa de seu conteúdo, sua destinação são os arquivos permanentes, pois já cumpriram o valor primário, ou seja, a função administrativa, legal, fiscal, financeira, etc. Na fase permanente, os arquivos constituem-se de fontes documentais para subsidiar pesquisas com a intenção de conhecer o passado e a evolução das ações e atividades desenvolvidas por uma instituição ou uma pessoa.

Considerando que a produção, a organização, o tratamento e a recuperação da informação orgânico-funcional se desenvolve por meio da linguagem, e que no percurso do Arquivo Corrente para o Permanente há presença de variáveis e interveniências lingüísticas. Como garantir a consistência terminológica na nomeação das funções, órgãos produtores, conteúdos e tipos documentais?

Nessa perspectiva, como compatibilizar os diversos níveis de linguagens e de vocabulários envolvidos durante os processos de produção e de disseminação da informação orgânico-funcional. De modo a contemplar o uso social da informação?. Considerando que “todas as práticas humanas são tipos

de linguagens, já que elas têm a função de demarcar, significar e comunicar” (CINTRA et al, 1994, p.19).

Nesse sentido Buckland (1999) aponta o ‘vocabulário como um ‘conceito central’ para otimizar os processos de organização, representação, recuperação e transferência social da informação no contexto dos sistemas de informação. Sua construção e uso devem considerar que (o universo da palavra e da linguagem é dinâmico, a língua é algo vivo, e seu significado pode mudar dependendo das circunstâncias e contextos). E que no processo de construção de conhecimentos participam diversos atores e desencadeiam uma multiplicidade de vocabulários envolvidos nos fluxos de organização, representação e recuperação de informações e que muitas vezes podem provocar: ineficácia e inconsistências nos sistemas de recuperação de informação.

Ainda, de acordo com Buckland (1999) em todos os sistemas de informação coexistem múltiplos vocabulários: o vocabulário do produtor do documento; o do profissional da informação e do(s) usuário(s). Desse modo, o uso do vocabulário controlado nos sistemas de recuperação de informação pode retificar as dissonâncias terminológicas provocadas pelas multiplicidades de vocabulários envolvidos nos processos de construção, organização, representação e recuperação de informações (BUCKLAND, 1999).

Sob o ponto de vista do ciclo social da informação o controle de vocabulário (processo) vocabulário controlado (produto documentário) com base terminológica assumem vital importância ao propor aos sistemas de recuperação da informação arquivística pertinência e contextualização informacional. Contribui para garantir a visibilidade e ampliação ao acesso dos conteúdos arquivísticos.

O vocabulário controlado, enquanto instrumento documentário é um dispositivo interlocutor e de tradução entre a(s) linguagem(ns) do(s) público(s) e a linguagem documentária estabelecida pelos sistemas de recuperação da informação.



Sua função é otimizar os processos inerentes à transferência de informações estocadas em sistemas de informações arquivísticas. Além de contribuir para que a informação seja reconhecida e passível de apropriação e uso pelos indivíduos.

A utilização do controle de vocabulário e do vocabulário controlado no contexto dos sistemas de recuperação da informação arquivística assume dimensão social ao promoverem e provocarem o uso efetivo da informação, através de meios eficientes de recuperação da informação. Além de constituir-se como instrumento para garantir e preservar a memória documentária acumulada e estocada nas instituições arquivísticas.

A recuperação da informação arquivística no âmbito dos arquivos permanentes, é mediada através dos tradicionais instrumentos de pesquisa e dos instrumentos de gestão, são produtos resultantes de duas atividades documentárias: a classificação e a descrição.

A Descrição, enquanto princípio teórico-metodológico da Arquivística, abarca inúmeras atividades e como resultado desta, apresenta diversos instrumentos/produtos documentários que contemplam os níveis de descrição do geral ao mais específico. Genericamente denominados de 'instrumentos de pesquisa', abrangem os guias; catálogos; repertórios e índices. Tais instrumentos materializam a descrição de conteúdos arquivísticos e não apresentam preocupações com os aspectos de normalização terminológica.

Já a classificação é compreendida como um processo que visa categorizar, hierarquizar o fundo documental a partir de dois métodos: o estrutural (abrange as relações lógico-orgânicas do órgão produtor) e o funcional (abrange as relações funcionais e das atividades desenvolvidas pelo órgão produtor). Como resultado desse processo de classificação, é elaborado o instrumento de gestão denominado de plano ou quadro de classificação.

No entanto, os instrumentos de pesquisa como os planos/quadros de classificação rara, às vezes, apresentam preocupações com a questão da normalização terminológica.

Já no vocabulário documentário está fortemente presente a função de controle de vocabulário. Isso porque, “o vocabulário controlado tem por objetivo reunir unidades depuradas de tudo aquilo que possa obscurecer o sentido: ambigüidade de vocabulário ou de construção, sinonímia, pobreza informativa, redundância, etc.” (CINTRA et al, 1994, p. 31).

Na tentativa de aprimorar as atividades de normalização, foi lançada para a comunidade Arquivística a norma ISAAR (CPF) – International Standard Archival Authority Record for Corporate Bodies, Persons and Families, com a finalidade de normatizar e assegurar a conformidade do controle de vocabulário de Autoridades: as pessoas, famílias, as organizações produtoras de documentos e arquivos.

A iniciativa embrionária da norma da ISAAR (CPF), reacende(u) a discussão em torno do uso do controle de vocabulário e o vocabulário controlado na área. Hagen (1998), afirma que “a elaboração das linguagens controladas, algo novo na Arquivologia, começou exatamente pelos nomes das pessoas e instituições produtoras dos arquivos [...]” (HAGEN, 1998, p.6).

Segundo Hagen (1998, p.5), essa iniciativa instaurou uma questão “que ainda deve ser muito discutida pela comunidade Arquivística: a necessidade de se elaborar vocabulários controlados”.

A utilização do controle de vocabulário (processo documentário) e o vocabulário controlado (instrumento documentário) nos arquivos permanentes enquanto dispositivos metodológicos para garantir a consistência terminológica e o estabelecimento das relações funcionais, estruturais e orgânicas da informação arquivística é legítima, desde que se preservem os princípios teóricos e metodológicos da arquivística.

Na estrutura de um vocabulário controlado é possível repertoriar os aspectos polissêmicos da linguagem e o redirecionamento para a linguagem normalizada e adotada pelo sistema de recuperação da informação arquivística - esse recurso garante o alcance de nomeação de diversos pontos de vista lingüísticos, ou seja, contempla o uso de diversas linguagens para nomear as funções, atividades ou tópicos/assuntos.

Vale ressaltar que a produção de conhecimentos sobre o desenvolvimento, aplicação e uso do vocabulário no campo da Arquivística brasileira, ainda é pouco expressiva, em termos acadêmicos, no Brasil a questão é legitimada com pioneirismo nas discussões empreendidas pelas pesquisadoras Smit e Kobashi (2003).

Smit e Kobashi (2003, p.14) defendem a idéia de que o uso do vocabulário controlado é um “recurso para organizar e recuperar documento – e informações – com consistência, gerando confiança no sistema”.

Diante do exposto acima, a discussão torna-se cada vez mais evidente, face ao surgimento da explosão de informações de natureza orgânico-funcional, e a preocupação com o usuário.

Dentre diversos fatores que contribuem para dificultar a recuperação da informação, destacam-se o surgimento da explosão digital, e conseqüentemente, a proliferação de variados tipos e formatos de suportes e arquivos digitais e a fragmentação das ferramentas e tecnologias.

Para subsidiar o processo de construção de controle de vocabulário e do vocabulário controlado é oportuno indicar uma aproximação com os referências teóricos, conceituais e metodológicos promulgados pela área: Organização e Tratamento da Informação.

Nessa perspectiva, acreditamos que os construtos teórico-metodológicos utilizados na construção de linguagens de organização e representação operacionalizadas pelos vocabulários controlados como opção para ampliar a representação e conseqüentemente a recuperação e transferência de informações de natureza orgânico-funcional, podem oferecer maior rigor quanto à explicitação do conteúdo de um documento ou conjunto documental. Visto atingir maior especificidade e pertinência informacional ao traduzir a linguagem do conteúdo de um documento ou conjunto documental para ser passível de compreensão e apreensão por diversos usuários em contextos informacionais específicos.

Nesse sentido afirmamos que a utilização dos vocabulários controlados para a representação e recuperação de conteúdos informativos de natureza orgânico-funcional instauram a possibilidade de considerar os contextos sócio-culturais inerentes aos processos produção e de transferência da informação por obter mecanismos para re(significar) a linguagem em contextos específicos.

Considerando-se que a Ciência da Informação apresenta como áreas aplicadas à Museologia, a Biblioteconomia e a Arquivística, indaga-se sobre qual seria a base de aproximação possível e mais evidente entre a Ciência da Informação e a Arquivística. Quais seriam os referenciais teóricos, conceituais e metodológicos constituintes no processo de desenvolvimento de controle de vocabulário no contexto da Arquivística?

Esta pesquisa tem como objetivo geral apresentar o controle de vocabulário e o vocabulário controlado como dispositivos metodológicos para a organização e tratamento da informação arquivística, a partir do diálogo com área da Organização e Tratamento da Informação. E como objetivos específicos:

- ✓ Identificar as especificidades do conceito de “controle de vocabulário”, recorrendo à documentação;
- ✓ Apresentar os princípios teóricos e metodológicos utilizados na elaboração de controle de vocabulário no âmbito da Arquivística;
- ✓ Apresentar as especificidades da tríade: arquivo-documento-informação na perspectiva da Arquivística.

Ao considerar que a Organização e Tratamento da Informação, área tradicional na agenda investigativa da Ciência da Informação, com o objetivo de compreender os processos e operações que envolvem as atividades de organização, tratamento, representação, recuperação e transferência da informação, incluindo temáticas sobre análise documentária, linguagens documentárias, terminologia, teoria do conceito, teoria da classificação, etc.

É oportuno o desenvolvimento de estudos que busquem compreender as especificidades que envolvem o processo de construção de linguagens de organização e representação na ótica da Arquivística, pois na área a mediação entre as informações arquivísticas e os utilizadores ocorrem por meio dos tradicionais instrumentos de pesquisa e os instrumentos de gestão, em especial os planos ou quadros de classificação – estes, na maioria das vezes, não apresentam regras para a normalização da nomeação das funções e atividades pela ausência de controle de vocabulário e não apresentam o estabelecimento de relações entre unidades terminológicas.

A ausência de normalização documentária no plano de classificação, além de restringir as possibilidades de busca, não apresentam flexibilidade para acomodar uma rede de termos que possibilite a ampliação dos pontos de acesso. Nesse sentido, entendemos que o controle de vocabulário, enquanto processo de normalização documentária e o vocabulário controlado como produto documentário pode ampliar o acesso e provocar o uso social da informação arquivística pela sua capacidade de organizar, representar e recuperar informações com consistência através dos recursos da normalização terminológica e das relações de significados entre os termos.

É necessário enfatizar que os ruídos na recuperação da informação acontecem com freqüência devida falta de controle, consistência e pertinência da linguagem utilizada para organizar, representar e recuperar informações arquivísticas.

A Organização e Tratamento da Informação Arquivística como um problema a ser investigado na área, é recente, por isso, ainda pouco estudado. Nesse sentido afirma Ribeiro (1996) “no campo da biblioteconomia, as técnicas de tratamento documental estão suficientemente estudadas e têm uma aplicação generalizada [...]. No campo da Arquivística, porém, as técnicas de tratamento documental não estão sendo devidamente aprofundadas, nem as normas que existem têm aplicação consensual” (RIBEIRO, 1996, p. 6 apud RODRIGUES, 2003, p.213).

Espera-se que a presente proposta de investigação venha contribuir para aproximar o corpus teórico-conceitual da CI, mediada pela área da Organização e Tratamento da Informação para o campo da Arquivística. Em especial, as questões sobre o controle de vocabulário como um dispositivo metodológico, além das possíveis contribuições interdisciplinares da lingüística, terminologia e da análise documentária.

A partir da iniciativa, acredita-se estar contribuindo para o fortalecimento da institucionalização dos arquivos, principalmente, construir uma visão que possa orientar-se por ações que valorizem o acesso, a transferência e o uso em detrimento de uma visão clássica tradicionalista pautada e orientada pelo conservadorismo custodial e preservacionista cristalizado no pensamento e no fazer arquivístico.

Em face ao crescimento exponencial de informações orgânicas produzidas e acumuladas pelas instituições arquivísticas, decorrentes do desenvolvimento das atividades e funções institucionais, além dos impactos advindos da inovação tecnológica, tornou-se crucial a criação de novos esquemas teórico-metodológicos e modelos paradigmáticos para otimizar os processos de transferência social da informação orgânica.

Possibilitar somente o acesso à informação arquivística não garante a sua usabilidade, é necessário provocar e facilitar o seu uso, ou seja, é preciso oferecer sentido(s) semântico(s) social para o(s) usuário(s) em potencial(s), de modo a contemplar as diversas linguagens utilizadas pelos produtores, profissionais da informação, sistema de recuperação da informação arquivística e de seus utilizadores. Nesse sentido, o uso do vocabulário controlado e o controle de vocabulário são imprescindíveis ao tornar-se ponto de convergência organizativo por contemplar recursos para a ampliação dos pontos de acesso e de normalização e controle terminológico. Tálamo (1997) adverte que

não basta, que a informação esteja organizada, ou até mesmo disponível. É necessário que sejam estabelecidos canais efetivos que não só a transmitam, mas efetivamente a

transfiram, isto é, uma organização que comunique. Isto implica que, os meios de comunicação organizacionais devem ser eficientes e confiáveis, permitindo a todos que dela necessitem, um acesso rápido e tempestivo das informações orgânicas produzidas e ou recebidas pela organização.

Nesse sentido, destacam-se os vocabulários controlados por serem constituídos de dispositivos metodológicos para potencializar a ampliação dos sistemas de recuperação de informação arquivística, provocando o uso, a circulação e a transferência social de conteúdos arquivísticos. Além de ser mais um instrumento para organizar, representar e garantir a preservação da memória documentária arquivística.

Diante dos enunciados acima, acreditamos ser vital o desenvolvimento de pesquisas que busquem compreender e aproximar o corpus teórico e metodológico da organização e tratamento da informação utilizado no campo da CI para auxiliar os processos de controle de vocabulário arquivístico e no desenvolvimento de vocabulários controlado como um instrumento de recuperação da informação arquivística.

Como hipótese, considera-se que o controle de vocabulário (processo documentário) e vocabulário controlado (produto documentário) são dispositivos metodológicos ao oferecerem recursos normativos (controle gramatical, formas dos termos) e controle semântico (controle do significado) para possibilitar consistência nas atividades de organização, representação (descrição e classificação) e recuperação da informação arquivística. O seu uso poderá ainda contribuir para:

- ✓ potencializar as possibilidades de acesso e recuperação da informação arquivística e, conseqüentemente, ampliar e fortalecer a visibilidade social das instituições arquivísticas no contexto das organizações e na sociedade em geral;
- ✓ Ser um mecanismo interlocutor para compatibilizar as linguagens dos produtores da informação arquivística; dos profissionais da

informação – arquivistas; e dos utilizadores da informação arquivística;

- ✓ Maior alcance social da linguagem(ns) – utilizando-se dos sinônimos e homônimos (indicando as relações de equivalência) para ampliar as possibilidades de representação e recuperação da informação arquivística;
- ✓ Oferecer sentido(s) semântico(s) social para o(s) usuário(s) em potencial(s), de modo a contemplar as diversas linguagens utilizadas pelos produtores, profissionais da informação, sistema de recuperação da informação arquivística e de seus utilizadores.
- ✓ Construir aportes metodológicos para a organização e tratamento da informação centrado no usuário em detrimento de modelos de organização centrado no acervo;

Para melhor adequar o universo a ser investigado, a presente pesquisa encontra-se amparada em um estudo exploratório bibliográfico-documental e de natureza qualitativa. O extenso rastreamento bibliográfico e as resenhas da literatura nos darão oportunidades de enxergar a possibilidade de desenvolver um estudo exploratório a propósito do tema escolhido. Sob as finalidades que pesquisas exploratórias se propõem aumentar o conhecimento do pesquisador acerca do fenômeno que deseja investigar em estudo posterior, mais estruturado ou da situação em que pretende realizar o estudo: o esclarecimento de conceitos, o estabelecimento de prioridades para futura pesquisa (SELTTIZ et al 1975).

Ainda de acordo com SELTTIZ et al (1975) “Uma pesquisa exploratória permite adquirir maior compreensão sobre um determinado fenômeno em que o conhecimento é muito reduzido e para o qual utilizamos métodos como: exame da literatura [...]”.

No primeiro capítulo sistematiza os pontos de convergências e divergências entre as práticas informacionais das instituições memória: Arquivos, Bibliotecas e Centros de Documentação. Recorre-se a ‘informação social’ e o usuário como componentes centrais das práticas de informação dessas instituições, ao considerar que ambas possuem objetivos e finalidades



em comum por desenvolverem ações e atividades de armazenamento, organização, representação, recuperação e disseminação de conteúdos documentais. Sistematiza as principais contribuições do Movimento da Documentação inaugurado por Paul Otlet e La Fontaine no final do século XIX na (des)construção de paradigmas. Além de revisitar os aspectos históricos do fazer e do pensar arquivístico da antiguidade clássica até a contemporaneidade com a intenção de reconstituir os principais marcos, postulados teóricos, conceituais e metodológicos constituídos na área.

No segundo capítulo apresenta considerações teórico-conceituais da informação arquivística, buscando evidenciar a mudança do paradigma documental para o dinamismo informacional.

No terceiro capítulo tece algumas considerações no intuito de identificar possíveis aproximações e contribuições a partir da abordagem da Teoria Geral dos Sistemas (TGS) desenvolvida por Bertalanffy (1975) para compreensão das instituições arquivísticas enquanto sistemas de recuperação da informação, buscando dentro dos limites desse trabalho re(significar) os arquivos sob a ótica dos sistemas. Também é apresentado um panorama geral sobre os sistemas de recuperação da informação, buscando evidenciar as implicações teórico-conceituais em torno dos termos: dados, documentos, informação e conhecimento no contexto de um Sistema de Recuperação da Informação (SRI).

No quarto capítulo são abordados os fundamentos teóricos, conceituais e metodológicos da Organização e Tratamento da Informação sob a ótica da Ciência da Informação e da Arquivística.

E finalmente o quinto capítulo apresenta uma revisão teórica, conceitual e metodológica acerca do controle de vocabulário (processo) e do vocabulário controlado (produto documentário) na perspectiva da CI e da Arquivística, procurando evidenciar os aportes metodológicos para nortear a sua elaboração.

# 1 ARQUIVOS, BIBLIOTECAS E CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO: UM DIÁLOGO POSSÍVEL

## **1.1 Arquivos, Bibliotecas e Centros de Documentação: a informação como elemento integrador**

Desde o surgimento da escrita, o homem sentiu a necessidade de registrar a memória de suas ações, conhecimentos ou sentimentos para comunicar, primeiro sob a forma pictográfica e ideográfica, substituída em seguida por um sistema codificado de sinais, signos, significantes e significados. A partir de então identificou a necessidade de registrar e preservar para uso futuro (SILVA, 2002 et al p.45; LUDOLINI, 1989, p.157 apud ROUSSEAU, COUTURE, 1998, p. 34).

Da antiguidade até os dias atuais os arquivos e bibliotecas têm sido instituições responsáveis pela organização e preservação do saber humano registrado em diversos suportes surgidos em diferentes épocas históricas: pedras, tábuas de argila, papiro, pergaminho, papel dentre outras mídias surgidas recentemente. Ao longo da história humana, ambas vem empenhando técnicas organizativas no intuito de preservar e recuperar a memória arquivística e bibliográfica produzida e acumulada por uma entidade institucional ou pessoal.

Desde a antiguidade até os meados da Idade Média, ambas as instituições informativas desempenhavam funções e ações organizativas similares ao custodiarem documentos de qualquer natureza, produzidos e/ou acumulados em decorrência do desenvolvimento de atividades administrativas, religiosas e intelectuais da ação humana.

Reafirmando o enunciado exposto acima Ortega (2004, p.2) afirma que “durante a Idade Antiga e a Idade Média, museus, arquivos e bibliotecas constituíam praticamente a mesma entidade, pois organizavam e armazenavam todos os tipos de documentos”.

(MARTINS, 1996; WITTY 1973 apud SMIT, 2000, p. 28) afirmam que as “Três Marias<sup>1</sup> não nasceram separadas. Afastaram-se ao longo do tempo. Ao que tudo indica, as primeiras “bibliotecas” acumulavam tanto materiais bibliográficos quanto documentos de natureza arquivística (relações de propriedades de terras e respectivos impostos)”.

Silva et al (2002, p.46) afirma que, na antiguidade, os palácios e templos dispunham de locais para a preservação de documentos de toda a espécie e natureza, eram considerados arquivos, embora algumas vezes exercessem a função de ‘bibliotecas privadas’. “Tanto se encontravam missivas e assentos contabilísticos, como textos literários, sob a forma de oráculos, hinos religiosos ou relatos históricos”.

O sincretismo de materiais custodiado num único lugar também é apontado por Fernández (1993), ao afirmar que

se recuarmos até à crucial invenção da escrita, passando pela célebre Biblioteca Museu de Alexandria, [...] prevaleceu um sincretismo espesso que prende, por um mesmo e único laço, Livrarias e Cartórios, documentos administrativos e oficiais e obras consideradas literárias. Ou ainda o Biblos com objectos vários guardados no Mouseion (“a casa das Musas”) (FERNÁNDEZ, 1993, p. 27 apud SILVA, 2002, p. 574).

Ainda de acordo com Silva et al (2002, p. 46-49) nos arquivos de Ebla (Síria) foi encontrado armazenado registros em tabuinhas em escrita cuneiforme, respeitando os aspectos “orgânicos da estrutura arquivística”. É considerada uma das mais significantes descobertas do “ponto de vista organizativo”, datado ao século XXIV. a.C, cobrindo documentação acumulada e preservada durante um período de, aproximadamente, quarenta e cinco anos. O acervo era composto de “documentos de correspondência, tratados diplomáticos, assentos contabilísticos, listas de oferendas, algumas obras literárias e, ainda, instrumentos de referência, como dicionários e listas geográficas.” (Idem, p.5).

---

<sup>1</sup> Denominadas pela autora, no sentido de designar os profissionais Arquivistas, Bibliotecários e Museólogos e suas áreas correspondentes: Arquivística, Biblioteconomia e Museologia.

Segundo (Sagredo e Nuño, 1994 apud Ortega, 2004, p. 2)

A existência comprovada das primeiras coleções organizadas de documentos, ou o que se poderia chamar de primeira biblioteca primitiva, data do terceiro milênio a.C. Trata-se da biblioteca de Ebla, na Síria, cuja coleção era composta de textos administrativos, literários e científicos, registrados em 15 mil tábuas de argila, as quais foram dispostas criteriosamente em estantes segundo o tema abordado, além de 15 tábuas pequenas com resumos do conteúdo de documentos. [...] nela vem sendo considerada a origem dos princípios da Biblioteconomia.

De acordo com (BARATIAN, JACOB, 2000), o significado de biblioteca remonta a Grécia Antiga e é compreendida como um espaço, onde eram armazenados os objetos documentais registrados em rolos de papiros, disponíveis para consulta.

Braga (1995, p.2) “diz que a biblioteca precede o papel impresso; suas origens remontam e talvez até antecedam os tabletas de terracota da biblioteca de Assurbanipal e aos pergaminhos de Alexandria. A biblioteca nasceu como caixa, arquivo dos livros e evoluiu dentro do contexto do livro e seus sucedâneos”.

Diante dos enunciados expostos por Sagredo e Nuño (1994), Silva et al (2002) e Braga (1995) ficam evidentes a imprecisão quanto ao surgimento das instituições Bibliotecas e dos Arquivos, não é evidenciado o que surgiu primeiro: Arquivos ou Bibliotecas, ao afirmarem a presença de documentos de natureza bibliográfica como também arquivística armazenados em um único local.

Segundo Baratian e Jacob (2000, p.46), “Aristóteles é o primeiro, que se tem notícia, a ter reunido uma coleção de livros e a ter ensinado aos reis do Egito a maneira de organizar uma biblioteca. [...] livro suporte de arquivamento destinado a preservar a literalidade dos textos da falha da memória humana”.

Como se vê, reconstituir uma linearidade histórica com a intenção de identificar com precisão a origem dos Arquivos e Bibliotecas, e ainda apontar

as semelhanças e diferenças entre a práxis organizativa das bibliotecas e arquivos não é uma tarefa tão simples assim.

Ortega (2004), em seu artigo “Relações históricas entre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação”, assinala a dificuldade de construir uma linearidade temporal histórica para o campo da CI, devido ao seu ‘a-historicismo’, nesse sentido complementa ao dizer que,

supostamente, devido a uma origem remota e não conhecida e pelas constantes dissidências de grupos profissionais e campos de estudos levaram à fragmentação em diversas vertentes, simultaneamente a uma convivência conjunta ainda não devidamente questionada, e a uma recorrente dificuldade de elaboração de fundamentos comuns” (ORTEGA, 2004, p. 1).

Na perspectiva da Arquivística (ROUSSEAU, COUTURE, 1998, p.30) apontam alguns fatores que incidem sobre a dificuldade de traçar uma linearidade histórica dos Arquivos desde a Alta Antiguidade. Aponta à imprecisão terminológica para designar os termos: Arquivos, Arquivistas e Arquivística por constituírem um referencial terminológico moderno no contexto da Arquivística. Outro elemento está relacionado com a dificuldade de contemplar em pesquisas investigativas uma ampla escala temporal, de modo a cobrir desde o milênio IV a.C., data aproximativa em que foram encontrados os primeiros documentos administrativos. Contudo, ressalta que é possível ater-se aos acontecimentos históricos mais significativos de modo a contextualizar a evolução histórica das instituições arquivísticas. A outra dificuldade está relacionada com abrangência geográfica do assunto. Ao considerar que a história dos Arquivos inicia-se no Oriente e prossegue sua evolução no Ocidente, base das práticas arquivísticas contemporâneas.

Para Silva et al (2002) é “difícil apontar um foco único para o nascimento da idéia de reunir e organizar os suportes escritos, com objetivos de natureza prática. Podemos avançar, quando muito, que os arquivos no seu estágio embrionário deverão ter surgidos há cerca de uns seis milênios, na vasta área do chamado crescente fértil e Médio Oriente” (SILVA et al, 2002, p.45).

Para Rousseau e Couture (1998, p.32) pode-se abordar a história dos arquivos através de diferentes perspectivas. Por estudos e análises acuradas dos conteúdos de documentos, ao afirmar que os conteúdos dos documentos por si só apresentam indícios e aspectos que referenciam, esclarecem e justificam a sua constituição e origem, a sua função e uso, bem como sobre o lugar que eles ocuparam nas diferentes épocas e sociedades. Outro indício é que os suportes de registro da informação administrativa, “condicionaram o seu armazenamento, sua preservação para utilização futura e exigiram o desenvolvimento e a especialização de uma profissão. Um ou outro indício ilustra, à sua maneira, a história da profissão e da disciplina”.

Com o decorrer dos tempos, influenciadas por fatores históricos, culturais e tecnológicos, as instituições Arquivos aos poucos foram distanciando-se e delimitando seu campo de atuação (PAES, 1991, p.1).

De acordo com Smit (2000), a separação das instituições bibliotecas e arquivos, certamente, originaram-se com a invenção do projeto de Gutemberg, ao possibilitar a reprodução em massa de livros. “Além de estabelecer formatos de papel e composição de cadernos, [...] foram adquirindo sua feição atual”. A partir daí, instaurou-se a distinção entre ambas baseada nos “tipos de documentos e a função da informação neles contida” (SMIT, 2000, p.28).

Com a invenção da imprensa, foi possível aumentar em escala, nunca visto anteriormente, a quantidade de livros; esse fenômeno contribuiu para aumentar a visibilidade pública e social das bibliotecas. Segundo Burke (2003), “a biblioteca aumentou de importância, assim como de tamanho [...]” (BURKE, 2003, p.56).

Até então, as bibliotecas custodiavam livros e outros documentos. Esse advento contribuiu para separação das instituições bibliotecas e arquivos. As bibliotecas passaram a dar mais atenção aos livros e os arquivos aos documentos.

Já Silva (2002) afirma que

a noção muito usada de coleção, aplicada, de início, sincreticamente, a livros, documentos, objectos vários, passando ao longo do século XX, a servir de linha separadora do patrimônio cultural bibliográfico e museístico do patrimônio arquivístico (diplomas e documentos régios, jurídico-administrativos e políticos, [...]). Quando Natalis de Wailly desenvolveu o conceito de fundo para organização de arquivos. Nesse sentido coleção e colecionismo ficaram conotados com a acumulação intencional, aleatória e temática de objectos, enquanto fundo tem, [...] “pretereintencional” e não temático, ou seja, os documentos são supostamente produzidos como consequência de uma ordem (e rotina) administrativa e institucional anterior à vontade das pessoas ou dos funcionários que os produzem série” (SILVA, 2002, p. 575).

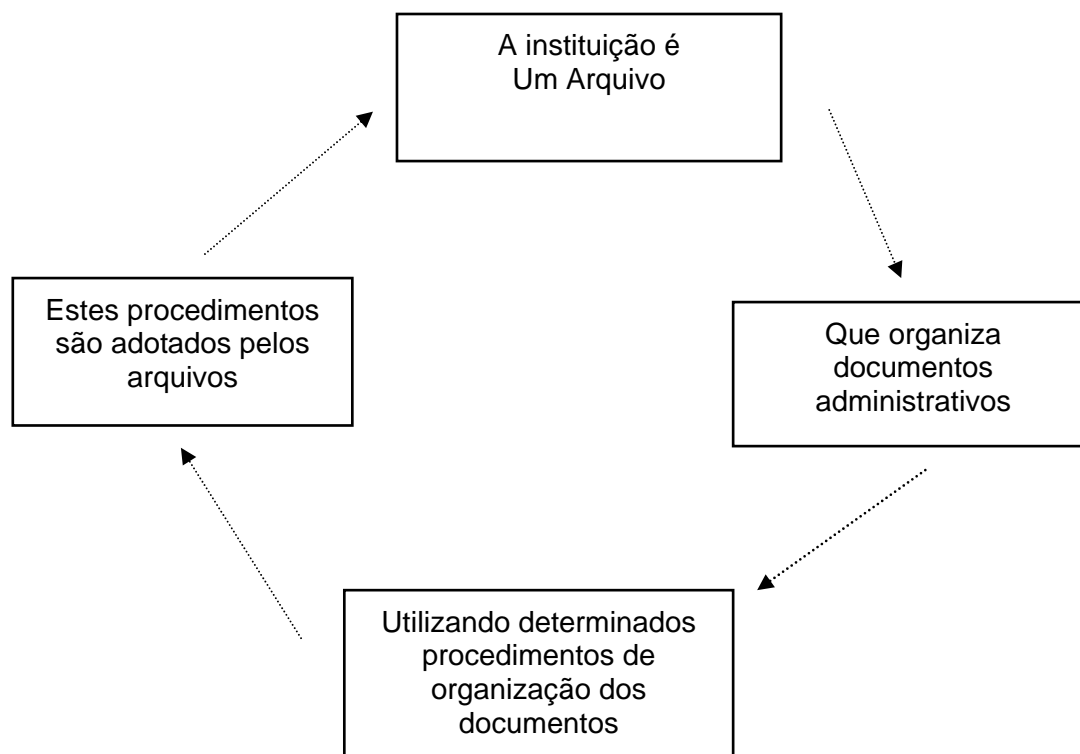
Matos e Cunha (2003, p.12) questionam:

Por que ainda se mostram atados ao modelo estanque de atribuir a cada instituição a caracterização de um dado acervo? Que razões ainda podem explicar que as instituições se diferenciam pelo tipo de documento ou seu suporte? [...]. Nem mesmo o argumento da especificidade na metodologia do trabalho de organização encontra espaço para se admitir o reforço do paradigma das diferenças.

Smit (2000) afirma que as diferenças se fundamentam em dois grandes eixos complementares: os acervos e as instituições que os obrigam. No imaginário profissional e coletivo estocam-se livros e periódicos em bibliotecas, objetos em museus e documentos gerados pelas administrações em arquivos (SMIT, 2000, p.28).

Complementa ao advertir que a demarcação institucional das áreas, orientada pelos “suportes documentais”, as metodologias próprias empregadas, “supõe o trabalho de organização sempre adequado aos objetivos institucionais, fechando o círculo vicioso. [...] no entanto, o peso da tradição deve ser relativizado” (SMIT, 2000, p.28).

A seguir é apresentada uma figura para melhor ilustrar o entendimento do exposto pela autora anteriormente:



**Figura 1.** Círculo vicioso da instituição Arquivos  
 Fonte: (Smit, 2000, p.)

A autora afirma que a mesma “circularidade” viciosa também acontece na instituição biblioteca, ao compor de técnicas, ferramentas e métodos organizativos próprios. Ressalta a necessidade de compreender as especificidades organizativas, teóricas, conceituais, técnicas e metodológicas de cada uma dessas áreas (Arquivística e Biblioteconomia) a partir de uma visão mais ampla, de modo que venha romper o “ciclo vicioso”, enfatiza a “necessidade de proceder a uma análise da situação que vá além da vivência profissional” (Smit, 2000).

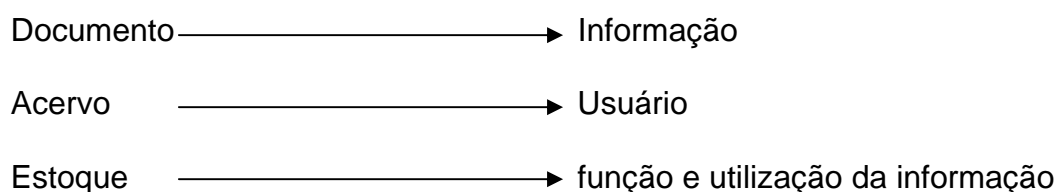
Ou seja, ao enfatizar somente as diferenças entre as praticas organizativas, os “profissionais sedimentam conceitos e princípios de que bibliotecas abrigam livros e periódicos, museus preservam objetos e arquivos custodiam documentos produzidos e recebidos em função de suas atividades” (SMIT, 2002 apud MATOS; CUNHA, 2003, p.11).

Para nortear as discussões em torno das diferenças e semelhanças entre as práticas profissionais e o fazer organizativo das instituições bibliotecas e arquivos Smit (2002) aponta como um “primeiro núcleo de questionamentos



possíveis e que podem ser sistematizados ao redor dos termos documento, informação e função” (Idem) (grifo nosso).

Ainda, enfatiza a necessidade de romper com a visão paradigmática centrada na dimensão estática e fisicista concernentes aos elementos: documento, acervo e dos estoques para uma visão que contemplem o deslocamento, conforme demonstra a figura a seguir (Idem).



**Figura 2.** Mudanças de paradigmas  
Fonte: (Smit, 2000, p.5)

Smit (2000) afirma que a sedimentação das práticas profissionais, a bibliografia própria, os eventos científicos promovidos isoladamente e as associações profissionais contribuem para o isolacionismo dos profissionais arquivistas, bibliotecários/documentalistas e museólogos ao obstruírem os fluxos e as trocas de informações (SMIT, 2000, p.28).

Ribeiro (2004a) ressalta que o deslocamento da noção estática do documento em direção de uma noção orientada pela dinâmica informacional, impacta diretamente no perfil do Profissional da Informação, em especial do Arquivista, ao dizer que tal ênfase dada à informação, pressupõe a formação de um perfil profissional capaz de gerir e manipular informações, esse modelo formativo contrapõe com um modelo estático do “tradicional arquivista, conservador de testemunhos ou guardador de documentos”. Enfatiza ao dizer que “a própria designação “arquivista” perde sentido se passarmos a falar de informação contextualizada e pensada sistemicamente, pois a distinção ou a fronteira entre arquivos, bibliotecas ou centros de documentação é tênue, imprecisa, ou mesmo desprovida de fundamento [...]” (RIBEIRO, 2004, p.9).

De acordo com Pinheiro e Fonseca (2002) “a idéia de promover uma cooperação entre os trabalhos desenvolvidos por arquivos, bibliotecas e outros organismos de documentação surge em 1934 com Paul Otlet no *Traité de*

Documentation” (PINHEIRO, 2002; FONSECA, 1979 apud MATOS; CUNHA, 2003, p.1).

O “*Traité de Documentation*” expressa os ideais e idéias da disciplina Documentação, surgida no final do século XIX enquanto disciplina, com a finalidade de instituir novas práticas para satisfazer as necessidades de recuperação e disseminação de conteúdos documentais, contribuindo para minimizar os efeitos resultantes do “caos documentário”.

Em oposição à concepção organizativa orientada e centrada no e para o acervo, a Documentação inaugurou uma preocupação central: a organização de conteúdos informativos orientados para a transferência e uso social dos conteúdos dos documentos.

A discursividade da Documentação impôs o (re)conhecimento dos conteúdos informativos dos registros documentais e forçou o deslocamento do paradigma do ‘documento’ para o paradigma da ‘informação’. Orientam-se suas ações a partir da valorização dos conteúdos documentais em detrimento da perspectiva descritiva e física do documento defendido por muito tempo pela Biblioteconomia e a Arquivística.

Para responder as demandas informacionais exigidas pelo dinâmico contexto técnico-científico, surgiram os Centros de Documentação para operacionalizar os construtos teóricos, conceituais, técnicos e metodológicos promulgadas pela Documentação. São concebidos como um sistema de tratamento e organização orientado para a disseminação de conteúdos documentais, visando superar os modelos estáticos e conservadores dos estoques de registros do conhecimento.

Enquanto as bibliotecas tradicionais desenvolviam práticas organizativas em torno das ações de coleta e desenvolvimento de coleções das generalidades do conhecimento humano, os Centros de Documentação, desde seu surgimento, desenvolveram ações organizativas em torno da informação científica e especializada, enfatizando o tratamento temático dos conteúdos documentais e a elaboração de técnicas de análise e indexação com a finalidade de otimizar os fluxos de produção e recuperação de informação e de conhecimentos especializados.

Os ideais da Documentação promulgadas por Otlet e La Fontaine instauraram uma nova visão paradigmática ao ampliar a noção de documento,

e ao valorizar o acesso e divulgação de seus conteúdos em substituição de uma concepção historicista, culturalista, operacionalizada pelas práticas e atividades de organização e tratamento de documentos.

A Documentação ao re (visitar) o conceito de documento e implementar a noção do conteúdo como elemento indissociável do conceito de documento e o consagrando da informação, contribuiu para insinuar uma visão sistêmica acerca das instituições Arquivísticas, Bibliotecas e Centros de Documentação a partir da 'informação' como dispositivo integrador.

Em Conferência realizada pela UNESCO no ano de 1974, afirmou-se a necessidade da “definitiva integração dos serviços de bibliotecas, informação e arquivos [e que] esse princípio de integração não deveria ser apenas retórico, mas de adoção indispensável, em nível organizacional e em termos de política de planejamento, pesquisa e de formação de recursos humanos” (COSTA, 1990, p.146).

Segundo Silva e Ribeiro a partir de 1974, foram realizados diversos eventos com a finalidade de formalizar e integrar esforços para a harmonização dos programas de ensino das áreas de Biblioteconomia e Arquivologia (SILVA, RIBEIRO, 2002, p.137).

Fonseca (1979) “classifica de "coroamento" das iniciativas já referidas, a realização da Conferência Inter-governamental sobre a Planificação das Infra-estruturas de Documentação, de Bibliotecas e de Arquivos, organizada pela Unesco” (MATOS; CUNHA, 2003, p.1).

“[...] Nesta perspectiva, durante a Conferência Geral da Unesco, em sua 19ª seção, foi criado o Programa Geral de Informação [...], reforçando a necessidade de cooperação mais estreita entre as diversas profissões consagradas à informação” (MULLER, 1984 apud MATOS; CUNHA, p.1).

Os empreendimentos investigativos com a finalidade de compreender as questões sobre distanciamentos, aproximações, diferenças e similaridades institucionais entre arquivos, bibliotecas contou com a participação de diversos autores, Mason (1990), Ponjuán Dante (1993), Smit (1993, 1994, 1997), Welch (1994), Zitara (1994), Valentim (1995), Marchiori (1996) e Guimarães (1997), com sistematização teórica acerca do assunto em questão (GUIMARÃES, 2000, 54).

Guimarães (2000) afirma que o

rol das chamadas Três Marias”, elucidativa metáfora proposta por Johanna Smit (1993), foram norteadas por questões ligadas ao Poder Público, [...] em atividades geralmente ao bom andamento da Administração Pública, [...] em constantes duelos com teóricos entre a formação humanista e a técnica, e com uma imagem profissional ainda não muito clara no âmbito da sociedade. [...] (GUIMARÃES, 2000, p.55).

Embora, considerando alguns estudos que estabelecem proximidades e interfaces de objetivos institucionais entre bibliotecas, centros de documentação e arquivos (Bernam 1993, Mueller 1984, Tees 1988 e 1991) (SMIT, 2000, p.29). São evidenciadas na literatura nacional, discussões que buscam enfatizar mais as diferenças do que as semelhanças entre ambas. As diferenças evidenciadas na literatura apontam para a distinção entre os documentos custodiados por essas instituições, ao privilegiarem a origem e a função dos documentos como elementos norteadores para demarcação das diferenças e, conseqüentemente, dos princípios teóricos e metodológicos aplicados nos processos de organização e representação dos conteúdos documentais em cada uma delas, além de delimitar espaços de atuação profissional entre Arquivistas, Bibliotecários e Documentalistas.

Reiterando essa idéia Smit (2000, p. 8), afirma que por tradição evidenciam-se diferenças e especificidades das práticas dos profissionais que atuam nessas instituições em detrimento das semelhanças. Considera que há uma disputa discursiva, uma visão ancorada no paradigma do acervo e a outra apoiada numa visão mais ampla ao contemplar a responsabilidade social dessas instituições com a função de reunir, armazenar e disseminar conteúdos informativos.

Enfatiza ainda que para melhor compreender as semelhanças e diferenças é necessário “discutir aquilo que as une, uma vez que se parte do princípio que há “algo” que as aproxima” (Idem).

Nessa perspectiva, Esteban Navarro (1995) afirma haver uma proximidade entre as práticas de organização das bibliotecas, arquivos e centros de documentação a partir da perspectiva da “cadeia documental”, constata-se três etapas sucessivas:

la entrada de los documentos em l sistema documental se denomina em un âmbito coleta y em outro reunião, pero participan del mismo objetivo de recoger y siguen um mismo proceso, caracterizado em los centros cuya organización se rige por un criterio coleccionista, por las etapas de selección, adquisición y registro, que tine su paralelismo em las areas de recepción, expurgo y registro que se realizan el los archivos, si bien mediatizadas por otros fatores (...) a segunda etapa consiste em el tratamiento de los documentos que han ingresado em el sistema mediante uma serie de operaciones destinadas a transformar, configurar, almacenar y restituir la información ue contienen, que se articulan em dos fases denomina da programación archivística y recuperación em los archivos, y análisis y recuperación em el resto de los centros. Y por ultimo, se produce la salida del sistema de esa información, mediante la difusión de los instrumentos de representación y el servicio de los documentos recuperados em repuesta a las peticiones de los usuarios (ESTEBAN NARRARRO, 1995, p.81 apud RODRIGUES, 2003, p.211)

Complementa ao afirmar semelhanças entre arquivos e bibliotecas, “quanto aos seus objetivos finais, isto é, atender às demandas de informações dos seus usuários” (ESTEBAN NAVARRO, 1995 apud RODRIGUES, 2003, p.211).

Ao destacar algumas especificidades institucionais entre os arquivos, bibliotecas e centros de documentação, é oportuno evidenciar o “princípio da proveniência” ou “respeito aos fundos”. Este é o princípio base que norteia as atividades de organização e tratamento da informação archivística, ele determina que não se devem misturar documentos provenientes de um fundo com outros, esse procedimento é que garante a identidade contextual de um fundo documental, distinguindo-os dos demais.

Nesse sentido, o que caracteriza e define um documento archivístico são as características contextuais, funcionais e orgânicas – reflexo das atividades e ações de uma instituição ou indivíduo, sua função é subsidiar a prática administrativa, fiscal, financeira, jurídica, etc. das instituições. Já o livro é resultado de uma atividade intelectual e preconiza em seu conteúdo assunto(s) ou temática(s).

Desse modo, pode-se dizer que o princípio da proveniência impõe um olhar organizativo ao documento arquivístico diferenciado do documento bibliográfico – ao respeitar a proveniência para assegurar os indícios e aspectos contextuais, orgânicos, funcionais e estruturais constituintes de um fundo ou um documento em detrimento do assunto/tema, característica intelectual indissociável de um documento bibliográfico. Não estamos afirmando que num documento arquivístico não exista um tema/assunto, porém, vale ressaltar que a incidência de um assunto ou tema no documento arquivístico, tanto na fase corrente como permanente é circunstancial.

Mesmo diante desse dispositivo teórico-metodológico arquivístico (princípio da proveniência) é possível apontar como similaridades, ou “aquilo que as une”, dois elementos: a informação e o usuário (grifo nosso). Ou seja, ambas as instituições informativas possuem responsabilidades sociais diante da sociedade ao advogarem funções e objetivos em comuns.

Numa perspectiva que visa evidenciar o usuário como a principal razão de uma instituição arquivística, Jardim e Fonseca (2004, p.1) apontam alguns pressupostos paradigmáticos que contrapõem a visão que procura valorizar as diferenças entre instituições informativas: Arquivos, Biblioteca e Centros de Documentação ao afirmar que:

- ✓ O conceito de "lugar" torna-se secundário para o profissional da informação e para os usuários;
- ✓ Onde a informação se encontra não é o mais importante e sim o acesso à informação;
- ✓ A ênfase na gestão da informação desloca-se do acervo para o acesso, do estoque para o fluxo da informação, dos sistemas para as redes;
- ✓ Instituições como arquivos, bibliotecas e centros de documentação adquirem novas vocações, renovam funções que lhes são históricas e superam outras;
- ✓ Sob a banalização das tecnologias da informação, os usuários (aos menos os não excluídos do acesso às tecnologias da informação), produzem novas demandas aos arquivos, bibliotecas, centros de

documentação e provocam a realocação ou supressão de fronteiras que demarcam tais espaços;

- ✓ Emergem espaços informacionais virtuais (bibliotecas, arquivos, etc.) cuja existência, longe de excluir as instituições documentais tradicionais, sugere-lhes novas possibilidades de gestão da informação.

E ainda complementa ao afirmar que:

Do ponto de vista dos impactos deste contexto no universo arquivístico, alguns autores sugerem que não apenas necessitamos nos movermos em direção a um paradigma da pós-custódia arquivística, mas também partirmos do modelo "arquivos direcionados para os arquivistas" para "arquivos direcionados para os usuários" (JARDIM, FONSECA, 2004, p.1)

De acordo com Heredia (1992)

Los archivos están ligados inevitablemente a cualquier institución... El archivo no se plantea como conveniente, sino aue nace "a pesar de". Para las bibliotecas no existe esta dependência cõn lãs instituciones, pueden existir con total independencia. Los centros de documentación pueden gozar de independencia pero suelen estar relacionado con centros e instituciones específicas (HEREDIA, 1992 apud SANTAELLA RUIZ, 2006, p.166).

Sem a pretensão de reduzir as especificidades e semelhanças entre a Arquivologia e Biblioteconomia, segue abaixo uma tabela para melhor ilustração:

	<b>Arquivologia</b>	<b>Biblioteconomia</b>
<b>Gestão da memória</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Produção e avaliação de documentos</li> <li>✓ Temporalidade das séries documentais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Formação e desenvolvimento de acervos</li> <li>✓ Gerenciamento de recursos informacionais</li> </ul>
<b>Produção da informação documentária</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Processamento técnico</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Representação e recuperação da informação</li> </ul>
<b>Mediação da informação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Jurisdição e acesso</li> <li>✓ Programas de difusão</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Serviços ao usuário</li> <li>✓ Ação cultural</li> <li>✓ Comunicação comunitária</li> </ul>

**Tabela 1.** Diferenças e semelhanças entre Arquivologia e Biblioteconomia

Fonte: (SMIT, 2000, p.8)

Santaella Ruiz (2006, p.166-168), aponta três fatores para assinalar as divergências institucionais entre Arquivos, Bibliotecas e Centros de Documentação:

Diferença institucional: Demarca as unidades informativas por sua vinculação a uma organização ou por sua independência institucional. O arquivo, como receptor de documentos gerados por uma entidade no exercício de sua função diferentemente os centros de documentação e bibliotecas com caráter coletor.

Divergências em torno da disseminação da informação: Tradicionalmente, se tem assinalado o perfil dinâmico do papel do Documentalista, frente a sua missão de difundir a informação que recolhe, antecipando-se as demandas dos usuários e oferecendo fontes e canais de comunicação de difusão das informações que processa e organiza. Já os Arquivistas “conserva información registrada emanada por personas y organismos en virtud de su actividad, siendo éte su principal objetivo, u, sólo en segundo término, la difunde o permite acceder a ela”. (GASTAMIZA, 1991, p. 108 apud SANTAELLA RUIZ, 2006, p.167).



Divergência documental: Um dos aspectos que assinala as diferenças entre as unidades informativas têm sido a originalidade e o caráter probatório dos documentos de arquivos, frente à multiplicidade dos fundos de bibliotecas e centros de documentação. Outra diferença é o tratamento documental. [...]. Ambas utilizam ferramentas classificatórias distintas. As bibliotecas e centros de documentação orientam suas técnicas organizativas para a satisfação das necessidades informativas dos usuários; os arquivos respeitam o princípio da procedência para preservar, cronologicamente, as séries que cada organismo produz (SANTAELLA RUIZA, 2006, p.168).

Numa perspectiva pragmática é impossível demarcar tais diferenças com base apenas na distinção dos suportes documentais. Tanto um livro como um manuscrito poderá ser custodiado pelas Bibliotecas ou Arquivos, desde que se considere a origem e a função do documento.

Em outras palavras, uma obra ao ser produzida e armazenada na biblioteca pessoal do próprio autor e outro exemplar também armazenado na biblioteca institucional da editora, prevaleceu como evidência o suporte. Nesse caso, considerou-se apenas a origem do documento em detrimento de sua função. Prevaleceu à interface bibliográfica, ignorou-se a natureza arquivística, ou seja, não foi levado em consideração que o livro ao ser produzido pelo autor e pela editora reflete tanto as atividades e funções do autor quanto da editora.

Para demarcar as diferenças e semelhanças entre as práticas organizativas dessas instituições, é fundamental considerar e contextualizar tanto a origem quanto a função (ou uso) do documento como elementos integradores.

Para reafirmar os enunciados desenvolvidos nesse capítulo corroboramos com o pensamento de Smit (1994) ao afirmar que mesmo “baseada em bibliografia modesta creio, assim mesmo, poder continuar trabalhando com a hipótese da irmandade entre as <sup>2</sup>Três Marias, reunidas pela designação comum Ciência da Informação, uma vez que estas têm por objetivo

---

<sup>2</sup> De acordo com a autora Smit, as Três Marias compõem a Arquivologia, Museologia e Biblioteconomia/Documentação como disciplinas integrantes da Ciência da Informação, profissões irmãs e áreas do saber correlatas (SMIT, 1994, p. 4).

lançar um olhar disciplinar sob as Instituições Coletoras de Cultura, para estudar o comportamento, as propriedades e os efeitos da informação nestas diferentes instituições e a sua inter-relação com a sociedade. (SMIT, 1994).

Tomando emprestada a fala de Smit (2000): “a discussão aqui proposta somente adquire sentido se analisada de um ponto de vista diacrônico, no qual a ênfase no documento é substituída pela ênfase na informação”. (SMIT, 2000, p.29).

Para melhor compreensão das relações entre a tríade arquivos/documentos/informação, abordaremos no capítulo 2.1 as considerações teórico-conceituais em torno dessa questão.

Arrisca-se em afirmar que essa nova perspectiva paradigmática - da ênfase documento para a informação estimula a construção de uma visão integradora, ao considerar que os arquivos, bibliotecas e museus armazenam, organizam e disponibilizam acervos com potencial informativo para fomentar novos conhecimentos, independentemente de sua natureza ou localização.

Parafraseando a fala de Smit (2000) “O que significa fornecer a informação de forma totalmente compartimentada? Informação arquivística, informação bibliográfica e informação museológica?” (SMIT, 2000, p.125 apud VALENTIM, 2000).

Para Smit (2000) a resposta supõe não considerar as especificidades de cada instituição informativa, mas chama a atenção para a dimensão da “complementaridade”. Ressalta que essa complementaridade é muitas vezes esquecida para justificar e assinalar mais as diferenças do que as semelhanças. Esquece-se de afirmar sua complementaridade... “esquece-se freqüentemente de enxergar que as irmãs são irmãs porque pertencem, justamente a mesma família!”. [...] Essa família tem sido designada pela expressão MIP – Moderno Profissional da Informação” (Idem, p.125-126).

Para afirmar essa complementaridade, Smit (2000) cita a expressão cunhada por Hómulos ao nomear os arquivos, bibliotecas e museus, de “instituições coletoras de cultura”. Ela propõe a substituição da expressão

“coletoras” para “disponibilizadoras”, ao afirmar que a expressão “coleta” remete ao paradigma do acervo, pressupõe a idéia de preservação e guarda.

Ao atualizar a expressão, a autora enuncia a dimensão dinâmica, contrapondo com o “ponto de vista estático” (a existência do estoque). Caracterizando-os como espaços dinâmicos de fluxos de informação.

Nessa perspectiva a autora aponta a “função de utilidade” como elemento para conferir e justificar a produção de documentos, supondo que seus conteúdos sugerem um potencial informativo passível de uso e de apropriação.

Ela afirma que ao considerar a função como elemento norteador para assinalar as diferenças entre as “instituições disponibilizadoras de informação”, permite uma “aproximação do usuário de forma menos retórica e mais conceitual”. Ou seja, “A informação sendo uma, “informação” sem outros predicados, é o usuário, em suas busca, de acordo com suas necessidades, que atribui funções diferenciadas à informação”.

Desse modo, a “diferenciação por tipos documentais e objetos deixa de constituir a principal diferença entre as instituições”. “[...] Ou seja, entender que os atributos que especificam o termo-raiz “informação” não designam tipos de documentos, mas tipos de utilização da informação”. E que as expressões informação arquivística, bibliográfica e museológica, evocam um termo comum “informação”. Ela adverte que “epistemologicamente, não há diferentes tipos de informação, no âmbito da CI, mas ambientes diferentes, que atribuem valores – ou usos – diferentes à informação” (SMIT, 2000).

Nanci Oddone afirma que

A Ciência da Informação não deve restringir seu escopo epistemológico a essa ou aquela atividade profissional – biblioteconomia, arquivologia, museologia – a essa ou aquela competência técnica – bibliotecários, arquivistas, museólogos, gestores da informação – a essa ou aquela instituição social – bibliotecas, arquivos, centros de documentação, museus – a essa ou aquela tipologia documental – livros, revistas, discos,

manuscritos, filmes, objetos de arte, teses, páginas web – nem a essa ou aquela característica da informação – científica, tecnológica, econômica, jurídica, pedagógica, histórica, médica, política, administrativa, empresarial. Sua preocupação deve, sim, abranger todo o conjunto de atividades, especialistas, organizações, tecnologias, produtos e linguagens que se encontra imerso nesse espaço paradigmático cujo epicentro é a informação (Nanci Oddone, 1998, p.84, apud Aquino, 2002, p.11).

Nessa perspectiva Silva (2002) diz que se “aceitarmos a informação, humana e social, como fenômeno e processo, a Arquivística, a Biblioteconomia e a Documentação fazem parte integrante de um corpus científico unificado pelo mesmo objecto [...]” (SILVA, 2002, p.590-591).

Diante dos enunciados apresentados anteriormente, podemos afirmar que há uma íntima relação entre as atividades, funções e objetivos desempenhados pelos Arquivos, Bibliotecas e Centros de Documentação.

Nessa perspectiva, pode-se afirmar que os Arquivos, Bibliotecas e Centros de Documentação, possuem semelhanças em comum ao compartilharem de problemas dedicados à organização, preservação e o uso social de conteúdos informativos.

Já que na atualidade, a informação é percebida e compreendida como um paradigma dominante tanto para a Arquivística como para a Biblioteconomia.

Desse modo, tanto os arquivos como as bibliotecas encontram-se diante de um contexto sócio-informacional caracterizado pelos fluxos de informação, e cada vez mais são forçados a valorizar o poder dos fluxos e as práticas sociais de informação em detrimento dos estoques.

Portanto, a adoção dessa perspectiva sugere uma visão integradora, a partir da 'complementaridade' como assinalou (SMIT, 2002), é claro, desde que se respeitem os princípios e as especificidades organizativas de cada uma dessas instituições, visto que os objetivos e as funções são: coletar, preservar,

armazenar, organizar, representar e recuperar conteúdos de documentos com potencial informativo para o uso social.

Nessa perspectiva, supõe compreender as <sup>3</sup>instituições coletoras da cultura' como sistemas de recuperação e comunicação de informações ao operacionalizarem abordagens teóricas em comuns, e serem atores participantes na construção e na evolução da dita sociedade da informação.

Na tentativa de identificar e delinear com mais propriedade as similaridades, diferenças e especificidades das práticas organizativas das institucionais das bibliotecas, arquivos e centros de documentação, poder-se-ia apontar a formulação de alguns questionamentos orientados a partir das seguintes abordagens, no sentido de identificar:

- ✓ O que eram os arquivos e bibliotecas no passado? Qual o seu(s) papel(is)?
- ✓ Quem foi o profissional responsável através dos tempos?
- ✓ Como se desenvolveu a institucionalização dos Centros de Documentação?
- ✓ Quais as abordagens teóricas, conceituais e metodológicas que orientam as práticas de organização, tratamento e recuperação de documentos dessas instituições?
- ✓ Como se desenvolveu os espaços e os diálogos da formação e configuração da Arquivística, Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação como disciplinas científicas?

Não pretendemos analisar e responder tais questionamentos, mas acredita-se que tais orientações permitirão identificar com mais clareza como se deu o processo de constitucionalização e institucionalização cognitiva e social das respectivas áreas e instituições informativas. Ao compreender quais são os objetos de estudos e problemáticas; os paradigmas; a agenda investigativa; as práticas profissionais; as associações profissionais; os métodos e os construtos teórico-conceituais. Acreditamos que tais orientações reflexivas poderão contribuir na construção de conhecimentos para evidenciar

---

<sup>3</sup> Compõem o elenco das instituições Arquivos, Bibliotecas, Centros de Documentação e Museus, conforme salienta o autor Homulus, 1990, p.13.

as interfaces, similaridades, diferenças e especificidades de cada uma delas através da compreensão das disciplinas Biblioteconomia e Arquivística como áreas aplicadas da CI. Para reafirmar os argumentos citados anteriormente, nos apoiamos nas abordagens defendidas por Nanci Oddone (2002) citada anteriormente e na citação de Smit (2003) ao afirmar que:

A área de conhecimento denominada da "Ciência da informação" (suas modalidades pragmáticas, como a arquivística e a biblioteconomia) somente será reconhecida em sua utilidade social quando a mesma conseguir propor soluções para problemas de acesso à informação; propor soluções novas para problemas tão velhos quanto à própria humanidade; supor o domínio de princípios, teorias, regras gerais, ou seja, o domínio dos conceitos norteadores da Ciência da Informação, além da competência específica para, em função de contextos e situações específicas, conseguir avaliar as melhores soluções, saber implantá-las e avaliá-las criticamente em seu retorno para a sociedade. Propõe-se, em síntese, a imperiosa necessidade de competências específicas aliadas ao conhecimento da função e importância da informação para a sociedade. Enquanto interfaces das Ciências da Informação, em suma (SMIT, 2003, p.11).

Diante do que foi exposto, concluímos que o estabelecimento de diálogo com a área da Organização e Tratamento da Informação poderá contribuir para diluir as diferenças institucionais e avançar na construção de uma visão centrada no tripé: informação; usuário e função. Visto que a área da Organização e Tratamento da Informação possui acúmulo teórico-conceitual e metodológico para orientar práticas de organização e tratamento da informação independentemente da natureza da informação e do lugar onde ela esteja armazenada.

Não é demais afirmar que uma não é mais importante que a outra, apenas operam com especificidades e abordagens teórico-metodológico, mas comungam o mesmo objetivo - validar a 'informação' para o uso social. As possibilidades de diálogos interdisciplinares são infinitas, portanto, interessa-nos nessa pesquisa estabelecer um diálogo interdisciplinar com os princípios e fundamentos da área da Organização e Tratamento da Informação, utilizando-se como dispositivo metodológico o controle de vocabulário e vocabulário controlado para organizar e recuperar a informação arquivística. Pressupõe

que o uso do vocabulário controlado como recurso metodológico pode ampliar a visibilidade social das instituições arquivísticas por ativar de modo consistente a linguagem de um conjunto documental arquivístico e oferecer a possibilidade de busca e recuperação temática da informação arquivística.

## **1.2 Momentos e movimentos do fazer e do pensar arquivístico: evolução e tendências**

Conhecer com precisão a evolução das práticas arquivísticas na antiguidade é um desafio a ser enfrentado pelos que se aventuram a pesquisar a trajetória histórica das instituições arquivísticas. Essa dificuldade pode estar relacionada à evidência de imensas lacunas temporais, perdas de contextos dentre outros fatores. Destaca-se a constante evolução dos suportes de registros e, conseqüentemente, sua perda devido à fragilidade material, utilizados durante diversos períodos históricos.

A invenção e a utilização da escrita desde os tempos remotos desempenharam papel primordial ao permitir a cristalização do pensar, da ação e da experiência humana a partir de representações simbólicas e gráficas, codificadas e sistematizadas em um suporte.

De acordo com McGarry (1999) o advento da escrita possibilitou a ampliação das cidades e estados, além de contribuir para a criação da burocracia. Através da escrita foi possível desenvolver modelos sistemáticos de “ordens e instruções”. Os registros escritos contribuíram, fundamentalmente, para subsidiar a tomada de decisões e garantir a manutenção da burocracia.

“A partir do momento em que se registra o pensamento em formas que lhe são externas, estabelece-se um sentido de tempo histórico e a mitologia tribal adquire um novo rival que é a história registrada” (McGarry, 1999, p. 74), em substituição à “imaginação coletiva acumulada”, preservada nas sociedades orais.

Diante da produção e, posteriormente, a acumulação dos registros documentais, o homem instituiu a necessidade de organizá-los e preservá-los

para subsidiar a tomada de decisões, prova de fatos e atos e, servir também como fonte para pesquisa; instaura-se a noção da memória aliada ao fazer arquivístico.

Ludolini (1989) afirma que “a memória assim registrada e conservada constituiu e constitui ainda a base de toda e qualquer actividade humana: a existência de um grupo social será impossível sem o registro da memória, ou seja, sem arquivos” (LUDOLINI,1989, p.157 apud ROUSSEAU;COUTURE,1998, p. 34).

Pode-se afirmar que a constituição e a evolução do fazer arquivístico, se desenvolveram a partir do surgimento da escrita e, posteriormente, a necessidade de criação de espaços institucionais para custodiar e preservar os registros arquivísticos. A origem dos arquivos enquanto instituições responsáveis pela custódia de documentos, demarcam sua origem na Grécia Antiga, aproximadamente entre os meados dos séculos V a IV a.C.

SILVA et al (2002, p. 94) enfatiza que o saber e o fazer arquivístico estão intimamente relacionados desde a antiguidade, sendo indissociáveis das práticas arquivísticas, mesmo considerando-se que não eram utilizadas bases textuais para regulamentar o fazer arquivístico.

Entende-se como “fazer arquivístico” as atividades, ações e práticas desenvolvidas no âmbito dos arquivos, compreendido como instituição responsável pela organização e preservação de documentos. Refere-se às ações engendradas pelos profissionais da informação (Arquivistas), “haja vista que o valor da práxis reside na sua função social” (TARGINO, 1997, p.40).

Desde a idade antiga o uso da escrita registrado em suporte, contendo um teor informativo, contribuiu efetivamente para a manutenção e o fortalecimento do poder dos impérios e governantes; os registros eram utilizados para gerir as relações entre o dominante e o dominado, através do registro tem-se a possibilidade de cristalizar as representações pelo viés religioso, cultural, político, econômico e social.



[...] a mais antiga transcrição da memória foi constituída por documentos correntes cujo modo de gestão, que por vezes, se perpetuou durante muito tempo, atingiu uma perfeição requintada nas civilizações do Próximo Oriente antigo, da Grécia e de Roma. Os documentos eram produzidos e conservados para as necessidades do governo e da administração; a gestão do poder e a gestão de documentos estavam estreitamente ligadas por toda a parte (LUDOLINI, 1989, p.157, apud ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p.32).

Diante do exposto acima, percebe-se com clareza o início pragmático do fazer arquivístico ao relacionar-se diretamente com a necessidade de subsidiar a administração. Nesse período, os documentos exerciam duas funções básicas: eram utilizados para provar fatos e atos e garantir o fortalecimento do poder.

Intimamente relacionado ao pragmatismo nasce as atividades organizativas da arquivística para responder às necessidades demandadas pelo acúmulo de registros e a urgente necessidade de organizá-los e preservá-los pra uso futuro. Surgem os arquivos, enquanto instituições responsáveis pela custódia, preservação dos registros arquivísticos decorrentes do desenvolvimento das atividades e ações administrativas, políticas, econômicas, religiosas e intelectuais dos governantes.

Desde a constituição dos primeiros arquivos nos períodos (Idade Antiga e Período Pré-clássico), já era possível identificar a presença de idéias rudimentares acerca das práticas arquivísticas utilizadas até hoje, mesmo que, orientadas pela intuição, desprovidas de arcabouço técnico ou conceitual. Um dos principais elementos encontrados na antiguidade destaca-se o princípio da proveniência<sup>4</sup>, considerado até hoje um dos pilares da Arquivística contemporânea (SILVA et al, 2002, p. 45).

---

<sup>4</sup> O princípio da proveniência pode ser definido como “princípio segundo o qual os arquivos originários de uma entidade ou de uma pessoa devem manter sua individualidade, não sendo misturados aos da origem diversa; a entidade ou pessoa é produtora do arquivo e somente no contexto de sua produção os documentos poderão ser compreendidos”. (TESSITORE, 1996, p. 41)

Também foi possível (re)conhecer a presença de outros aspectos e vestígios constituintes das práticas arquivísticas na Antiguidade, e que ainda permeiam o fazer e o pensar da arquivística contemporânea, são eles:

- ✓ Léxicos e catálogos descritivos;
- ✓ Servir a classes e grupos dominantes;
- ✓ Documento como prova e testemunho;
- ✓ Acesso irrestrito;
- ✓ Arquivos centrais;
- ✓ Arquivos de uso corrente;
- ✓ Identidade e autenticidade dos documentos;
- ✓ Respeito pelos aspectos orgânicos da estrutura arquivística;
- ✓ Ampla tipologia documental;
- ✓ Possuíam estrutura organizacional;
- ✓ Critérios de seleção e de preservação;
- ✓ Arquivos como prestadores de serviços;
- ✓ Princípios sistemáticos de ordenação;
- ✓ Diversidade funcional de documentos.

A função social desempenhada pelas instituições arquivísticas nesse período é restritiva; ao subsidiar unicamente o fazer administrativo, a razão de sua existência era servir unicamente a administração dos governantes, através de ações e práticas de registros e preservação de documentos para gerir as relações políticas e econômicas para garantir o fortalecimento do poder.

Na tentativa de estabelecer uma periodização histórica da Arquivística, Moreno (2004) afirma que os períodos que remontam desde a Antiguidade Clássica até o final da Idade Média são acentuadamente marcados por uma Arquivística instrumental, indutiva e funcional. Como características dessa fase, destacam-se:

- ✓ A arquivística como procedimento empírico;
- ✓ Consideração do arquivo como sujeito individual;
- ✓ O arquivo como agente da função administrativa;
- ✓ Aparição do conceito de Arquivo Público;

- ✓ Avanços no tratamento arquivístico.

O período da antiguidade clássica caracteriza-se pela ausência de teorias e aportes conceituais; pauta-se na prática indutiva e funcionalista, orienta-se pelos costumes e utiliza-se de procedimentos operativos orientados para servir de apoio ao fazer administrativo.

Nesse período a própria concepção do documento arquivístico ancora-se em princípios unicamente administrativos e jurídicos com a função exclusiva de servir de prova ou testemunho.

Vale ressaltar que desde a Grécia Antiga até o Império Romano destacaram-se grandes feitos no âmbito do fazer arquivístico, os gregos já dispunham de um local para conservar os documentos produzidos pelo governo, denominado Archeion<sup>5</sup>.

Na Roma Antiga, eram conhecidos como Tabularium, tinham a função de organizar e conservar os documentos produzidos pelo estado e desempenhavam a função de Arquivo Central do Estado.

De acordo com Silva et al (2002) o desenvolvimento dos arquivos e das práticas arquivísticas, na Roma Antiga, estiveram aliadas ao fazer administrativo, e que a Administração contribuiu para o desenvolvimento da institucionalização dos arquivos e do fazer arquivístico. Sendo os europeus herdeiros diretos da civilização romana, ao herdarem princípios administrativos. Sendo, este aspecto muitas vezes ignorado pelos teóricos da arquivística. O autor salienta a importância de investigação das práticas administrativas romanas no sentido de contribuir para compreender as matrizes que orientam a profissão, o pensar e fazer arquivístico na contemporaneidade (SILVA et al, 2002, p.58-70).

Silva et al (2002, p.58-70) refere-se que na Roma Antiga, foram desenvolvidas elevadas práticas arquivísticas no plano técnico e social, foi

---

<sup>5</sup> “O termo archeion, utilizado inicialmente pelos Gregos no século III e II a.C., designa simultaneamente “government place, general administrator, Office of the magistrate, original records, repository for original records, authority”. A palavra *arch*, de onde provém, tem por sua vez o sentido mais lato de “foundation, command, power, authority”. Refere-se pois às atividades administrativas (DURANTI, 1989, p. 6 apud ROSSEAU; COUTURE, 1998, p. 32).

instaurado o conceito de Arquivo Público, ao possibilitar acesso à sociedade. Outro aspecto importante destacado pelo autor foi o uso do documento como garantia de prova para constituição de direitos dos cidadãos. Percebe-se também a presença de elementos constituintes de uma rede de arquivos e de serviços disponíveis aos cidadãos.

Da idade antiga a idade média os arquivos constituíram um arsenal valioso de informações de auxílio para o fortalecimento de ideologias políticas, culturais e econômicas aliadas às práticas administrativas dos governantes.

Na Idade Média, “verifica-se igual tendência, acrescida de uma preocupação inicial com a autenticidade dos documentos.” (TESSITORE, 1996)

A evolução dos arquivos medievais e do fazer arquivístico nesse período, ainda é fortemente marcada pela ausência de construtos teóricos, orienta-se pela prática indutiva, funcional e empírica, utiliza-se de procedimentos e operações herdadas da antiguidade romana.

Nesse período, amplia-se a noção das instituições arquivísticas como espaço, lugar onde se preservam documentos antigos.

SILVA et al (2002, p.70-100) afirma que no período medieval o sentido prático da administração é influenciado pelas normas do direito romano. Contribuiu significativamente para ampliar o valor e a função da escrita e os arquivos adquirem ainda mais importância. Neste período há o surgimento de novas tipologias documental custodiado pelos arquivos, o que denota um avanço no fazer administrativo, a qual passa a conservar outros documentos, além da perspectiva jurídica e administrativa, conserva-se também, documentos financeiros e até historiográficos.

Em decorrência do aumento e da proliferação de novos tipos de documentos, verifica-se a primeira nomeação de arquivistas nas cortes européias, além dos primeiros regimentos de funcionamento de arquivos e organização de inventários. Este período foi marcado pela aceleração dos arquivos, não havendo mudanças significativas concernentes ao conceito de arquivo e das práticas arquivísticas. Mesmo com o surgimento e o

aperfeiçoamento dos regulamentos, os arquivos no período medieval continuavam sendo orientados por matrizes que remontam à Antiguidade Clássica, mantêm-se a origem administrativa da documentação; a concepção jurídica do serviço; a noção de que ele é fonte de informação; inclusive servindo de memória sobre o passado; e finalmente o carácter privado do acervo, cujo acesso depende diretamente do soberano” (SILVA et al, 2002, p.88).

Vê-se o surgimento do Estado Propriedade e a decadência do Estado como República, isto é, a noção do público é substituída pelo surgimento do privado. Nesse período prevalecem os ideais políticos do Estado soberano, norteado pela noção do privado como forma organizativa sócio-política de toda sociedade. Nesse contexto desaparece a noção de Arquivo Público.

Com o advento da era moderna e a criação dos Estados-Nação, configura-se a ampliação da representação patrimonialista e jurídico-administrativo da instituição arquivística como espaço e como instrumento para garantir a eficiência administrativa e política dos estados.

A partir do século XIV, assiste-se à maturação do fazer arquivístico advinda das necessidades de aprimoramento do fazer arquivístico para apoiar com mais eficácia o aparelho do estado.

O fazer arquivístico neste período, passou assentar-se não apenas no empirismo, mas em procedimentos, regulamentos e normas.

O advento da Revolução Francesa em 1789, reconfigurou os planos político, econômico, social e cultural da sociedade ao estabelecer como princípio norteador de sua ação política os conceitos de Soberania Nacional e o Estado de Direitos, instaura-se os princípios de justiça, garantia, responsabilidade, eficácia da administração estatal diante dos cidadãos.

Vê-se o aparecimento de uma configuração política e social, com nítida diferenciação das esferas pública e do privado, enfatiza o direito público como princípio organizacional de todo o ordenamento político (FARIA, 1978, p. 33-34 apud CAMARGO, 1988, p.58).

No âmbito da Arquivística vê-se o surgimento da Lei de 7 messidor, aprovada no ano II da Revolução.

“[...] todo cidadão tem direito de pedir em cada depósito a exibição dos documentos ali contidos” (JARDIM 2001, p.4).

Ao inaugurar a noção de acesso e uso social dos arquivos, os mesmos deixam de ser meramente um instrumento a serviço do estado e da manutenção do poder e aos poucos passam a ser entendidos como um Arquivo da Nação, ao permitir o direito do cidadão comum o acesso aos documentos de arquivos. Surge então, em 1790 a criação do Arquivo Nacional da França, fruto das atividades, ações e atos produzidos pela Assembléia Nacional na Revolução de 1789. De acordo Schellenberg (2005, p.26) é considerado o primeiro Arquivo Nacional do Mundo.

A iniciativa contribuiu para a instituição de uma administração orgânica responsável para cobrir toda a rede de repartições públicas acumuladoras. (JARDIM, FONSECA, 1992, p.24-25).

A partir de 1790, logo após o advento da Revolução Francesa, inicia-se no interior da prática arquivística o surgimento de importantes marcos. (Schellenberg, 2005, p.27)

- ✓ Criação de uma administração nacional e independente dos arquivos;
- ✓ Proclamação do princípio de acesso público aos arquivos;
- ✓ Reconhecimento da responsabilidade do Estado pela conservação dos documentos de valor passado.

Nesse período, um dos feitos que merecem destaque é a proclamação do princípio de acesso público aos documentos, ao ampliar a dimensão social do arquivo, e provocar o uso social dos arquivos.

Outro marco que impactou positivamente para a institucionalização política das organizações arquivísticas foi a iniciativa da criação dos arquivos públicos. Schellenberg (2005, p.30-33) aponta **quatro razões principais** para esta iniciativa:

✓ **necessidade prática de incrementar a eficiência governamental.**

A necessidade prática de organizar e preservar os documentos produzidos e acumulados no passado (Antiguidade, Idade Média e Antigo Regime) como também os documentos produzidos em decorrência dos atos e atividades desenvolvidas no âmbito da Revolução de 1789.

De acordo com Schellenberg (2005, p. 26) “deveriam ser guardados os documentos da Nova França, documentos esses que traduziam suas conquistas e mostravam suas glórias”. Isso por que:

Durante toda a Revolução Francesa, os documentos foram considerados básicos para a manutenção de uma antiga sociedade e para o estabelecimento de uma nova. Os documentos da sociedade antiga foram preservados principalmente e, talvez, sem essa intenção, para usos culturais. Os da nova sociedade o foram para proteção de direitos públicos (SCHLLENBERG, 2005, p. 27).

✓ **A segunda razão foi de ordem cultural**

Instaura-se uma visão culturalista dos acervos custodiados pelas organizações arquivísticas em detrimento de uma visão **utilitária administrativo**, político e jurídico. Instauram-se as noções de patrimônio cultural e documental e, conseqüentemente, das instituições arquivísticas, prevalece o entendimento dos arquivos públicos como constituintes de fontes para fins culturais, devendo ser preservados.

✓ **A terceira razão foi de interesse pessoal.**

A importância dada aos documentos antigos e os recentes, forçaram os revolucionários franceses a criar os Archives Nationales, Tais documentos sistematizavam representações de poder nas relações sociais, econômicas e políticas. Foram empreendidos esforços para eliminação de documentos suscetíveis de direitos e privilégios de indivíduos e instituições do antigo

regime. Como também, garantiu-se a preservação de documentos úteis que “consustanciasssem os direitos do Estado sobre as propriedades confiscadas”.

Diante desta razão, podemos afirmar que os arquivos ainda constituem-se em instituições que visam contribuir para garantir a manutenção do poder dominante, sob a forma de registros documentais, neles cristaliza-se as representações individuais e coletivas em torno da garantia e dos **direitos** e **deveres** como mecanismo básico do indivíduo ou instituição contra o poder da administração.

À medida que o Estado moderno evoluiu para garantir os direitos individuais e coletivos, a organização da documentação pública tornou-se um pré-requisito. O Estado desorganizado e sem base documental, permite a extrapolação dos poderes do governante e favorece os instrumentos absolutistas e personalizados, inviabilizando as garantias individuais (MARINHO JÚNIOR; SILVA, 1998, p.16).

#### ✓ **A quarta razão é de ordem oficial**

A razão deste enunciado evidencia a forte interface do pensar e da prática arquivística com o fazer da administração. Reconhece-se a importância dos arquivos e dos documentos na gestão administrativa, ao refletirem a evolução das ações e das atividades da máquina estatal administrativa. Enfatiza-se a importância dos documentos arquivísticos para gerir e apoiar as atividades e ações administrativas, ao possibilitarem a retrospectiva de informações sem antecedentes para a tomada de decisões. E para atender com mais eficácia a administração. Houve uma melhoria das técnicas de organização arquivística, em decorrência da centralização dos arquivos e a necessidade de rever algumas práticas de tratamento de arquivos. Surgem também uma série de tratados, informes e instruções de natureza técnica.

De acordo com ROUSSEAU (1998, p. 33) “Os administradores modernos baseiam o seu poder e os seus direitos no que está escrito”. A função dada ao documento arquivístico continua a servir de subsídio para o exercício do poder.



No final do século XVIII e durante o séc. XIX, inaugura-se uma fase que merece destaque na arquivística; o despertar do interesse da disciplina história pelos arquivos, deixando em segundo plano a administração, período caracterizado por Moreno (2004, p. 85) como a Arquivística sob a ótica da “disciplina historiográfica e teoria especulativa”. Abaixo segue descrição de algumas características desta fase:

#### ✓ **A Arquivística sob a tutela da história**

Na busca de cientificidade o campo da História, voltou-se para a pesquisa de fontes primárias, os historiadores vêm nos arquivos, especificamente nos documentos, a oportunidade de explorar os construtos históricos registrados em documentos com a finalidade de (re)construir o passado, recuperar fatos tais como aconteceram nos plano individual e coletivo, para servir de subsídio para (re)interpretar a complexa relação do presente e do futuro.

No século XIX, nasce a arquivística como disciplina histórica, fortemente influenciada pelo positivismo, as práticas arquivísticas passam a ter como finalidade a servir ao historiador, deixando em segundo plano o atendimento à administração e ao cidadão ao privilegiar o “valor secundário do documento”. Corroborando com o enunciado acima o autor [...] “Os arquivos [sic] transformam-se em laboratórios da ciência histórica” (BAUTIER, 1961, p. 1135 apud ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 45).

É importante ressaltar que os historiadores contribuíram, significativamente, nas descobertas de arquivos e fontes documentais.

#### ✓ **Institucionalização da teoria arquivística**

De acordo com Silva et al (2002, p. 107) o surgimento do conceito de “fundo”<sup>6</sup>, surgiu advindo de uma necessidade pragmática; a incorporação e a centralização desordenada de massas documentais pelo Arquivo Nacional Francês e a subsequente necessidade de reordenação desses arquivos.

---

<sup>6</sup> Segundo o Dicionário de Terminologia Arquivística, o fundo é a “unidade constituída pelo conjunto de documentos acumulados por uma entidade que, no arquivo permanente, passa a conviver com os arquivos de outras” (CAMARGO e BELLOTTO, 1996, p. 40)

Diante de tal realidade, foi necessário formular princípios teóricos, visando racionalizar e impor ordem classificatória própria aos arquivos, contrapondo as várias tentativas de classificação e ordenação dos arquivos que privilegiavam a classificação através de assuntos.

Na tentativa de impor ordem ao caos, foi formalizado o conceito de “Fundo” inaugurado em 24 de abril de 1841 pelo arquivista e historiador francês Natalis de Wailly; inaugura um marco conceitual ao sugerir ao Ministro do Interior da França “a emissão de uma circular determinando que os documentos fossem reunidos por fundos” (RONDINELLI, 2002, p. 40).

Segundo Duchein (1983, p. 14) o princípio de respeito aos fundos consiste em manter agrupados os arquivos, sem misturá-los a outros, os arquivos provenientes de uma administração, instituição ou de uma pessoa física ou jurídica.

A introdução deste princípio nas práticas organizativas da arquivística possibilitou o surgimento e a institucionalização de construtos, postulados teóricos, normas e procedimentos para a uniformização classificatória dos fundos reunidos nos Arquivos Nacionais Franceses, além de ampliar seu uso e aplicação em outros países.

De acordo com Silva (2002, p. 107) o conceito foi rapidamente adotado por variados países da Europa, consagrando-se o conceito através do termo “fundo”. [...], reconhecido desde então, de forma generalizada, não apenas como uma regra de caráter prático, mas também como um postulado com valor teórico evidente.

#### ✓ **Desenvolvimento e ampliação de instrumentos para organização e descrição Arquivística**

Para subsidiar com mais eficiência as atividades de investigação histórica, foi necessário organizar catálogos sistemáticos, inventários, repertórios, índices, guias e recopilações documentais para atender com mais eficácia o trabalho investigativo dos historiadores.

### ✓ **Criação e ampliação do ensino arquivístico e o desenvolvimento administrativo e legislativo da arquivística**

O marco na institucionalização do ensino arquivístico foi inaugurado no século XIX com a criação de grandes escolas especializadas: École Nationale des Chartes em 1821, Viena em 1854, Madri em 1856 e Florença em 1857. (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 54). Essa iniciativa veio fortalecer ainda mais a Arquivística como ciência auxiliar da história e sua concepção histórico-culturalista.

Vê-se também a ampliação da legislação arquivística, consolidada através de políticas arquivísticas criadas pelos Estados.

### ✓ **Teorias da arquivística moderna**

Em 1898, vê-se o surgimento do “manual holandês”, criado pelos arquivistas Samuel Muller, J. A. Feith e Robher Fruin, considerado um dos principais marcos teórico-conceituais sistematizados até então, na tentativa de conformar o saber arquivístico e torná-lo independente da disciplina história.

De acordo com Lopes (1998, p.66) a publicação deste manual [...] “inaugurou o pensamento arquivístico tradicional por suas regras e seus métodos de tratamento dos arquivos definitivos, tomando por base os postulados do positivismo clássico”.

A sistematização dos princípios e as teorias de Natallis de Wally nesse manual contribuíram para facilitar a propagação dos postulados teóricos por diversos países. A partir de então, emerge a Arquivística enquanto disciplina autônoma, embora já formalizados os princípios da área, a Arquivística era vista como uma disciplina ‘auxiliar da história’. Sua autonomia iniciou a partir da publicação do ‘Manual dos Arquivistas Holandeses’. Desde então, a arquivística passou a demarcar seu território e a ganhar visibilidade enquanto disciplina autônoma.

### ✓ **Arquivística e administração: os arquivos modernos**

No século XX, aproximadamente na década de 30, a Arquivística (re)direciona sua atenção para subsidiar a administração em sua prática cotidiana. Em decorrência do aumento da burocratização e complexidade administrativa, os arquivos recuperam a sua dimensão administrativa, ocupa-se a servir a máquina administrativa com informações pontuais para subsidiar os processos de tomada de decisão.

O crescimento desordenado de grandes massas de documentos produzidos no âmbito das esferas administrativas estatais, empresas privadas e instituições de pesquisa e o surgimento de novos suportes de registro documental contribuíram para acentuar ainda mais as dificuldades para gerir e recuperar os conteúdos de documentos arquivísticos.

No bojo desse contexto surge na Arquivística norte-americana o conceito de gestão de documentos e a teoria de três idades em resposta a crescente dificuldade de gerir o caos documental, estabelecido no período pós-guerra.

As grandes mudanças evocadas pelas técnicas da Documentação aliadas ao surgimento do fenômeno documental no período pós-guerra, de certo modo, influenciou Arquivística a reposicionar-se diante dessa nova concepção: do fenômeno documental ao informacional.

Recentemente, vê-se um movimento gradual na discursividade teórica da Arquivística para deixar de ser uma mera disciplina reprodutora e manipuladora de técnicas. Evidencia-se esforços intelectuais para o desenvolvimento de reflexões de cunho teórico e empenho para assumir uma postura frente ao fenômeno da informação, além do estabelecimento de diálogo com os postulados teórico-conceituais da Ciência da Informação. Esse período aponta como características:

#### ✓ **Consolidação e institucionalização social da Arquivística**

A produção dos manuais, as atividades de formação especializada através das universidades; o surgimento de associações profissionais; a criação do CIA na década de 50 (Conselho Internacional de Arquivos), com a finalidade de propor soluções para os problemas relativos aos arquivos e a

Arquivística, a criação do Programa de Gestão de Documentos e dos Arquivos (RAMP), criado em 1976 com a finalidade de encaminhar investigações, formação, tendo em vista o desenvolvimento nacional, regional e internacional da arquivística com a finalidade de propor os princípios teóricos e metodológicos universalmente aceites; a publicação Elsevier's Lexicon of Archival Terminology, o alargamento das instituições arquivísticas, administrativas e empresariais; as conferências e congressos contribuíram significativamente para a consolidação e institucionalização da Arquivística enquanto o campo científico articulado com a teoria e prática. Desde a década de 70, vê-se o aprofundamento de investigações em torno das questões teóricas da área. E recentemente, o surgimento de estudos e pesquisas teóricas publicadas em periódicos científicos, mesmo que forma incipiente perante aos desafios que o campo enfrenta no sentido de estabelecer estudos que investiguem os fundamentos epistemológicos da área.

#### ✓ **Expansão científica da Arquivística**

Durante o período pós-guerra a Arquivística consolida-se e institucionaliza-se no âmbito da administração. Vê-se o surgimento dos conceitos de 'ciclo de vida dos documentos, records groups e records management' como mais uma formalização teórica da arquivística moderna.

“A gestão documental afirma-se como uma nova área com estreito, vínculo à administração [...] passando a referir-se não só à produção e uso, mas também à avaliação e seleção de documentos”. (SILVA et al 2002, p. 134). De acordo com Fonseca (1996) a gestão de documentos:

[...] originou-se na impossibilidade de se lidar, de acordo com os moldes tradicionais, com as massas cada vez maiores de documentos produzidos pelas administrações. Os volumes documentais crescem numa progressão geométrica e é necessário que se estabeleçam parâmetros para sua administração. (FONSECA 1996, p. 50 apud SÁ; SANTOS, 2004, p. 83)

O surgimento do conceito de gestão de documentos reconfigura a Arquivologia tradicional ao estabelecer novas práticas de avaliação, seleção e eliminação de documentos de arquivos.

A aplicabilidade deste conceito na prática arquivística visou à eficiência e racionalização dos processos e atividades de produção e armazenamento de documentos. O conceito de gestão documental insere na Arquivística a noção de racionalização, customização e eficiência nos processos de produção, avaliação, armazenamento de massa de documentos, tal fato, justifica-se pela aproximação da área com os princípios da Administração.

#### ✓ **A arquivística dialogando com a ciência da informação**

Após a segunda guerra mundial, assistiu-se a um crescimento exponencial na produção de conhecimento e informação e proliferação de novos suportes, acentuando-se ainda mais dificuldade de gerir uma crescente massa documental e de informações. Aliados a tais fatores a administração passa a depender cada vez mais de documentos e informações pontuais para garantir a eficiência de suas práticas e atividades administrativas. Esses fatores trouxeram novas questões no que concerne à teoria e metodologia arquivísticas.

A Arquivística ao longo de sua história estabeleceu vínculos institucionais e interdisciplinares com a história a administração e o direito - de um lado a valorização histórica das fontes documentais e a necessidade de preservar e conservar documentos para prova e evidência histórica; de outro lado à necessidade empreender ações para organizar racionalmente grandes massas documentais para servir de subsídio para gerir as atividades burocráticas da Administração, em especial a gestão de organismos públicos e estatais.

Por muitos séculos a Arquivística pouco dialogou com as suas irmãs<sup>7</sup>, a relação institucional e interdisciplinar da Arquivística com a Biblioteconomia, a Documentação e sua sucessora Ciência da Informação é demarcada por

---

<sup>7</sup> Designação criada por Smit (2000) ao considerar a Biblioteconomia, Arquivística e Museologia, denominada por ela de Três Marias, ao afirmar que fazem parte de uma mesma família.

tensões institucionais, profissionais e acadêmicas. Tanto a CI como a Arquivística sempre evidenciou através de postulados teóricos, conceituais e metodológicos as diferenças em detrimento das semelhanças entre essas áreas. É somente no final da década de 80 que se nota um esforço por parte de alguns pesquisadores da Arquivística e da CI em construir um diálogo extradisciplinar e interdisciplinar a partir do fenômeno informacional, ou seja, ao afirmarem que ambas as áreas trabalham com o mesmo objeto: a informação registrada - e que tanto as bibliotecas, centros de documentação têm a mesma missão institucional: possibilitar o acesso e a transferência de conteúdos documentais para o usuário em potencial.

A partir do paradigma da informação, reconhece-se a importância sócio-informacional das instituições arquivísticas enquanto mecanismo para potencializar em conjunto com outras instituições informativas o acesso, a transferência e o uso social da informação registrada, ou seja, resgata-se a função informativa dos arquivos em detrimento da função preservacionista.

Outro importante fator é o impacto das tecnologias de informação e comunicação nas práticas arquivísticas, que por sua vez, tem contribuído para potencializar as ações de tratamento, armazenamento e recuperação de documentos arquivísticos.

Diante desse contexto, a Arquivística vê-se obrigada a re(significar) seus postulados, clarificar melhor seu objeto de estudo, os métodos de investigação com teóricos, conceituais e metodológicos. Nesse sentido, tem-se empreendido esforços para vir a compreender a informação orgânica enquanto fenômeno social, que emergem a partir da produção e acumulação da informação arquivística institucionalizada nas organizações.

Podemos dizer que os empreendimentos para compreender melhor seu objeto de estudo – a informação arquivística, possibilita estabelecer vínculos interdisciplinares com a CI, em especial com a área da Organização e Tratamento da Informação. Tal empreendimento se torna possível devido à mudança de paradigma da área: o descolamento do documento, compreendido na área enquanto objeto tangível fisicista para o paradigma documento,

compreendido como um objeto cognoscível, intangível, ou seja o inter-relacionamento da informação como elemento indissociável ao documento. Além do enfoque dado ao usuário e a função e utilização da informação.

Ao orientar-se por esses paradigmas, a área tem condições de estabelecer um diálogo com a área da Organização e Tratamento da Informação no sentido de internalizar seus fundamentos, princípios teóricos e metodológicos para subsidiar nas ações de organização e tratamento da informação arquivística com a intenção de otimizar e ampliar as possibilidades de acesso aos conteúdos arquivísticos.

### **1.3 A contribuição da Documentação na (des)construção de paradigmas: do imobilismo documental ao dinamismo informacional**

Para muitos autores é consensual que o processo de construção histórico-social da Ciência da Informação, enquanto campo científico emergente, possui uma relação estreita com a Biblioteconomia em especial à Documentação, porém evidencia-se na literatura a ausência de construtos teóricos que evidenciem a relação entre a Arquivística e a CI.

A busca de cientificidade da Arquivística é um fenômeno recente, se comparado com o surgimento dos primeiros arquivos, que remontam à época do surgimento da escrita, nas regiões do Médio Oriente, alguns milênios a.C.. Do pragmatismo à reivindicação como campo científico, a Arquivística passa por um longo processo de construção e re(afirmação) de seus postulados teóricos e epistemológicos.

É somente nos finais do século XIX que a Arquivística ganha contornos enquanto área científica, ao emancipar-se quando disciplina auxiliar da história.

DELMAS (1992) afirma que [...] configuração do que tem sido chamado de 'sociedade da informação' vem conduzindo a Arquivologia a passar de uma 'idade empírica' para uma idade científica'. (DELMAS 1992 apud JARDIM, 1998, p.3)



É pertinente ressaltar que historicamente, tanto os arquivos como as bibliotecas foram influenciadas por matizes positivistas ao valorizarem ações organizativas em torno da custódia, da preservação e a memória de seus registros em detrimento de ações organizativas orientadas para viabilizar a transferência, recuperação e uso de seus conteúdos informativos. Tal visão contribuiu fortemente para a construção e a institucionalização de um modelo estático de estoque de registros. Por não contemplar ou re(conhecer) a transferência de conteúdos documentais como processo social, ou seja, as atividades técnicas centravam-se unicamente no acervo. Não reconhecia o usuário como ator principal de suas atividades.

Pode-se dizer que por muitos séculos o paradigma conservacionista, contribuiu efetivamente para realçar somente as diferenças em detrimento das semelhanças entre Arquivos, Bibliotecas e Centros de Documentação ao elegerem como elementos demarcadores as técnicas organizativas e os tipos documentais.

Nessa perspectiva faz-se necessário reconstituir os ideais e as idéias promulgadas pela Documentação do final do século XIX para a constituição da CI. Acredita-se que os construtos teóricos, conceituais e metodológicos defendidos pelo pensamento Otletiano contribuíram de certa modo para unificar o *modus operandi* das instituições informativas: Arquivos e Bibliotecas. “uma propriedade da documentação moderna é a de coordenar setores diversos em uma mesma organização” (López Yepes, 2002, p.47 apud SMIT, TÁLAMO, 2006, p.6-7).

A contribuição pioneira do pensar e do fazer da Documentação Científica desenvolvida pelos belgas Paul Otlet (1868-1944) e La Fontaine (1854-1943) no final do século XIX na construção de práticas e saberes concernentes às atividades de organização, representação e recuperação e disseminação de conteúdos informativos registrado em documentos. Instaurou-se um modelo social de uso da informação, privilegiando as práticas e as necessidades sociais de informação da sociedade em especial das comunidades científicas. De acordo com (Pages apud López Yepes, 2002, p.47) “é com Paul Otlet e a universalização do conceito de documento - como suporte de conteúdo – que

se impõe a Documentação como conceito integrador e dinamizador da informação estocada: a documentação está para a cultura assim como a máquina está para a indústria” (López Yepes, 2002, p.47 apud SMIT, TÁLAMO, 2006, p.6-7).

González de Gómez (2001, p.77) conceitua Documentação como uma

[...] acepção ampla, compreendendo a organização do trabalho intelectual, a informação científica, a bibliologia, a bibliografia, a bibliofilia, a biblioteconomia, a bibliotecografia, a bibliotenia, as artes gráficas. A indústria e o comércio de livros, a Museologia, a Arquivologia, em fim, todas as técnicas... produção, reunião e difusão de conhecimentos.

Em suma, a Documentação inaugurou uma concepção visionária ao defender através de seus postulados teóricos e ideológicos práticas e ações direcionadas para reforçar a sua missão e função social enquanto forças norteadoras para a construção de novos conhecimentos. Essa perspectiva visionária teve a finalidade de contribuir para a melhoria da sociedade através do acesso e uso social de informações, enfatizando a importância das atividades de produção, difusão e uso de conhecimentos pela e para a sociedade, vê-se nitidamente a completude do ciclo social da informação.

De acordo com Smit e Tálamo (2006), “a Documentação estabelece uma lógica que, ao mesmo tempo em que institui o espaço público ou coletivo do documento, cria as condições para a inserção individual, ou seja, o uso da informação pelo indivíduo. Por meio da documentação, o homem se prevalece do legado do passado para construir novos mundos” (SMIT, TÁLAMO, 2006, p.7).

A prática e o pensar da Documentação do século XIX direcionam o seu olhar para as mudanças sociais, econômicas, culturais e tecnológicas demandadas pelo contexto da revolução industrial e pela explosão da documentação, ao propor práticas e postulados teóricos condizentes com a realidade da época. Via-se a diluição da visão e ideário erudito concorrendo com o novo pensar e fazer proposto pela Documentação, ao privilegiar o

acesso, transferência e uso em detrimento da preservação dos estoques documentais.

A discursividade da Documentação impôs o (re)conhecimento dos conteúdos informativos dos registros documentais e forçou o deslocamento do paradigma do 'documento' para o paradigma da 'informação'. Suas ações foram orientadas para valorizar os conteúdos documentais em detrimento da perspectiva descritiva e física do documento defendida por muito tempo pela Biblioteconomia e pela Arquivística.

Sagredo e Izquierdo (1983 apud GARCÍA GUTIÉRREZ, 1999, p.31-32) em sua obra "análisis formal de las definiciones de Documentación", sistematiza algumas definições encontradas na literatura para conceituar e definir o que é documentação e informação, de acordo com os autores:

- ✓ Bradford (1948): arte de recolectar, clasificar y hacer accesibles los documentos (Documentación).
- ✓ Lasso de la Vega (1954): proceso de coleccionary clasificar por materias y de facilitar testimonio a los inventores y descubridores (Documentación).
- ✓ FID (1959): ciencia y práctica de la elaboración y la organización de la información en todos dominios científicos y técnicos (Documentación).
- ✓ Taylor (1963): ciencia que estudia las propiedades de las fuerzas que rigen el flujo y los medios del proceso informativo, es decir, la creación, difusión, recolección, organización, almacenamiento, búsqueda, interpretación y uso de la información (Information Science).
- ✓ Mijailov (1967): disciplina que estudia la estructura de la información científica y las leyes que la rigen, así como su teoría, historia y métodos (Informatika)
- ✓ FID (1971): organización, ordenación, investigación, difusión y evaluación de la información sobre Ciencias, tecnologías y Artes, registrada em cualquier soporte (Documentación)

- ✓ Wersig (1976): proceso continuo y sistemático (identificación, colocación, adquisición, análisis, depósito, recuperación, circulación y conservación de documentos y datos para usuarios especializados (Documentación).
- ✓ IFLA/FIAB (1977): análisis del contenido intelectual de la literatura especializada, su organización sistemática y su difusión (Documentación).
- ✓ López Yepes (1980): ciencia general que tiene por objeto el estudio del proceso de transmisión y recuperación de las fuentes para la obtención de nuevo conocimiento (Documentación).
- ✓ ADBS (1981): almacenamiento e investigación de la información documental en su relación con la tecnología (Documentación).

Diante das definições encontradas na literatura em diversos períodos fica evidente as imprecisões conceituais e terminológicas em torno dos termos: Documentação e Ciência da Informação.

Pode-se dizer que na prática, as idéias da Documentação, contribuíram para a desconstrução de paradigmas até então vigentes, e provocou a reformulação do fazer das instituições bibliotecas e arquivos ao propor novos mecanismos e aportes para organizar, representar e recuperar conteúdos de documentos, provendo o acesso e uso social de seus conteúdos em detrimento de uma visão pautada na valoração do estoque e da exacerbação erudita dada aos acervos.

O paradigma desenvolvido pelo movimento da Documentação do século XIX, inaugura uma nova concepção social ao enfatizar o acesso aos conteúdos dos documentos em detrimento da guarda e da preservação, ou seja, amplia e atribui um sentido social da função e do papel das bibliotecas e dos arquivos, ao privilegiar a diversificação e ampliação de seus públicos como usuários em potencial.

Ao propor a universalização do acesso ao conhecimento, levando em consideração a diversificação dos registros, enfatizando o uso social da informação e do conhecimento. Paul Otlet e La Fontaine desenvolveram

instrumentos e mecanismos para possibilitar o acesso universal aos conteúdos dos documentos, podemos citar entre eles os Repertórios Bibliográficos e a CDU – Classificação Decimal Universal.

Sistematiza os postulados teóricos conceituais, técnicos e metodológicos em sua obra O “Traité de Documentation: Lê livre sur le livre – théorie et pratique”, publicado em 1934, perpetuando desse modo o pensamento da Documentação.

As ações empreendidas pela Documentação, instauraram as bases teóricas para o surgimento da Ciência da Informação, segundo (1996)

O [Tratado] de Documentação é talvez [...], “a primeira sistemática e moderna discussão dos problemas gerais da organização da informação”. o termo documentação é um neologismo, criado por Otlet, para designar o que hoje em dia tendemos, a chamar de armazenamento e recuperação da informação. De fato, “não é exagero declarar-se que o tratado foi um dos primeiros textos de Ciência da Informação...” Propõe novos tipos de sistemas mecânicos integrados para o manejo da informação, os quais teriam ainda de ser inventados e transformariam o meio ambiente e as práticas dos pesquisadores (FIGUEIREDO, 1996, p.6)

Paul Otlet defende uma noção ampla do documento, ao definir “[...] é o livro, a revista, o jornal; é a peça de arquivo, a estampa, a fotografia, a medalha, música; é também, atualmente, o filme, o disco e toda parte documental que precede ou sucede a emissão radiofônica” (OTLET, 1937).

Ao ampliar o conceito de documento, independentemente de sua natureza ou função: bibliográfica, arquivística ou museológica. Instaura uma visão do documento como sendo um recurso principal para a construção de novos conhecimentos, possibilita novo status para os documentos de natureza arquivística como também, para os objetos museológicos, contrapondo a idéia até então aceita de ser o livro o único documento passível de gerar conhecimentos. De acordo Smit e Tálamo (2006) “a idéia de documento, mais ampla que a de livro, [...] permite o reconhecimento dos múltiplos suportes de conteúdo informacional que beneficiarão toda e qualquer atividade humana” (SMIT, TÁLAMO, 2006, p.7).

Contribuiu para o rompimento paradigmático até então vigente, que atribuía status à biblioteca, arquivo e museus pautados em valores de natureza historicista, patrimonial e custodial, ou seja, a sobrevalorização da guarda e conservação de materiais em detrimento de uma prática orientada para potencializar o acesso e uso social dos conteúdos informativos registrados em documentos. Como aponta Freire (2006, p.10) “O que torna paradigmático o trabalho de Otlet e La Fontaine [...] centraram seus esforços no conteúdo dos documentos, ou seja, na informação em si, e, isto foi realmente inovador pois, até então nunca havia sido feito”.

Arriscamos em afirmar que o movimento da Documentação do século XIX fundado por Paul Otlet inaugura uma visão integradora das práticas das instituições: bibliotecas, arquivos e museus, pelo conceito “documento”, ao ampliar o conceito de documento e dotá-los como portadores de conteúdos informativos para contribuir na geração de novos conhecimentos.

De acordo com Gonçalves (1998, p.18), as constantes mudanças econômicas, sociais, culturais e as transformações tecnológicas do século XX, aliadas ao surgimento de múltiplos canais de registro e comunicação de informações contribuíram na ampliação da noção de documento.

Os postulados defendidos pela Documentação romperam com a visão patrimonialista e preservacionista ao propor de acordo com Smit e Tálamo (2006) oito princípios que estabeleceram “uma ruptura com a modernidade [...]”, ao enfatizar a importância do acesso em detrimento de sua utilidade: “os objetivos da documentação organizada consistem em poder oferecer sobre todo tipo de fato e de conhecimento informações documentadas”.

- 1.universais quanto ao seu objeto;
- 2.confíáveis e verdadeiras;
- 3.completas;
4. rápidas;
5. atualizadas;
6. fáceis de obter;
7. anteriormente reunidas e prontas para serem comunicadas;

8. colocadas à disposição do maior número de pessoas (Otlet, 1934, p.6 apud SMIT, TÁLAMO, 2006, p.7).

Segundo Smit e Tálamo (2006, p.8), de modo sintético a proposta Otletiana considera que:

1. a atividade documentária organiza conteúdos em diferentes ordens, socializando-as para o uso e geração do conhecimento;
2. o documento em si mesmo é registro de memória individual;
3. a organização documentária encontra-se materializada em Sistemas de Recuperação de Informação, os quais diferem do componente informacional homogêneo da mídia massiva porque representam os conteúdos segundo ordens relacionais - diferença, semelhança, etc.;
4. os Sistemas de Recuperação de Informação e de documentação apresentam-se como memória coletiva pois fundam-se em linguagem normalizada e socializada – a Linguagem Documentária (LD);
5. linguagem e memória encontram-se associadas: a memória expressa-se através da linguagem, seja nos documentos ou seja no próprio Sistema de Recuperação de Informação.

De tudo que foi exposto, destaca-se a questão da ruptura de paradigma proposta pelo pensamento Otletiano – isto, é, a de(construção) da visão centrada em valores patrimonialista e culturalista que orientavam o fazer das instituições-memória documental do conhecimento humano para a instauração de concepção organizativa orientada para o acesso e uso.

Acredita-se que esse rompimento possibilitou a alteração no foco dos estudos e objetivos da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. Ao atualizar as técnicas organizativas condizentes com o contexto sócio-técnico da época, a preocupação com o usuário, procurando organizar, representar, recuperar e disseminar os conteúdos documentais de forma rápida para o usuário.

Contribuiu para aprimorar os estudos nas áreas da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia no sentido de propor aportes para clarificar a maneira como os conteúdos de documentos devem ser transferidos para o usuário e apropriados por eles.

Conclui-se que os postulados defendidos pela Documentação e o aprimoramento pela sua sucessora Ciência da Informação, contribuíram para o estabelecimento do paradigma informação/usuário, ou seja, fixaram-se bases teórico-conceituais e metodológicas para estudos sobre as atividades de produção, coleta, organização, tratamento disponibilização e uso de informações. Contribuiu para o entendimento de redes de cooperação, compartilhamento de informações, independentemente de sua natureza, função ou local de armazenamento. E apesar da abrangência das idéias e ideais da Documentação ser considerada inovadora na época, continua vigente até hoje, e vem sendo revigorada pela sucessora Ciência da Informação.



## 2 CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-CONCEITUAIS DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA

### 2.1 Do binômio documento-arquivo ao paradigma da informação arquivística

No campo da Arquivística, área tradicionalmente vinculada às técnicas de descrição, preservação e a organização de arquivos, observa-se recentemente um movimento gradual das matrizes <sup>8</sup>custodial, historicista, patrimonialista e tecnicista- atributos herdados das bases epistemológicas do positivismo<sup>9</sup> do final do século XVIII para uma perspectiva orientada pela e para a dinamicidade informacional imposta pela sociedade da informação.

A Arquivística ao eleger em sua agenda investigativa o “conteúdo” do documento arquivístico como um problema ou temática a ser investigado, abre oportunidade para revisitação e (re)significação de seus quadros teóricos e conceituais, além de estabelecer interfaces interdisciplinares com outras áreas científicas, em especial com a Ciência da Informação.

Diante dessa perspectiva, vê-se a possibilidade do estabelecimento de vínculos interdisciplinares com a cognição, a lingüística, semiótica, terminologia, teoria do conceito e teoria da classificação para nortear o desenvolvimento dos processos, ações, atividades, serviços e produtos inerentes á organização, representação e recuperação dos conteúdos documentais focados no usuário potencial.

Ao reconhecer as categorias conteúdo e informação como indissociáveis na definição de documento arquivístico, surge recentemente na área da Arquivística uma corrente de pensamento defensora da “informação arquivística” como seu objeto de estudo.

---

<sup>8</sup> SILVA e RIBEIRO (2002) caracterizam a visão iluminista, historicista, custodial, patrimonialista e tecnicista, como sendo o paradigma conservador aceito pelos profissionais de bibliotecas, arquivos e museus. Esses termos serão utilizados para identificar esse “paradigma antigo”, segundo a concepção desses autores.

<sup>9</sup> De acordo com Aron (1967) “A ciência (positivista) ... duplamente pragmática. É o princípio de onde são tiradas as receitas técnicas como conseqüências inelutáveis:[...]. Visa à educação de preceitos a partir da observação das regularidades. Da lei constatativa passa-se então para a lei da prática, do saber para o poder” (BRUYNE, 1977, p.139 *apud* ARON, 1967, p.119)

Do paradigma documental para o informacional, constata-se o deslocamento de um imobilismo documental em direção a uma visão centrada na difusão, comunicação e transferência de conteúdos arquivísticos. Por vez, essa visão paradigmática tem forçado as instituições Arquivísticas remodelarem suas técnicas e ações organizativas em oposição da sobrevalorização tecnicista e preservacionista dos estoques e da memória.

Smit (2005) assinala que os deslocamentos da ênfase: do documento para a informação; do acervo para o usuário; do acervo para o acesso e a utilização da informação

são caracterizados por alguns autores como rupturas paradigmáticas, o que é discutível (Jardim e Fonseca 1992, Moris 1994, Valentim 1995), pois todos os componentes continuam presentes e interligados: o documento, a informação contida no documento, o acervo enquanto conjunto de documentos, o usuário e a utilização que o usuário faz de uma informação à qual ele teve acesso. (SMIT, 2005, p.7)

O advento do fenômeno da informação introduziu uma cultura informacional que se estende por todas as áreas da sociedade. Diante de tal contexto, não é mais possível manter a cultura do documentalismo e do imobilismo documental. Impõe-se um novo ambiente e surgem novas formas de produzir, organizar, armazenar, disseminar, acessar e usar informações.

Nesse sentido, as instituições arquivísticas têm a oportunidade de ampliar sua dimensão pública e social, ao reconhecer o valor informativo dos conteúdos arquivísticos como recurso para geração de novos conhecimentos.

O emergente paradigma informacional opõe-se aos pressupostos ainda vigentes no pensar e nas práticas arquivísticas. Isso porque a área ainda insiste em utilizar a técnica e o pragmatismo para orientar o saber teórico, ou seja, a sobreposição do fazer pelo saber, desenvolvida e imposta pela

Arquivística custodial desde o final do século XVIII, se estendendo até o final de década de 1980.

No entanto, institucionalizar a Arquivística como disciplina científica na pós-modernidade, faz-se necessário romper com o paradigma da posse dos estoques da memória documental arquivística e construir saberes e práticas que potencializem e ampliem o acesso e uso dos conteúdos arquivísticos.

No caso da Arquivística brasileira, há pouca reflexão, devido à ausência de estudos e pesquisas que tratem questões, especificidades e problemas que venham contribuir para consolidar a institucionalização cognitiva da área, ou seja, a construção de saberes conceituais, teóricos e metodológicos pautados em saberes científicos.

A baixa produtividade de reflexões científicas na área, contribui para acentuar ainda mais as dificuldades práticas e teóricas; no sentido de modelar as instituições arquivísticas compreendidas como espaço comunicacional e emissor de informação social.

Desse modo, constitui-se uma necessidade emergente a ser explorada, no sentido de (des)construir paradigmas cristalizados e institucionalizados pela e na Arquivologia custodial.

Na perspectiva do paradigma conservacionista García Marco, (1995, p.102) afirma que o objeto de reflexão era o próprio documento. Nesse sentido, Brito (2005, p.37) complementa ao dizer que o modelo custodial foca o “documento como um bem cujo valor se limita a servir unicamente à cultura ou à história; ou, tragicamente, que o tratamento arquivístico se justifica somente pela necessidade de liberação de espaço físico nas dependências das instituições”.

A definição conceitual de documento empreendida pela Arquivística pré-científica durante muito tempo apoiou-se na acepção fisicista e estática, não contemplavam em sua definição as categorias conteúdo e informação.

De acordo Mechale (1987) “chegou-se a um estado que nem a informação, nem o documento são estáveis e estáticos. A informação e sua

manifestação expressiva, o documento, transformaram-se em realidade dinâmica, simultânea e transversal” (MECHALE, 1987 apud BUFREM, 2006, p.2).

Somente a partir da modernidade, especificamente no século XXI, constata-se na área da Arquivística um avanço em direção de um novo paradigma denominado por alguns autores como científico e pós-custodial, ao (re)fundamentar quadros paradigmáticos orientados para a construção de saberes sócio-científicos e técnicos pautados no emergente fenômeno informacional (SILVA, 2002, p.575).

A discussão em torno da construção e consolidação do paradigma informacional na Arquivística ganha notoriedade na agenda investigativa da CI, especificamente nos países hispânicos e em Portugal, citam-se apenas alguns autores como (GARCÍA MARCO (1995); CURRAS PUENTE (2004); LÓPEZ YEPEZ (2002); RIBEIRO, 2002; SILVA, 2002).

No Brasil, a discussão ainda é incipiente, dentre os autores que defendem e propõem aproximações conceituais e teórico-metodológicas com a CI, podemos citar SMIT (2005); GUIMARÃES (2003); JARDIM (1992; 2004;), LOPES (1996); FONSECA (2005).

Arrisca-se em afirmar que as discussões e abordagens inauguradas pelo paradigma emergente ainda é incipiente na agenda científica da Arquivística.

A ausência das discussões em torno paradigma informacional no campo da Arquivística está relacionada diretamente ao desenvolvimento e configuração histórico-social e institucional da Arquivística no Brasil.

Retomemos ao ponto que nos interessa - o conceito de documento na perspectiva do paradigma informacional, amplia-se à medida, em que a explosão da informação e do conhecimento aumenta em proporções desmedidas, acompanhadas pelas evoluções tecnológicas, além da proliferação de novos registros em suportes convencionais e em meio digital. Esses fatores acabaram por exigir o discernimento e clareza quanto à definição conceitual de documento, em especial o documento de arquivo.

Diante desse emergente contexto informacional, vê-se o surgimento de novas questões para o campo Arquivístico e a necessidade de empreender esforços investigativos para melhor compreensão dos fenômenos ocasionados pelo novo paradigma, em especial revisitar seu objeto de estudo - o documento arquivístico.

Nessa perspectiva, as instituições arquivísticas deixam de ser consideradas depositárias apenas de suportes documentais e guardiões de papéis velhos, para transformar-se em sistemas dinâmicos de informação. O impacto dessa concepção diante do fazer e do pensar arquivístico despertam novos interesses na agenda investigativa do campo Arquivístico ao sugerir novas abordagens para compreensão da teoria e da prática, ao repercutirem na revisão das concepções para definição do que é arquivos, dos critérios organizativos e principalmente a necessidade de (re)significar o objeto de estudo diante desse novo contexto caracterizado e norteado pelos fluxos de informação.

Procura-se neste tópico desenvolver argumentos considerando o documento arquivístico como agente de informação e construtor de significados e a compreensão das instituições Arquivísticas enquanto espaço de expressão comunicacional nos contextos organizacionais, sob a ótica de sistemas de informação.

Para tal empreendimento faz-se necessário compreender as características teórico-conceituais acerca da definição do termo documento. Infere-se que para obter uma ampla compreensão do termo, é necessário revisitar as acepções conceituais promulgadas nas áreas da Arquivística, Biblioteconomia, Documentação e CI. Tal esforço possibilitará identificar aproximações, similaridades e diferenças conceituais acerca da trajetória histórico-social do documento.

Pode-se adiantar que na perspectiva contemporânea, as instituições Arquivos, Bibliotecas e Centros de Documentação, consubstanciadas pelo conceito de “documento”, possuem relações estreitas entre si ao promulgarem como objeto de trabalho a “informação registrada”.

Não é privilégio exclusivo da Arquivística estudos sobre o documento, já que diversas disciplinas têm empreendido reflexões acerca do termo, que por vez tem ocasionado uma dispersão conceitual. Curiosamente a informação também se apresenta como um conceito multifacetado e objeto de diversas disciplinas científicas. De acordo com García Aguilar (1999, p.91), “o uso da palavra documento tem propiciado múltiplas confusões e não existe uma definição unitária e conceitual [...]”.

Inicia-se com a sistematização das acepções teórico-conceituais em torno do termo documento, encontrado nas áreas de Biblioteconomia, Documentação, Ciência da Informação e da Arquivística; em seguida procura identificar na literatura Arquivística a evolução das acepções conceituais dos termos arquivo(s) e informação arquivística.

De acordo com (LE GOFF, 1990), documento, *documentum*, em latim, origina-se de *docere*, que significa ensinar, com o tempo, passou a significar também “prova”, e no início do século XIX foi atribuído o valor histórico. Em grego, *doxein* significa parecer, opinião.

Na intenção de adotar uma ampla visão das acepções do termo documento em diversos contextos e momentos históricos e re(significá-lo) enquanto objeto informativo. Esta pesquisa se apóia na compreensão do documento enquanto agente com potencial informativo e de conhecimentos a partir das perspectivas e abordagens defendidas por (Popper, 1975; Buckland, 1991).

Na acepção popperiana, o documento é compreendido como um “conhecimento objetivo”, ao defender uma relação direta do conhecimento objetivado em documentos. Em sua obra “Teoria do Conhecimento Objetivo”, o autor aponta três teorias sobre o conhecimento; o Mundo 1, relaciona-o como o conhecimento relativo à dimensão física e material; o Mundo 2, relaciona-o com o estado subjetivo e cognitivo, já o Mundo 3, ou mundo do conhecimento objetivo está relacionado com “o mundo dos inteligíveis ou das idéias no sentido objetivo”.

De acordo com Miranda (2002), o Mundo 3 “tem a ver com o conhecimento registrado, com as suas teorias, proposições e demais entidades lingüísticas que entram na codificação e registro do conhecimento”.

Ainda de acordo com Miranda (2002),

na acepção popperiana [...], a Ciência da Informação é uma área de pesquisa típica do Mundo 3, ou seja, de metaciência como atividade que estuda o fenômeno dos registros de conhecimentos e trabalha pelo aperfeiçoamento das formas de produção, armazenamento e uso (ou seja, de todo o ciclo informacional) do conhecimento registrado.

Buckland (1991) aponta três acepções para a informação:

- 1) a informação como processo, compreende a perspectiva da comunicação, o ato de informar um objeto informacional qualquer, envolve implicações acerca do reconhecer, apreender, assimilar e recepcionar contextos informacionais;
- 2) a informação como conhecimento envolve a capacidade de recepção da informação, ou seja, o processo de transformar informação em conhecimento, implica em reconfigurar o estoque cognitivo do indivíduo;
- 3) informação como coisa, se refere á representação dos conteúdos documentais (compreendidos como sendo informativos), expressos em textos, códigos ou sinais registrados em um suporte qualquer.

Buckland (1991) assinala que “o conceito de documento é analisado pelo seu valor expressivo e cognitivo, em sua faceta significativa. Denominado por Buckland “informação-como-objeto”, o documento é a possibilidade de a informação tornar-se tangível” (MOREIRO, 2005, p.45 apud BUFREM, 2006, p.45).

Segundo MOREIRO (2005) a concepção de documento para Buckland (1991) baseia-se na idéia de que a informação contida num documento tornar-se um objeto tangível e compreendido

[...] graças à faculdade semiótica humana para a construção de signos. Completa-se com ele o ciclo em que os sujeitos, cada um contribuindo conforme suas capacidades – autor, documentalista, analista e receptor - produz, reconhece, traduz, identifica, valoriza, recupera e analisa a informação registrada, a partir de seus esquemas cognitivos organizadores (MOREIRO 2005, p.45 apud BRUFREM 2006, p.6).

Na perspectiva da CI Miranda e Simeão (2002, p.2) salientam que “tendo em vista a idéia de que a Ciência da Informação centra-se na análise do fenômeno da massa documental, [...] seria oportuno, para seu entendimento, a conceituação de seu elemento básico que é o próprio documento”.

Miranda e Simeão (2002, p.3) apresentam os seguintes elementos constitutivos de um documento, conforme esquema abaixo:

Tipo – Conteúdo – Formato – Suporte (Representação estática)
---

- ✓ Tipo – [...] está intrínseca e indissociavelmente relacionado com a sua produção. [...] São formas que, por força de sua reconhecibilidade, predeterminam os modos de produção e uso.”
- ✓ Conteúdo – “É a parte substantiva do documento e está predeterminado pelo seu tipo, na medida em que está conformado às normas e condições de produção”.
- ✓ Formato – “Está relacionado com o modo e concepção e exposição do conteúdo. O formato molda o conteúdo, tornando-o inteligível à medida em que a forma também determina o significado, [...]”.
- ✓ Suporte – “É a parte visível e manipulável do documento, ou o documento propriamente, no senso comum. É a coisificação ou expressão física como produto, mas que compreende todas as características constitutivas [...] anteriormente”.

Ainda de acordo com Miranda e Simeão (2002, p.5),



o suporte é a base física que reúne as idéias construídas em um determinado formato”; o formato é o desenho ou arquitetura que determina a leitura de um texto e sua seqüência; o conteúdo é a idéia (original ou não) que precisa ser disseminada para gerar novas idéias; tipificação são as formas de classificar as publicações que disseminam o conhecimento.

Briet (1951) em sua definição clássica diz que documento é “[...] qualquer signo físico ou simbólico, preservado ou registrado, que intenta representar, reconstruir ou demonstrar um fenômeno conceitual o físico”. (Buckland, 1997).

De acordo com Rabello e Guimarães (2006) a definição defendida pela bibliotecária francesa Briet (1951) enuncia a evidência e a e prova como elementos constitutivos de um documento e aproxima o conceito da perspectiva defendida pela Arquivística e do Direito. Para melhor esclarecimento da acepção conceitual defendida pela autora:

<b>Relação objeto/documento</b>	
Objeto	É documento?
A estrela no céu.....	Não
Uma foto da estrela.....	Sim
Uma pedra no rio.....	Não
Uma pedra num museu.....	Sim
Um animal na selva.....	Não
Um animal em um zoológico.....	Sim

Fonte: Briet, 1951 apud Buckland (1997)

Diante da clássica compreensão defendida por Briet (1951), Rabello e Guimarães (2006) afirmam que “a intencionalidade da ação sobre o objeto (seja na sua representação em outros suportes, como no local onde será armazenado) lhe garantirá o “status” de documento”.

Na definição de documento defendida por Briet (1951) o que interessa no objeto a ser transformado em documento é a sua materialidade (suporte), intencionalidade (objeto como evidência), ser processado (transformação em documento), posição fenomenológica (percepção do indivíduo/interpretação). (BUCKLAND, 1997 apud RABELLO; GUIMARÃES, 2006 , p.10).

Rabello e Guimarães (2006, p.12) afirmam que o conhecimento ao ser objetivado em um “documento, esse pode adquirir diferentes valores que podem se inter-relacionar pensados sob o ponto de vista das chamadas Ciências da Documentação teórico-aplicadas”. Na visão dos autores os valores constitutivos de um documento são:

- ✓ valor histórico (testemunho ou prova histórica) e valor jurídico-administrativo (eminentemente de prova para o Direito) – esses valores interessam principalmente para a Diplomática e para a Arquivologia;
- ✓ valor de conhecimento e de informação – interessam principalmente para a Biblioteconomia e para a Documentação.

Diante dos atributos apresentados por (Rabello e Guimarães, 2006), constata-se a evidência de valores ainda pautados nas idéias do histórico-positivismo, por contemplar somente as perspectivas de evidência; prova; valor histórico-jurídico e administrativo do documento como atributos de interesse somente das disciplinas: Diplomática e Arquivística. As perspectivas apresentadas pelos autores não evidenciam a dimensão científico-informativa do documento de natureza arquivística. Compreendido como agente capaz gerar novas informações e construir novos conhecimentos. Diante do exposto pelos autores, evidencia-se novamente a intenção de reforçar as diferenças em detrimento das similaridades entre o documento bibliográfico e o de natureza arquivística.

Ao evidenciarem a dimensão “conhecimento e de informação” atribuído somente à Biblioteconomia e Documentação, ignorou-se o potencial informativo e de conhecimentos dos documentos arquivísticos. Arrisca-se em afirmar que essa perspectiva só contribui ainda mais para reforçar a visão redutora da

acepção do documento arquivístico, e conseqüentemente na redução do papel da Arquivística, enquanto disciplina aplicada da CI, por não contemplar o potencial informativo e de conhecimentos dos conteúdos arquivísticos.

Contrapondo aos argumentos defendidos por (Rabello e Guimarães, 2006), e reafirmando os enunciados acima, Silva (200-, p.23) assinala que “o primado do valor legal e probatório do documento de arquivo coexiste com o chamado valor informativo”.

Mostafa e Pacheco (1995) ressaltam que

se for alargada a compreensão do documento, constatar-se-á que não existem diferenças fundamentais entre o documento bibliográfico (...) e os documentos gerados nos fluxos informacionais das diferentes áreas de serviços. São todos suportes de informação (...) que precisam ser produzidos, ordenados, armazenados e recuperados (MOSTAFA; PACHECO, 1995, p.10).

Num estudo sobre as incoerências conceituais encontradas na literatura da biblioteconomia e documentação a pesquisadora Galvão (1998, p.48) afirma que

o termo documento é empregado, na área de biblioteconomia e documentação, ora como equivalente ao termo suporte de dados ("objeto material sobre o qual ou no qual uma variável física específica - perfurações em série, sinais magnéticos, signos visuais, auditivos etc.- pode representar dados"), ora como equivalente ao termo meio de comunicação ("canal ou cadeia que liga a fonte ao receptor) e ora associado ao termo mensagem (sinônimo de 'conteúdo', ou seja, aquilo que é dito em um texto, em um discurso") -, sem que haja explicitação à qual das conceituações apresentadas o termo documento está se referindo.

De acordo com Smit (2005, p.11) para se chegar à “noção de documento, enquanto registro, [...] supõe-se um suporte e uma inscrição”.

Nesse sentido DESANTES (1987) resalta que “El mensaje "incorporado a un soporte produce el documento", y " el mensaje documental es el mensaje documentado una vez comunicado o difundido, precisamente gracias a su

integración en un documento" (DESANTES, 1987, p.229 apud FERNÁNDEZ-CABRERA, 2000).

Ramos (1985) afirma que "El producto informativo documental es un mensaje al que se atribuye una utilidad para el usuario" (RAMOS, 1985, p.177 apud FERNÁNDEZ-CABRERA, 2000).

Smit (2005) afirma que é o registro que confere tangibilidade para a informação, ou seja, "um caráter menos volátil, mais permanente, e mais portátil [...] garante a permanência da informação no tempo e sua portabilidade no espaço" (Smit, 2005, p.11).

Portanto, para que o registro exista enquanto artefato informacional é necessário à existência de uma inscrição codificada, em outros termos o registro "passa a ser uma representação de algum fenômeno real, é algo que "está no lugar" do fenômeno original". Através de um sistema de <sup>10</sup>códigos que enunciam uma função comunicativa, visando o "compartilhamento de informação" (SMIT 2005, p.11).

Diante das abordagens apresentadas por (Desantes, 1987; Smit, 2005; Ramos, 1985) pode-se afirmar que o teor informativo (registro de uma mensagem através de códigos) coexiste com o suporte, é indissociável, é o suporte que confere a materialidade do documento e o torna tangível o seu conteúdo. Miranda (2002) complementa ao dizer que os russos Mikhailov, Cherny e Gilyarevski (1975) "apontaram prioritariamente para a "inseparabilidade da informação científica de seu suporte físico", reconhecendo em seguida que essa propriedade é comum a todo tipo de informação" (AQUINO 2002 apud MIRANDA 2002, p.11).

López (1997, p.43) define que o documento "é o instrumento inventado pelo homem para tornar possíveis seus desejos; conservar e descrever a realidade pensada, vivida ou imaginada em todas as suas formas".

De acordo com a American Library Association - ALA, documento pode ser definido como:

---

<sup>10</sup> "O código é um sistema de sinais- ou de signos, ou de símbolos – que, por, convenção prévia, se destina a representar e a transmitir a informação entre a fonte dos sinais – ou emissor – e o ponto de destino – ou receptor" (Dubois et al 1991, p.114). Indo além, "compreende-se, então, por código não somente um conjunto limitado de signos ou unidades (do domínio de uma morfologia) mas também, os procedimentos de seu arranjo (sua organização sintáctica), sendo que a articulação desses dois componentes permite a produção de mensagens" (Greimas e Courtès, 1983, p.50). (SMIT, 2005, p.24)

Material de distintas clases en el que se registra un trabajo, de éste, o muchas obras. Entre los diversos tipos de documentos figuran los libros y de material similar a ellos, hojas impresas, gráficos, manuscritos, grabaciones sonoras y de vídeo, películas cinematográficas y ficheros de datos legibles por la máquina. En reprografía, un solo trozo de papel que contiene texto u otra materia gráfica en una cara o en ambas. Expresión abreviada de un documento o de una publicación oficial (AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION, 1988 apud GARCÍA AGUILAR, 1999, p. 91).

Na aceção de documento promulgada pela ALA elege-se a perspectiva fisicista e as diversas tipologias documentais, a definição é redutora por enfatizar o suporte em detrimento ao conteúdo ou teor informativo do documento.

Garcia Aguilar (1999) ressalta a dificuldade de delimitar o conceito de documento, diante da constatação de que um documento pode ser tudo, inclusive um livro, ou um uma obra de qualquer e determinado formato.

Parafraseando Moreiro González (1998, p. 14), “o que é um documento?. Un documento es la información como significante, la información como objeto de Buckland”.

Moreiro González (1998) ao citar a “informação como coisa”, referida por Buckland (1991) como uma representação do real, sistematizado/registrado em um suporte com intenção de comunicação, ou seja, os códigos e signos enunciam e confere a inteligibilidade e tangibilidade de um conteúdo documental.

Buonocore (1984) ao definir documento, diz:

Esta palabra tiene distintos significados, según se le considere desde el punto de vista jurídico, documentalista propiamente dicho o archivológico [...] En una palabra, documento es todo aquello que tiene una base material de fijeza y que puede servir como elemento de prueba o de enseñanza de un hecho o una cosa. [Así...] el concepto de documento tiene [...] una gran

amplitud que lo hace casi sinónimo de fuente de conocimiento. (BUONOCORE, 1984 apud GARCÍA AGUILAR, 1999, p.91)

A definição apresentada por Buonocore (1984) se aproxima da concepção popperiana (Mundo 3) ao relacionar o documento como quase fonte de conhecimento.

Para (PICARD apud CÓRTEZ ALONSO, 1989, p.18-19) documento “es toda comunicación escrita o grabada; y lo identifica con todo conocimiento susceptible de ser utilizado como objeto de estudio, o prueba de una proposición presentado sobre un soporte material de cualquier naturaleza y forma”. (GALENDE DÍAZ; GÁRCIA RUIPÉREZ, 2003, p.19)

Ao apresentar a categoria “comunicação” como elemento constitutivo de um documento, arriscamos em afirmar que essa acepção causa uma certa imprecisão terminológica e conceitual entre a noção de comunicação, informação e documento.

Já Martinez de Souza (1993) afirma que documento é uma

Expresión del pensamiento (biografía, relato, texto laudatorio, funerario, testamentario, etc) por medio de signos gráficos (letras, dibujos, pintura, etc) sobre un soporte (piedra, pergamino, papel, lienzo, película, cinta, etc). / Información registrada que se considera una unidad en un proceso de documentación. / Diploma, carta, relación u outro escrito que ilustra acerca de un hecho, principalmente histórico. / En diplomática, testimonio escrito sobre un hecho de naturaleza jurídica, redactado con arreglo a ciertas formalidades destinadas a conferirle autoridad, fe y fuerza probatoria. / En archivística, conjunto constituido por un soporte y la información que contiene, utilizable con fines de consulta o como prueba. / Pieza de archivo o manuscrito (MARTÍNEZ DE SOUZA, 1993 apud GARCÍA AGUILAR, 1999, p. 92).

Para Belloto (1982, p.14) “documento é toda e qualquer experiência codificada num suporte, ou ainda tudo o que possa demonstrar concretamente a atividade humana”.

Lopes (1996) define documento todo e qualquer suporte material a que possa ser atribuído, de modo arbitrário, científico ou não, a existência de um conteúdo informacional.

Nessa mesma perspectiva (CAMARGO e BELLOTO, 1996) definem documento como sendo uma unidade constituída pela informação e seu suporte.

Na perspectiva da Arquivística, o que caracteriza um documento de arquivo, é sua dimensão jurídica, seu caráter seriado, sua <sup>11</sup>unicidade e sua objetividade. (HEREDIA HERRERA, 1991, p. 117)

Já a acepção de documento arquivístico apresentado por Tanodi (1981) evidência alguns elementos constitutivos do documento de arquivo; ao refletirem os princípios e bases da Arquivística: a noção de conteúdo e textualidade (compreendido como sendo o teor informativo do documento) e o princípio de proveniência, conforme salienta abaixo:

o documento de arquivo é o suporte que contém um texto, que é o resultado de uma atividade administrativa de uma entidade, efetuada em cumprimento de seus objetivos e finalidades. A atividade administrativa adota em seu sentido amplo, as gestões internas e trâmites internos e externos considerados de caráter administrativo, contábil (econômico financeiro) e jurídica (que se constituem em provas sobre direitos e deveres) (TANODI, 1981, p. 5).

Roncaglio (2004, p.2): define documento de arquivos como

---

<sup>11</sup> O princípio de unicidade está ligado à qualidade “pela qual os documentos de arquivo, a despeito da forma, espécie ou tipo, conservam caráter único em função de seu contexto único em função de seu contexto de origem”. (BELLOTTO, 2002, p.23)

são documentos produzidos e/ou acumulados organicamente no decorrer das atividades de uma pessoa, família, instituição pública ou privada. Ou seja, os documentos são criados uns após os outros, em decorrência das necessidades sociais e legais da sociedade e do próprio desenvolvimento da vida pessoal ou institucional. Em segundo lugar, os documentos de arquivo são produzidos com finalidades específicas para atender várias demandas de informações. Embora alguns documentos possam, no seu momento de criação, já ter um valor histórico a produção da maioria dos documentos atende primeiramente às necessidades burocráticas, administrativas ou legais.

Martín-Pozuelo (1996) afirma que a diferença entre documento arquivístico de outros documentos são os elementos constitutivos inerentes aos postulados teóricos da Arquivística, ou seja a “função pela qual surge um documento arquivístico é, em definitivo, o componente essencial em sua conceituação”. (MARTÍN-POZUELO, 1996, p.90 apud MONÇÃO, 2006, p.18)

Na Arquivística pós-moderna e pós-custodial verifica-se um movimento paradigmático empreendido por (Núñez Fernandez (1999), VAZQUEZ (1996), Heredia Herrera (1995), Camargo (1994), Smit (2005), Cook (1997b, 2000) na tentativa de ampliar as bases conceituais do documento arquivístico (MONÇÃO, 2006, p.16).

Cook (2000), salienta que o impacto das tecnologias da informação, o surgimento de novos suportes no contexto digital, contribuiu para a ampliação conceitual do documento. Nesse contexto, as características e elementos tradicionais que compõem e constituem a materialidade do documento passa a ser visto como um “objeto conceitual”, ou a seja, a virtualização do documento contrapõe a aceção estática até então presente nas definições defendidas por diversos autores da área. Evidencia o valor social do documento nas relações sociais entre pessoas e organizações, conforme ressalta na citação abaixo:

O documento: as partes componentes dos documentos – estrutura, conteúdo e contexto -, antes fixadas e reunidas num único meio físico, formando uma unidade lógica e física, hoje estão dispersas em diferentes espaços de armazenagem de dados, numa dispersão lógica e física. O documento se transformou, então, de objeto físico em objeto conceitual,



controlado por metadados que combinam virtualmente conteúdo, contexto e estrutura. Os documentos deixam de ser artefatos fechados. “o documento não é mais um objeto passivo, um registro de evidência, mas um agente ativo, jogando um papel contínuo na vida de indivíduos, organizações e sociedades”. (COOK, 2000, p.10 apud FONSESA, 2005, p.63)

Na acepção de (COOK 2000) ainda é apresentado como elementos indissociáveis do documento arquivístico três elementos: estrutura, conteúdo e contexto.

Já Romero Tallafigo (1994, p. 109) apresenta o suporte, meio e conteúdo como elementos constitutivos de documento arquivístico.

Vega de Deza (1996) “afirma que o documento de arquivo é uma expressão da memória coletiva; uma evidência de ato jurídico; um instrumento jurídico e administrativo, demonstrando uma função estática (isto é, cumpre dispositivo) e uma função dinâmica (passa mensagens)”.

A definição de documento arquivístico apresentada por Camargo e Belloto (1996, p.28) “é uma unidade constituída pela **informação** (1) e seu **suporte**” (Grifos dos autores).

De acordo com Monção (2006, p.16)

para alguns autores contemporâneos, como Nunes Fernandez (1999), Vazquez (1996), Heredia Herrera (1995), Camargo (1994), Smit (2005), Cook (1997b, 2000), entre outros, o conceito de documento arquivístico é intimamente relacionado ao seu conteúdo. Esse posicionamento traz grandes discussões na Arquivística.

Monção (2006) ressalta que a aproximação da categoria conteúdo enquanto elemento indissociável ao conceito de documento arquivístico, contribui para o surgimento de múltiplas definições, em especial ao contemplar a informação.

Ainda de acordo com Monção (2006, p.16), para esses autores, assim como os elementos físicos e intelectuais constitutivos do conceito do documento arquivístico que fizeram parte de sua definição ao longo da história, na literatura contemporânea, o conteúdo começa, gradativamente, a ser inserido no conceito.

Nesse sentido (CARVALHO; LONGO, 2002, p.115) inaugura-se uma perspectiva para compreensão do documento arquivístico a partir das categorias documento-conteúdo-informação-assunto, ao considerar o documento arquivístico como sendo,

um conjunto de informações sobre um determinado assunto, materializado em documentos arquivísticos que, por sua vez, mantêm relações orgânicas entre si e foram produzidos no cumprimento das atividades e funções da organização. As informações orgânicas, quando organizadas e ordenadas, formam os arquivos da instituição. (CARVALHO, 2001, p. 115)

Ainda incorpora em sua definição uma aproximação conceitual entre arquivos e informação, ao compreender os arquivos como sendo “informações orgânicas”.

Diante do exposto acima, é oportuno citar a pesquisa de Monção (2006) com a finalidade de investigar como é compreendido o conceito “assunto” na Arquivística, a partir do evento internacional “I soggetti e altri apparati di indicizzazione in archivistica: ipotesi di lavoro”, onde foram discutidas questões que envolvem as atividades de tratamento de conteúdo de documentos arquivísticos, realizado em 1998, na cidade de Pisa, Itália.

Durante muitos séculos predominou-se na Arquivística tradicional a forma, a materialidade do documento, a dimensão fisicista do documento, a “noção de conteúdo” não era visível e explícita nas acepções conceituais do termo.

Como dito anteriormente, nos dias atuais, vê-se um movimento paradigmático no âmbito da Arquivística na tentativa de superação desse

modelo fisicista. Isto, é, a valorização de seu conteúdo e a aproximação com a categoria informação como elemento indissociável do documento arquivístico.

Somente a partir dos meados da década de 80 e 90, vê-se o surgimento da categoria informação associada nas concepções do termo documento de arquivos.

De acordo com Monção (2006, p.28),

foi o canadense Jean-Yves Rousseau (dez. 1979) quem, pela primeira vez, fez menção à informação registrada, no contexto arquivístico, e, juntamente com Carol Couture (1982, 1998), propõe uma arquivística preocupada com o tratamento da informação desde o seu nascimento até o seu destino final.

Fonseca (2005) afirma que a aceção “informação arquivística” criada pelos autores ainda não foi apropriada pela área. (FONSECA, 2005, p.28)

Núñez Fernandez (1999) define documento arquivístico como “conjunto formado por um suporte e pela informação que contém, utilizado com fins de consulta e prova”. Acrescenta, afirmando “que tais documentos já nascem com um destino específico, o de documentar atos (jurídicos, econômicos, mercantis, etc)”, constituindo-se em objetos de informação”: “não poderá haver testemunho se não houver informação” (NÚÑES FERNANDEZ, 1999, p.555-556 apud MONÇÃO, 2006, p.16).

Silva (2003, p.3) ressalta que o deslocamento da ênfase do binômio “documento de arquivo” para “informação arquivística”, pressupõe reconhecer o conteúdo indissociável ao suporte.

A aceção promulgada pelo Conselho Internacional de Arquivos (CIA) (1984) afirma que coexistem como elementos constitutivos do documento arquivístico: o suporte material, o contexto, a informação registrada como resultado de atividades de qualquer pessoa, organização pública ou privada.

(CONSEIL INTERNATIONAL DES ARCHIVES, 1984, apud ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p.137).

Dirks (2001, p.1 apud RONDINELLI, 2002, p.111) define documento arquivístico como uma “informação registrada, recebida e mantida como prova e informação por uma instituição ou pessoa, no cumprimento de suas obrigações legais ou em transações de negócios”. Segundo Evans (1994, p.6-7), documento arquivístico

são todas as informações registradas, independentemente de sua forma física ou características, geradas ou recebidas e mantidas por uma instituição ou organização, na administração de suas atividades. Não se devem entender apenas as tradicionais formas de registro textual, mas também toda a documentação audiovisual, cartográfica ou eletrônica, publicada ou não, desde que tal documentação diga respeito ou se relacione com as atividades de uma empresa, instituição ou organização (EVANS, 1994, p.6-7 apud MORENO, 2006, p.76).

Smit (2005, p.38) assinala que “a informação contida no documento, entendida não pela identificação de seu conteúdo, mas pela identificação e contextualização da atividade que o gerou”.

Smit e Guimarães (1998, p.65) afirmam que a

A informação estocada, tanto na fase corrente quanto na permanente, aponta para algo além do documento formal, ou seja, sua função propriamente dita e o seu conteúdo. [...] num primeiro momento, o da fase corrente, um conteúdo funcional, e num segundo momento, o da fase permanente, acrescenta-se ao conteúdo funcional um conteúdo informacional. (SMIT, GUIMARÃES, 1998, p. 65 apud MONÇÃO, 2006, p.31)

Duranti (1994, p.51) aponta cinco peculiaridades inerentes aos documentos arquivísticos, são eles:

- ✓ **Imparcialidade:** os registros são inerentemente verdadeiros. Assim, os documentos fornecem provas originais porque constituem uma

parte real do corpus dos fatos, do caso. Isto porque trazem uma promessa de fidelidade aos fatos e ações que manifestam e para cuja realização contribuem;

- ✓ **Autenticidade:** está relacionada ao processo de criação, manutenção e custódia. Os documentos são produtos de rotinas processuais que visam ao cumprimento de determinada função, ou consecução de alguma atividade, e são autênticos porque são criados, mantidos e conservados, de acordo com procedimentos regulares que podem ser comprovados;
- ✓ **Naturalidade:** os documentos de arquivo não são coletados artificialmente, mas acumulados de forma natural nas organizações/instituições, em função de seus objetivos. Acumulam-se de maneira contínua e progressiva, como sedimentos de estratificações geológicas, e isto determina um elemento de coesão espontânea, ainda que estruturada;
- ✓ **Inter-Relacionamento:** os documentos de arquivo estabelecem relações no decorrer do andamento das transações e de acordo com suas necessidades. Estão ligados entre si por um elo que é criado no momento em que são produzidos ou recebidos, determinado pela razão de sua produção e que é necessária à sua própria existência, à sua capacidade de cumprir seu objetivo, ao seu significado, confiabilidade e autenticidade. Os registros arquivísticos são um conjunto indivisível de relações (organicidade).
- ✓ **Unicidade:** cada documento arquivístico assume um lugar único na estrutura documental do grupo ao qual pertence. Cópias de um registro podem existir em um mesmo grupo ou em outros grupos, mas cada cópia é única em seu lugar, porque o complexo das suas relações com os outros registros é sempre único.

Cruz Mundet (1997, p.98 apud MONÇÃO, 2006, p.21) aponta como elementos constitutivos do documento arquivístico, as seguintes características:

- ✓ **gênero** está determinado pelo procedimento empenhado para transmitir a informação. Assim, temos documentos textuais, iconográficos, sonoros, audiovisuais e eletrônicos;
- ✓ o **tipo** vai além do meramente físico e externo; portanto revela tanto o seu conteúdo
- ✓ quanto sua estruturação no documento e deriva da ação representada. Assim, a ação se materializa em um tipo determinado;
- ✓ o **formato**, por exemplo: disquete 5 ¼ ou de 3 ½ pol, CD-ROM, Pen Drive;

- ✓ a quantidade refere-se ao número de unidades (volumes, documentos...) e ao espaço que ocupam os documentos (metros lineares);
- ✓ a **forma**, mais conhecida como termo diplomático de tradição documental, que consiste na autenticidade, isto é, a condição de original ou cópia e suas distintas variantes.

Quanto as características internas, tem-se:

- ✓ entidade produtora: quer dizer, o autor do documento, que pode ser uma pessoa física ou jurídica, pública ou privada;
- ✓ origens funcionais: as razões pelas quais se produz um documento, tomando em consideração, e pela ordem da função, a atividade e o trâmite por ele realizado;
- ✓ data e o lugar de produção: também denominada data tópica e cronológica do documento, que se situa no tempo e no espaço;
- ✓ conteúdo substantivo: o assunto ou tema de que trata um documento, o seu fim e os objetivos perseguidos com sua redação.

Com a intenção de contemplar na acepção do termo documento arquivístico o paradigma da informação; ou seja, valorizar a perspectiva informativa dos conteúdos documentais acumulados e reunidos pelas instituições arquivísticas, Silva (1994)

chega inclusive a defender, nesse contexto, a valorização da informação (fenômeno/processo humano e social), ao afirmar que reside nela, e não no suporte (material externo ao sujeito), a sua historicidade (orgânico-contextual) e a sua riqueza patrimonial/cultural. Desse modo, o autor opõe o “incessante e natural dinamismo informacional” ao “imobilismo documental”, traduzindo-se aquele no trinômio criação-seleção natural-acesso/uso. (SILVA, 1994, p.11 apud MOÇÃO, 2006, p.32)

De acordo com Lopes (1996, p.30) o conceito de informação arquivística, “é praticamente ausente nos mais conhecidos textos da literatura mundial especializada e nas propostas de soluções para os problemas dos arquivos”.

Silva (2002, p.3) salienta que “não é, portanto, irrelevante o salto semântico da expressão “documento de arquivo” para “informação arquivística” (ou informação de arquivo), porque pressupõe uma nítida predominância do conteúdo sobre o suporte, mas sem negar a sua importância enformadora”.

O que distingue a informação arquivística e o documento de arquivo está em que “o segundo forma sempre a unidade entre informação e suporte, seja este tradicional, como o papel, ou informático, virtual” (BELLOTTO, 2002a, p. 22-23).

Segundo Lopes (1996, p.35) o que caracteriza a informação arquivística são:

- ✓ informações registradas em um suporte e acumuladas por um sujeito que é concomitantemente emissor e receptor;
- ✓ apresentar proximidade com o produtor (organicidade), pois a informação arquivística deve refletir as funções, as atividades e a estrutura da instituição que a acumulou;
- ✓ apresentar unicidade, ou seja, ser original, única; possibilidade de avaliação de acordo com sua temporalidade e uso;
- ✓ produzida ou recebida por pessoa que criou ou recebe, ou seja, a informação arquivística deve ser criada, recebida – ou assinada – por alguém com autoridade para isso e o tipo documental deve ser adequado para a função;
- ✓ são criadas por atividades administrativas, técnicas ou científicas.

Ainda ressalta que “as informações só podem ser chamadas de arquivísticas se são orgânicas, isto é, constituem como um conjunto de dados referente a um conjunto de atividades, estruturas e funções”. (LOPES, 1997, p.120)

Núñez Fernández (1999) aponta diversas características constituintes da informação arquivística, conforme descritas abaixo:

- ✓ Es una información sujeta a parámetros preestablecidos por normas sociales e institucionales...

- ✓ La información contenida en el documento está mediatizada por éste, es decir, es el tipo de documento (génesis, tipología, soporte, etc.) el que determina la información y no al revés;
- ✓ La información contenida en los documentos de archivos con ser única y original en cada caso sí está sometida (...) a secuencias repetitivas originadas por la forma misma en que se produce la documentación, es decir, de manera seriada;
- ✓ El documento de archivo por la forma en que se genera es irrepetible, único, en cambio la información contenida en varios documentos, incluso distintos entre sí tipológicamente sí es repetible y de hecho los procesos de valoración y selección para la eliminación así lo confirman por cuanto se trata de eliminar elementos físicos sin perder información;

La contextualidad de la información contenida en un documento de archivo al igual que el propio documento respecto al archivo en que se conserva es incuestionable. La información contenida en un documento de archivo aislado de su conjunto orgánico natural es siempre una información incompleta y fragmentada;

- ✓ La causa o el motivo que da origen a un documento de archivo nada o poco tienen que ver con las demandas futuras de la información que contiene y que, en muchos casos, serán divergentes entre sí (Núñez Fernández, 1999 apud MUGICA, 200-, p.11).

Heredia Herrera (1993, p.32, grifo nosso), advierte “importa muito que não percamos de vista a tríplice dimensão do objeto da Arquivologia e sua ordem: **arquivos – documento de arquivo – informação**”.

O esquema a seguir desenvolvido por (MONÇÃO, 2006, p.25), sintetiza a evolução conceitual do documento de arquivos.



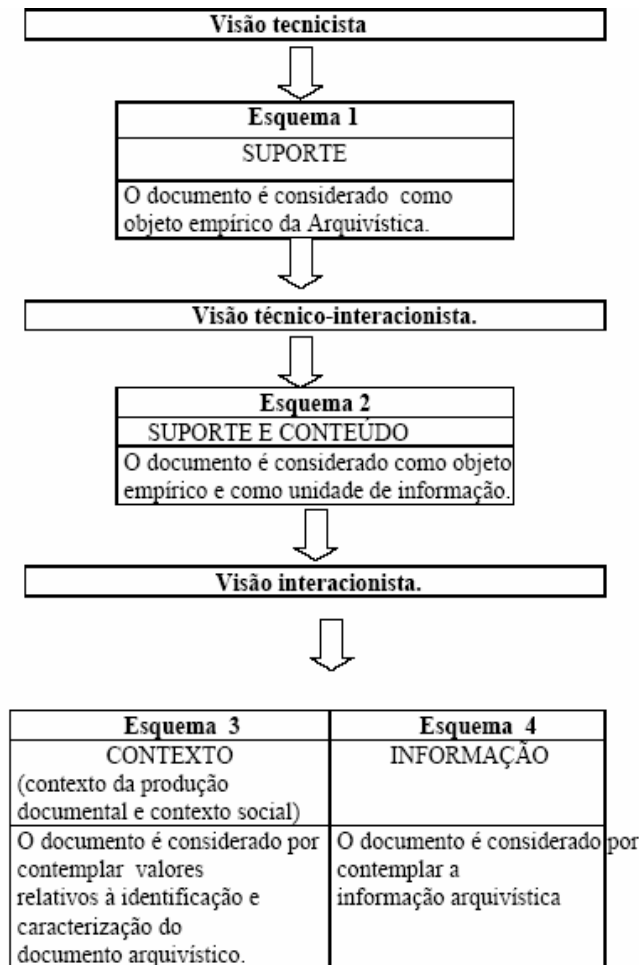


Figura 1<sup>5</sup> Evolução conceitual do documento arquivístico

<sup>5</sup> Figura elaborada a partir do livro *Construtivismo: teoria construtivista sócio-histórica aplicada ao ensino*, MATUI (1995) apresenta a base epistemológica da filosofia e demais postulados pedagógicos que alicerçam as visões funcionalistas, construtivista e interacionista da linguagem. Para tanto, o pedagogo resgata os principais fundamentos do racionalismo, do materialismo, do materialismo histórico da visão mecanicista de mundo, do homem e da linguagem, entre outras filosofias e visões psico-pedagógicas que têm norteado o fazer científico de diferentes campos do saber.

Figura 3 – Evolução conceitual do documento arquivístico

Já o termo arquivo, etimologicamente, deriva-se do grego archeon e do latim archivum, significando, em ambos os casos, "lugar onde são guardados os documentos públicos; registro histórico ou documento assim preservado" (JENKINSON, 1965, p.3 apud MORENO, 2006, p.70).

Alguns autores clássicos da Arquivística Muller, Feith e Fruin (1973, p.13), definiram arquivo como conjuntos de documentos escritos, desenhos e

material impresso, recebidos ou produzidos oficialmente por um órgão administrativo ou por um de seus funcionários, na medida em que tais documentos se destinavam a permanecer sob a custódia desse órgão ou funcionário.

Para Casanova (1928), arquivo é “a acumulação ordenada de documentos criados por uma instituição ou pessoa no curso de sua atividade e preservados para a consecução de seus objetivos políticos, legais e culturais, pela referida instituição ou pessoa” (CASANOVA, 1928, p.9 apud SCHELLEMBERG, 2002, p.37).

Arquivo é conceituado pelo arquivista inglês Jenkinson (1965) como: “documentos produzidos ou usados no curso de um ato administrativo ou executivo (público ou privado) de que são parte constituinte e, subseqüentemente, preservados sob a custódia da pessoa ou pessoas responsáveis por aquele ato e por seus legítimos sucessores para sua própria informação” (JENKINSON, 1965, p.11 apud MORENO, 2006, p.70).

O Manual dos holandeses (1975, p.13 apud Fonseca, 2005, p.52) define arquivo como um

Conjunto de documentos escritos, desenhos e material impresso, recebidos ou produzidos oficialmente por determinado órgão administrativo ou por um de seus funcionários, na medida em que tais documentos se destinavam a permanecer sob a custódia deste órgão ou funcionário.

Schellenberg (2002, p.41) em sua obra publicada em Chicago, em 1956 (Modern archives: principles and techniques) compreende os arquivos como “documentos de qualquer instituição pública ou privada que hajam sido considerados de valor, merecendo preservação permanente para fins de referência e de pesquisa e que hajam sido depositados ou selecionados para depósito, num arquivo de custódia permanente”.

Lodolini (1991) define arquivo como uma sedimentação documentária das atividades administrativo, cujos documentos estão ligados por um vínculo original, necessário e determinado (LUDOLINO, 1991 apud MORENO, 2006, p.71).

A versão traduzida para o português do Dicionário Internacional de Terminologia define arquivo como:

1. Arquivo de documentos que, independentemente da natureza ou do suporte, são reunidos por acumulação ao longo das atividades de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas. 2. Entidade administrativa responsável pela custódia, pelo tratamento documental e pela utilização dos arquivos sob sua jurisdição. 3. Edifício em que são guardados os arquivos. 4. Móvel destinado à guarda de documentos, 5. Em processamento de dados, conjunto de dados relacionados, tratados com uma totalidade (CAMARGO e BELLOTO, 1996, p.5).

Camargo e Bellotto (1996, p.5) definem arquivos um “conjunto de documentos que independentemente da natureza ou do suporte, são reunidos por acumulação ao longo das atividades de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas”.

Para Paes (1997)

O arquivo é a acumulação ordenada dos documentos, em sua maioria textuais, criados para uma instituição ou pessoa, no curso de sua atividade e preservados para a consecução de seus objetivos, visando à utilidade que poderão oferecer no futuro (PAES,1997, p.16).

Para Fonseca (1998, p.34), arquivo é um conjunto orgânico constituído de documentos de valor testemunhal, se garantido a sua organicidade, produzido como resultado de atividades jurídico-administrativas.

No Brasil, a Lei 8.159 (08 de janeiro de 1991), em seu artigo segundo, assim conceitua arquivo:

Consideram-se arquivos, para os fins desta lei, os Conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos (BRASIL, 1991).

Diante das acepções de arquivos defendidas pelos autores acima, vê-se a ausência da dimensão comunicativa e informativa do conteúdo documental, apresenta-se apenas a perspectiva fisicista dos arquivos, ainda remete ao modelo estático de estoques documentais.

De acordo com Fuster Ruiz (1999, p.109)

La palabra archivo generalmente tiene tres acepciones: como contenido documental, como institución y como continente o lugar de conservación. El Diccionario de Terminología Archivística nos presenta tres definiciones de archivo teniendo en cuenta cada uno de estos elementos conceptuales. "ARCHIVO: (1) Conjunto orgánico de documentos producidos y/o recibidos en el ejercicio de sus funciones por las personas físicas o jurídicas, públicas y privadas<sup>9</sup>. (2) La institución cultural donde se reúnen, conservan, ordenan y difunden los conjuntos orgánicos de documentos para la gestión administrativa, la información, la investigación y la cultura. (3) El archivo también es el local donde se conservan y consultan los conjuntos orgánicos de documentos."

Michel Duchein define arquivos como "acervos compostos por informações orgânicas originais, contidas em documentos (...) produzidos ou recebidos por pessoa física ou jurídica, decorrentes do desenvolvimento de suas atividades, sejam elas de caráter administrativo, técnico ou científico, independentemente de suas idades e valores intrínsecos" (LOPES, 2000, p.33).

Na perspectiva do paradigma informacional Silva e Ribeiro et al (2002, p.214), compreendem os arquivos enquanto um sistema de informação, nesse sentido, define arquivo como:

Um sistema (semi-)fechado de informação social materializada em qualquer tipo de suporte, configurado por dois factores essenciais – a natureza orgânica (estrutura) e a natureza funcional (serviço/uso – a que se associa um terceiro – memória – imbricado nos anteriores.

De acordo com Heredia Herrera (1993, p.121) informação e os arquivos “são inseparáveis, enquanto os arquivos estão formados por documentos e estes são portadores de informação”.

Segundo Belloto (2002) a natureza dos arquivos é administrativa, é jurídica, é informacional, é probatória, é orgânica, é serial; é contínua, é cumulativa. E esta natureza, soma de todas essas características, faz do arquivo uma instituição única e inconfundível.

Lopes (2003, p.33) define arquivos como um conjunto de informações orgânicas originais sistematizadas em suportes convencional ou eletrônica produzidas/recebidas por uma entidade jurídica ou física, resultado de ações e atividades de natureza técnica, administrativa, científica ou artística.

Após esse breve percurso conceitual, podemos, em síntese, afirmar que a informação sugere um registro; um conteúdo; e um meio ou suporte qualquer; considera-se esses indissociáveis para conferir a materialidade da informação compreendida enquanto um objeto documental.

No que, se refere ao documento arquivístico, verificou-se na literatura analisada alguns elementos consensuais acerca do documento de arquivo e arquivos defendidos pela maioria dos autores.

Na perspectiva do paradigma informacional, são características da informação arquivística:

- ✓ A informação arquivística é resultado das atividades e ações empreendidas pelas instituições pessoas;
- ✓ Os arquivos são fontes de informações;
- ✓ Os elementos que compõem ou que materializam a existência de uma informação arquivística são: o suporte; forma; formato; gênero; espécie; tipo e contexto de produção;
- ✓ A informação arquivística reflete o contexto de sua produção;
- ✓ As informações orgânicas<sup>12</sup>, enunciam interrelacionamento, um conjunto orgânico de informações ao refletir o contexto de produção;
- ✓ As informações arquivísticas são produzidas em função de necessidades culturais, administrativas, técnicas, jurídicas, científicas, pessoais, etc;
- ✓ Servem para provar, testemunhar e informar;
- ✓ Tem como características a autenticidade e objetividade;
- ✓ Informação arquivística para subsidiar a tomada de decisões nas organizações;
- ✓ Informação arquivística como objeto cognoscível a ser preservado para garantia da memória coletiva institucional e individual;
- ✓ Informação arquivística para suprir as necessidades de informação da administração, das ciências, dos cidadãos comuns, da pesquisa historiográfica e dos pesquisadores em geral.

---

<sup>12</sup>Orgânico é relativo ou pertencente à constituição ou estrutura (de qualquer conjunto, totalidade etc.); caracterizado pelo arranjo sistemático de suas partes (DICIONÁRIO HOUAISS, 2001, p.2078-79).

Observa-se a guisa da literatura revisada, que a evolução conceitual do documento encontrada na literatura das áreas de Biblioteconomia, Documentação, Arquivística, apresenta dispersão semântica e conceitual. Porém, fica evidente a presença de elementos que enfatizam em primeiro plano a acepção fisicista do documento.

Somente a partir do fenômeno informacional é possível observar um deslocamento, ou seja, a incorporação das categorias como: conteúdo e informação nas acepções para a definição de documento.

Concordamos com Mostafa e Pacheco (1995) que se for “alargada a compreensão do documento, constatar-se-á que não existem diferenças fundamentais [...] são todos suportes de informação” (MOSTAFA; PACHECO, 1995, p.10).

Conclui-se com a seguinte fala de Couture (1996, p.8) ao afirmar que “[...] todos os que trabalham com a informação, deve atravessar a parede do formato – o documento – para ir à direção do conteúdo, a informação”.

### 3 SISTEMAS DE RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA: EM BUSCA DE UMA ABORDAGEM SISTÊMICA

#### 3.1 Sistemas Representacionais da Recuperação da Informação: uma visão a partir da Ciência da Informação

O fenômeno da recuperação da informação não é uma preocupação recente na história da produção dos registros do conhecimento. Desde a invenção da escrita, o homem utilizou-se do registro em suportes documentais e viu-se obrigado a desenvolver meios para auxiliá-lo nos processos de armazenamento, organização e recuperação da informação (RI). Desde a Antiguidade, constatamos essa preocupação – a presença de práticas de organização, armazenamento e recuperação de objetos documentais custodiados pelos arquivos e bibliotecas.

Da Antiguidade até a Idade Moderna, a preocupação ainda persiste. Na modernidade podemos destacar as idéias e os ideais da Documentação, inaugurada por Paul Otlet e Henri La Fontaine, no final do século XIX e no início do século XX, ao desenvolverem um arcabouço teórico, conceitual, metodológico e técnico com a intenção de solucionar os problemas ocasionados pela explosão documentária, visando ampliar o uso social dos conteúdos técnico-científicos e cultural de documentos acumulados em bibliotecas, arquivos, museus e centros de documentação.

Desde o final do século XIX, os problemas relacionados à recuperação de localização de documentos e recuperação de conteúdos de documentos só aumentaram - era uma preocupação social para muitos pesquisadores, cientistas, bibliotecários, documentalistas. Neste contexto, podemos citar os visionários Paul Otlet e La Fontaine, sendo o primeiro considerado por muitos autores da área da CI como precursor e fundador da Documentação e da Ciência da Informação. Os estudos de Paul Otlet e La Fontaine contribuíram para a

[...] a ampliação do conceito de documentos, o estabelecimento de sistemas de tratamento e recuperação da informação como



são entendidos; a estruturação de redes internacionais de cooperação para a coleta e disseminação da informação e o restabelecimento da Documentação (SANTOS, 2006, p.14).

Pode-se afirmar que Paul Otlet identificou um problema social, o de prover meios eficazes para disponibilização, acesso e recuperação da informação. Na tentativa de resolver os problemas de recuperação e acesso à informação, surge a Documentação, preocupada em fomentar e institucionalizar práticas profissionais, mecanismos, ferramentas e técnicas para gerir os processos de produção, organização, armazenamento, representação e recuperação de informações e documentos. Otlet “cunhou o termo “documentação” pra expressar uma abordagem mais ampla à organização de fontes de conhecimento do que a tradicionalmente associada ao termo “bibliografia” (RAYWARD,1997, p. 18).

Ou seja, a Documentação é composta de técnicas, métodos e práticas para resolver os problemas ocasionados pelo crescente avanço da produção técnico-científica, conhecida na época como “explosão da documentação”.

Os problemas de recuperação da informação são identificados tanto pelo crescimento desordenado de documentos, além do surgimento de diversos canais de publicação da informação registrada.

A Documentação surge para propor soluções práticas no sentido de possibilitar o acesso à informação relevante e pertinente de acordo com as necessidades demandadas pelos pesquisadores e cientistas da época.

Pode-se afirmar que a preocupação central da Documentação é a recuperação da informação do conteúdo de grandes massas de documentos, para tal utilizou-se de recursos tecnológicos da época, incluindo a fotografia e especificamente o microfilme, além de práticas de busca mecânica de publicações.

Portanto, é incoerente o destaque que alguns autores dão à recuperação da informação ao relacionar esse fenômeno somente ao período pós-guerra com destaque para CI, esquecendo-se que esse fenômeno foi uma das principais preocupações da Documentação. Podemos dizer que a RI é o núcleo

da CI, pois a sua predecessora Documentação empreendeu esforços institucionais para amenizar o caos documentário com vista à preservação, organização, recuperação e transferência de conteúdos documentais.

Compartilhamos com a visão defendida por (SHERA 1977) ao destacar a estreita relação entre a Biblioteconomia, Documentação e a CI. Essa vertente da CI demonstra que a recuperação da informação é uma preocupação antiga – anterior ao fenômeno informacional, era conhecido como explosão documental e na atualidade como explosão da informação. Deve-se reafirmar que a RI é um tema antigo na CI, em diversas épocas foram desenvolvidos aportes teóricos, metodológicos e tecnológicos para minimizar os problemas ocasionados pelo crescimento exponencial da documentação e da informação.

Em 1895 Paul Otlet e La Fontaine fundaram o IIB – Instituto Internacional de Bibliografia, com a intenção de elaborar um catálogo bibliográfico universal, foi criado o (RBU) Repertoire Bibliographique Universal - um grande banco de dados, contendo diversas coleções, bibliografias, imagens, textos entre outros objetos. Com finalidade de sintetizar todo conhecimento registrado (RAYWARD,1997).

Dentre as tecnologias desenvolvidas no contexto da Documentação para gerir o processo de representação em um sistema de recuperação de informações e documentos – RBU, foi utilizada a CDU – Classificação Decimal Universal para representar e recuperar conteúdos documentais.

Podemos afirmar que a Documentação contribuiu significativamente para a institucionalização e consolidação do campo da Ciência da Informação, importado para a CI bases teóricas, marcos conceituais e técnicas concernentes á práticas e atividades de organização, armazenamento, acesso, recuperação e transferência de informações. Corroborando com esta afirmação Rayward (1977) afirma que as idéias e práticas desenvolvidas pela Documentação no período de 1895 até o início dos anos 30, fossem discutidas hoje, receberiam rubricas de informação tecnológica, recuperação de informação, estratégias de busca, centros de informação, serviços de informação pagos, bases de dados on-line, software de gerenciamento de

banco de dados, redes acadêmicas de comunicação, e até mesmo a moderna difusa de informação (RAYWARD, 1997, p.2).

Desse modo é perceptível à relação histórica e a interface natural que a Documentação possui com a Ciência da informação, pois os tópicos elucidados acima, refletem na atualidade temas centrais da CI.

A partir da década de 50, vê-se novamente o ressurgir da explosão da informação, desencadeado pelo aumento crescente da produção técnico-científica e a proliferação, cada vez mais, acentuada de novos suportes e canais de publicação. Nesse corolário, torna-se latente a necessidade de ampliar e desenvolver novos meios e ferramentas de organização, representação e recuperação da informação, com o intuito de possibilitar e facilitar o acesso e uso dos conteúdos documentais. Tal contexto propiciou também a emergência de uma nova disciplina do conhecimento: a Ciência da Informação. Nessa perspectiva Saracevic (1996, p.45) afirma que

[...] o trabalho com a recuperação da informação foi responsável pelo desenvolvimento de inúmeras aplicações bem sucedidas (produtos, sistemas, redes, serviços). Mas, também, foi o responsável por duas outras coisas: primeiro, pelo desenvolvimento da CI como um campo onde se interpenetram os componentes científicos e profissionais. Certamente, a recuperação da informação não foi a única responsável pelo desenvolvimento da CI, mas pode ser considerada como principal; ao longo do tempo, a CI ultrapassou a recuperação da informação, mas os problemas principais tiveram sua origem aí e ainda constituem seu núcleo. Segundo, a recuperação da informação influenciou a emergência, a forma e a evolução da indústria informacional. Novamente, a recuperação da informação não foi o único fator, mas o principal. Como a CI, a indústria da informação atualmente não é apenas recuperação da informação, mas esta é o seu componente mais importante (SARACEVIC 1996, p.45).

Um dos empreendimentos legitimadores desse contexto foi à criação do Memex<sup>13</sup> pelo cientista norte-americano Vannevar Bush (1945); o projeto

---

<sup>13</sup> Memex é um dispositivo para organizar, armazenar e recuperar informações técnico-científicas.

Xanadu de Theodore Nelson (1960), discípulo Bush; e atualmente, destaca-se o inglês Tim Berners-Lee (1990) com a websemântica, além da contribuição teórica e conceitual empreendido por Calvim Mooers (1951).

Em 1945, Vannevar Bush (1945) escreveu artigo intitulado “As we may think”, denunciava o problema da explosão informacional em ciência e tecnologia e as dificuldades para organizar, armazenar e transferir o conhecimento técnico-científico acumulado durante a guerra e pós-guerra, e as dificuldades em repassar essa avalanche de informações para a sociedade. No sentido de solucionar os problemas suscitados pelo surgimento de grandes volumes de massa informacional produzidas no período guerra e pós-guerra, ele propõe uma tecnologia compatível com a inteligência e base tecnológica da época denominada por ele de “Memex”, dispositivo para tornar acessível o emaranhado estoque de conhecimento, definida por ele como “um dispositivo futuro de uso individual que é uma espécie de arquivo e biblioteca privados mecanizados” (BUSH, 1945).

A preocupação de Vannevar Bush (1945) perpassa pela organização, armazenamento, preservação e recuperação de estoques informacionais em contextos especializados. Isso porque até o momento, as práticas de organização do conhecimento eram baseadas em esquemas de organização hierárquica, linear e artificial. Sua proposta para organizar e recuperar informações questiona o modelo de organização e recuperação vigente na época, baseado em estruturas lineares e estáticas.

Propõe um novo paradigma, organização e recuperação da informação baseada num modelo associativo, ao afirmar que “a mente humana não trabalha por indexação, e sim por associação [...] a seleção por associação, e não por indexação pode ser mecanizada [...]” (BUSH, 1945). Ou seja, propôs um modelo para estender a memória humana, criando meios para organizar a informação de forma associativa através de um dispositivo mecânico que permite a uma pessoa organizar, armazenar, e consultar seus livros, arquivos e comunicações, de forma associativa. Permitir ao usuário tomar nota de cada fragmento de informação, bem como agregar informações e ligá-la a essa rede

já existente, onde “a característica essencial do Memex é o processo de relacionar dois elementos diferentes entre si” (BUSH, 1945).

Os problemas ocasionados pelo fenômeno da recuperação da informação (RI) é uma preocupação recorrente. Na atualidade é notável o aumento dos transtornos e problemas em acessar e recuperar informações relevantes e pertinentes armazenados tanto em meio digital (web) como em bibliotecas e arquivos tradicionais. É uma preocupação central da Ciência da Informação. Pois na atualidade nunca se teve tanta circulação da informação, no entanto não há usabilidade porque são encontradas dificuldades para a construção de mecanismos eficazes para mediar à recuperação da informação em domínios específicos.

Podemos afirmar que o fenômeno da (RI) agrava-se mais ainda na atualidade devido o impacto das tecnologias de informação e comunicação nos sistemas de recuperação da informação ao modificar as praticas informacionais dos usuários, modulando-se assim novas formas de interação e interlocução com os sistemas de recuperação nos contextos digitais. Dessa forma Barreto (1998, p.124), afirma que “a importância do instrumental da tecnologia da informação forneceu a infra-estrutura para modificações sem retorno, das relações da informação com seus usuários”. Ao mesmo tempo, essas transformações também potencializaram o acesso a grandes massas de informações, possibilitando dessa forma “a interação [...] com as memórias de informação e a conectividade aos diferentes espaços de acesso a [...] informação”.(BARRETO, 1998, p.124).

Na perspectiva da RI, desde seu início tem se preocupado em responder algumas questões: “como descrever intelectualmente a informação?; como especificar intelectualmente a busca?; que sistemas, técnicas ou máquinas devem ser empregados?; (MOOERS, 1951)”.

Diante dessas considerações é pertinente resgatar o clássico conceito defendido por (MOOERS, 1951) ao afirmar que o conceito de recuperação “envolve aspectos intelectuais da descrição da informação e suas

especificações para busca e também tudo o que se refere a sistemas, técnicas ou máquinas empregadas para operacionalizá-las”.

Para muitos autores da CI a Recuperação da Informação é considerado o núcleo das pesquisas empreendidas pela CI. Sendo Calvin Mooers (1951) considerado o fundador do termo recuperação da informação (Information Retrieval), difundida durante as décadas de 50 e 60. O surgimento da RI está relacionado diretamente com a necessidade de propor soluções eficazes para a recuperação de informações, reflexo do desenvolvimento científico e tecnológico, e o aumento das dificuldades para armazenar e recuperar informações, ocasionada pela “explosão da informação”, como “irreprimível crescimento exponencial da informação e de seus registros, particularmente em ciência e tecnologia” (SARACEVIC, 1996, p. 42).

O aumento e a proliferação desordenada de fontes de informação no contexto dos sistemas de informação, compreendidas como bibliotecas, centros de documentação, arquivos, museus, bases de dados, etc., exigem cada vez mais sistemas de recuperação de informação sofisticados.

Saracevic (1996, p.44) aponta que tais questões elucidadas por Mooers (1951) ocasionaram o surgimento de:

uma grande variedade de conceitos e construtos teóricos, empíricos e pragmáticos, bem como numerosas realizações práticas. Muitos exemplos históricos podem ilustrar a marcante evolução dos sistemas, técnicas e/ou máquinas utilizadas para recuperação da informação. Sua variedade vai dos cartões perfurados aos CD-ROMs e acesso on line; dos sistemas não-interativos àqueles de recuperação de informação em um processo altamente interativo; de bases documentais para bases de conhecimento; dos textos escritos aos multimídias; da recuperação de citações à recuperação de textos completos; e ainda aos sistemas inteligentes e de respostas à perguntas.

Pode-se afirmar as preocupações elucidadas por Mooers (1951), suscita a necessidade de compreender de modo sistêmico os processos que envolvem ações e operações das atividades de organização, representação e recuperação da informação, além da compreensão das implicações teórico-

conceituais e metodológicas à luz da cognição, lingüística, comunicação e tecnologias.

Mooers (1951) complementa ao dizer que:

a recuperação da informação é uma disciplina interessada nos processos pelos quais questões são apresentadas a sistemas de informação [...] O resultado final desses processos é uma lista de documentos que são um subconjunto dos sistemas de informação. O processo pode ser realizado por qualquer meio, mas essencialmente, quando atributos específicos de uma questão são correspondidos com atributos de um documento, o documento é incluído na lista (MOOERS, 1951).

A RI é uma área muito ampla por abranger as implicações teórico-conceitual e metodológicas acerca dos processos e atividades que envolvem a organização, tratamento e representação da informação e o processo de busca de informação.

De acordo com Ferneda (2003, p.14) no contexto da CI, a

recuperação de informação significa, para uns, a operação pela qual se seleciona documentos, a partir do acervo, em função da demanda do usuário. Para outros, recuperação de informação consiste no fornecimento, a partir de uma demanda definida pelo usuário, dos elementos de informação documentária correspondentes. O termo pode ainda ser empregado para designar a operação que fornece num produto cujo formato é acordado com o usuário (bibliografia, nota de síntese, etc.). Há ainda autores que conceituam a recuperação de informação (catalogação, indexação, classificação. Como apresentado no capítulo anterior, o termo Recuperação da Informação (information Retrieval) designa uma área de pesquisa fundada por Calvin Mooers em 1951.

Para conceber os arquivos enquanto Sistemas de Recuperação da Informação (SRIs) faz-se necessário tecer algumas considerações para melhor compreensão da abordagem do conceito de recuperação da informação.

Nesta pesquisa optamos por uma abordagem da RI que enfatiza a Organização e Tratamento da Informação, ou seja, enfatiza a instrumentalização documentária a partir do controle de vocabulário, visando à construção de uma interface documentária para orientar as atividades de organização, representação e recuperação de conteúdos documentais. Além da componente cognitiva para delimitar o conceito de informação utilizado nesta pesquisa, ou seja, corroboramos com diversos autores da CI ao postularem que os sistemas de recuperação não recuperam a informação em si; recuperam representações de conteúdos de documentos, e que o processo de recepção e assimilação de sentidos depende da capacidade cognitiva do usuário. Um Sistema de Recuperação da Informação apenas identifica e localiza itens documentais com potencial informativo.

No sentido de minimizar as confusões teórico-conceituais sugerimos a utilização do termo “Sistemas Representacionais da Recuperação da Informação, pois traz consigo a noção de representação em seu enunciado”.

Na literatura é comum encontrar tanto o termo sistema de informação (SI) como sistema de recuperação da informação (SRI). Neste trabalho, utilizaremos a abordagem defendida por Araújo (1995, p.1) ao afirmar que “[...] sistemas de informação serão considerados sinônimos de sistemas de recuperação da informação (SRIs), ou seja, os que, entre outras funções, objetivam dar acesso às informações contidas em documentos neles registrados e serão usados indistintamente”.

Montgomery (1969, p.145-171)

descreve a estrutura da memória documentária em um modelo de concepção sistêmica, denominado “Sistema de Recuperação da Informação” (SRI), no qual os dados de entrada são, ao mesmo tempo, as representações das demandas de informação pelo público e as representações das demandas de informação pelo público e as representações do acervo ou coleção. O sistema processa essas representações, comparando-as e desenvolvendo-as sob a forma de novas representações direcionadas a cada demanda. A retroalimentação é garantida pelas novas produções de conhecimento que serão selecionadas para o ingresso no



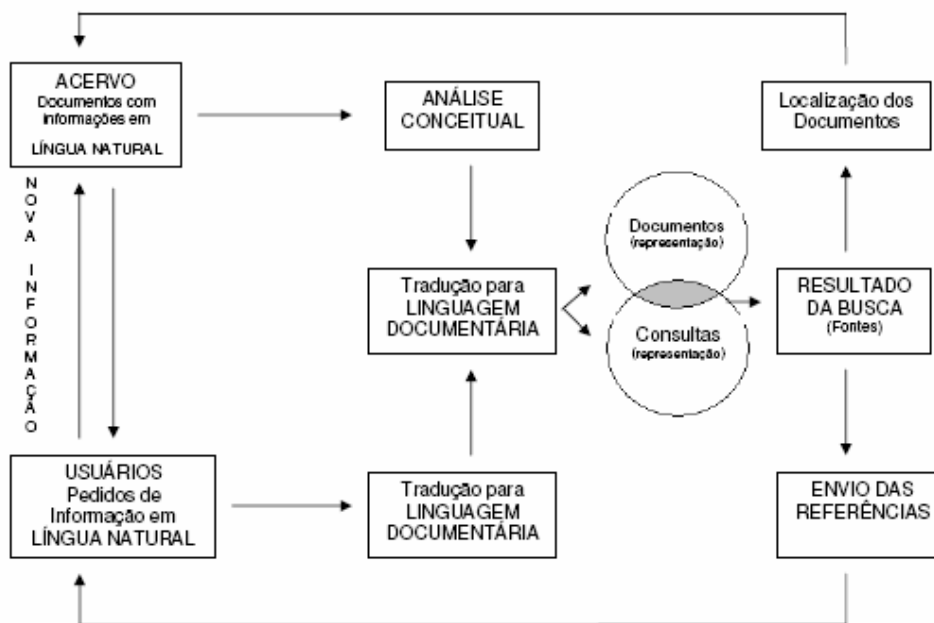
sistema de informação (MONTGOMERY 1969, p.145-171 apud DODEBEI, 2002, p.29).

Dias (2002) diz haver uma relação entre sistema de informação (SI) e sistema de recuperação da informação (SRI), ao compreender SI como sendo o local onde são armazenados os documentos e SRI como um instrumento para nortear os processos de identificação e recuperação de documentos.

Cesarino (1985, p.157) define

sistema de recuperação da informação (SRI) como um conjunto de operações consecutivas executadas para localizar, dentro da totalidade de informações disponíveis, aquelas realmente relevantes. Para isso executam as funções de seleção, análise, indexação e busca das informações.

Os sistemas de recuperação de informação são um componente central nas organizações sociais que acumulam, organizam e transferem informações. Um sistema de recuperação de informação (SRI) pode ser estruturado, conforme a figura de Gey (1992).



**Figura 4.** Componentes de um sistema de recuperação de informação  
 Fonte: GEY, 1992 apud (DODEBEI, 2002)

Diante da figura ilustrada acima, é visível a complexidade dos elementos que compõem os processos e ações que envolvem as operações de organização, representação e recuperação de documentos.

Nessa perspectiva, os processos de análise documentária e as linguagens de organização e representação da informação são mecanismos indispensáveis para dar consistência aos processos de organização, recuperação e transferência de informação, são as linguagens documentárias que irão oferecer oportunidades para retificar as dissonâncias e ruídos provocados durante as operações e etapas que envolvem as atividades de organização e transferência de informação nos sistemas de recuperação da informação, não havendo a utilização desses meios para organizar e representar e recuperar, os SRIs apresentarão dificuldades para o usuário recuperar informações.

Cada vez mais, percebemos que numa estrutura de recuperação de informação, são exigidos meios consistentes para organizar e principalmente representar a informação e o conhecimento. Desse modo, é necessário preocupar-se com as operações que envolvem a indexação, utilizando-se de

linguagens de representação da informação e do conhecimento. Sendo as linguagens de representação cruciais para assegurar o sucesso de um sistema de recuperação da informação, já que são desenvolvidas no sentido de compatibilizar a terminologia utilizada pelo autor, do usuário durante um processo de busca com a linguagem de representação utilizada pelo sistema de recuperação da informação. Podemos afirmar que os sistemas de recuperação da informação tendem a ser imprecisos devido a não considerar as linguagens de representação.

Na perspectiva da recuperação da informação (RI) Ingewersen (1992) aponta o três elementos relacionados ao processo de recuperação da informação: aboutness, representação e relevância. Segundo o autor, o conceito de aboutness, refere-se “sobre o que é o documento”, e ainda pode desdobrar-se segundo a perspectiva do autor; do indexador e do usuário (INGEWERSEN, 1992 apud ROCHA 2006, p.24). A autora faz um paralelo dos tipos de aboutness, conforme descrito abaixo:

- ✓ aboutness do autor= linguagem do especialista;
- ✓ aboutness do indexador= linguagem documentária;
- ✓ aboutness do usuário= linguagem natural;
- ✓ aboutness da pergunta= palavras com que os usuários fazem suas buscas.

Diante do enunciado desenvolvido por (ROCHA 2006, p.25) podemos re(afirmar) a importância que desempenham as linguagens documentárias, especificamente os vocabulários controlados ou tesouros por serem capazes de minimizar os ruídos de linguagem produzidos pelo autor/produtor, do sistema de informação e do usuário. As linguagens documentárias são verdadeiros instrumentos comunicativos, se construídas de forma consistente podem ativar a memória documentária e contribuir para o processo de identificação, recuperação e transferência de conteúdos documentais. Para seu desenvolvimento são empregadas as teóricas e metodologias advindas da lingüística, em especial a contribuição da terminologia como meio para compatibilizar as dissonâncias de sentidos ocorridos nos processos de

produção, organização e representação e recuperação de conteúdos documentais.

Diante do exposto acima, o que entender por recuperação da informação no contexto dos sistemas de informação arquivístico?

Compreendemos como recuperação da informação o processo de localizar documentos; o documento enquanto objeto tangível consubstanciado pelo conteúdo informativo, ou seja, a informação enquanto objeto intangível. Nesse sentido concordamos com a abordagem defendida pela maioria dos autores da área da CI ao afirmarem que os SRIs não recuperam informação, lidam com representações da informação.

Os sistemas de informação representam o conteúdo dos documentos armazenados nas instituições arquivísticas. São disponibilizados representações dos conteúdos documentais através de índices e resumos. Os SRIs são mediadores no processo de identificação, busca, e recuperação de itens documentais, ou seja, são eles que garantem a memória documentária e fazem a mediação entre os estoques de documentos/conteúdos com potencial informativo e usuários como possíveis potenciais receptores da informação contida nos documentos.

No sentido de apresentar uma coerência teórica e conceitual, recorreremos ao conceito de “informação como coisa”, defendido por Buckland (1991 p.2) ao enfatizar a materialidade do documento compreendido como um objeto tangível vinculada à “informação” como um objeto intangível, consubstanciado pelo documento. Ao considerar os documentos, livros, objetos, artefatos, imagens, sons, bases de dados, arquivos digitais no contexto dos sistemas de informação, designando teor informativo relativos a coisas com a intenção de informar. Além do conceito enunciado pelo Le Coadic (2002) ao definir informação como estruturas contendo significante e significado, inscrito sob a forma escrita, impressa ou numérica composta de sentidos. Reafirmamos a abordagem teórico-cognitiva para orientação da pesquisa.

As funções básicas de um Sistema de Informação Arquivística, são:

- ✓ Coleta e custódia de documentos/informações arquivísticas de modo a garantir a entrada no sistema;
- ✓ Tratamento/organização técnica, intelectual e armazenamento da informação – através da classificação e descrição arquivística;
- ✓ Representação da informação, através de índices ou resumos; informações;
- ✓ Recuperação de representações (conteúdos de documentos) mediada pelas linguagens (instrumentos documentários – vocabulários controlados ou tesouros funcionais).

A seguir no sub-capítulo 3.2 é apresentado algumas considerações teórico- conceituais acerca dos termos documentos, dados, informação e conhecimento no contexto dos sistemas de recuperação. Corroboramos com Smit (2005, p.10) ao sugerir que para compreender os arquivos, enquanto sistema de informação, é necessário explicitar as diferenças conceituais, além das implicações teóricas acerca dos termos informação e conhecimento.

### **3.2 Documentos, dados, informação e conhecimento: objetos de gestão dos sistemas de recuperação da informação: considerações teórico-conceituais**

No contexto das organizações a tríade: dados, informação e conhecimento assumem papel primordial para gerir as práticas organizacionais. No entanto, os dirigentes e colaboradores encontram dificuldades para perceber, reconhecer e compreender suas características e especificidades. Em especial a informação, ao apresentar por natureza alto grau de dispersão, despersonalização, além de ser registrada e difundida em múltiplos canais de divulgação e comunicação; provocando dificuldades para acesso, seleção e uso.

Nesse sentido, é oportuno ressaltar que o uso da informação no cotidiano das organizações, só será possível, caso seja dotada de relevância e significado.

Desse modo, ela será compreendida como um recurso ativo para gerir as práticas organizacionais, corroborando com este enunciado, Moura (1996) afirma que a informação constitui o principal insumo das organizações, bem como meio de sincronizar as diversas funções, processos e setores de uma empresa em busca de seus objetivos.

Diversas são as acepções atribuídas à tríade: dados, informação e conhecimento encontradas na literatura nacional e internacional. A discussão é travada por autores de diversas disciplinas, especificamente pela ciência da informação no sentido de postularem um único sentido para o significado dos termos, em especial a acepção do conceito de informação. Nesse sentido afirma (PINHEIRO, 2002, p.61-86) que os enfoques perpassam desde o aspecto cognitivo, relacionando informação e conhecimento, informação para negócios, tomada de decisões, informação como insumo, ou sua definição política e social.

Nota-se que é crucial a contextualização do sentido da informação para melhor adequação e coerência conceitual, Para delimitar a compreensão destacamos as definições de informação de (MIRANDA,1999; BEAL 2004; SILVA & RIBEIRO, 2002; BARRETO, 2003).

Para melhor compreensão do conceito de informação no cotidiano das organizações, utilizaremos o conceito de informação como sendo “dados organizados de modo significativo, sendo subsídio útil à tomada de decisões” (MIRANDA, 1999, p.285).

Outra definição adotada é apresentada por Beal (2004) que trata a informação como dados dotados de relevância e propósito, o conhecimento também tem como origem a informação quando a ela são agregados outros elementos. Silva & Ribeiro conceitua informação como:

um conjunto estruturado de representações mentais codificadas (símbolos significantes) socialmente contextualizados e passíveis de serem registradas num qualquer suporte material (papel, filme, banda magnética, disco compacto, etc.) e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multidirecionada. (SILVA, RIBEIRO, 2002, p.37 apud SILVA, 2003)

Já Barreto (2003) conceitua informação como sendo: “estruturas simbolicamente significantes com a competência e a intenção de gerar conhecimento no indivíduo, em seu grupo, ou na sociedade” (BARRETO, 2003, p. 58).

Percebe-se a inclusão para definir informação, do termo dado, como necessário à constituição da informação; sendo um elemento fora do alcance de sentido e compreensão, ou seja, seria o estado bruto da informação.

Pelas acepções descritas acima para definir informação, é evidente o inter-relacionamento da tríade: dados, informação e conhecimento.

Portanto, para compreender a dinâmica dos fluxos de informação e de conhecimentos nas organizações é necessário (re)conhecer as especificidades dos conceitos: dados, informação e conhecimento.

Nesse sentido ressalta Davenport (1998, p.18) ao apontar que é difícil definir o conceito de informação sem considerar a distinção entre dados, informação e conhecimento, visto que os dados coletados passam por processos onde se transformam em informações e em seguida geram o conhecimento.

Para melhor explicitar a compreensão dessa tríade e os possíveis impactos no cotidiano das organizações, especificamente relacionados aos processos decisórios, é primordial compreender suas especificidades e características. Desse modo é apresentado abaixo um quadro ilustrado por Davenport (1998, p.18) para melhor caracterizar as especificidades da tríade: dados, informação e conhecimento.

Dados	Informação	Conhecimento
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Simples observação sobre o estado do mundo.</li> <li>✓ Facilmente estruturado</li> <li>✓ Facilmente obtido por máquinas</li> <li>✓ Frequentemente quantificado</li> <li>✓ Facilmente transferível</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Dados de relevância e propósito</li> <li>✓ Requer unidade de análise</li> <li>✓ Exige consenso em relação ao significado</li> <li>✓ Exige necessariamente a mediação humana</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Informação valiosa da mente humana, inclui reflexão, síntese e contexto</li> <li>✓ De difícil estruturação</li> <li>✓ De difícil captura em máquinas</li> <li>✓ Frequentemente tácito</li> <li>✓ De difícil transferência</li> </ul>

Tabela 2: Dados, informação e conhecimento.  
 Fonte: Davenport, (1998, p.18).

Em face ao enunciado acima, constata-se que para gerir recursos de informação e conhecimento, é imprescindível a compreensão integrada dessa tríade, suas características, especificidades e principalmente sua aplicabilidade para subsidiar a tomada de decisões. Pelas características enumeradas no quadro acima, pode-se afirmar que os recursos dados, informação e conhecimento suscitam a necessidade de ambientes eficazes para provocar compreensão de suas especificidades. Em especial ao recurso informação, sendo necessário propiciar ambientes contextualizados que sejam capazes de provocar a compreensão e apreensão das informações.

No contexto das organizações é primordial delinear sistemas de informação capazes de gerir os processos e atividades de produção, disseminação e uso de dados, informação e conhecimento como recursos para fomentar os processos decisórios e operacionais no cotidiano das organizações.

É necessário dar pertinência para cada uma de suas características, desse modo Davenport (1998, p.18) salienta que: do ponto de vista de gestão é muito mais fácil capturar, comunicar e armazenar dados, essa facilidade já não acontece com a gestão da informação e muito menos com o conhecimento.

A compreensão sistêmica de suas especificidades é primordial para (re)conhecer internalizar os fluxos de informações e de conhecimentos em ambientes interno e externo da organização.



Destaca-se a informação e conhecimento como um dos recursos e insumos mais importantes para as organizações desenvolverem vantagens competitivas diante de seus concorrentes.

Nesse processo a análise e o tratamento da informação bem estruturado, fornecem subsídios básicos para salientar vantagens para a organização (CHOO, 2003).

Resumindo, os dados quando organizados e contextualizados transformam-se em informação, um recurso potencial passível de tornar-se conhecimento, em outras palavras, o conhecimento deriva da informação da mesma forma que a informação deriva dos dados.

A informação, conforme definida por McGee e Prusak (1994, p. 23-24) “não se limita a dados coletados; na verdade, informação são dados coletados, organizados, ordenados, aos quais são atribuídos significados e contexto”.

De acordo com Camargo e Bellotto (1996, p.44 e 44) **dado** é “representação mínima de todo elemento de caráter cognitivo, passível de ser transferida, processada e interpretada de forma manual ou automática” já a **Informação** é “todo e qualquer elemento referencial contido num documento”.

É curioso perceber que a definição atribuída ao elemento “dado” aproxima-se muito mais da aceção da informação como ela é compreendida hoje em dia, isto, é sua componente cognitiva, já a aceção de “informação” acentua a componente fisicista, ou seja, a relação registro e suporte. Dá-se a impressão que houve inversão ou uma certa indefinição/delimitação conceitual entre os termos.

O glossário de termos de biblioteconomia defende que “informação é a noção, idéia ou mensagem contida num documento. Todo conhecimento adquirido de qualquer forma”. (ZAMBEL, 1978, p.79)

Nota-se que as aceções de dados, informação e conhecimento encontradas na literatura enunciam a diversas abordagens, ora sob a perspectiva cognitiva (estruturas sendo alteradas), comunicacional (mensagens), conteúdo documental (documento).

É comum encontrar na literatura especializada da Biblioteconomia, Arquivística e CI uma confusão conceitual em torno do significado do termo informação, sendo este muitas vezes utilizado como sinônimo de dados e conhecimento. Ambos os termos: dados, informação; documento e conhecimento são, muitas vezes, tratados indiscriminadamente como se fossem sinônimos, ocasionando uma dispersão conceitual e teórica. Nesse sentido, Cristovão e Braga (1997, p.35) dizem que “há várias décadas, desde sua formalização, em 1962, a Ciência da Informação vem tratando entidades distintas como o documento, a mensagem e a informação como se fossem iguais, no entanto, são entidades bem distintas”. Em relação ao termo documento, Galvão (1998) assinala que

[...] o termo documento é empregado, na área de biblioteconomia e documentação, ora como equivalente ao termo suporte de dados ("objeto material sobre o qual ou no qual uma variável física específica - perfurações em série, sinais magnéticos, signos visuais, auditivos etc.- pode representar dados"), ora como equivalente ao termo meio de comunicação ("canal ou cadeia que liga a fonte ao receptor"<sup>9</sup>) e ora associado ao termo mensagem ("sinônimo de 'conteúdo', ou seja, aquilo que é dito em um texto, em um discurso"<sup>10</sup>) -, sem que haja explicitação à qual das conceituações apresentadas o termo documento está se referindo.

De acordo com Smit (2005, p.11) a noção de documento pressupõe a existência de um “suporte e uma inscrição. E ainda complementa ao indagar: “esta inscrição, é uma informação?. [...]. O que é uma informação?”

Diante desse enunciado é oportuno lançar a seguinte pergunta: um documento arquivístico pode ser considerado uma informação arquivística?.

Parafraseando Smit (2005, p.35) “o que o arquivo torna disponível? Os documentos ou a informação?”. Complementa ao dizer que

a passagem do “documento” para a “informação” é geralmente, apresentada de forma quase automática, eu diria mesmo: de forma quase mágica. É como se, em

disponibilizando documentos, a informação ficasse, conseqüentemente, igualmente disponível, sim e não:

- ✓ Sim, caso o usuário, aquele que solicitou pelos documentos, disponha de meios para “entender” o conteúdo dos documentos, ou seja, contextualizar a atividade que o gerou: neste caso ele terá efetivamente o acesso à informação;
- ✓ Não, caso o usuário não disponha de meios para “entender” o conteúdo dos documentos colocados à sua disposição.

Como se vê, mesmo diante do considerável avanço teórico-conceitual, é importante ressaltar que um documento não pode ser considerado uma informação propriamente dita, pois a informação pressupõe uma relação do receptor com o conteúdo do documento, e exige um processo cognitivo no sentido do usuário compreender e apreender signos, significantes e significados consubstanciados num documento. Smit (2005, p.13) deduz que a informação pressupõe que o indivíduo seja capaz de:

- ✓ reconhecer a informação enquanto informação, ou seja, que se reconheça uma opção, uma seleção entre alternativas;
- ✓ Que haja vontade de receber informação, ou disponibilidade para recebê-la;
- ✓ Que haja condições para entender a informação que recebo.

Diante da revisão teórica e conceitual acerca das diversas acepções do termo documento encontradas na literatura especializada da Biblioteconomia, Arquivística e CI, sistematizada no capítulo anterior, nota-se uma evolução conceitual partindo de uma noção de documento enquanto entidade física tangível para a compreensão de uma entidade intangível: a informação registrada. Vale lembrar que a compreensão do conteúdo associado à entidade documento possibilitou o alargamento da compreensão da informação como um elemento indissociável de um documento.

Ainda de acordo com (SMIT, 2005, p.16) o que possivelmente pode ter provocado uma confusão na literatura sobre o(s) significado(s) entre

informação e conhecimento ao serem tratados como sinônimos têm relação com as seguintes atitudes:

- ✓ circunscrever a informação aos documentos registrados em suporte papel contendo textos. É verdade que esta delimitação, redutora, ainda é muito freqüente, tanto na bibliografia quanto nas visões dos profissionais, mas trata-se evidentemente de uma redução exagerada do escopo de atuação do arquivista e a função do arquivo.
  
- ✓ Ao contrário da primeira, atitude encontra-se igualmente na bibliografia a tendência a uma ampliação “imperialista” do termo informação, englobando o mesmo conhecimento. Na esteira desta tendência ouvimos falar na “gestão do conhecimento”, na inteligência competitiva, na “sociedade do conhecimento” e outras expressões igualmente consideradas modernas. [...]

Pode-se ainda acrescentar que a aproximação das entidades documento e informação é forçosamente exigidas frente ao contexto da sociedade pós-moderna.

A informação sempre existiu enquanto categoria consubstanciada nos documentos, o que ocorre atualmente é uma mudança de enfoque dada à informação. Apesar de constatar na literatura uma dispersão conceitual e teórica acerca das acepções documento e informação. As discussões apresentadas nas áreas da Biblioteconomia, Arquivística e CI em torno da mudança de foco do “documento” para a “informação” têm contribuído para melhor clarificar e distinguir a relação existente entre documento e informação, apesar de distintos, são solidários entre si.

Kando apud Machado (2000, p.11) aponta três acepções de informação presente na literatura da CI:

- a) informação com entidade objetiva: compreende o conteúdo do documento;
- b) informação como entidade subjetiva: representada pela imagem-estrutura do receptor e as permutas da mesma;

c) informação com processo: faz referência ao processo mediante o qual o sujeito se informa.

A primeira acepção relaciona a informação com a entidade documento, consubstanciada pelo conteúdo, ou seja compreende a representação de conteúdos por meio de textos ou imagem registrada em um suporte qualquer; já a segunda como entidade subjetiva, relaciona a interação e a recepção do usuário com conteúdos documentais; e a acepção de informação como processo enfatiza os processos que envolvem apropriação, tendo a capacidade de recepção do usuário, ou seja, a partir de seu acervo cognitivo compreender e atribuir significado e construir novas informações.

Em relação à definição de informação e conhecimento, é perceptível o nível de complexidade que envolve seus significados, ou seja, requer do indivíduo capacidade cognitiva para a compreensão e apreensão de sentidos e contextos, envolvem processos de percepção, representação, cognição entre outros.

Para melhor elucidar a compreensão do conceito de conhecimento, pode-se afirmar que o conhecimento, é a informação transformada. Essa transformação gera algo novo; um conhecimento. O conhecimento gerado será, por vezes, transformado em informação e novamente transmitido. Desse modo é difícil dissociar informação e conhecimento, pois estão envoltos pelos processos cognitivos. “Não há consenso entre especialistas sobre onde termina a informação e começa o conhecimento” (MCGARRY apud ROBREDO, 2003, p.11).

Para Nonaka e Takeuchi (1997) “existem dois tipos de conhecimento humano, o conhecimento explícito, compreendido como linguagem formal, ou seja, é o conhecimento registrado, podendo ser compreendido e sistematizado para compartilhamento, já o conhecimento tácito é de difícil de ser apreendido e “articulado na linguagem formal” (NONAKA; TAKEUCHI, 1997, p. 13).

Robredo (2003) enfatiza ao afirmar que o conhecimento é “a conversão da informação em conhecimento, sendo este um ato individual, requer análise e a compreensão da informação, as quais requerem, por sua vez, o

conhecimento prévio dos códigos de representação dos dados e dos conceitos transmitidos num processo de comunicação ou gravados num suporte material” (ROBREDO, 2003, p. 12).

A visão de conhecimento defendida por Robredo (2003) enfatiza a recepção e a cognição como processos intrínsecos e subjacentes ao ato de perceber, reconhecer e apropriar-se da informação e de conhecimentos, ou seja, é necessário que o indivíduo reconheça os códigos significantes e significados para compreender e assimilar o sentido da informação, para em seguida transformá-la em conhecimento individual.

Reafirmando as idéias acima, Barreto (2003) diz que, para tornar a informação como elemento mediador no processo de construção de conhecimentos é necessário que ela seja assimilada pelo indivíduo, é necessário que o indivíduo interaja com “determinadas estruturas de informação”, caso assimilada, provocará transformações nas estruturas cognitivas do indivíduo. (BARRETO, 2003).

Ainda de acordo BARRETO (1999, p.373 apud SMIT, 2005, p.25):

a informação, em função de seu caráter estático, não produz, por si só, qualquer conhecimento. As informações armazenadas em bases de dados, bibliotecas, arquivos ou museus possuem a competência para produzir conhecimento, que só se efetiva a partir de uma ação de comunicação mutuamente consentida entre a fonte (os estoques) e o receptor. Porém, a produção dos estoques de informação não possui um compromisso direito e final com a produção de conhecimento (BARRETO, 1999, p.373 apud SMIT, 2005, p.25).

Em suma, a informação, sob a ótica dos sistemas de informação arquivística<sup>14</sup> apresenta as seguintes características:

- ✓ pode gerar conhecimento, mas não gera forçosamente;

---

<sup>14</sup> Vale assinalar que as informações arquivística além dessas características apresentam outras especificidades e particularidades conforme foi apresentado no capítulo anterior.

- ✓ pode ser comunicada, desde que a pessoa queira e possa entendê-la;
- ✓ dever ser registrada para poder constituir a memória, para poder ser acessada em outro tempo e outro espaço;
- ✓ a informação pode ser registrada, e portanto codificada, de diversas formas;
- ✓ já que registrada, a informação pode ser duplicada e reproduzida ad infinitum;
- ✓ já que registrada, informação pode ser transmitida por diversos meios
- ✓ já que registrada, a informação pode (deve ser) conservada e armazenada em suportes diversos;
- ✓ já que registrada, a informação pode ser adicionada a outras informações;
- ✓ já que registrada, a informação pode ser organizada, processada e reorganizada segundo diversos critérios;
- ✓ já que registrada, a informação pode ser recuperada quando necessário, segundo regras preestabelecidas (ROBREDO, 2003).

Diante dos enunciados acima, pode-se afirmar que os sistemas de recuperação da informação não recuperam informações, os mesmos tratam de representação de conteúdos documentais, ou seja, lidam com a representação da informação, e não com a informação em si mesma. Nessa perspectiva Braga (1995, p.3) afirma que,

Na verdade, os Sistemas de Recuperação da Informação não recuperam informação, ou recuperam apenas uma informação-potencial, uma probabilidade de informação que só vai se consubstanciar a partir do estímulo externo do documento, se também houver uma identificação (em vários níveis) da linguagem desse documento, e uma alteração, uma reordenação mental receptor-usuário.

De acordo com a abordagem defendida por Braga (1995) nota-se que os sistemas de recuperação de informação recuperam documentos que enunciam

informação em potencial - considera que a informação só ocorrerá mediante a efetiva interação entre os conteúdos dos objetos documentais e a capacidade de recepção e apreensão de sentidos do usuário.

Desse modo, pode-se afirmar que no contexto das instituições arquivísticas é necessário empreender esforços organizacionais para dotar ambientes capazes de potencializar a compreensão e apreensão dos fluxos: dados, informação e conhecimento. Em outras palavras, é primordial desenvolver uma cultura informacional sustentada pelas competências e habilidades informacionais de seus agentes organizacionais alinhados ao uso das tecnologias da informação e comunicação, no sentido de reconhecer o indivíduo organizacional como agente ativo participante no processo de transformar o binômio: dados e informação em conhecimento organizacional.

Ao contrário da sociedade industrial, onde se priorizava como recursos para garantir a competitividade, os meios de produção e a supervalorização atribuída ao capital, à sociedade pós-industrial, utiliza-se da mercadoria informação para programar o futuro. (TARAPANOFF, 2001, p. 44).

Desse modo, a informação na contemporaneidade, especificamente no contexto das organizações é entendida e compreendida como um bem ativo, por substituir o capital como recurso estratégico; ela assume papel propulsor nos modos de produção das organizações, enquanto recurso para alcançar lucratividade e posição estratégica diante da concorrência.

O valor da informação lhe é atribuído à medida de sua utilização, quanto mais reutilizável e compartilhada for à informação, maior será o seu valor; este também é atribuído pelo usuário ao perceber a solidez nas mensagens que a informação lhe oferece para o uso no processo de tomada de decisões (BEAL, 2004).

A informação adquire valor para determinado segmento de mercado quando apresenta objetividade, relevância e subsídio para possíveis alternativas em resposta às necessidades a serem solucionadas.



O valor e a finalidade da informação para uma organização, estão diretamente relacionados à sua classificação e especificidade de uso no processo decisório; enquanto dados, informação, conhecimento.

Taylor (1986) aponta seis categorias sobre o valor agregado à informação, são eles: facilidade de uso, redução de informação desnecessária, qualidade, adaptabilidade, economia de tempo e economia de custo (TAYLOR, 1986 apud TARAPANOFF, 2000, p. 4).

A informação “bruta” (não tratada/não processada) não agrega valor, somente quando trabalhada de forma a resultar vantagens competitivas é que pode ser considerada realmente como elemento estratégico para as organizações.

Na atual sociedade da informação, as organizações perdurarão ou encerrarão suas atividades, a diferença entre essas situações consiste na habilidade que possuem, ou não, em levantar dados, processá-los em informações relevantes e distribuí-las em tempo para garantir a confiança necessária na tomada de decisões (BEAL, 2004).

Um fluxo de informações tem participação vital para o processo de tomar decisões, a informação constitui a matéria-prima da atividade na tomada de decisões.

Os fatos, números e dados são processados para que forneça informações expressivas para uma aplicação do conhecimento. Uma massa de dados contábeis, por exemplo, fornece informações quando disposta em forma de balanços ou de demonstração, receitas e despesas. Os formulários padronizados proporcionam uma realimentação formal em relação ao sistema de operações. A informação constitui as substâncias dos sistemas de comunicações, em suas variadas formas – impulsos eletrônicos, palavras escritas ou faladas, relatórios formais ou informais. A informação é ingrediente básico na tomada de decisão (KAST e ROSENZWEIG, 1987).

Nesse processo o significado atribuído à qualidade da informação pode ser aplicado em situações distintas. No que se refere ao uso Beal (2004)

destaca que a informação adquire valor potencial na medida em todos os membros da organização são conhecedores de sua existência, onde se encontra e dispõem de recursos informacionais para acessá-la e adaptá-la à medida de suas necessidades (BEAL, 2004).

Quanto mais seleta e clara for à informação e quanto mais utilizada, maior valor ela terá para a organização, possibilitando que as tomadas de decisões sejam efetuadas com menores riscos. Além de adicionar maior valor aos bens e serviços colocados no mercado (BEAL, 2004).

Para que as organizações compreendam o valor da informação como matéria-prima para geração de novos conhecimentos organizacionais, é preciso empreender esforços organizacionais para promoverem competências e habilidades de seus agentes, no intuito de potencializar a recepção dos fluxos de informações. Ou seja, é necessário empreender esforços intelectuais, técnicos e metodológicos para as atividades de acesso, coleta, tratamento e organização, armazenamento, disseminação, uso e reuso de dados e informações e conhecimentos.

Caso haja, uma cultura informacional institucionalizada, os fluxos de informação ganharão evidência e relevância; serão percebidos com mais facilidade pelos agentes da organização, estarão atentos às demandas, ofertas e necessidades de informação e de conhecimentos para gerir estrategicamente as organizações.

A circulação e o uso da informação orgânico-funcional no âmbito das organizações para tomada de decisões caracterizam-se, por mensagens atribuídas de valores e contextos registrados e difundidos em múltiplos suportes, formatos e canais de divulgação (documentos produzidos no contexto interno/externo, documentos arquivísticos, atas de reunião, eventos, patentes, os bancos de dados e bases bibliográficas, livros, artigos científicos, relatórios técnicos e científicos, anúncio em tv, etc), com a finalidade de oferecer acréscimo a um estado de conhecimento prévio. A recuperação da informação pode ser compreendida como um processo de transferência de informações,

envolvendo um emissor e um receptor com a possibilidade de modificar um estado de conhecimento de um indivíduo ou da organização.

Nessa perspectiva, podemos destacar a informação institucionalizada, ou seja, a informação registrada em um suporte qualquer, seja ela produzida e difundida no ambiente interno ou externo da organização, contendo estruturas significantes e de significados passível de ser compartilhada entre os membros de uma organização. Portanto, para que os processos de validação e de transferência da informação ocorram é necessário institucionalizar um modelo de sistema de informação arquivística pautado numa cultura informacional compartilhada em todos os níveis.

### **3.3 Uma visão sistêmica das instituições arquivísticas**

O propósito a ser tratado nesse sub-capítulo é tecer algumas considerações no intuito de identificar possíveis aproximações e contribuições a partir da abordagem da Teoria Geral dos Sistemas (TGS) desenvolvida por Bertalanffy (1975) para compreensão das instituições arquivísticas enquanto sistemas de recuperação da informação. Nesse sentido, buscaremos, dentro dos limites desse trabalho re(significar) os arquivos sob a ótica dos sistemas. Cabendo, dessa forma, sistematizar o desenvolvimento de argumentos na tentativa de demarcar aproximações entre “sistemas” e “arquivos”. (grifo nosso).

Esperamos contribuir para a desconstrução de paradigmas ainda vigentes na área, ou seja, enfraquecer o paradigma documental e preservacionista e sugerir uma melhor compreensão do modelo sistêmico de fluxos de informação orgânica no contexto das organizações.

Pressupõe que ao estar inseridas em um contexto dinâmico e informacional, as instituições arquivísticas não devem ser compreendidas apenas enquanto um “lugar”, onde se armazena, preserva e disponibiliza documentos ou apenas como um “amontoado” de papéis.

Parafrazeando Robredo (2003, p.106) “o que entender por sistema no domínio da ciência da informação que nos interessa?”. Dentre as diversas definições de sistema apresentadas pelo autor, destacamos as seguintes acepções de sistemas “[...] é um conjunto de relações interativas, uma entidade relativamente bem identificada, que mantém em operação, dinamicamente, um certo todo; [...] é uma relação organizada das partes de um todo” (ROBREDO 2003, p.107).

Segundo Churchman (1972, p.27) “sistema é um conjunto de partes coordenadas para realizar um conjunto de finalidade”.

Tramullas Saz (1997, p. 214) define sistema como “un conjunto de elementos interrelacionados em función de un objectivo común, actuando em determinado entorno y com capacidad de autocontrol”.

De acordo com Laudon e Laudon (1999), “sistemas são componentes, inter-relacionados que trabalham em conjunto para recolher, processar, armazenar e discutir informação para suporte da tomada de decisão, coordenação, controle, análise e visualização na organização”.

De acordo com Bertalanffy (1975) todo sistema possui quatro características básicas: elementos; relações entre elementos; objetivo comum e meio ambiente. (BERTALANFFY, 1975). E ainda complementar ao dizer que “Todo sistema se contrai, ou seja, é composto de subsistemas (e isto ocorre infinitamente)”. (BERTALANFFY, 1975)

Em relação às diversas perspectivas que enunciam a noção de sistema, Araujo (1995) pontua que a

noção de sistema engloba uma série de abordagens, tais como filosofia dos sistemas (voltada para a ética, história, ontologia, epistemologia e metodologia dos sistemas), engenharia de sistemas (sistemas artificiais, como robôs, processamento eletrônico de dados etc.), análise de sistemas (desenvolvimento e planejamento de modelos de sistemas, inclusive matemáticos) e a pesquisa empírica sobre sistemas (abrangendo a descoberta de leis, adequação e estudos de simulação de sistemas (ARAUJO, 1995, p.7-8).

Já o termo sistema de informação é compreendido por Robredo (2003)

uma entidade complexa, organizada que capta, armazena, processa, fornece, usa e distribui informação. Considera-se que inclui recursos humanos, tecnológicos e financeiros. É de fato um sistema humano, que inclui provavelmente recursos computacionais para automatizar determinados elementos do sistema (ROBREDO 2003, p.110).

SMIT (2005, p.39) constata “que as definições de “sistema de informação” remetem à mesma pluri-significação já constatada para o termo “informação”.

KORNWACHS (1999, p.110 apud ROBREDO, 2003, p.110) afirma que “Sistema e informação parecem ser dois lados de uma mesma moeda”.

Segundo (TARAPANOFF, 1995, p.17; ABREU RESENDE, 2001, p.64) “os sistemas de informação são ferramentas necessárias para se implantar infra-estrutura de apoio à tomada de decisões e dar suporte nas atividades operacionais e estratégicas no dia-a-dia das organizações”.

Wersing e Neveling (1976, p.151) definem sistema de informação como um sistema que permite a “comunicação e o processamento da informação” (SMIT, 2005, p.40).

Abreu e Rezende (2001, p.62) definem sistema de informação: “como o processo de transformação de dados em informações que são utilizadas na estrutura decisória da empresa e que proporcionam a sustentação administrativa, visando à otimização dos resultados” (ABREU e REZENDE, 2001, p.62).

ROS (1993, p.7 apud TRAMULLAS SAZ, 1997, p.219) que

Definir los sistemas de información es, em general, uma tarefa complicada, porque se compone de múltiples procesos que

son, al mismo tiempo, actores em otros subistemas de la organización y, porque el Sistema de Información participa de toda actividad que se desarrolla em esa organizacion.

Segundo Araujo (1995) é “fundamental destacar que as designações SI (Sistema de Informação) e SRI (Sistema de Recuperação da Informação) são, no mínimo, indevidas, inadequadas e impróprias”. (ARAUJO 1995, p.15)

As organizações de um modo geral desenvolvem sistemas de informação para gerenciar suas atividades e departamentos, para resolver problemas relacionados à tomada de decisões, para lidar de forma mais adequada com seus clientes, órgãos governamentais, concorrentes e para reagir com firmeza a mudanças que possam ocorrer no mercado.

Aplica-se a expressão sistema de informação para realçar o fato de que as informações, que são compiladas, devem ser requeridas em toda organização. Dessa forma, devem-se esquematizar um sistema de informação como processo de comunicação que contenha uma relação entre as entradas necessárias à informação armazenada e as saídas relacionadas à tomada de decisões desejadas.

Os sistemas de informação orgânico-funcional para apoiar as decisões de uma organização com base em informações devem estar relacionados com os níveis do sistema de administração – técnico, organizacional e institucional e com as funções básicas da administração-planejamento, organização e controle. A organização é arcabouço para a execução do planejamento e do controle; a organização está relacionada com a comunicação; e a comunicação é representada por um sistema de informação e decisões.

Dessa forma, a chave para o êxito no planejamento e controle de qualquer operação está no sistema de informações (KAST e ROSENZWEING, 1987, p. 403).

Já TRAMULLAS SAZ (1997, p.227) aponta cinco principais razões para o desenvolvimento de sistemas de informação:

1. capacidad: maior velocidade de procesamiento e incremento em el volumen de datos, así como una recuperación de la información más rápida;
2. Control: mejora y exactitud em la consistencia de la información manejada por la organización;
3. Comunicación: mejora de la comunicación entre las diferentes unidades de la organización, así como una mayor integración;
4. Costes: monitoreo e reducción de costes;
5. Ventaja competitiva: una amplia consideración em la que se incluye atraer clientes, superar a la competencia, lograr mejores acuerdos com los proveedores y desarrollar nuevos productos.

Dessa modo, sistemas de informação quando bem desenvolvidos e eficientes, são fundamentais para gerir as ações, atividades e processos cotidianos no contexto das organizações. Esses sistemas apresentam atualmente algumas características, as quais se apresentam a seguir; de acordo com a abordagem de (ABREU e REZENDE, 2001 p. 63).

- ✓ Grande volume de dados e informações;
- ✓ Complexidade de processamentos;
- ✓ Muitos clientes e/ou usuários envolvidos;
- ✓ Contexto abrangente, mutável e dinâmico;
- ✓ Interligação de diversas técnicas e tecnologias;
- ✓ Suporte à tomada de decisões empresariais;
- ✓ Auxílio na qualidade, produtividade e competitividade organizacional.

Os Sistemas de informação são ferramentas necessárias para se implantar infra-estrutura de apoio à tomada de decisões e dar suporte nas atividades operacionais e estratégicas no dia-a-dia das organizações. Além de outros benefícios, (TARAPANOFF, 1995 p. 17) e (ABREU e REZENDE, 2001, p. 64) sugerem a

- ✓ Redução dos custos operacionais;
- ✓ Melhoria no acesso às informações, propiciando relatórios mais precisos e rápidos, com menos esforço;

- ✓ Melhoria na produtividade;
- ✓ Redução do grau de centralização de decisões na organização;
- ✓ Melhoria na adaptação da organização a acontecimentos imprevistos;
- ✓ Oportunidade de negócios e aumento na rentabilidade;
- ✓ Aumento no nível de motivação das pessoas envolvidas;
- ✓ Redução dos níveis hierárquicos;
- ✓ Carga de trabalho reduzida.

Um sistema de informação para alcançar seus objetivos, de acordo com Tramullas Saz (1997, p.223) deve desempenhar as seguintes funções:

- ✓ Recogida de dados de entrada;
- ✓ Evaluación de calidad y relevância de los dados;
- ✓ Manipulación o proceso de los dados;
- ✓ Almacenamiento de la información;
- ✓ Distribución de la información.

Inseridas em um ambiente organizacional, parte-se da idéia de que as instituições arquivísticas são constituídas por informações - conteúdos documentais que ao serem produzidos, acumulados, organizados e disponibilizados sugerem uma informação em potencial contextualizada, ou seja, é assegurada a inteligibilidade do conteúdo informativo de um documento.

Corroboramos com a visão de Smit (2005, p.37) ao afirmar que

o arquivo pressupõe a presença dos documentos que contêm informações. O documento, na sua materialidade, [...], não pode ser escanteado ou eliminado da discussão, enfatizando-se, na solidariedade entre documentos e informação, [...] Dito entre outros termos, a moeda (o arquivo) se compõe da cara (os documentos) e a coroa (a informação). Nenhuma face da moeda significa sem a outra, razão pela qual elas são solidárias entre si.



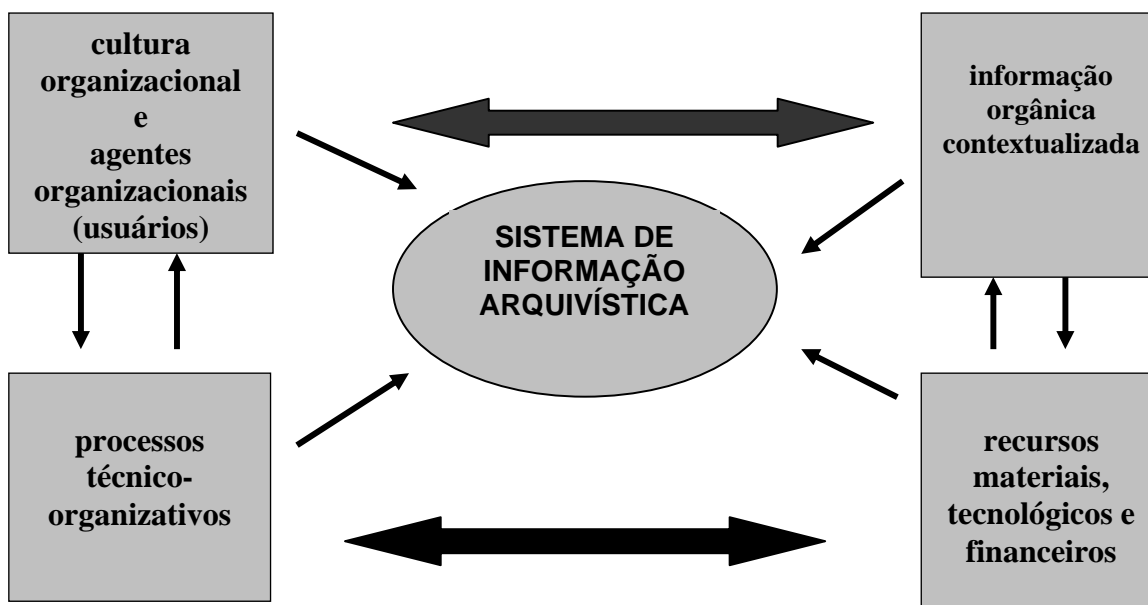
Na perspectiva da dinâmica dos fluxos de informação elas são verdadeiros sistemas sócio-organizativo e informacional preocupadas em otimizar as atividades de organização e transferência da informação. O que dá origem aos sistemas de recuperação da informação arquivística é a produção e acumulação natural de informações orgânicas reflexo das atividades e ações empreendidas por uma instituição ou pessoa. De modo geral, pode-se afirmar que a sua missão é custodiar, organizar, armazenar, disseminar, recuperar e transferir informações orgânicas para servirem de apoio na tomada de decisões.

No decorrer da existência histórico-social das instituições arquivísticas, foram empreendidos muito mais esforços institucionais na produção de aportes técnicos para garantir a memória coletiva da humanidade. Isto é, foram empreendidas ações para a preservação de registros documentais em detrimento de ações que visassem o acesso e transferência de informações. Nesse sentido pontua Jardim (1998)

No campo arquivístico, a memória exerce uma centralidade que leva, com frequência, a se identificar os arquivos como lugares de memória. A memória no espaço arquivístico só é ativada porém se tais lugares de memória forem gerenciados também como lugares de informação, onde esta não é apenas ordenada, mas também transferida. (JARDIM; 1998).

Para compreender os Arquivos no contexto das organizações enquanto agente ativo diante da dinâmica informacional é necessário orientar-se por uma visão holística acerca das especificidades dos elementos sócio-organizacionais que compõem um sistema de arquivos, são eles: as pessoas como indivíduos organizacionais; a cultura organizacional; a informação orgânica (compreendida enquanto um fenômeno social); as tecnologias; os recursos materiais e financeiros; e os processos técnico-organizacionais. Modelar um sistema de informações arquivística, pressupõe inter-relacionar todos esses elementos, considerando as necessidades informacionais das organizações e

principalmente compreender o comportamento informacional das instituições e dos indivíduos. Segue abaixo figura para exemplificar o enunciado abaixo:



**Figura 5.** Componentes sócio-organizacionais de um sistema de informação arquivística

Num contexto mais abrangente, a função social de um sistema de informação é fornecer uma resposta demandada pelo usuário, ou seja, é satisfazer uma demanda de informação requisitada pelo usuário. Para tal fim é necessário conectar dois mundos: o teor informativo sistematizado em documentos e as necessidades demandadas pelos indivíduos organizacionais, isto é informação orientada para a decisão e ação.

Diante dos enunciados mencionados acima podemos definir que sistemas de informação arquivística são um conjunto de elementos inter-relacionados com um objetivo comum que é: transferir informações orgânica/contextualizada para servir de apoio no controle e na tomada de decisões organizacionais, ou seja, o uso da informação para orientar decisão e ação.

Para orientar o desenvolvimento dos enunciados abordados neste capítulo corroboramos com a abordagem de Curras (1996) (apud SANTAELLA RUIZ 2006, p.172) ao afirmar que tanto as bibliotecas, arquivos, hemerotecas são verdadeiros sistemas, e que a entrada de itens documentais envolve processos de análise e tratamento e transformam-se em saídas.

Kremer (1985) destaca que “os sistemas de informação exercem várias atividades, que podem ser classificadas conforme suas funções de **input** (entrada) e **output** (saída) da informação”. (KREMER 1985, p.188, grifo do autor)

Na função de input (entrada), os documentos entram o sistema de informação; em seguida são organizados (classificados, descritos e indexados) através dos processos da análise e leitura documentária; são disponibilizados os índices e resumos como produtos documentários que representam o conteúdo de documentos com a finalidade de servir de subsídio para orientar e responder a uma questão demandada pelo usuário através de um enunciado de busca, tem a saída (output) de itens representacionais que localizam fisicamente, tematicamente ou funcionalmente um item documental.

Santaella Ruiz (2006) compreende um sistema documental na perspectiva sistêmica ao apontar três subsistemas que compõem um sistema documental: “o subsistema de elementos, subsistema de indivíduos, subsistema técnico”. (SANTAELLA RUIZ, 2006, p.172)

Rajagopalan e Rajan (1984) citado por Figueiredo (1999, p.130) reelaborarem as cinco leis de Ranganathan, afirmam que

- ✓ a informação é para o uso;
- ✓ a cada usuário sua informação;
- ✓ cada informação a seu usuário;
- ✓ economize o tempo do usuário – e o seu corolário: economize o tempo dos cientistas da informação;
- ✓ **um sistema de informação é um organismo em crescimento.**

Figueiredo (1999) afirma que “a **quinta lei** prescreve uma abordagem sistêmica para o desenvolvimento de instituições de informação, com um mecanismo auto-adaptador para natureza dinâmica do universo de informação” (FIGUEIREDO 1999, p.132 grifo nosso).

De acordo com López Ypes (2002, p.55) a Documentação, [...], embasa a atividade que funda os sistemas de informação e documentação, que

“transformam uma informação de entrada em uma informação de saída suscetível de ser utilizada como base para a obtenção de uma nova informação” (López Yepes, 2002, p.55 apud SMIT, TÁLAMO, 2006, p.). Nesse sentido Robredo (2005, p. 8)

o processo ou ciclo documentário completo pode-se considerar como um sistema ao qual se incorporam uma série de documentos para serem tratados e convertidos num produto novo, mais fácil de difundir ou de ser assimilado pelo usuário. No processo documentário, como em qualquer outro processo ou sistema, podem se distinguir:

- ✓ entrada
- ✓ o tratamento ou processamento
- ✓ a saída

No contexto dos sistemas de informação orgânico-funcional, podemos entender por entradas como sendo um mecanismo que permite a recepção e acolhimento de itens documentais consubstanciados em seu conteúdo à informação orgânica como resultado das ações de uma instituição ou um indivíduo. Já os mecanismos de tratamento e processamento consistem em todo o processo e etapa de análise documentária, a descrição e representação da informação arquivística para gerar saídas, ou seja, através das linguagens documentárias/instrumentos é produzido a inteligibilidade do sistema através das representações dos conteúdos documentais. Nesse sentido Buckland (1991) diz que “o objetivo de um sistema de informação é dar sentido a sua coleção [...]” (Buckland 1991, p.36).

Uma das funções principais de um sistema de informação arquivística é proporcionar a recuperação de representações informacionais dos itens documentais armazenados pelo sistema demandada pela necessidade de informação do usuário. Otlet associa a Documentação à memória como atualização do passado registrado. Rompe, assim definitivamente, com o valor meramente patrimonial da cultura (SMIT, TÁLAMO, 2006).

Smit (2005) afirma que “o arquivo transforma-se em um sistema de informação que significa, constrói a inteligibilidade do acervo documental,

incluindo em sua preocupação o usuário com suas diferentes linguagens” (SMIT, 2005, p. 50).

De acordo (SILVA, FONSECA, 2004)

A mudança de paradigma que se observa nos serviços de informação, calcada na proposta de "serviço orientado ao usuário" e tendo como ênfase a "identificação das necessidades de informação" pressupõe, no caso da Arquivologia, uma mudança de um paradigma anterior: é preciso que se considere o arquivo como um serviço de informação (SILVA, FONSECA, 2004).

Para Smit (2005) não há uma mudança paradigmática, pois o

arquivo continua sendo o que é e sempre foi. Trata-se, mais uma vez, de um deslocamento de ênfases, como se os holofotes fossem iluminados, com o passar do tempo [...] Estas mudanças nas ênfases, ou no posicionamento dos holofotes, significa um avanço na compreensão que foi sendo construído, ao longo dos tempos, relacionando à função dos arquivos na sociedade da informação. (SMIT, 2005, p.46).

E ainda complementa ao dizer que o

usuário sempre existiu, obviamente (por esta razão, mais uma vez, não me parece apropriado falar em rupturas paradigmáticas entre as diferentes abordagens do arquivo), mas ele é mais enfatizado hoje. Digamos que o usuário antes cabia um papel de coadjuvante e que o mesmo hoje desempenha o papel principal (SMIT, 2005, p.42).

Para construir ambientes de transferência de informações orgânicas centrado no contexto organizacional, é necessário conhecer intimamente as particularidades de cada um dos elementos que constituem um sistema de informação arquivística apresentados anteriormente. Para desenhar um ambiente de transferência centrado no contexto organizacional, deve-se

considerar principalmente o grau de “cultura informacional” dos indivíduos que compõem a organização, ou seja, devem-se considerar também as necessidades e dificuldades do usuário do sistema em lidar com fluxos de informação, a linguagem utilizada pela organização e o sistema, o uso de recursos de organização e recuperação, etc.

Deve-se partir do paradigma “centrado na informação” para um modelo de sistema de informação arquivístico, centrado na organização e no indivíduo organizacional/usuário potencial do sistema.

Em resumo, pode-se afirmar que para construir uma abordagem sistêmica acerca dos Sistemas de Informação Orgânico-Funcional pressupõe a compreensão dos seguintes componentes:

1. Das necessidades de informação do(s) usuário(s) ou das organizações;
2. Compreender a natureza e a função da informação orgânica-funcional;
3. Compreender o comportamento informacional do(s) usuário(s) nos processos de busca e recuperação da informação arquivística.

Segundo as características apresentadas pela Teoria Geral dos Sistemas (TGS) de Bertalanffy (1975), pode-se afirmar que os arquivos são verdadeiros sistemas por apresentarem como características um conjunto de elementos, subsistemas, além das relações existentes entre sistemas e subsistemas e elementos, e possuir um objetivo/missão.

Silva et al (2002, p.214) ao defender os arquivos a partir da dimensão sistêmica afirma ser o arquivo um?

sistema (semi-)fechado de informação social materializada em qualquer tipo de suporte, configurado por dois factores essenciais – a natureza orgânica (estrutura) e a natureza funcional (serviço e uso) – a que se associa um terceiro – a memória – imbricado nos anteriores.

Em síntese, segue abaixo alguns pontos chaves que aproximam as instituições arquivísticas com a teoria do sistema de Bertalanffy (1975):

- ✓ **Propósito ou objetivo** – a missão institucional das instituições arquivísticas: acumular/armazenar, organizar, representar e recuperar informações orgânicas para responder uma demanda de informação requisitada pelo(s) usuários e pela(s) instituições, ou seja processar informação para o uso social através de mecanismos de comunicação, de modo a garantir a difusão e transferência de conteúdos documentais para usuários em potencial;
- ✓ **Organicidade/relação todo/partes** – a informação arquivística por natureza apresenta-se orgânica, ou seja, há uma relação entre todo o conjunto de informações acumuladas no sistema, partes independentes e interrelacionadas; resulta uma ação de seu produtor; tem como característica a estrutura orgânico-funcional/estrutural; reflete a estrutura, as funções e as atividades do organismo que o produziu;
- ✓ **Tipos de Sistemas Arquivísticos** – arquivos pessoais, arquivos técnicos, arquivos empresariais, arquivos públicos; arquivos escolares, etc – dependendo do sistema ou da organização a qual está relacionado;
- ✓ **Ambiente (Arquivos como subsistema de um sistema)** – meio que envolve (micro e macro-ambiente), o primeiro está relacionado com o contexto e a cultura organizacional na qual estão inseridas as instituições arquivísticas, incluindo nesse ambiente os utilizadores da informação, a estrutura, instalações, tecnologias, recursos materiais, financeiros e humanos, as políticas, normas, procedimentos, produtos e serviços; a segunda de modo geral diz respeito as variáveis políticas, econômicas, tecnológicas, sociais; jurídicas; culturais que compõem o macro-ambiente;

- ✓ **Entrada** - informação arquivística como objeto intangível e o documento como objeto material;
- ✓ **Processamento (subsistema técnico)** – processo de análise documentária; classificação; descrição e representação da informação arquivística e indexação, além da construção de linguagens documentárias ou instrumentos de pesquisa;
- ✓ **Saída** – representação da informação arquivística contida nos documentos arquivísticos mediados por índices ou resumos (linguagens documentárias);
- ✓ **Subsistema de indivíduos** – composto por profissionais da informação e os usuários do sistema de informação arquivístico;
- ✓ **Estrutura Orgânica das Instituições Arquivísticas** – diz respeito se o sistema de arquivos atua de forma centralizada ou descentralizada (unicelular e pluricelular);
- ✓ **O conceito de fundo** – compreendido como um sistema de relações ao operar com os elementos “estrutura” e “função” - relacionamento orgânico (funcional e estrutural) de um documento com outros;
- ✓ **Produtos** – elaboração de produtos documentários como instrumentos de pesquisa, inventários, catálogos, guias, vocabulários controlados, tesouros funcionais, planos de classificação, bases de dados para orientar as atividades e processos de análise documentária e principalmente para dotar o acervo de inteligibilidade comunicativa e informacional.

Todos os elementos apontados acima possuem múltiplas relações entre si e com elementos de outros sistemas, seja no ambiente micro ou macro das instituições. A compreensão de que as instituições arquivísticas são sistemas, e não simplesmente instituições preocupadas em custodiar preservar massas



documentais, pressupõem avançar na compreensão teórica, conceitual e metodológica acerca dos elementos que compõem um sistema de informação orgânico-funcional. Desse modo teremos a possibilidade de fazer intervenções pragmáticas para ampliar a sua atuação no sistema social de modo geral, como também contribuir para dar visibilidade aos profissionais da informação que atuam com os sistemas de informação arquivística. Por fim, a visão sistêmica parece-nos ser uma alternativa para orientar a atuação dos sistemas de arquivos diante das necessidades e demandas exigidas pela sociedade da informação.

## 4 PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS DA ORGANIZAÇÃO E TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA

### 4.1 fundamentos da organização e tratamento da informação na visão da CI

A organização, tratamento, armazenamento e preservação de documentos têm sido as principais ações empreendidas pelos Arquivos, Bibliotecas, Museus desde a antiguidade com vista a preservar a memória do conhecimento humano.

Durante muito tempo, essas instituições desenvolveram ações organizativas para solucionar problemas de ordem prática sempre orientada pela perspectiva fisicista e de armazenamento. Ribeiro (2005) afirma que a “reflexão sobre essas práticas e o desenvolvimento disciplinar em torno delas são criações relativamente recentes, quando comparadas com a história milenar do processo informacional” (RIBEIRO, 2005, p.1).

A organização e tratamento documental segundo (VICKERY 1986 apud ALVARENGA 2003, p.3) “[...] constitui-se em matéria que vem preocupando o mundo da documentação desde a sua origem”.

Vale ressaltar que historicamente as práticas de organização e tratamento documental empreendidas desde os tempos antigos contribuíram significativamente para a reflexão e a produção de conhecimentos mediados pelas disciplinas: Arquivística, Biblioteconomia e da Documentação, que por vez contribuíram para consolidar e (re)afirmar postulados da área da Organização e Tratamento da Informação na perspectiva da CI - ao contribuir com quadros teóricos, conceituais, técnicos e metodológicos para o desenvolvimento de ações para a constituição da síntese controlada da informação, ou seja, a elaboração de produtos, instrumentos e mecanismos na construção de linguagens de descrição e representação de conteúdos de documentos, tradicionalmente conhecidos como sistemas de classificação, cabeçalhos de assunto, vocabulários controlados, tesouros, taxonomias, ontologias, instrumentos de pesquisa, etc.

Como dito anteriormente, as práticas de organização e tratamento documental por muito tempo empreendeu ações organizativas tomando como base a organização material - formatos (rolos, folhas, etc); tipos de suportes (tabuinhas de argila, papiros, pergaminhos, etc); tipologias (registros contabilísticos, textos literários, etc) (RIBEIRO, 2005, p.2).

No período antigo (669-627 a.C.) foram encontrados em sítios arqueológicos, situados na região do Iraque à evidência de elementos organizativos da primeira biblioteca que se tem conhecimento na história humana. Foi possível identificar a sistematização e ordenação de aproximadamente 22 mil tabuinhas de argila, acondicionadas em salas de acordo com o assunto. Em cada sala, havia tabuinhas para indicar o assunto geral e uma breve citação para representar o assunto específico dos documentos.

É somente no período (ca 305-240 a.C.), Calímaco (Biblioteca de Alexandria) criou o primeiro catálogo sistemático, conhecido como Pinakes [Tabulas] para organizar cerca de 120 mil rolos de papiro, baseado nas categorias do conhecimento desenvolvidas por Aristóteles – incluía filosofia primeira (metafísica), filosofia prática (ética e política), poética (poesia épica, tragédia e comédia), física, lógica, psicologia, retórica, biologia, zoologia, história natural, etc., e em ordem alfabética de autores, de acordo com a tipologia: poetas, jurisconsultos, filósofos, historiadores, oradores, etc.

A partir do século XV, destacam-se diversas contribuições teóricas, metodológicas e pragmáticas no âmbito da Organização do Conhecimento – OC, destacam-se os empreendimentos de: Konrad von Gesner (1545) Biblioteca Universalis; Gabriel Naudé (1643) Bibliotheca Cordesiance; Anthony Panizzi (1839-1841) com suas 91 regras de catalogação; Torrey Harris (1870); Melvin Dewey (1870 - 1876) a Classificação Decimal de Dewey - CDD; Charles Ami Cutter (1837-1903) com a obra Expansive Classification; Paul Otlet (1905) com a Classificação Decimal Universal – CDU ; Henry Evelyn Bliss ( ) com a Bibliographic Classification; Shiyali Ramamrita Ranganathan (1933) com a Colon Classification, conhecida também como Classificação de Dois Pontos (PINHO, 2006, p.9-12).

A explosão da documentação e logo depois a ênfase dada ao conteúdo e, conseqüentemente, ao teor informativo contido num documento é um dos principais fenômenos que contribuíram para os estudos acerca da OC. Até então as práticas de organização de documentos orientavam-se pelo tratamento descritivo e fisicista dos documentos, foi somente a partir da compreensão do conteúdo do documento é que foi empreendido estudos em diversas épocas para compreender melhor a organização e tratamento temático de documentos, buscaram-se em outras disciplinas embasamentos teóricos, conceituais e metodológicos para a construção construtos teóricos e metodológicos para subsidiar o desenvolvimento de mecanismos e ferramentas para organizar, representar e recuperar conteúdos informacionais.

Campos (2001) assinala que “até a década de 30, os esquemas de classificação bibliográficos existentes não estão elaborados de forma a acompanhar o desenvolvimento de um “Universo de assuntos dinâmico, infinito, multidimensional, multidirecional e sempre turbulento” (RANGANATHAN, 1967, p.373 apud CAMPOS, 2001, p.31).

Complementa ao dizer que a “teoria subjacente à elaboração dos primeiros esquemas denomina-se descritiva, pois descreve o estado atual do conhecimento e não tem mecanismos que permitam atender às mudanças advindas das diversas áreas do conhecimento” (CAMPOS, 2001, p.31)

Ranganathan ao publicar a Colon Classification (1933) e o Prolegomena to Library Classification (1957) inaugura em seus trabalhos uma nova visão na elaboração de sistemas de classificação bibliográfica ao orientar-se pela Teoria Dinâmica do Conhecimento:

Uma Teoria Dinâmica é aquela que é capaz de produzir uma metodologia segura para o planejamento de um esquema de classificação bibliográfica. Tal teoria possibilita organizar novos assuntos já conhecidos em lugares apropriados no esquema, sem trazer dificuldades para a seqüência útil (KUMAR, 1981, p.82 apud CAMPOS, 2001, p.32).

Segundo Campos (2001) “de maneira geral, a Teoria Dinâmica vem se contrapor à Teoria Descritiva. [...]”.

No desenvolvimento da Teoria Dinâmica, Ranganathan apresenta uma visão filosófica do desenvolvimento do conhecimento, a partir da definição do Universo de Conhecimento como uma espiral que está em movimento contínuo agregando novos conceitos, trazendo para o Universo de Trabalho da Classificação uma perspectiva dinâmica (CAMPOS, 2001, p.33).

Ao orientar-se pela Teoria Dinâmica, Ranganathan instaurou princípios teóricos e metodológicos para a organização do conhecimento por considerar a complexidade e a dinamicidade como características inerentes do desenvolvimento do conhecimento humano – ao evidenciar essas características abriu oportunidades para o estabelecimento de diálogo interdisciplinar com outras áreas do conhecimento para subsidiar as atividades da OC.

A OC ao longo dos tempos, tem-se desenvolvido prioritariamente no interior da Biblioteconomia e da Documentação, as ações empreendidas nesse sentido têm contribuído para a consolidação da área da Biblioteconomia. Tal fato, justifica-se pela área manipular construtos teóricos, metodológicos e conceituais em torno do desenvolvimento de sistemas de classificação do conhecimento; organização, representação, recuperação e transferência de conteúdos documentais; estudos bibliométricos.

No âmbito da OC – Organização do Conhecimento, Campos (1994) evidenciam a presença dos princípios teóricos, conceituais e metodológicos da Teoria da Classificação Facetada; Teoria do Conceito e a Teoria Geral da Terminologia como elementos constituintes no desenvolvimento de ações de organização, representação e recuperação da informação e do conhecimento. (PINHO, 2006)

Esses princípios teóricos e metodológicos que orientam a OC, são cruciais para o desenvolvimento das linguagens de representação e recuperação da informação aplicadas em bibliotecas, Arquivos, Centros de Documentação, etc.

Para Alvarenga (2003) “a organização da informação ou conhecimento”.

[...] compreenderia um processo de representação, destina-se prioritariamente à recuperação eficaz por parte dos usuários. Para que tal ocorra torna-se necessário que os profissionais da informação desenvolvam e implementem sistemas representacionais que estabeleçam a confluência entre a organização cognitiva imposto ao conhecimento pelo seu produtor (representação primária) e a organização conceitual imposta ao documento pelo especialista da informação (representação secundária). A confluência entre essas duas estruturas de representação constitui-se no componente central do trabalho de arquivistas, bibliotecários e demais profissionais da informação, [...]. (ALVARENGA, 2003, p.12).

É comum encontrar na literatura uma similaridade entre os termos: Organização e Tratamento da Informação; Representação da Informação e do Conhecimento; Organização da Informação e do Conhecimento, Sistemas de Representação da Informação. Nesse sentido Tristão et al (2004) afirma ser a “Organização do Conhecimento” como similar a “Representação do Conhecimento”.

Machado (2003, p.43) assinala que

os primeiros catálogos e bibliografias são puramente listas inventariais e não instrumentos bibliográficos. Nas bibliografias, a ênfase é dada aos autores e não aos livros, são biobibliografias; nos catálogos, únicos tipos de listas bibliográficas, a caracterização dá-se pela técnica pouco elaborada, falta de arranjo e transcrição sucinta e pouco precisa dos títulos.

Guimarães (2000b) ressalta que a Organização do Conhecimento, enquanto área de pesquisa, o objeto de estudo é “algo sobre o qual existe certo consenso social. Trabalha-se aqui com o conhecimento registrado e divulgado”. (GUIMARÃES, 2000b, p.208 apud PINHO, 2006, p. 17)

Nesse mesmo sentido, Barité (2001) afirma que o “objeto de estudo da Organização do Conhecimento é o “conhecimento socializado”, relaciona, entre as suas nove premissas, uma onde se destaca que o conhecimento, enquanto objeto de estudo da área, é o registrado” (BARITÉ 2001, p.17 apud PINHO, 2006, p.17).

Para Hjørland (2003), o conceito de OC para a “Biblioteconomia e da CI significa especialmente a organização da informação em registros bibliográficos, incluindo índices de citação, texto completo e internet” (Hjørland, 2003, p.87 apud PINHO, 2006, p.18).

No mesmo sentido, Smiraglia (2002) assinala que a OC, no âmbito da Biblioteconomia e da CI “o ramo do conhecimento da construção de ferramentas para o armazenamento e recuperação de entidades documentárias” (grifo nosso). (SMIRAGLIA, 2002, p,331 apud PINHO, 2006, p.18)

Barité (2001), assinala que a OC “como disciplina dá conta do desenvolvimento de técnicas para a construção, a gestão, o uso e a avaliação de classificações científicas, taxonomias, nomenclaturas e linguagens documentárias”. (BARITÉ 2001, 2002, p.41 apud PINHO, 2006, p.18)

Sigel (2000) define que a OC

é uma atividade cultural interdisciplinar que adiciona valor informacional às coleções que contém conhecimento” (grifo nosso). O autor ainda complementa a definição relatando que, “atribui pontos de acesso de assunto aos itens nos quais as necessidades dos grupos de usuários do sistema de informação associado são melhores servidas” (SIGEL, 2000 apud PINHO, 2006, p.18).

Para Anderson (1996, p.337), a OC é definida como

a descrição de documentos, seu conteúdo, características e propósitos, e a organização destas descrições, para fazer destes documentos e de suas partes acessíveis às pessoas, buscando-os ou as mensagens que eles contêm” (grifo nosso). Em sua preocupação, o autor continua seu relato mencionando que, “a organização do conhecimento cerca todo tipo e método de indexação, resumo, catalogação, classificação, gerenciamento de registros, bibliografia e a criação de bases de dados textuais ou bibliográficos para a recuperação da informação” (ANDERSON, 1996, p.337 apud PINHO, 2006, p.18).

De acordo com García Marco (1995), a Organização do Conhecimento é “uma disciplina científica (isto é, sujeita ao método científico) e social, de caráter aplicado”. (GARCÍA MARCO, 1995, p.220 apud PINHO, 2006, p.18)

Esteban Navarro (1995) coloca que a “Organização do Conhecimento apresenta-se como uma plataforma de integração das ciências documentais” (grifo nosso). (ESTEBAN NAVARRO, 1995, p. 66 apud PINHO, 2006, p.18)

Miranda (1999) relata que

a Organização do Conhecimento se constitui em disciplina científica, inter e transdisciplinar, cujo objetivo é gerir e difundir em nível de excelência a informação no âmbito dos arquivos, bibliotecas, centros de informação/documentação e museus. Pressupõe análise, reflexão e aplicação de fundamentos científicos (MIRANDA, 1999, p.69 apud PINHO, 2006, p.18).

Barité (2001, p.42-53 apud PINHO, 2006, p. 23) aponta dez premissas básicas que dão razão de ser e justificação intelectual à Organização do Conhecimento, são elas:

1. o conhecimento é um produto social, uma necessidade social e um dinamismo social;
2. o conhecimento se realiza a partir da informação, e ao se socializar se transforma em informação;



3. a estrutura e a comunicação do conhecimento formam um sistema aberto;
4. o conhecimento deve ser organizado para seu melhor aproveitamento individual e social;
5. existem “n” formas possíveis de organizar o conhecimento;
6. toda organização do conhecimento é artificial, provisional e determinista;
7. o conhecimento se registra sempre em documentos, como conjunto organizado de dados
8. disponíveis, e admite usos indiscriminados;
9. o conhecimento se expressa em conceitos, e se organiza mediante sistemas de conceitos;
10. os sistemas de conceitos se organizam para fins científicos, funcionais ou de documentação;
11. as leis que regem a organização de sistemas de conceitos são uniformes.

#### **4.2 Organização e Representação da Informação Arquivística: princípios teóricos, conceituais e metodológicos**

De acordo com Gagnon-Arguin (1998, p.48-51) a Arquivística está fundamentada por quatro funções básicas: o tratamento, a conservação, a criação e a difusão.

Silva et al (2002, p.27) “o tratamento da informação, no sentido técnico do termo, visa precisamente à criação de memórias, passíveis de serem utilizadas sempre que houver necessidade de recuperar dado (informação) nelas armazenados”.

Tradicionalmente na Arquivística, entende-se por tratamento as ações em torno da avaliação, classificação, descrição e conseqüentemente a construção de instrumentos de pesquisas; a conservação empreende meios e métodos para o acondicionamento, o armazenamento de suportes documentais visando à racionalização da preservação e conservação documental; a criação volta-se para as atividades de gestão, diagnóstico e avaliação documental; a difusão relaciona-se com a disponibilização de representações dos conteúdos documentais mediados por instrumentos de acesso, representação e recuperação, conhecidos genericamente na área como: instrumentos de

pesquisa (abrangem os guias; os inventários; os catálogos, planos ou quadro de classificação; vocabulários controlados, tesouros, etc).

Em síntese, os dispositivos que compõem os processos organizativos da arquivística são compostos por cinco etapas:

1. classificação;
2. desenvolvimento de plano ou quadro de classificação;
3. ordenação do fundo;
4. Descrição e indexação.

Desse modo pode-se complementar que a organização e o tratamento da informação arquivística pode ser compreendido como um conjunto de operações que visam a descrição, a classificação, a avaliação física e intelectual de acervos arquivísticos.

A organização e tratamento da informação na perspectiva da arquivística utilizam-se principalmente dos princípios teórico-metodológicos da Descrição e da Classificação para a construção de instrumentos representacionais.

Para apreensão das especificidades que regem a organização e o tratamento da informação arquivística é imprescindível à compreensão dos quatro dispositivos teórico-conceituais básicos: Princípio da Proveniência; Fundo Documental; Função; Classificação e Descrição.

De modo geral pode-se afirmar que os princípios arquivísticos baseiam-se na evidência; o respeito aos fundos; o princípio da proveniência e ordem original; o ciclo de vida da informação arquivística; a natureza orgânica da informação; a hierarquia e relações da informação e suas descrições.

Representar a informação arquivística significa o mesmo que descrevê-la? O que é representação da informação e Descrição da Informação Arquivística? Ambos possuem os mesmos objetivos e comungam de uma mesma acepção teórico-conceitual?. Representação temática ou funcional?.

Para responder às questões acima enunciadas procuraremos identificar na literatura da área Arquivística quais são os principais fundamentos teóricos,

conceituais e metodológicos que regem a organização e a representação da informação arquivística.

Iniciamos ao conceituar o termo descrição, apresentado no Dicionário Houaiss (2001) relaciona-se com o substantivo latino *decriptio*, e que quer dizer “ato de descrever, reprodução, traçado, delimitação”, e ainda representação, imitação, cópia (HOUAISS, 2001, p.972 apud LEÃO, 2006, p.12).

Leão (2006) afirma que descrever significa “representar (alguém, algo ou a si mesmo), por escrito ou oralmente, no seu todo ou em detalhes, fazer um relato circunstanciado, contar em detalhes e narrar [...]” (LEÃO, 2006, p.12).

Leão (2006) afirma que o conceito de descrição tem evoluído ao longo da história social dos arquivos, ao afirmar que “a descrição parece ter perdido, progressivamente, o objetivo apenas de prestar conta dos acervos à instituição custodiadora, buscando então facilitar a recuperação dos documentos e de prover o acesso à informação a um público cada vez mais amplo” (LEÃO, 2006, p.20).

Complementa ao dizer que “o propósito da descrição tem sido o de criar a representação dos documentos que sirva à perpetuação da memória da sociedade, de prover evidência, [...] consulta [...] significação [...] esclarecendo as relações de contexto e a relação interna do documento” (LEÃO, 2006, p.20).

García Marco (1995, p.115) aponta a “descrição documental e arquivística” como “la designación de las tareas de representación documental para facilitar el acceso a los fondos de un archivo há sido denominada descripción”.

A descrição ao incorporar o “princípio da proveniência”; a “ordem natural dos documentos” e o “respeito aos fundos” preconiza a idéia de representação, ao considerar no processo de descrição a representação do contexto de produção do documento e suas relações funcionais, orgânicas e estruturais intermediadas pelas representações documentárias – produtos documentários para possibilitar a organização, acesso e recuperação de conteúdos documentais. Ou seja, o resultado da descrição é materializado pelas

linguagens de representação documentária (guias, catálogos, inventários, vocabulários controlados e tesouros funcionais) refletem e representam as ações, atividades e funções de uma instituição, pessoa física ou jurídica.

Pode-se inferir que o processo de descrição se apóia nas teorias da representação por apoiar-se na Classificação e na Análise Documentária com o objetivo de sintetizar volumes de informação através de índices e resumos - se materializa mediante os instrumentos de representação documentária. Pode-se compreender as atividades de descrição e classificação como um processo para a construção de sistemas representacionais da informação e do conhecimento arquivístico.

García Marco (1995, p.102) afirma que

[...] o principio de procedencia postula un principio de representación. En virtud de él se determina una correspondencia real entre la sistematización de un archivo y el cuadro de clasificación adoptado, por un lado, y la estructura del organismo u organismos que generaron el fondo, por el otro. El archivo constiuye la memoria permanente y supra individual de una institución un organismo, o la memoria externa de un individuo em el caso los archivos individuales.

Na visão de Michael Cook, “a descrição tem como base a teoria da representação” (HAGEN, 1998)

a teoria da representação é a de que enquanto os arquivos originais devem ser necessariamente armazenados na estante numa determinada ordem e localização física [...], as representações dos originais podem ser multiplicadas e armazenadas em qualquer ordem e em qualquer lugar que seja considerado útil (ROUSSEAU, COUTURE, 1994 apud HAGEN, 1998, p.3).

Segundo Ruíz Rodrigues (s.d. apud HAGEN, 1998, p.3) as representações têm duas características que os originais não têm:

- ✓ podem ser distribuídas para fora do arquivo para atender aos usuários, ou seja, podem tornar-se públicas através de forma impressa ou da comunicação de computadores, por exemplo;
- ✓ podem ser organizadas internamente de forma a facilitar a busca de informação pelos usuários.

Já a acepção do termo representação “tem sido empregada, no âmbito ocidental, como uma forma de apreender um objeto ou conceito, tratando-se de uma significação, simbolização ou referência a uma coisa distinta de si mesma, estabelecendo uma relação com aquilo que se representa ou substitui” (SAN SEGUNDO MANUEL, 2003, p. 395 apud PINHO, 2006, p.25).

Silva et al (2002, p.26) diz que a “materialização da informação implica, necessariamente, uma representação das mensagens, dos dados do conhecimento, através de veículos, que podemos designar genericamente por signos”.

Para Pinho (2006) os termos representação do conhecimento, representação da informação e representação documentária “possuem significados similares, uma vez que a representação, no âmbito da Ciência da Informação, visa a promover o acesso ao conteúdo dos documentos para uso e posterior geração de novos conhecimentos”.

Segundo Barité (1997, p.135) “[...]. Na representação do conhecimento se compreende a classificação, a indexação e o conjunto de aspectos informáticos e lingüísticos, relacionados com a tradução simbólica do conhecimento” (BARITÉ, 1997, p.135 apud PINHO, 2006, p.28)

Novellino (1996) afirma que na perspectiva da CI a representação da informação e do conhecimento é a área que tem por objetivo a elaboração de teorias e métodos para a elaboração de mecanismos e ferramentas para a representação da informação (NOVELLINO, 1996, p.38). Complementa ao dizer que

a principal característica do processo de representação da informação é a substituição de uma entidade lingüística longa e complexa – o texto do documento – por sua descrição abreviada. O uso de tal sumarização não é apenas uma consequência de restrições práticas quanto ao volume de material a ser armazenado e recuperado. Essa sumarização é desejável pois a função é demonstrar a essência do documento. Ela funciona então como um artifício para enfatizar o que é essencial no documento, considerando sua recuperação, sendo a solução ideal para organização e uso da informação (NOVELLINO, 1996, p.38).

Para San Segundo Manuel (2003, p.398)

representação do conhecimento significa a simbolização de livros ou documentos, possuindo raízes nas correntes filosóficas do pragmatismo e do reducionismo. Assim, no contexto científico, a representação abarca a descrição física e de conteúdo dos livros e documentos, eliminando a 'complexidade supérflua', fazendo com que, os objetos representantes sejam substitutos dos objetos representados (SAN SEGUNDO MANUEL, 2003, p.398 apud PINHO, 2006, p.28).

Guimarães (2000c, p.51) afirma que o “tratamento de conteúdo assume uma dimensão estratégica, tendo em conta que o documento (registro do conhecimento) se transforma em representante ou substituto de idéias e criações de um gerador de conhecimentos que geralmente não pode estar presente” (GUIMARÃES, 2000c, p.51 apud PINHO, 2006, p.28).

Leão (2006) ao afirmar que o processo de representação está subjacente a idéia de reduzir. “Então por que representar, se representar implicar em reduzir, condensar, em resumir? Por que representar, se representações são uma espécie de cópia, de substituição, de cópia, de limitação... ? Por que optar pela redução, pela perda de detalhes por aquilo que “apenas” simboliza o todo?” (LEÃO, 2006, p.8).

A condensação e a sintetização de grandes volumes de informação contidas nos documentos é um meio necessário para garantir a recuperação das informações em sistemas representacionais.

A acepção de representação da informação para Ribeiro (2005, p.15) significa

[...] criar “imagens”, não exactas e integrais (isso seria uma reprodução strictu sensu), mas suficientemente rigorosas para tornar possível uma identificação inequívoca dos objectos representados. Para esse efeito usa-se a chamada “descrição” ou “representação descritiva” que hoje, em dia, começa a ser designada por meta-informação (informação sobre a própria informação).

Na perspectiva da organização e representação da informação arquivística, Sousa (2006, p.137) afirma que a “representação, entretanto, é limitada pela gênese dos documentos, ou seja, pela maneira que eles surgem, como resultado de uma missão institucional”.

Rodrigues (2003) “supõe, de fato, um trabalho intelectual de representação da informação, contudo, essa questão como um problema para a Arquivística é, de certa maneira, recente e ainda pouco trabalhado” (RODRIGUES, 2003, p.212).

Nesse sentido Silva et al (1998) diz que “talvez essa situação possa ser explicada pela existência de uma certa tradição em arquivística que até a década de 70 dava pouca ênfase aos usuários dos arquivos” (SILVA et al 1998 apud RODRIGUES, 2003, p.212).

Pode-se concluir que a representação da informação arquivística materializa-se através do processo de descrição, da classificação e da elaboração das linguagens de representação documentárias - com o propósito de descrever e representar o contexto de produção de um fundo documento e

de item documental, elas são verdadeiras interfaces de recuperação entre os produtores e os utilizadores da informação.

Ribeiro (1998) aponta três dispositivos formais de representação da informação arquivística: a classificação, descrição e pontos de acesso.

Ainda, segundo Ribeiro (1998, p.8) “a representação das unidades arquivísticas é feita através de dois dispositivos formais, a que correspondem duas operações técnicas: a classificação e a descrição”.

Complementa ao dizer que a classificação permite representar a “estrutura orgânica e a função serviço/uso, já a segunda possibilita compreender os elementos informativos constituintes de um documento (Idem).

Para melhor compreensão das especificidades que regem as atividades de descrição e classificação é necessário evidenciar os princípios teórico-conceituais: “princípio da proveniência”; “respeito aos fundos documentais”, “a ordem natural dos documentos” – “dispositivos bases da disciplina Arquivística”.

As práticas de organização e tratamento da informação arquivística diferem-se dos métodos organizativos utilizados pelas tradicionais bibliotecas e centros de documentação, por considerar o princípio da proveniência como elemento norteador nos processos e atividades da classificação, descrição e avaliação. A utilização desse dispositivo como um procedimento teórico-metodológico garantirá a compreensão e contextualização da gênese documental e possibilitará responder algumas questões como:

- ✓ em qual o contexto em que foi produzido (aspectos: orgânico, funcional, estrutural)
- ✓ Quais as funções e atividades desempenhadas (Para que, para quem e por que foi produzido?)
- ✓ Como se configura o interrelacionamento entre as informações?

Ao eleger o princípio da proveniência como elemento orientador nas práticas de organização da informação arquivística é possível identificar e contextualizar as atividades de produção, as atividades e suas funções.



O princípio da proveniência é definido pelo Dicionário de Terminologia Arquivística (1996) como “princípio segundo o qual os **arquivos** originários de uma instituição ou de uma pessoa devem manter sua individualidade, não sendo misturados aos de origem diversa” (CAMARGO, BELLOTTO, 1996, p.61) (grifo das autoras).

De acordo com Michel Duchein apud (Macneil 1994) o princípio da proveniência é justificado por três elementos básicos:

- ✓ los archivos son evidencia de las acciones de que formaron una parte;
- ✓ Ila obligación de todo archivero es proteger la integridad de tal evidencia en los métodos utilizados en su tratamiento;
- ✓ y tercera, los archiveros protegen la integridad de la evidencia protegiendo su imparcialidad (LÓPEZ GÓMEZ, 2008, p.10-11).

Entende-se por “fundo documental” como um conjunto de documentos produzidos e recebidos por uma instituição, pessoa física ou jurídica, resultantes das atividades organizacionais (instituições) ou pessoais (intelectuais, profissionais, institucionais, etc). A noção de fundo relaciona-se diretamente com o “princípio da proveniência”, “respeito aos fundos” ou respeito à ordem natural dos documentos, que considera a gênese documental como princípio norteador para as práticas arquivísticas. Ou seja, o princípio de respeito aos fundos consiste em manterem agrupados, sem misturá-los com outros, os documentos provenientes de uma organização, mantendo a sua ordem natural.

Segundo Silva et al (2002, p.107) “O princípio de respeito pelos fundos tem sido considerado como o fundamento essencial da Arquivística, em contraposição à ordenação por assuntos defendida dos iluministas”.

Rousseau e Couture (1998) afirmam que “por definição, o fundo de arquivo não pode existir sem o princípio da proveniência, seja aplicado”. (ROUSSEAU E COUTURE, 1998, p.82).

Desse modo pode-se concluir que a aplicação do princípio da proveniência resulta no fundo documental. É um dispositivo que evita a despersonalização e a dispersão dos documentos ou conjuntos documentais.

Segundo García Marco (1995), a aplicação do princípio de proveniência na organização de acervos arquivísticos potencializa o valor do documento para a investigação histórica ao garantir a sua contextualização e ao considerá-lo “parte de un conjunto organizado, fruto de una série de procesos funcionales que lo justifica” (GARCÍA MARCO, 1995, p.103).

Ducheim (1985) complementa ao afirmar que

[...] Cuando se pone de lado el respeto de los fondos, todo trabajo archivístico se torna arbitrario, subjetivo, carente de rigor; ya que por ejemplo si em su lugar se adopta el método de clasificación por temas, la mayoría de los documentos pueden ser clasificados de dos o tres maneras diferentes [...] (DUCHEIM, 1985 apud GARCÍA MARCO, 1995, p.104).

Vicenta Cortes (1982) “[...] si se clasifican los documentos pro criterios distintos al origen, no sólo se esta desoyendo el principio máximo de la labor archivística, sino que el resultado será una colección clasificada de documentos, no un archivo” (CORTES 1982 apud GARCÍA MARCO, 1995, p.105)

Em resumo o respeito aos fundos, a proveniência e a ordem original garantem a integridade física e a inteligibilidade dos acervos arquivísticos, ao advogarem que um documento na sua individualidade esteja sempre contextualizado e relacionado com outros documentos, além de estabelecer e assegurar as relações orgânicas com o seu órgão produtor.

Desse o modo a organização física e intelectual através da descrição deve orientar-se pelo princípio da proveniência e respeito aos fundos para representar o contexto e conteúdo (dos fundos; sub-fundo; grupos; série; sub-série ou documento).

A descrição pode ser compreendida como processo de descrever os aspectos formais e informativos dos documentos, de modo que represente as características estruturais e funcionais de seu órgão produtor.

O processo de descrição é composto por três etapas: identificar; especificar e descrever, essas etapas permitem conhecer os fundos e os elementos principais que compõem cada unidade documental.

A Norma Internacional de Descrição Arquivística – ISAD (G) define descrição como sendo a

elaboração de uma acurada representação de uma unidade de descrição<sup>15</sup> e de suas partes componentes, caso existam, por meio da extração, análise, organização e registro de informação que sirva para identificar, gerir, localizar e explicar documentos de arquivo, o contexto e sistema de arquivo que os produziu (ISAD (G), 2001, p.4).

Camargo e Belloto (1996) definem o processo de descrição como um “conjunto de procedimentos que, a partir de elementos formais e de **conteúdo**, permitem a identificação de **documentos** e a elaboração de **instrumentos de pesquisa**” (CAMARGO, BELLOTTO, 1996, p.23) (grifo das autoras).

Cruz Mundet (1994) define descrição como um “conjunto de procedimentos que, a partir de elementos formais e de conteúdo, permitem a identificação de documentos e a elaboração de instrumentos de pesquisa”. (CRUZ MUNDET, 1994 apud HAGEN, 1998, p.2)

Haworth (1994, p.187) “La descripción documental es, pues, un acto de comunicación documental, y por ello comparte los objetivos de exhaustividad, precisión, pertinencia e informatividad (no redundancia)” (HAWORTH, 1994, p. 187 apud GARCÍA MARCO, 1995, p.116).

---

<sup>15</sup> Unidade de descrição, segundo a ISAD (G) é “documento ou conjunto de documentos, sob qualquer forma física, tratado como uma unidade, e que, como tal, serve de base a uma descrição particularizada” (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2000).

Hagen (1998) concebe a descrição como um processo de análise e organização de documentos arquivísticos com a finalidade de identificar, gerir, localizar e compreender a documentação de um arquivo (HAGEN, 1998, p.294).

Segundo Heredia Herrera (1995)

[...] a descrição é análise realizada pelos arquivistas sobre os fundos e os documentos agrupados natural ou artificialmente, a fim de sintetizar e condensar a informação neles contidas para oferecer aos interessados. Equivale a dar ao documento de arquivo ou seus agrupamentos suas senhas de identidade, aqueles sinais que identifiquem com precisão (HEREDIA HERRERA, 1995, p.30).

Hagen (1998) ressalta que a descrição pode ser entendida como uma atividade intelectual, desde que se inicie o processo de descrição no momento da classificação até na elaboração de instrumentos de pesquisa, afirma que esse procedimento contribuirá para ampliar as possibilidades da descrição e conseqüentemente a ampliação da representação dos conteúdos arquivísticos. Complementa ao afirmar que se vista como um procedimento técnico dissociado da classificação, a descrição atuará de forma redutora ao representar somente as características físicas dos documentos.

Na perspectiva da “arquivística integrada a descrição começa no processo de classificação, continua na avaliação e se aprofunda nos instrumentos de [pesquisa] mais específicos” (LOPES, 1996, p.101).

A descrição é uma função arquivística central, ligada diretamente à classificação (COUTURE, 1998). Assim, considerando as operações de classificação de natureza intelectual, estas são, “sem exceção de natureza descritiva” (LOPES, 1997, p.69), tornando-se então, difícil separar a descrição da classificação e da avaliação.

Lopes (1996, p.101) afirma que “[...] o trabalho do arquivista é representar ideologicamente as informações contidas nos documentos. [...]”. As

operações de natureza intelectual são, sem exceção, de natureza descritiva” (LOPES, 1996, p.101).

Cook (1993 apud HAGEN, 1998, p.2) ressalta que os processos de descrição devem ater-se à sua:

- ✓ substância, indicando-se unidade de organização, funções, atividades, operações, assuntos;
- ✓ estrutura, indicando-se esquema de classificação adotado, unidades de arquivamento, datas abrangentes, classes ou tipos físicos dos documentos, quantidade.

Rodrigues (2003, p.221) aponta alguns princípios para orientar os processos de descrição arquivística:

- ✓ **primeiro princípio:** a descrição depende da classificação. Ela é feita a partir das unidades de descrição definidas pela classificação que descreve um conjunto de documentos que mantém ligações orgânicas entre si (fundo, série, subsérie, dossiê, item documental; e dos fundos entre si);
- ✓ **segundo princípio:** o de respeito aos fundos (respect des fonds) já adotado na classificação. Na descrição, isso deve estar representado na hierarquia que se estabelece entre os diversos níveis de um mesmo fundo;
- ✓ **terceiro princípio:** a descrição deve ser feita do geral para o particular. Deve-se produzir, primeiro, um conjunto de informações que forneça uma visão global, que permita estabelecer (ou restabelecer) os elos entre todas as partes, ou níveis, do fundo;
- ✓ **quarto princípio:** a descrição evolui durante os “ciclos de vida” dos documentos. da fase corrente à fase permanente, a descrição pode variar com o tempo, pois novos elementos informativos podem ser

acrescentados. A descrição evolui no ritmo do tratamento dos documentos, num “processo integrado”;

- ✓ **quinto princípio:** em termos hierárquicos, o fundo é a unidade de descrição mais abrangente.

No processo de descrição arquivística Ribeiro (1998, p.32) aponta três unidades arquivísticas – o documento, a série e o arquivo – para servirem de objecto à análise por níveis.

Rousseau e Couture (1998, p.134-135) assinala que fundo e sub-fundos representam o organismo produtor, já as séries e subséries representam a função/atividade e o tipo documental.

O tipo documental é a “configuração que assume uma **espécie documental** de acordo com a atividade a que gerou” (CAMARGO e BELLOTTO, 1996, p.74) (grifo das autoras).

De acordo com Dicionário de Terminologia Arquivística, séries são “as seqüência de unidades de um mesmo tipo documental” (CAMARGO e BELLOTTO, 1996, p.67).

Espécie documental é a “configuração que assume um **documento** de acordo com a disposição e a natureza das **informações** (1) nele contidas” (BELLOTTO, CAMARGO, 1996, p.34) (grifo das autoras).

Ribeiro (1998, p.30-32) aponta três níveis de análise arquivística: o documento, a série e o arquivo – para servirem de objeto à análise por níveis.

Abaixo é apresentado com mais detalhes, os níveis de análise, conforme aponta Ribeiro (1998, p.34-35)

- ✓ No 1º nível de análise (nível sumário) consideramos toda e qualquer abordagem que abarca o arquivo (ou arquivos) na sua totalidade, podendo também “descer” a uma maior especificidade, tendo em conta as partes que o compõem (secções e subsecções orgânico-funcionais). Como a existência das secções e subsecções depende

da complexidade da estrutura (num arquivo unicelular não há lugar a estas subdivisões), entendemos que não faz sentido criar mais níveis de análise, pois a profundidade da abordagem ao fazer para a globalidade do arquivo ou para as suas componentes orgânico-funcionais não apresenta quaisquer diferenças.

- ✓ O 2º nível de análise (nível profundo) assenta numa abordagem das séries arquivísticas, mas engloba também as unidades arquivísticas que não formam séries, com vista a uma representação completa da totalidade do arquivo ou suas partes componentes (secções e/ou subsecções). A análise pode descer até à enumeração das unidades de instalação (maços, caixas, etc.) que constituem as séries, mas não até aos documentos ou aos atos informacionais individualmente, a não ser nos casos em que estes se apresentam isolados, isto é, quando não integram qualquer série. Poderá haver situações em que se identificam subséries, fato que não implica a criação de um outro nível, uma vez que a análise a fazer é absolutamente idêntica.
- ✓ O 3º nível de análise (nível exaustivo) diz respeito aos documentos e aos atos informacionais, numa abordagem específica e de muita profundidade, sendo considerados, individualmente, quer cada um dos que constituem uma série, quer os que se apresentam isolados<sup>41</sup>. Assim, entendemos que, neste 3º nível, a análise deve centrar-se nos documentos e nos atos informacionais que compõem as séries ou que não fazem parte de qualquer série, sejam eles simples ou compostos.

E ainda complementa ao relacionar os três níveis de descrição multinível com os instrumentos de pesquisa – guia, inventário e catálogo.

<b>Nível de análise</b>	<b>Tipo de instrumento genérico</b>
1º nível	Guia
2º nível	inventário
3º nível	catálogo

Adaptação de Ribeiro (1998, p.36)

**Tabela 3.** Níveis de análise e tipo de instrumento de pesquisa

Segundo Heredia, Herrera, (1995, p.24, tradução nossa apud CALDERON, 2003, p.98) a ISAD (G) têm como objetivos:

- ✓ Alcançar os princípios que regulam internacionalmente a descrição arquivística;
- ✓ Assegurar a consistência destas representações ou descrições;
- ✓ Possibilitar a partilha de controle de autoridade; e,
- ✓ Tornar possível a integração de descrições de diferentes arquivos num sistema unificado de informação.

A norma internacional ISAD (G) permite a descrição multinível, abrange do geral ao específico. Os elementos de descrição que compõem a ISAD (G) referem-se à área de identificação, o contexto, o conteúdo e as condições de acesso e uso do documento.

De acordo com Muñoz Feliu (1995) a descrição multinível é regida pelos seguintes princípios:

- ✓ Descripción de lo general a lo específico. Se debe proporcionar información sobre el contexto y la estructura jerárquica del fondo y de sus partes. Para ello, en un primer nivel se dará información sobre el fondo como un todo. En el próximo y siguientes, se debe dar información sobre las partes que se describen. Las descripciones resultantes se presentarán en una relación jerárquica de parte-todo que va del nivel más amplio al más específico.
- ✓ Información pertinente al nivel de descripción: Se debe proporcionar sólo la información que sea adecuada al nivel en el que se esté describiendo.
- ✓ interconexión de descripciones: Se debe dejar clara la posición de la unidad de descripción em la jerarquía.
- ✓ Repetición de información: Para evitar la redundancia la información común se incluirá em el nivel adecuado más alto, no repitiéndose em los inferiores. (MUÑOZ FELIU, 1995, p.5-6)

Pode-se concluir que a descrição arquivística multinível evoca a necessidade de desenvolvimento de uma política e planejamento dos processos de descrição.



A descrição da informação pode ser realizada a partir dos níveis: fundo; série e documento a partir das recomendações da norma ISAD (G) onde é possível ampliar os níveis de descrição para outras unidades documentais: subséries, subfundos e grupos. Sendo a descrição responsável pelo desenvolvimento das linguagens documentárias que visam refletir as relações funcionais, estruturais e orgânicas de um fundo documental (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2000).

Os níveis básicos da descrição arquivística, configuram-se através dos produtos de representação da informação arquivística, conhecidos como catálogos, inventários, guias e inventários.

Cook (1989) afirma que a “descrição mostra o conteúdo dos fundos recolhidos e se processa através dos instrumentos de pesquisa ou meios de busca, que vão do geral para o particular” (COOK, 1989 apud HAGEN, 1998, p.2).

Tradicionalmente na Arquivística o acesso, a representação e a recuperação de conteúdos documentais são mediados pelos instrumentos de pesquisa (guias, inventários, catálogos, repertórios, etc).

É comum encontrar na literatura da área dispersão terminológica para designar de maneira genérica os instrumentos que fazem a intermediação entre os conteúdos arquivísticos e o usuário. Comumente conhecimentos como instrumentos de descrição; instrumentos de busca; instrumentos de informação; instrumentos de acesso. Não se pretende discutir aqui as variações terminológicas acerca do uso do termo na área.

No Brasil parece ser unânime o uso dos termos “instrumentos de pesquisa” e “instrumentos de descrição”.

Ribeiro (1998, p.28) em sua pesquisa, também evidencia a imprecisão semântica em torno do termo “instrumentos de pesquisa”, ela propõe a substituição pela designação: “instrumentos de acesso à informação”, ao remeter com mais precisão “todo e qualquer instrumento que permite localizar ou recuperar a informação (aceder a ela), independentemente de a sua

finalidade ser o trabalho / controle (função de serviço interna) ou a pesquisa / referência (função de serviço interna e externa)”.

Para Camargo e Bellotto (1996, p.45) instrumentos de pesquisa são “obras de referência que identificam, resumem e localizam em diferentes graus e amplitudes os fundos, as séries documentais e/ou unidades documentais existentes em um arquivo permanente”.

Calderon (2003) aponta os instrumentos de pesquisa como “a principal forma de controle intelectual e de recuperação de documentos nos arquivos, bem como a diretriz para o arranjo do fundo como um todo” (CALDERON, 2003, p.14).

Bellotto (1991, p.109) na família dos instrumentos de pesquisa, o guia é o mais abrangente e o mais 'popular', no sentido de estar vazado numa linguagem que pode atingir o grande público e não especialmente os consulentes típicos de um arquivo: historiadores e administradores. (grifo nosso)

Para Lopez (2002, p.23) o guia “é a porta de entrada da instituição e permite um mapeamento panorâmico do acervo”. (LOPEZ, 2002, p.23)

Segundo o Elsevier's Lexicon of Archive Terminology, citado por Bellotto (1991, p.109) o guia “tem por finalidade dar uma visão de conjunto dos serviços de arquivo de modo a permitir ao pesquisador saber quais são seus recursos, a natureza e o interesse dos fundos que ele abriga os instrumentos de pesquisa de que dispõem, quais são as fontes complementares. É um instrumento de pesquisa descritivo e feito com espírito prático”. (grifo nosso)

Já o inventário é um instrumento de pesquisa que tem como finalidade “descrever as atividades de cada titular, as séries integrantes, o volume de documentos, as datas-limites e os critérios de classificação e ordenação” (LOPEZ, 2002, p.32). (grifo nosso).

Bellotto (1996) define catálogo como um “instrumento de pesquisa em que a descrição exaustiva ou principal de um fundo ou de uma ou mais de suas

subdivisões toma por unidade a peça documental, respeitada ou não na ordem de classificação” (BELLOTTO, 1996, p.14). (grifo nosso)

Calderon (2003) assinala que o instrumento de pesquisa repertório, “descreve, a partir do critério temático, os documentos que ocupam no plano de classificação diferentes lugares, podendo agregar até mesmo documentos de fundos distintos” (CALDERON, 2003, p.44).

Ribeiro (2005) questiona se “as normas internacionais aplicáveis à representação descritiva, concebidas num paradigma estático, tecnicista e documental, se ajustam e adequam ao novo paradigma dinâmico, científico e informacional” (RIBEIRO, 2005, p.16). Complementa ao dizer que, “se não se adequam, a submissão a tais normas, ou seja, o “encaixe”, criando-se uma imagem desfocada ou distorcida da realidade que é objeto de descrição. Não se pode considerar científica uma operação que resulta numa representação deturpada, incompleta ou pouco rigorosa da realidade” (RIBEIRO, 2005, p.16).

Ribeiro (2005, p.16) aponta outra questão essencial ao questionar “será que há justificação teórica para existirem normas descritivas distintas para arquivos e para bibliotecas/centros de documentação? Não será que a visão empírica e tecnicista que esteve subjacente ao percurso evolutivo separado da Biblioteconomia e Arquivística tem a responsabilidade máxima nesta distinção de técnicas e de normas? (RIBEIRO, 2005, p.16-17).

A existência de normas de descrição utilizadas pela Arquivística (ISAD) (G); ISSAR (CPF), surgiram em oposição ao arcabouço teórico-metodológico que regem as normas utilizadas pela biblioteconomia, por não contemplarem as especificidades teórico-conceituais da Arquivística. Hagen (1998) assinala que a utilização das normas de descrição biblioteconômicas, quando utilizadas pela Arquivística podem alinhar-se pura e simplesmente aos conceitos da biblioteconomia ou da documentação, em detrimento dos princípios de base da arquivística” (HAGEN, 1998, p.5).

Hagen (1998, p.5) ressalta que a Norma ISAAR (CPF) ao “introduzir a questão do vocabulário controlado, bastante desenvolvido na biblioteconomia, [...] reacende ainda mais a discussão das semelhanças e diferenças entre

diversas disciplinas das áreas das ciências da informação, já presente desde as primeiras tentativas de normalização.

Fonseca (1999) aponta algumas características da situação no campo da descrição arquivística brasileira:

- ✓ menor prolixidade, predominando descrições sumárias sobre aquelas analíticas;
- ✓ preocupação com uma melhor recuperação da informação, tanto em termos de nomes, assuntos, datas etc., o que redundou em iniciativas localizadas No sentido da elaboração de vocabulários controlados e tesouros e no recurso às normas biblioteconômicas de registro de nomes próprios;
- ✓ maior importância dada à produção de guias, com o objetivo de ampliar o acesso e permitir a elaboração de programas de trabalho das instituições;
- ✓ a utilização de computadores, ampliando as possibilidades de recuperação da informação e facilitando a criação de formatos padronizados de descrição.

Ribeiro (2005, p.21-22) ao evidenciar as limitações das normas de organização e representação da informação, adverte:

- a) o recurso a normas para organizar e representar informação deve ser uma etapa de todo o processo de conhecimento científico produzido em torno dessa mesma informação, devidamente enquadrado no pólo morfológico do método quadripolar, e não um fim em si mesmo ou o objectivo supremo da actividade profissional na área da CI.;
- b) as normas em uso pela Arquivística, pela Biblioteconomia ou pela Documentação, por terem sido concebidas numa lógica tecnicista e documental (estática), focalizada essencialmente no acesso, não se adequam ao novo paradigma da CI, nem à realidade da informação

digital (dinâmica) gerada em contextos orgânicos que importa valorizar, preservar e tornar inteligíveis no processo organizativo e descritivo;

c) os procedimentos de organização e representação sempre foram uma necessidade natural para recuperar e usar a informação, mas sofreram uma evolução em consonância com a complexidade dos contextos em que esta foi sendo produzida, o que nos autoriza a afirmar que eles continuam (e continuarão) a ser indispensáveis na Sociedade da Informação, mesmo recorrendo às mais sofisticadas tecnologias, pois esta não dispensam a análise e a interpretação humanas, condições sine qua non para garantir um conhecimento científico;

d) as normas não deverão ser abolidas, mas sim repensadas à luz de uma nova formulação, até porque, no processo info-comunicacional, elas serão, cada vez mais, o garante de que a interoperabilidade dos sistemas é uma realidade e de que a “Web semântica” irá banir, de facto, as barreiras ao acesso.

Vale destacar a importância da Norma Internacional ISAAR (CPF) ao estabelecer aportes metodológicos e normativos para a descrição e autoridades (entidades coletivas, pessoas e famílias).

Hagen (1998, p.5) afirma que o objetivo da norma é

assegurar que haja uma lista controlada com os nomes das instituições, pessoas, famílias produtoras de arquivos, ou seja, assegurar que não sejam utilizados diversos nomes ao mesmo tempo para a mesma entidade, dificultando o acesso do pesquisador que faz a busca. Além do nome, a norma também estrutura um campo com dados contextuais: localização, área geográfica de atuação, nacionalidade, situação legal, área de atuação, atribuições, estrutura administrativa, relações com outras pessoas, famílias ou instituições, entre outros (para cada um dos tipos de entidade descrita, aplica-se um conjunto de informação específico).

A utilização da Norma Internacional ISARR (CFP) (2003, p.12) na descrição arquivística possibilita:

- ✓ o acesso a arquivos e documentos baseado no fornecimento de descrições do contexto da produção dos documentos associados a descrições desses mesmos documentos, com frequência diversos e fisicamente dispersos;
- ✓ aos usuários a compreensão do contexto subjacente à produção ao uso dos arquivos e documentos, de forma que possam melhor interpretar seus sentidos e significados;
- ✓ a identificação precisa dos produtores de documentos, incorporando descrições dos relacionamentos entre diferentes, especialmente a mudança administrativa em entidades coletivas ou mudanças pessoais de circunstâncias e famílias e;
- ✓ o intercâmbio dessas descrições entre instituições, sistemas e/ou redes.

Entra em cena um instrumental normativo com a finalidade de solucionar os problemas terminológicos ocorridos durante o processo de descrição. O surgimento dessa norma na prática da arquivística reacende o uso do controle de vocabulário como um recurso para dar consistência na organização e principalmente na recuperação da informação arquivística.

No âmbito das práticas arquivísticas o “conceito de classificação começa a aparecer na área a partir do século XVII com o surgimento os primeiros manuais com normas escritas” (SILVA et al, 1999, p.205-28 apud SOUSA, 2006, p.123).

Rousseau Couture (1998, p.49) afirma que “a classificação dos documentos [...] foi objecto de muitas tentativas. [...], utilizaram-se, ao mesmo tempo locais, formas simbólicas, divisões por tipos de documentos ou por assuntos, a estrutura ou as funções e actividades da organização”.

Leland (199-) adverte ao dizer que

nenhum sistema de classificação decimal, nenhum método aperfeiçoado de biblioteconomia, nenhum arranjo essencialmente alfabético ou cronológico pode ser aplicado eficazmente à classificação de arquivos. O trabalho do lamentável que Camus e Daunou realizaram nos Archives Nationales, tentando aplicar um sistema lógico de classificação, dever servir de advertência. A entidade administrativa há de ser o ponto de partida e a unidade. O classificador deve ter um perfeito conhecimento da história e das funções do órgão cujos documentos esteja arranjando, deve saber que relação existia entre este e os demais órgãos e inteirar-se da relação completa entre cada uma das funções (LELAND, 199-).

Rousseau Couture (1998, p.49) afirma que “a classificação dos documentos [...] foi objecto de muitas tentativas. [...], utilizaram-se, ao mesmo tempo locais, formas simbólicas, divisões por tipos de documentos ou por assuntos, a estrutura ou as funções e actividades da organização”.

As ações integradas<sup>16</sup> dos processos de avaliação, classificação e descrição documental é que garantem a missão dos sistemas de recuperação da informação arquivística : possibilitar o acesso aos conteúdos arquivísticos de modo a provocar o uso social desses conteúdos informativos.

Consideram-se a classificação e a descrição arquivística atividades essenciais para gerir os processos de organização, representação e recuperação da informação arquivística, além de servir de subsídio para o desenvolvimento de instrumentos documentários.

Classificar e ordenar na arquivística são atividades complementares, o primeiro pode ser compreendido de maneira geral como um processo de agrupar, separar unidades documentais a partir de semelhanças e diferenças, já a atividade de ordenar pressupõe a idéia de reunir fisicamente unidades documentais a partir de uma ordenação cronológica, alfabética, numérica, alfa-

---

<sup>16</sup> De acordo com a Arquivística Integrada proposta pelos Canadenses Rousseau e Couture (1998) a gestão documental deve integrar as ações da classificação, avaliação e descrição.

numérica, geográfica, ou seja, a ordenação pode ser compreendida como um método-organizativo a partir da perspectiva da organização e alocação física de unidades de documentos, sendo a classificação compreendida como um processo intelectual com o objetivo de representar o contexto orgânico-funcional e estrutural de um fundo arquivístico.

Lopes (2000, p.304) ressalta que a classificação trata-se de uma operação mental, que resulta em pós-documentos (plano de classificação) sobre os acervos que estão sendo organizados. Já “a ordenação é a disposição dos conjuntos documentais hierarquizados em fundos e suas subdivisões” (LOPES, 2000, p.304 apud SOUSA, 2006, p.136).

Gonçalves (1998, p.12) afirma que “o objetivo da classificação é, basicamente, dar visibilidade às funções e às atividades do organismo produtor do arquivo, deixando claras as ligações entre os documentos”.

Para Lopes (1996) a classificação pode ser compreendida na “tentativa de representação ideológica das informações contidas nos documentos” (LOPES, 1996, p.89)

Segundo o Dicionário de Terminologia Arquivística a classificação é uma “seqüência de operações que, de acordo com as diferentes estruturas, funções e atividades produtoras, visam a distribuir os **documentos** de um **arquivo**” (CAMARGO, BELLOTTO, 1996, p.16) (grifo das autoras).

Segundo Schelleberg (2005) os princípios metodológicos da classificação de fundos podem orientar-se pela função; a estrutura orgânica e os assuntos para representar a lógica organizacional da instituição e as funções e atividades desenvolvidas por ela.

Couture e Rousseau (1988, p.108-110 apud) apontam cinco tipos de sistemas de classificação:

- ✓ Classificação por tema: esta classificação, tal, como indica seu nome, pretende agrupar os documentos em função dos temas tratados no documento;



- ✓ Classificação por tipo: pretende agrupar os documentos segundo a apresentação para o fim que queira atingir;
- ✓ Classificação por função: permite o agrupamento dos documentos baseando-se nas funções dos organismos que os gerou;
- ✓ Classificação por procedência: pretende agrupar os documentos segundo a pessoa física ou moral que os produziu;
- ✓ Classificação mista: resulta da combinação de dois ou mais modos já descritos.

Para orientar os processos de classificação, destaca-se o conceito de função, compreendido como um

[...] conjunto de actividades afines y coordinadas necesarias para alcanzar los objetivos de la organización y que se realizan de una manera sistemática y reiterada; esto es, que hay una permanencia en el tiempo. Es decir, el conjunto de cosas que ha de hacer siempre la organización para generar sus productos o prestar sus servicios" (C.Ramió, 1999 apud FRANCO SPIÑO, 2007).

MONTEJO (1997) define classificação funcional como uma "estrutura analítica principal, formulada en base a un sistema objetivo y estable de clases y categorías de familias competenciales y funcionales administrativas, que representa jerárquicamente el conjunto de la información contenida en el fondo de archivo"

A classificação funcional é baseada a partir das funções exercidas pelo organismo produtor dos documentos arquivístico, é considerado por muitos autores o método mais estável, pois, mesmo havendo mudanças numa estrutura organizacional, as funções provavelmente permanecerão as mesmas. Ela proporciona uma estrutura mais lógica, útil e confiável ao representar o propósito e a razão de existir de uma organização, o método funcional vincula os documentos que se relacionam com as mesmas atividades. Já a

classificação estrutural reflete a estrutura organizacional dos organismos produtores dos documentos arquivísticos – tem como base a estrutura administrativa, é instável porque pode haver alterações (criação e extinção) de departamento, setores ou áreas administrativas.

O plano de classificação como produto documentário, resultante da atividade de classificação deve refletir o contexto em que foi produzido o documento, sua organização interna deve contemplar a organicidade de modo que permita visualizar a relação das unidades arquivísticas com o todo, ou seja, a relação de um documento uns com os outros. Permite a identificação e localização de itens ou conjuntos documentais e possibilita ao usuário e aos arquivistas uma visão panorâmica dos fundos e das séries documentais.

Segundo Camargo e Bellotto (1996, p.60) um plano de classificação é um “esquema pela qual se processa a **classificação** de um arquivo” (grifo das autoras).

Gonçalves (1998, p.24) aponta três características primordiais para a elaboração de planos ou quadros de classificação, são elas: “a simplicidade, flexibilidade e expansibilidade”.

Rousseau e Couture (1998, p.296) concebem o plano de classificação como um instrumento de gestão com a finalidade auxiliar na gestão dos arquivos, reflete as funções e atividades da entidade produtora.

Um quadro ou plano de classificação explicita as relações entre as diferentes funções e atividades de um fundo documental. A recuperação dos itens documentais através de um plano de classificação é auxiliada por um sistema de codificação – etiqueta/notação de letras ou números que remetem/representam o fundo ou séries documentais.

No âmbito da recuperação da informação arquivística o plano de classificação apresenta deficiências ao restringir e não oferecer como possibilidade de busca em sua estrutura organizativa o assunto/ou temática como um ponto de acesso, além de não ter normalização terminológica, caso

não tenha preocupação com o controle de vocabulário, nem recursos para efetuar interrelacionamentos entre termos.

Nesse sentido, o controle de vocabulário sustentado por um tesouro funcional pode (re)compensar a deficiência de recuperação ao apresentar inúmeras possibilidades de relações semânticas entre os termos/descriptores adotados pelo sistema, além do controle de sinônimos e homônimo e terminológico, utilizando-se de sinônimos genéricos e específicos. Sendo possível atribuir inúmeros pontos de acesso para representar um mesmo documento para ampliar as possibilidades de busca, visando garantir o acesso e o uso dos conteúdos arquivísticos. É um poderoso dispositivo como processo e instrumento documentário para gerir de forma consistente os assuntos/temas de um documento arquivístico, como garantir também o significado orgânico-funcional de um conjunto documental.

Inserir a questão do tratamento temático nos arquivos, obriga-nos a recorrer a Análise Documentária, enquanto área interdisciplinar para subsidiar a organização e tratamento temático de conteúdos arquivísticos. Sendo a indexação uma das principais ações nesse processo de organização. Porém vale, destacar que a indexação na prática arquivística só tem sentido prático no âmbito dos arquivos permanentes, ela cumpre uma função subsidiária/complementar na recuperação da informação.

O processo de indexação temática ao visar à construção de índices <sup>17</sup> para possibilitar o acesso temático. Já o plano ou quadro de classificação objetiva refletir as funções orgânicas de um fundo documental e suas relações internas. A indexação temática pode ser utilizada na arquivística como um processo complementar para a recuperação da informação arquivística, ao representar os assuntos que compõem as unidades documentais, desde que sejam valorizadas a pertinência e relevância dos conjuntos documentais. Para alcançar confiança no sistema, o vocabulário controlado possui recursos para

---

<sup>17</sup> De acordo com o *Elsevier's Lexicon of Archive Terminology*, citado por Bellotto (1991b, p.134) define índice como “uma lista alfabética ( e eventualmente cronológica) de nomes de pessoas, de lugares ou de assuntos contidos em uma ou mais unidades arquivística”.

assegurar o controle de vocabulário e o estabelecimento de significações entre os termos.

Para finalizar, corroboramos com os argumentos de (SOUSA, 2006) ao evidenciar a ausência de reflexão em torno dos fundamentos e princípios que regem a Organização, Representação da Informação Arquivística, em especial ao processo de classificação arquivística por não utilizar-se das possíveis contribuições advindas da Filosofia, Teoria da Classificação e a Teoria do Conceito.

Nesse sentido, Esteban Nabarro (1995) propõe uma aproximação da gestão documental arquivística com os princípios e concepções da área - Organização e Representação da Informação e do Conhecimento, com a finalidade de instrumentalizar com as bases teóricas, conceituais e metodológicas as atividades da organização e tratamento da informação arquivística, especificamente das atividades de classificação arquivística. Complementa do afirmar que

as discussões estão limitadas ao entendimento que se tem do objeto de estudo. Numa operação tão complexa e tão fundamental para todo o fazer arquivístico, a área instrumentaliza-se somente com o escasso ferramental teórico disponível, isto, é, o princípio de respeito aos fundos e da ordem original. Isso parece pouco para esse exercício (STEBAN NAVARRO, 1995).

Nessa perspectiva, como construir interfaces para aproximar o arcabouço teórico-conceitual e metodológico da área da Representação da Informação e do Conhecimento utilizada na CI para o campo da Arquivística, utilizando-se das contribuições interdisciplinares da Teoria da Classificação, Teoria do Conceito, Terminologia, Teoria da Faceta, Análise Documentária, a construção de interfaces documentárias consubstanciadas pelos vocabulários controlados e tesouros, sem meramente importar abordagens, conceitos, metodologias e teorias com baixo nível de reflexão acerca das convergências e divergências?

### **4.3 A Análise Documentária como orientação metodológica para a organização e representação da informação arquivística**

A eficiência e a qualidade da recuperação temática no âmbito dos arquivos permanentes relacionam-se diretamente com a política de indexação adotada pela instituição.

A adoção de uma política de indexação num sistema documentário baseia-se em dois conceitos chaves: a especificidade e exaustividade – no contexto das práticas arquivísticas, ambos os conceitos determinarão a escolha dos níveis de descrição que se deseja ter (baseadas na descrição por multiníveis), além do detalhamento do plano de classificação e a indexação de assuntos propriamente ditos.

A Análise Documentária, enquanto área metodológica poderá contribuir para o planejamento e desenvolvimento das etapas que compõem as atividades documentárias em torno das ações da descrição, indexação e na elaboração de instrumentos documentários.

As ações em torno do tratamento e da organização da informação arquivística nos arquivos permanentes é composta pelas atividades de descrição (construção de instrumentos de pesquisas); e a classificação (elaboração de planos/quadros de classificação).

A organização e recuperação temática/assuntos só fazem sentido no âmbito dos arquivos permanentes. A informação orgânico-funcional nessa fase, já cumpriu sua razão de ser sob o ponto de vista da administração. Isto, é, o conteúdo de um documento na fase permanente enuncia características e especificidades orgânico-funcionais e de conteúdo temático/assunto.

Nos arquivos permanentes tem-se a possibilidade de explorar o potencial informativo contidos nos documentos arquivísticos para subsidiar na pesquisa retrospectiva ou de testemunho das ações e atividades de um organismo.

As deficiências presentes nas atividades de organização, acesso e conseqüentemente na recuperação da informação contidas nos documentos arquivísticos persistem pela ausência de metodologias para gerir a completitude do ciclo documentário (produção, organização e disseminação).

Nessa perspectiva a Análise Documentária – AD poderá subsidiar para orientar o processo de descrição e de indexação de conteúdos arquivísticos, utilizando-se dos instrumentais normativos da ISAD (G) e ISAG (CPF) para assegurar que os princípios da Arquivística sejam preservados.

De acordo com Guimarães (2003) a Análise Documentária, compreende um conjunto de procedimentos a serem efetuados com o objetivo de facilitar o uso da informação. “Esses procedimentos são operações fundamentais e interdependentes tais como a produção, a organização, a recuperação, a disseminação e o uso da informação”. (GUIMARÃES, 2003, p.102 apud PINHO, 2006, p.28)

A acepção da Análise Documentária na visão da literatura francesa e espanhola, refletem dois aspectos: a dimensão de forma e de conteúdo e seus respectivos níveis:

- ✓ Análise formal: abrange a descrição bibliográfica com o objetivo de criar registros, com a finalidade de identificá-los e localizá-los;
- ✓ Análise de conteúdo: abrange o processo de condensação documentária e de representação por meio de linguagens documentárias, com a finalidade de produzir resumos e índices (GUIMARÃES, 2003, p.102 apud PINHO, 2006, p.28).

De acordo com (CINTRA et al., 2002, p.34) a Análise Documentária (AD) é “uma atividade metodológica específica no interior da Documentação, que trata da análise, síntese e representação da informação, com o objetivo de recuperá-la e disseminá-la”.

As principais etapas da Análise Documentária na perspectiva diante das atividades de descrição e classificação e da indexação de conteúdos arquivísticos, são:

- ✓ análise das características físicas de um conjunto de documentos ou uma unidade documental;
- ✓ análise do conteúdo documental;
- ✓ análise do contexto de produção do documento ou conjunto documental.

Sob a ótica da arquivística, pode-se apontar a descrição arquivística compreendida como uma atividade que preconiza uma aproximação com as etapas requeridas pela Análise Documentária (AD), conforme aponta Rodrigues (2003, p.224)

- ✓ primeira aproximação do documento (ou do conjunto documental);
- ✓ leitura do documento (quanto se tratar de um item documental);
- ✓ leitura e entendimento dos documentos que fornecem informações gerais sobre a atividade do conjunto (quando se tratar de níveis de descrição mais abrangentes);
- ✓ avaliação e seleção dos conceitos que se dever reter;
- ✓ redação de um resumo;
- ✓ indexação.

Smit e Guimarães ([1999?], p.62) afirmam que

análise documentária se faz presente no processo descritivo, no momento da análise do “conteúdo temático dos/conjuntos documentais e na análise da informação por meio da condensação (resumos) ou da representação (descritores de tesouros, cabeçalhos de assunto ou notações classificatórias.

Nesse mesmo sentido, Rodrigues (2003, p.226) aponta que a área de descrição “âmbito e conteúdo” da Norma ISAD (G) “incide a análise

documentária ou análise de conteúdo”. Complementa ao afirmar que a norma orienta a descrição desse campo:

- ✓ De acordo com o nível de descrição, deve-se fornecer um sumário do âmbito, como o período de tempo e localização geográfica;
- ✓ De acordo com o nível de descrição, deve-se fornecer um sumário do seu conteúdo, incluindo formas documentais (tipologias) e assuntos.

Vale destacar que a atividade de indexação temática pressupõe um olhar direcionado para uma unidade documental, como por exemplo, um livro (recorre-se a uma peça documental isolada); já nos arquivos é recomendável que se olhe para as características e contextos dos conjuntos documentais. Em outros termos, a unidade da análise documentária será um fundo; série e sub-séries.

Nas atividades de Análise Documentária é necessário atentar para as relações internas com outros documentos ou conjuntos documentais, pautando-se nas prerrogativas enunciadas pelo princípio organizativo da Arquivística: “o respeito aos fundos” e de a sua valorização contextual. O princípio da proveniência atuará como um mecanismo para demarcar os significados e assegurar a própria razão de ser de um documento ou conjunto de documentos arquivísticos, garantindo que não se perda de vista suas especificidades orgânico-funcionais.

Sob o ponto de vista da Análise Documentária o princípio da proveniência é de fundamental importância ao evitar “a interpretação e qualquer subjectividade que lhe possa estar associada, visto que um documento normalmente tem apenas uma única proveniência” (ROUSSEAU e COUTURE, 1998, p.85).

Na perspectiva da atuação do profissional da informação Arquivista com as atividades de organização, o autor destaca uma questão muito importante na AD, isto é, a componente cognitiva e a sua relação com o processo de leitura, ou seja, a capacidade de reconhecimento; de apreensão; compreensão



e de internalização das estruturas significantes de um acervo arquivístico que um indivíduo possui, destaca-se nesse processo a Leitura Documentária.

Nesse sentido, Reed (1992, p.5) ressalta que a compreensão e a interpretação de um conteúdo documental requerem do profissional (enquanto leitor) um processo cognitivo, “por realizar, a associação de significados com as diferentes linguagens (a do texto, a do seu conhecimento prévio e a do sistema de informação) para a composição da representação do documento, por certo utiliza elementos da Semântica em um processo cognitivo que precisa do domínio do contexto” (FUJITA, 2007, p.4).

Rousseau e Couture (1998) têm razão ao afirmar que o princípio da proveniência estabelece bases para cercear a leitura de um documento, pois a prerrogativa base deste princípio é que não sejam misturados documentos provenientes de outros organismos.

Ao respeitar o princípio da proveniência, pressupõe-se melhor compreensão na leitura documentária de um documento ou um conjunto documental sob o ponto de vista da linguagem. Pressupõe-se que este princípio é co-responsável na institucionalização da(s) linguagens(s) que compõem uma estrutura arquivística de um determinado organismo. Se for preservado, será possível apreender as relações orgânico-funcional, estruturais, hierárquicas e de assuntos/temáticas existentes.

Na perspectiva da gestão (tratamento da informação) e da recuperação da informação os instrumentos documentários – os planos de gestão (planos de classificação, vocabulários controlados; tesouros funcionais; e os instrumentos de pesquisa (guias, inventários, índices) em conjunto com as normas de descrição (ISAD) (G) e ISSAR (CFP) funcionam como interfaces documentárias com a capacidade de manifestar uma estrutura organizativa com base orgânico, funcional e estrutural.

Na perspectiva da gestão de conteúdos arquivísticos na fase permanente são utilizadas outras ferramentas, portanto, aqui nos interessa somente os planos de classificação.

Como já evidenciado em outros momentos, os planos de classificação por atuarem num plano de gestão do acervo de um arquivo permanente, não apresenta uma estrutura flexível sob o ponto de vista da recuperação da informação e do usuário, isto, é não são flexíveis e adaptáveis às necessidades de demandas dos usuários, é um sistema voltado para o sistema, ou seja, ele reflete a organização interna dos conjuntos documentais. Devido a sua função: refletir a estrutura orgânico ou funcional de um acervo não comporta a possibilidade de repertoriar a um assunto/tema na estrutura organizativa de sua estrutura. Sendo assim, corre-se o risco de não atender os enunciados de pesquisa de um usuário. Pois, em sua estrutura não é possível contemplar o uso diverso da(s) linguagem(ns) que compõem um sistema documentário. Do ponto de vista da comunicação documentária, não permite ao(s) usuário(s) enunciarem uma mesma perguntas suas demandas informacionais por não representar as sua(s) linguagem(ns).

De acordo com (GUIMARÃES, 2003, p.103 apud PINHO, 2006, p.29) a AD pressupõe organizar os documentos a partir de seu conteúdo. Ressalta ao afirmar que alguns autores dizem não haver na literatura da área uma relação entre “tratamento temático e a indexação”. Também enfatiza que alguns autores advogam que a indexação reflete a AD, ao utilizar-se dos recursos documentários para a construção de pontos de acesso através de “índices e notações”.

Sob o ponto de vista da organização e tratamento da informação, a Análise Documentária pode ser compreendida como uma “operação” que busca objetivar a condensação de conteúdos documentais. (ACCART, RÉTHY, 1990 apud MENEZES, CUNHA, HEEMANN, 2004, p. 9).

Complementam ao definirem a Análise Documentária como uma “Atividade orientada para a identificação e descrição do conteúdo dos documentos, de forma distinta do original, com o propósito de facilitar seu armazenamento, difusão e recuperação da informação em conformidade com as necessidades dos usuários” (ÂNGULO MARCIAL, 1996 apud MENEZES, CUNHA, HEEMANN, 2004, p. 9).

Segundo a literatura tratamento temático ou indexação é um conjunto de operações que tem a finalidade de identificar a temática de um documento. Nessa operação está subjacente a operação de análise para elaboração da síntese e condensação de um conteúdo documental.

Calderon (2003) ressalta que

gerar a representação de um documento é uma tarefa complexa que exige o uso de instrumentos metodológicos específicos. O conhecimento das propriedades formais e de conteúdo do documento, bem como das necessidades os usuários, são os aspectos essenciais que devem orientar o desenvolvimento de uma ação mediadora dos profissionais da informação, dependente do tipo de instituição considerada.

De acordo com Lancaster (2003) a indexação é composta pelas etapas de análise e tradução dos conceitos de um documento.

- ✓ Análise: reconhecimento e identificação de conceitos que compõem um documento;
- ✓ Seleção dos conceitos contidos nos documentos;
- ✓ Elaboração da tradução do conceito através da linguagem documentária utilizada pelo sistema, ou seja, esse instrumento é quem mediará a compatibilização das diversas linguagens, para isso utiliza-se de termos/descriptores e o uso de controle de vocabulário para assegurar a comunicação documentária entre os produtores, o sistema de informação e o usuário.

Para Kobashi (1994, p.20) a representação documentária é obtida por meio de um processo que se inicia pela análise do texto, com o objetivo de identificar conteúdos pertinentes em função das finalidades do sistema – e da representação desses conteúdos – numa forma sintética, padronizada e unívoca.

De acordo com Cunha e Kobashi (1991) O processo de análise documentária, possibilita representar o conteúdo de um documento, que por vez gera produtos documentários denominados de resumos e índices.

Segundo a Norma Brasileira NBR 12676 – “Métodos para análise de documentos – determinação de assuntos seleção de termos de indexação”, define indexação como sendo o “ato de identificar e descrever o conteúdo de um documento com termos representativos dos seus assuntos e que constituem uma linguagem de indexação” (ABNT, 1992, p.2).

Cintra (2002, p.39) define indexação como uma “operação de tradução de textos em linguagem natural para uma linguagem documentária”.

Indexação, na concepção de Lima (2003) “é um processo intelectual que envolve atividades cognitivas na compreensão do texto e a composição da representação do documento” (LIMA, 2003 apud FUJITA, 2007, p.3 ).

Lancaster (1993, p.8) aponta algumas questões para orientar o processo da análise documentária e da indexação.

1. Do que trata o [documento]?
2. Por que foi incorporado ao nosso acervo?
3. Quais de seus aspectos serão de interesse para os nossos usuários?

O desenvolvimento da Análise Documentária – AD surgiu no interior das práticas organizativas das Bibliotecas e Centros de Documentação. Sua metodologia orienta-se a partir da identificação e descrição dos elementos conteúdo e os assuntos dos documentos.

Na Arquivística, as práticas de organização não são orientadas pelo conteúdo-assunto, mas sim pela compreensão do contexto em que está inserido o documento arquivístico, a sua relação com o órgão produtor e o inter-relacionamento de um documento com o outro. No entanto, a categoria assunto é contemplada nas práticas de organização como elemento que visa complementar a inteligibilidade do acervo arquivístico, ou seja, a pertinência e a visibilidade de um assunto como ponto de acesso dependem também de uma

decisão política da instituição arquivística, no estabelecimento dos níveis de descrição: sumário, profundo e exaustivo,

Smit (1999, p.73) afirma que a AD e o processo de indexação introduzem “o controle de vocabulário em operações de síntese e organização da informação arquivística, tornando-as unívocas, garantindo ainda a representatividade da informação gerada em relação à informação original estocada”.

#### **4.4 Ativando a informação temática nos arquivos permanentes**

Antes de abordarmos a legitimidade do assunto/tema como ponto de acesso na recuperação de conteúdos documentais armazenados nos arquivos permanentes apresentaremos alguns aspectos da gestão documental, em especial a teoria das três idades - princípio que formaliza teoricamente a existência dos arquivos permanentes.

Para garantir a eficiência e a agilidade na recuperação da informação arquivística é necessário intervir em seu ciclo de vida. Nessa perspectiva, surge após a segunda guerra mundial o conceito de “gestão documental”, enquanto concepção teórica e pragmática para solucionar os problemas ocasionados pela explosão documental. A gestão documental pressupõe intervir no ciclo de vida dos documentos desde sua produção até serem eliminados ou recolhidos para guarda permanente.

A introdução desse conceito na prática arquivística possibilitou a integração de ações organizativas ao inaugurar a concepção teórica e pragmática conhecida como: a teoria das três idades (ciclo de vida do documento). Essa teoria pressupõe a determinação de fases para gerir os fluxos da informação arquivística denominado como valor primário e secundário. O valor da informação é componente determinante sob o ponto de vista de seu uso. Para Rousseau e Couture (1998, p.65) a informação arquivística “é utilizada pelas unidades do organismo, quer pelo seu valor primário, a fim de decidir, de agir e de controlar as decisões e as ações

empreendidas quer pelo seu valor secundário, a fim efetuar pesquisas retrospectivas que põem em evidência decisões passadas”.

Para racionalizar a redistribuição e alocação da informação arquivística de acordo com o seu uso, surgem três tipos de arquivos:

- ✓ Arquivo corrente (primeira idade) - composto por documentos vigentes, frequentemente consultados;
- ✓ Arquivo intermediário (segunda idade) - composto por documentos com pouca freqüência de uso, com potencial valor histórico;
- ✓ Arquivo permanente (terceira idade) – composto por documentos que possuem valor histórico, mantidos para fins de pesquisa.

Camargo & Bellotto (1996) afirmam que a utilização da informação arquivística concentram-se em:

1. **uso primário**, ligado ao valor primário, o qual é definido como a “qualidade inerente às razões e criação de todo documento, típica das fases iniciais de seu ciclo vital”. Seu sentido será dispositivo, probatório, testemunhal ou informativo, segundo sua categoria;
2. **uso secundário**, ligado ao valor secundário, que é a “qualidade informativa que um documento pode possuir para além de seu valor primário”. [...] (CAMARGO & BELLOTTO, 1996 apud BELLOTTO, 2002, p.31) (grifo do autor).

A passagem de uma fase para outra é determinada pelo seu uso e valor, sendo orientada pela Tabela de Temporalidade Documental – TTD, nela são estabelecidos os prazos de permanência nos arquivos correntes; intermediário, sua eliminação ou transferência para os arquivos permanentes.

Do ponto de vista da gestão documental, os principais instrumentos de gestão são as Tabela de Temporalidade Documental e o Plano de Classificação. Segundo Lopes (1993, p.42) “um arquivo ativo que seja organizado de acordo com um plano de classificação de documentos e que tenha seu ciclo vital determinado por uma tabela de temporalidade documental não gerará uma massa documental acumulada”.

Já o plano ou quadro de classificação é um instrumento de gestão e tem a função refletir em sua estrutura o contexto de produção do documento. Porém, sob o ponto de vista da recuperação da informação ele apresenta restrições por não contemplar flexibilidade na busca, isto é, na maioria deles não são contemplado o controle de vocabulário e não há a possibilidade de repertoriar um assunto ou tema em sua estrutura. Nesse sentido Ribeiro (1996, p.59-60) ressalta que um plano de classificação não contempla a recuperação temática:

- ✓ Representa a estrutura orgânico-funcional do fundo e não tem base temática;
- ✓ Está estruturado para fornecer o acesso por proveniência;
- ✓ Sua estrutura apresenta apenas os níveis até as seções/subseções de um fundo enquanto a indexação pode descer a níveis mais específicos;
- ✓ Suas rubricas não esgotam um tema, destinam-se apenas a reunir a documentação produzida e/ou recebida pelo serviço que lhe dá origem ou aquela documentação resultante da função expressa pela designação da rubrica.

Ainda nessa perspectiva, Calderon (2003, p.89) corrobora com Ribeiro ao afirmar que

embora, na estrutura do quadro de classificação, as informações sejam organizadas de modo lógico e hierárquico, refletindo as funções e as atividades de uma organização e situando os documentos em suas relações, [...], por não haver base temática no quadro, isso diferencia dos sistemas de classificação e o torna insuficiente como instrumento para recuperação de assuntos.

Monção (2006) afirma que na classificação, o Assunto é uma das categorias que a constitui. Todavia conforme aponta a literatura (SCHELLEMBERG, 2004; BEARMAN, 1985-1986; LODOLINI, 1991, CRUZ MUNDET, 1997, DUCHEI, 1977, 1992; entre outros (MONÇÃO, 2006, p.40). Complementa ao dizer que o Assunto não tem a mesma legitimidade das

categorias estrutural e funcional. Ele aparece como opção, para circunstâncias [...]” (MONÇÃO, 2006, p.40).

Monção (2006) conclui ao afirmar que o “Assunto é o elemento que fornece acesso pontual; portanto, Assunto é uma atividade complementar, na metalinguagem da área” (MONÇÃO, 2006, p.44) (grifo do autor).

Monção (2006) parte da “premissa que a organização que parte do nível da série traz consigo o resgate da dimensão do conteúdo do documento arquivístico enquanto critério, o qual, por sua vez, tem no Assunto um de seus pontos de acesso” (MONÇÃO, 2006, p.41) (grifo do autor).

Monção (2006, p.44) aponta a importância de compreender melhor as diferenças e relações entre as categorias função e assunto.

Segundo a autora a função é um conceito chave nas práticas de organização de documentos arquivísticos – ele orienta os métodos de organização dos acervos arquivísticos e possibilita “identificar o valor do documento e a série documental, dando visibilidade às atividades desenvolvidas pelo produtor do arquivo e a relação de um documento com outro” (MONÇÃO, 2006, p.44).

Monção (2006) afirma em seu estudo que o Assunto, “embora sem um consenso no nível conceitual, está inserido no fazer arquivístico.[...] o grande desafio da pesquisa sobre o Assunto em arquivos é delimitar o seu escopo semântico, ou seja, as significações que ele abarca e o seu escopo metodológico, relativamente à noção corolária, Função” (MONÇÃO, 2006, p.42) (grifo do autor).

Gonçalves (1998, p.23) ressalta que

No âmbito arquivístico, o emprego do termo “assunto” gera inúmeras confusões, sendo ora entendido como função, ora como “tema”. Seria conveniente que o uso do termo “assunto” fosse evitado, pois se refere, mais propriamente, ao conteúdo estrito de um documento. Assim, um relatório sobre as atividades de alunos e professores de uma escola municipal nas comemorações do Dia da Brasilidade estará associado à função “desenvolvimento de atividades pedagógicas” (ou outra



similar), mas poderá ser remetido a “assuntos” ou temas diversos (ensino, civismo, nacionalismo, etc).

A exposição feita por Gonçalves (1998) sugere a utilização do vocabulário controlado como um instrumento de recuperação temática da informação arquivística de modo a ampliar a representação de conteúdos documentais (“esgotar um tema”) e possibilitar a busca através de diversos pontos de acesso temáticos.

Segundo a autora a noção de assunto na literatura é “pouco expressiva”. Mas já possui legitimidade na agenda investigativa da área ao apontar os autores Herrera (1995) e Fernanda Ribeiro (2003), além dos trabalhos apresentados no evento *I soggetti e altri apparati di indicizzazione in archivistica: ipotesi di lavoro*, contribuindo como “dispositivo intelectual capaz de trazer a lume entendimentos que podem concorrer, significativamente, para a legitimação acadêmico-científica, por assim dizer, da noção de Assunto” (MONÇÃO, 2006, p.37).

Ao discutir a pertinência da categoria Assunto nas práticas organizativas da arquivística, é importante diferenciar os termos “fundo documental” e “coleção”. O conceito de “fundo” na arquivística opõe-se a aceção de “coleção”, o primeiro compreende um conjunto de documentos produzidos, acumulados e organizados involuntariamente num contexto organizacional, ou seja, reflete o contexto funcional, orgânico e estrutural de um conjunto de documentos – o fundo documental. Enquanto que coleção é a reunião de documentos, sua organização é orientada pela identificação de elementos informativos de natureza temática (pode-se atribuir o tema a partir dos elementos informativos: cronologia, geográfico, ou assunto), pode estar atrelado a uma política de aquisição e desenvolvimento de coleções. Pode-se dizer que o tratamento inadequado de um acervo (fundo) arquivístico pode torná-lo apenas uma coleção de itens documentais, caso não seja considerado o princípio da proveniência (respeito aos fundos) como elemento norteador para classificar, avaliar e descrever documentos arquivísticos.

Silva (2002) afirma que “a noção muito usada de coleção, aplicada, de início, sincreticamente, a livros, documentos e objectos vários, passou ao longo do século XX a servir de linha separadora do patrimônio cultural bibliográfico e museístico do patrimônio arquivístico (diplomas e documentos régios, jurídico-administrativos e políticos, [...]). Quando Natalis de Wailly desenvolveu o conceito de fundo para organização de arquivos”. Nesse sentido

coleção e colecionismo ficaram conotados com a acumulação intencional, aleatória e temática de objectos, enquanto fundo tem, [...] “pretereintencional” e não temático, ou seja, os documentos são supostamente produzidos como consequência de uma ordem (e rotina) administrativa e institucional anterior à vontade das pessoas ou dos funcionários que os produzem série”. (SILVA, 2002, p. 575)

Caya (1982) contrapõe a utilização do assunto como método para organização de documentos arquivísticos ao afirmar que “[...] todo documento de arquivo faz parte de um conjunto definido pelo contexto no qual foi criado, o assunto propriamente não constitui nunca o elemento descritivo mais importante; as descrições do contexto e da operação que o produziu não têm nenhum sentido fora da realidade que ele reflete” (CAYA, 1982 apud BELLOTTO, 1988, p.67). Acrescenta ao dizer que “a descrição do material arquivístico depende mais da estrutura do conjunto dos documentos do que dos assuntos abordados pelos componentes” (CAYA, 1982 apud BELLOTTO, 1988, p.67-68)

Segundo Ducheim (2003) “se em lugar deste método, fundamentado sobre a natureza das coisas, se propusesse uma ordem teórica, como seria o caso dos temas ou dos assuntos, os arquivos cairiam em uma desordem difícil de remediar” (DUCHEIM, 2003, p.3 apud LEÃO, 2006, p.28).

Em diversas épocas, em especial no final do século XIX os acervos arquivísticos eram organizados com base nos princípios da classificação do conhecimento (CDD, CDU). A utilização do princípio temático como prática organizativa das instituições arquivísticas foi responsável pelo obscurecimento e destruição da inteligibilidade funcional, orgânico e estrutural de muitos

acervos arquivísticos antes da inauguração do “princípio da proveniência criado pelo historiador francês Natalis de Wally em 1841”.

A classificação temática é fruto do projeto positivista do século XIX, sendo adotado para subsidiar a pesquisa historiográfica – a partir do olhar da disciplina (história) e do historiador, era considerado o conteúdo informacional, independente de seu contexto.

Nesse sentido complementa Silva et al (2002, p.108) ao dizer que a influência do positivismo preconizou “a verificação documental como método ao serviço da análise histórica, [vindo a] contribuir para que os arquivos [adquirissem] uma posição instrumental relativamente à Paleografia e à Diplomática, disciplinas em ascensão desde os finais do século XVIII”.

Verificou-se, que a aceção de documento defendida pela Biblioteconomia e Documentação, incorporou o elemento “informação” como constituinte do documento bibliográfico muito antes da Arquivística. Arrisca-se em dizer que talvez seja pelo fato, do “documento bibliográfico” enunciar, de um modo mais visível, a percepção das categorias conteúdo-assunto.

Já o documento arquivístico o assunto é circunstancial, pois o que caracteriza o conteúdo de um documento arquivístico é o seu contexto de produção (princípio de proveniência), ou seja, o conteúdo de um documento arquivístico só pode ser compreendido na medida em que seja possível relacionar o documento ao seu contexto de produção. Na prática organizativa da arquivística, Smit (2005, p.9) assinala que

a função do documento [arquivístico] é definidora de sua entrada no sistema de informação e posterior organização, na biblioteconomia enfatiza-se sua função no momento da saída do sistema (uso). Conseqüentemente, organizam-se os documentos de acordo com outro parâmetro: a informação neles contida sob forma de assunto.

Diante do exposto até aqui se pode afirmar que os processos e as atividades de descrição, classificação não são orientadas para disponibilizar

pontos de acesso temáticos<sup>18</sup> - devem refletir o contexto de produção do documento. Dito de outra maneira, a noção de assunto não é considerada como ponto de acesso principal nos sistemas de recuperação da informação arquivística.

O assunto como um ponto de acesso só adquire legitimidade nos arquivos permanentes, nesse sentido assinalam Smit e Guimarães (1998, p.371) citado por RODRIGUES (2006, p.113) ao afirmarem que o documento arquivístico em sua fase permanente pode apresentar um conteúdo funcional e informacional. Ainda nesse sentido, Jardim e Fonseca (1998, p.371) identificam dois níveis de informação arquivística:

- ✓ a informação contida no documento do arquivo, isoladamente;
- ✓ e a informação contida no arquivo em si, naquilo que o conjunto, em sua forma, em sua estrutura, revela sobre a instituição ou sobre a pessoa que o criou.

O conteúdo funcional relaciona-se com as características orgânico-funcionais, reflete as atividades e ações de seu produtor, já o conteúdo informacional é caracterizado pelo conteúdo temático/assunto.

No entanto, possibilitar o acesso e a busca a partir de pontos de acesso temático não é tão simples como parece. Nesse sentido é oportuno realçar alguns traços institucionais dos arquivos permanentes.

Sob essa perspectiva, pode-se afirmar que as instituições arquivísticas, em especial os arquivos públicos permanentes no Brasil são subutilizados, possuem um nível muito baixo de visibilidade social. Mesmo havendo instrumentos legais para garantir o acesso e a consulta pública aos cidadãos, é possível afirmar que são poucos os segmentos sociais que enxergam e reconhecem o potencial informativo dos arquivos públicos. Além disso, não basta somente criar decretos e leis para instrumentalizar o direito a informação, pode-se dizer que o direito ao acesso não garante, nem provoca o uso dos

---

<sup>18</sup> De acordo com a norma ISAAR (CPF) "Ponto de acesso" (access point). Nome, termo, palavra-chave, expressão ou código que pode ser usado para pesquisar, identificar e localizar descrições arquivísticas, inclusive registros de autoridade" (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2003, p.14).

conteúdos arquivísticos. A nosso ver, é necessária a construção de uma política nacional de acervos públicos orientadas para o uso em detrimento da preservação, queremos dizer que é necessário uma política sistêmica que contemple recursos financeiros para o desenvolvimento de projetos de instituições arquivísticas públicas, sendo necessário também o investimento de campanhas de marketing para divulgação de seus produtos, ações, serviços e atividades para todos os segmentos da sociedade.

Diante do exposto, pode-se dizer que a institucionalização social das instituições arquivísticas é muito menor que a das bibliotecas. A maioria dos segmentos sociais não vê os arquivos como um sistema de informação a ser explorado, e que grande parte dos arquivos públicos não estão preparados tecnicamente para receber usuários. Pode-se afirmar que disponibilizar pontos de acesso temático é apenas uma das ações para institucionalização social dos arquivos permanentes.

A possibilidade dos arquivos permanentes utilizarem à categoria “assunto” ou “temático” como dispositivo para ampliar a busca e recuperação dos conteúdos arquivísticos na fase permanente é legítima, pois a informação arquivística já cumpriu sua principal função ao subsidiar as atividades e ações administrativas, legais, financeiras, técnicas, científicas, culturais, etc. das organizações, sua razão de ser na fase primária (arquivos correntes). Nesse sentido a informação arquivística poderá assumir a dimensão temática caso esteja implícito/explicito nos conteúdos dos documentos arquivísticos pontos de acesso temáticos em potencial para ampliar a busca e recuperação da informação arquivística.

Ao evidenciar a temática/assunto, as evidências físicas, orgânicas, funcionais e estruturais de um conteúdo de documento arquivístico como pontos de acesso estar-se-a contribuindo para a garantia da completude de seu conteúdo, além da inteligibilidade da memória documentária arquivística.

Corroboramos Smit (2002) ao enfatizar a noção de complementaridade das instituições arquivísticas atuando em conjunto com outros sistemas de

recuperação da informação (Bibliotecas, Centros de Documentação, Museus, Web, etc) no processo de difusão e transferência de conteúdos documentais.

Nessa perspectiva, pode-se dizer que as instituições arquivísticas são sistemas de informações complementares, ou seja, a informação arquivística custodiada num arquivo permanente caso seja dotada de ações de organização e tratamento da informação pode contribuir para subsidiar o desenvolvimento de pesquisas para a construção de novos conhecimentos, contribuindo ativamente para a construção da tão aclamada sociedade da informação. É a partir desses apontamentos que pensamos ser oportuno a inserção temática como mais uma possibilidade de busca e recuperação da informação arquivística. Nesse sentido entra em cena o uso do controle de vocabulário controlado e do vocabulário controlado para ativar a complementaridade das instituições arquivísticas na perspectiva da disseminação da informação arquivística para um uso social mais amplo.

Aí está o ponto para o qual queremos chamar a atenção: a utilização do vocabulário controlado como um instrumento para representar os conteúdos arquivísticos. Além de representar e recuperar os aspectos contextuais de um conjunto de documentos, o vocabulário controlado oferece mecanismos em sua estrutura para recepcionar a categoria assunto/tema como ponto de acesso e de recuperação de conteúdos documentais custodiados nos arquivos permanentes. Ao oferecer o acesso temático contribuirá para que a busca retrospectiva possa ser ampliada é claro, desde que tenha sido contemplado nas atividades de descrição arquivística (ISAD (G); ISAG (CPF) a identificação de pontos de acesso temático em potencial contidos nos conjuntos e documentos arquivísticos.

Apesar da norma ISAD (G) apresentar a área 3.3.1 – âmbito e conteúdo para a descrição de elementos informativos como período de tempo, localização geográfica e conteúdo (assuntos) caso o documento apresente esses aspectos, vale ressaltar que o componente temático de um documento arquivístico é circunstancial, ou seja, o conteúdo de um documento arquivístico pode não refletir uma temática. Ele reflete as atividades, funções e contexto da sua fonte produtora.

É importante ressaltar que a utilização dos instrumentos de pesquisa e os planos de classificação são comumente utilizados nos arquivos permanentes, e que o conteúdo temático só tem sentido também no arquivo permanente.

Na fase do arquivo corrente a informação arquivística possui um valor primário e tem a função de responder aos objetivos para o qual foram criados, ou seja, o documento reflete o valor administrativo, legal, financeiro, fiscal, etc. e não temático. O que caracteriza seu conteúdo são os indícios e os aspectos que o referenciam, esclarecem e justificam a sua constituição e origem, a sua função e uso.

Já os documentos armazenados nos arquivos permanentes refletem o valor secundário da informação arquivística, atributo de testemunho. Nessa fase podem ser identificados pontos de acesso temáticos/assuntos em potencial que poderão ser ativados com a finalidade de (re)significar o documento arquivístico para fins de pesquisa, histórica, científica, social, cultural e organizacional. Por isso, é legítimo apontar o uso do vocabulário controlado como instrumento para servir de mapa terminológico e de relações entre os termos adotados para fins de recuperação da informação temática a partir dos pontos de acesso, denominado descritores

Monção (2006) em sua dissertação buscou compreender como se dá a viabilidade da noção do 'Assunto' na Arquivística, compreendida como um método organizativo a ser considerada nos processos de organização e recuperação de informações arquivísticas, se a área tem como base organizativa o princípio da proveniência, orgânico-funcional/estrutural. A autora considera que o método organizativo baseado unicamente no princípio orgânico-institucional

[...] deixa de lado de atender demandas informacionais de diferentes perfis de interessados: o pesquisador em geral, o historiador e o cidadão. [...]. Com efeito o método se exime de assumir compromisso social. Sob uma perspectiva sociocultural e histórica, o método priva a sociedade de usufruir do

conhecimento do teor de seus conteúdos [...] (MONÇÃO, 2006, p. 68).

Considerando que a noção de Assunto encontra-se em fase de aceitação e institucionalização cognitiva na comunidade científica da Arquivística em nível nacional e internacional. Monção (2006) pressupõe como hipóteses que a noção de Assunto está inserida na literatura e está em uso e também presente nas atividades de organização de acervos arquivísticos. Em suas considerações finais a autora afirma que o assunto permeia as atividades organizativas da Arquivística.

Monção (2006) aponta a multidimensionalidade da noção de Assunto na área, ora entendida como “valor acessório, ora como complementador, ora ela é relacionada ao conteúdo do documento ora ao seu contexto, [...]” (MONÇÃO, 2006, p. 70).

A área ao ignorar a noção de assunto como elemento informativo potencial, acaba por contribuir para a redução nos processos de transferência e uso da informação, por não ampliar as possibilidades de busca e recuperação, e não provocar nem garantir o uso social dos conteúdos arquivísticos em sua totalidade. Em função desta concepção podemos afirmar que tanto os tradicionais instrumentos de pesquisa e os planos ou quadros de classificação não contemplam as demandas sócio-culturais de diversos públicos potenciais, ou seja, não consideram a multiplicidade de linguagens e vocabulários envolvidos nos processos de produção, organização, representação e recuperação. Sua construção e uso orientam-se mais para assegurar o preservacionismo documentário do que para ampliar e provocar a usabilidade informacional.

Recomenda-se apenas que exista um instrumento principal que descreva a ordem estrutural do acervo, para registrar e explicar o sistema que lhe deu origem, ou seja, que esclareça o respeito à proveniência. Outra recomendação importante é que os instrumentos de pesquisa sejam concebidos como um



sistema, com referências cruzadas e pontos de acesso estabelecidos (HAGEN, 1998, p.3).

Na perspectiva da recuperação da informação arquivística, as recomendações mencionadas por Hagen (1998) leva-nos a apontar o vocabulário controlado como uma solução viável para “nomear as atividades/funções” (SMIT, KOBASHI, 2003, p. 20). “Utilizando-se de um sistema de referência comum e compartilhado (vocabulário controlado), tanto para organizar quanto para recuperar documentos estocados no arquivo” (idem, p.17).

Por possibilitarem uma visão integrada e ampla das características orgânico-funcionais e estruturais da informação arquivística nos processos de busca e recuperação da informação arquivística. E ainda possibilitar o estabelecimento de procedimentos de controle de vocabulário para minimizar as variáveis lingüísticas e terminológicas. Isso porque “todas as variáveis evocam questões de linguagem e sua adequação a culturas locais, ou seja, a composição sociocultural e socioprofissional dos usuários do sistema”. (SMIT, KOBASHI, 2003, p. 21)

## 5 O CONTROLE DE VOCABULÁRIO COMO DISPOSITIVO METODOLÓGICO PARA A ORGANIZAÇÃO, REPRESENTAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA

### 5.1 Controle de vocabulário: a contribuição da Terminologia

Ao considerar que as práticas documentárias no contexto arquivístico se desenvolvem no universo da linguagem – a questão da linguagem percorre todo o ciclo documentário (produção, registro, organização, disseminação, recuperação e assimilação). Decorre, daí a importância do controle de vocabulário como um recurso normativo para nomear as atividades e os procedimentos funcionais, os tipos documentais e os órgãos que compõem a estrutura organizacional de uma instituição, com a função de assegurar o compartilhamento e uso da informação orgânico-funcional mediada por uma linguagem consistente comum a todos.

Do ponto de vista do ciclo documentário arquivístico, pode-se dizer que a utilização de uma linguagem normalizada de acordo com o contexto e a cultura organizacional de uma instituição é um dos fatores determinantes para garantir a dinâmica e a totalidade do ciclo documentário (produção, organização, disseminação).

A complexidade da estrutura orgânico-funcional (departamentos e setores) de uma instituição, aliada as características e especificidades funcionais de cada um desses órgãos produtores de informação, acaba por vez, refletindo em linguagens específicas e dificultando o compartilhamento da informação orgânico-funcional mediada por uma linguagem institucional comum a todos, mesmo considerando que a informação orgânica não é pensada nem produzida isoladamente.

Assim, nomeiam-se procedimentos e atividades funcionais e tipos documentais utilizando-se da linguagem natural que acabam ocasionando dispersão terminológica e dificultando o compartilhamento da informação orgânico-funcional. Para agravar ainda mais a questão da linguagem, tem-se a

influência e às vezes a imposição das linguagens especializadas das áreas jurídica, fiscal-financeira e administrativa, técnicas dentre outras.

Mesmo considerando que as práticas informacionais perpassam pela linguagem, a questão é pouco percebida pelas instituições, os ruídos e as inconsistências ocorridas nos processos de compartilhamento e transferência da informação são na maioria das vezes atribuída à comunicação, ignora-se a questão da linguagem.

As questões enunciadas acima dificultam as atividades de produção, acesso, recuperação e uso da informação orgânico-funcional pela ausência de uma terminologia institucionalizada.

Nesse sentido a importância de uma linguagem comum a todos é imprescindível para garantir a comunicação compartilhada da orgânico-funcional.

Nessa perspectiva, as instituições arquivísticas podem contribuir para potencializar a racionalização e o compartilhamento dos fluxos da informação orgânico-funcional. Ao propor a implementação de um plano de gestão e organização da informação, incluindo a preocupação com normalização/padronização da linguagem orgânico-funcional. Com a finalidade de assegurar a racionalização na nomeação dos procedimentos e atividades funcionais, órgãos produtores e tipos documentais.

A normalização com base terminológica, rara vezes, só ocorre na fase permanente dos arquivos, no momento da elaboração de um plano ou quadro de classificação.

Para garantir a institucionalização de uma linguagem normalizada é necessário a elaboração de normas e procedimentos para subsidiar as atividades documentárias abrangendo todo o ciclo arquivístico (produção, organização e disseminação).

Em suma, um sistema de normalização com base terminológica para nomear as funções, atividades e procedimentos e órgãos produtores pode contribuir para:

- ✓ Racionalização dos fluxos da informação orgânico-funcional;
- ✓ Eficácia nos processos de controle de uso da informação;
- ✓ Eficácia nas atividades de recuperação da informação orgânico-funcional;
- ✓ Evitar dispersão de documentos produzidos por um mesmo órgão e pela mesma atividade;
- ✓ Eficácia nos processos de gestão e avaliação de documentos;
- ✓ Garantir a memória documentária arquivística.

Nessa perspectiva, apontamos como proposta para subsidiar a normalização e garantir a univocidade na linguagem orgânico-funcional os princípios teórico-metodológicos da Terminologia. Ao oferecer aportes metodológicos e pragmáticos para retificar as dissonâncias de linguagem ocorridas durante as etapas de produção, organização, representação, acesso e recuperação da informação, utilizando-se como recurso normativo o princípio da univocidade terminológica e conceitual de um objeto, processo ou atividade funcional. Nesse sentido – “este princípio estabelece uma correspondência única entre o significante/significado, impedindo, deste modo a ocorrência de ambigüidades” (FERREIRA, 1975, apud MOREIRA, OLIVEIRA, 2005, p.2).

A Terminologia como área interdisciplinar serve de apoio nas atividades de indexação e recuperação e na construção de linguagens controladas. Entretanto, é pertinente fazer um recorte, a fim de atender ao interesse documentário, neste trabalho interessa-nos compreender as implicações impostas pela linguagem e a importância do controle de vocabulário (processo) e do vocabulário controlado (instrumento documentário) para materializar e gerir o controle de vocabulário no contexto da organização e recuperação da informação orgânico-funcional.

Além das contribuições da semântica, “disciplina que se ocupa do sentido ou da significação dos elementos, a sintaxe, disciplina que se ocupa das relações que estabelecem a partir da organização sintagmática dos elementos e, de certo modo, a morfologia que, sintetizando parcialmente aspectos da semântica e da sintaxe, se encarrega da identificação das partes

da palavra e de suas condições de ocorrência” (CINTRA, 1983, p.7). Ou seja, o processo de controle de vocabulário pressupõe intervenções no:

- ✓ controle a normalização gramatical – a forma dos termos;
- ✓ controle semântico dos termos ou controle do significado

Qual a abrangência de estudo da Terminologia?

- ✓ disciplina que se ocupa de termos especializados;
- ✓ conjunto de diretrizes ou princípios que regem a compilação dos termos;
- ✓ produto gerado pela prática, isto, é, conjunto dos termos de uma área específica (CABRÉ, 1995, p.289 apud LIMA, 1998, p.289).

O reconhecimento da Terminologia enquanto campo disciplinar se deu a partir dos estudos empreendidos pelo austríaco Eugen Wüster na década de 30, denominada de Teoria Geral da Terminologia (TGT), com a finalidade de compreender o discurso especializado através das relações existentes entre os conceitos que compõem a linguagem técnica ou especializada. (CAMPOS, 2001, p.60).

Nesse trabalho, interessa-nos compreender a terminologia enquanto um conjunto de diretrizes ou princípios que regem a compilação de termos e as relações conceituais entre si.

Para Cabré (1994),

o objetivo prioritário a que se propõe a terminologia é a normalização, no sentido de redução a um só tipo de modelo, dos termos próprios de um domínio especializado preciso, não se limitando a recolher a denominação de uma área determinada dentro de um objetivo informativo ou descritivo, mas com o objetivo de fixar as unidades terminológicas com formas normalizadas, estabelecendo as formas de referência, e separando as outras variantes para denominar o mesmo conceito (CABRÉ, 1994, p.596 apud LIMA, 1998, p.89-90).

Ao normalizar a linguagem orgânico-funcional, tem-se a oportunidade de minimizar as ambigüidades e plurivocidade dos termos na nomeação das atividades e procedimentos funcionais e tipos de documentos, permitindo o compartilhamento eficaz, atendendo uma diversidade de usuários.

Segundo Hagen (1998) diz que a norma ISAAR (CPF) enuncia a necessidade do controle de vocabulário nos arquivos:

o objetivo da norma é assegurar que haja uma lista controlada com os nomes das instituições, pessoas e famílias produtoras de arquivos, ou seja, assegurar que não sejam utilizados diversos nomes ao mesmo tempo para a mesma entidade, dificultando o acesso do pesquisador que faz a busca. Além do nome, a norma também estrutura um campo com dados contextuais: localização, área geográfica de atuação, nacionalidade, situação legal, área de atuação, atribuições, estrutura administrativa, relações com outras pessoas, famílias e instituições, entre outros (para cada um dos tipos de entidade descrita), aplica-se um conjunto de informações específicas (HAGEN, 1998, p.297).

Nessa perspectiva destaca-se o controle de vocabulário como um dispositivo para garantir acesso e o uso da informação orgânico-funcional, além de atender as necessidades informacionais de um grupo heterogêneo de usuários.

Vocabulário na acepção de Buckland (1999, p.82) “é uma enumeração de diferentes formas de expressar um sentido, o repertório das formas representativas”.

Este autor afirma que os vocabulários têm a natureza imprecisa e que palavras diferentes são usadas para representar o mesmo conteúdo, em contextos diferentes. Por outro lado, as palavras possuem um significado num tempo determinado pelas circunstâncias e podem, num outro momento, representar outro significado (CALDERON, 2003, p.83).

Smit e Kobashi (2003, p.20) afirmam que o “controle de vocabulário é processo para, um objetivo que se deseja atingir”, já o vocabulário controlado é resultado desse processo, é “um instrumento para nomear as atividades/funções, gerando confiança no sistema”.

Segundo Smit e Kobashi (2003, p.17) o controle de vocabulário deve garantir que

- ✓ na entrada do sistema, com a adoção de uma única forma de designação para nomear documento que são gerados pela mesma atividade;
- ✓ na saída do sistema (na busca) informando como cada atividade é nomeada pelo sistema.

De acordo com Cintra et al (1994) o controle de vocabulário num sistema documentário pode ser compreendido como:

- ✓ a existência de mecanismos interpretativos próprios, uma vez que não se pode utilizar o mecanismo interpretativo da linguagem natural para determinar significados das unidades destinadas à representação da informação;
- ✓ a possibilidade de produzir linguagens de natureza monossêmica que participam da elaboração de linguagens documentárias [...];
- ✓ a existência de um vocabulário controlado próprio de uma linguagem documentária que comporta, preferencialmente, unidades de linguagens de especialidade [...] (CINTRA et al, 1994, p.55).

Segundo Calderon (2003, p.84)

existem diferentes níveis de controle de vocabulário a serem empregados, que vão desde uma normalização pura e simples, na qual se estabelecem regras para a forma escrita dos termos que irão compor as linguagens documentárias, até o estabelecimento de relações (hierárquicas, associativas e equivalentes) entre os termos.

Um dos fatores que motivam a imprecisão no momento da busca e recuperação da informação num sistema documentário é o uso da linguagem natural, gerando a inconsistência, falta de padronização e perda de informações. Nesse sentido Cintra et al (2002) afirma que a utilização da Linguagem Natural nos sistemas de recuperação da informação provocam à

incompreensão e à confusão, devido a fenômenos naturais como a redundância, a ambigüidade, a polissemia e as variações idioletais. A condição para se obter resultados positivos na busca de informação é que pergunta e a resposta sejam formuladas no mesmo sistema. Assim, é necessário converter uma pergunta feita em LN para o sistema em que foi traduzido do documento, isto é, para uma LD (CINTRA et al 2002, p.39).

Partindo destes pressupostos pretendemos destacar os princípios teóricos e metodológicos da Terminologia normativa como recurso para ser utilizado no controle de vocabulário da informação arquivística.

Numa perspectiva, que vai além dos pressupostos da Terminologia normativa, Hoffman Felberg, (1979, p.20) citado por Hoffman (1998, p.28)

os temas principais de uma Teoria Geral da Terminologia são: a essência dos conceitos e da formação dos conceitos; as características dos conceitos; as relações dos conceitos dentro dos sistemas conceptuais; a descrição dos conceitos (mediante definições); a atribuição de termos e conceitos ou bem de conceitos e termos, a essência dos termos e a sua formação” (KRIEGER, 2000, p.219).

O objeto de estudo da Terminologia é o termo – os termos constituem-se como unidades terminológicas de uma área especializada, são utilizadas na comunicação a partir de uma representação dos conceitos.



De acordo com a ISO 1087 (2000) para a terminologia, o termo é a designação verbal de um conceito geral em um domínio específico e estabelece com o conceito uma relação unívoca. Esta relação de unicidade é possível uma vez que o escopo de trabalho da terminologia abrange apenas as línguas artificiais, onde esta correspondência é garantida pelas normas.

Segundo Gouadec (1990, p.3, apud KRIEGER; MACIEL, 2001, p.68) “um termo é uma unidade lingüística que designa um conceito, um objeto ou um processo. O termo é a unidade de designação de elementos o universo percebido ou concebido. Ele raramente se confunde com a palavra ortográfica”.

Para Rodeau (1984) “o termo caracteriza-se no sentido de que para uma noção dada, há teoricamente, uma única denominação somente. Esta característica do termo se funda sobre um outro postulado da terminologia: o da relação de univocidade entre denominação (significante) e noção (significado, relação do tipo reflexiva)” (RONDEAU, 1984, p.19, apud KRIEGER; MACIEL, 2001, p.68).

Num sistema documentário, o controle de vocabulário pressupõe um conjunto organizado de termos padronizados, isto é, normalizado e unívoco.

Para Le Guern (1989) “o termo é a unidade básica da terminologia e distingue-se da palavra do léxico geral. O termo é a palavra efetivamente usada no discurso. O léxico é um estoque de palavras independente das coisas, sendo resultado de convenções arbitrárias” (LE GUERN, 1989 apud LARA, 2005, p.6).

Segundo Lara (2005) a Terminologia “assume funções de comunicação e de representação, procura consenso e propõe formas de controle da diversidade de significação” (LARA, 2005, p.6).

As linguagens controladas com base na terminologia propõem múltiplas representações de um conjunto de documentos ou um documento arquivístico de modo a contemplar diferentes demandas de informação.

Segundo Canalejo (1998, p.116) a normalização terminológica como recurso para o controle de vocabulário

procede das linguagens de indexação e supõe a seleção dos termos que representam o documento em si, seu conteúdo e seu contexto para proporcionar qualidade de informação que se pede atualmente aos arquivos, inseridos num sistema de informação e por isso cada dia freqüentados por um público muito heterogêneo (CANALEJO, p.116 apud CALDERON, 2003, p.102).

Apesar da aceção das Linguagens de indexação, ou simplesmente LDs evocarem a indexação temática de conteúdos documentais. Seu uso na arquivística não pressupõe o tratamento temático, sua função é representar as atividades orgânico-funcionais de um documento ou conjunto de documentos, deve refletir as características contextuais de seu órgão produtor.

É oportuno ressaltar que a LDs atuam com os conceitos expressos nos documentos, ou seja, a unidade que compõe a sua estrutura é conceito, independentemente do conceito representar um assunto/temática ou representar uma função ou atividade. Sendo assim, o processo de construção de vocabulários controlados na arquivística ao lidar com o conceito deve considerar no momento da análise dos conjuntos documentais, a rede conceitual das funções, atividades, processos e procedimentos orgânico-funcionais para designar os termos com precisão e consistência, além do estabelecimento de relações entre si.

Nessa perspectiva é pertinente citar os pressupostos teóricos da teoria do conceito defendidos por Dahlberg (1978, p.102), ao considerar que a

formação dos conceitos como a reunião e compilação de enunciados verdadeiros a respeito de determinado objeto. Para fixar o resultado dessa compilação necessitamos de um instrumento. Este é constituído pela palavra ou por qualquer signo que possa traduzir e fixar essa compilação. É possível definir, então, o conceito como a compilação de enunciados verdadeiros sobre determinado objeto, fixada por um símbolo lingüístico.

A contribuição Terminologia e da Teoria do Conceito são dispositivos indispensáveis para subsidiar nos processos de controle de vocabulário. Segundo Wüester (1998, p.39) “em Terminología se parte del concepto y se busca su denominación, aunque para identificar y fijar un concepto es indispensable contar co uma denominación o com algún otro signo”.

Segundo Lara (2000, p.4) a contribuição fundamental da Terminologia teórica é quando “ela se refere aos sistemas de conceitos, às características de uma definição e à identificação das relações entre conceitos. Essa contribuição se reflete através das normas terminológica – particularmente a ISO704 e ISO1087”.

Greimas (1976) “provê elementos para a conceituação e identificação das relações que permitem caracterizar estruturas mínimas de significação através de operações de conjunção e disjunção” (GREIMAS, 1976 apud LARA, 2000, p.4).

Isso porque a diversidade de significações de uma unidade lexical pode produzir mais de uma representação conceitual para o mesmo termo, provocadas pelas variações terminológicas lingüísticas apontadas por (FASTICH, 1998 p.2 apud VAN DER LAAN; FERREIRA, 200-, p.9).

- a) variante terminológica fonética – o registro pode ser feito de acordo com a norma falada;
- b) variante terminológica morfológica – há alternância de estrutura de ordem morfológica;
- c) variante terminológica sintática – duas construções sintagmáticas alternam-se com a função de predicação de uma UTC (Unidade Terminológica Conceitual);
- d) variante terminológica lexical – há o apagamento de algum item da estrutura lexical sem alterar o conceito;
- e) variante terminológica gráfica – o termo é registrado sob mais de uma forma.

Ainda de acordo com Fastich (1998, p.2) ainda existem as variantes terminológicas de registro no plano horizontal, no plano vertical e no plano temporal:

- a) variante terminológica geográfica – são expressões para designar um mesmo conceito utilizado por falantes de uma mesma língua em regiões diferentes;
- b) variante terminológica de discurso – são expressões utilizadas para um mesmo conceito nos diferentes níveis de discurso, nível científico, técnico ou de divulgação científica;
- c) variante terminológica temporal – são designações para um mesmo conceito que concorrem durante um período de tempo simultaneamente, firmando-se a preferência por uma substituição a anterior e deixando-a em desuso (FASTICH, 1998 p.2 apud VAN DER LAAN; FERREIRA, 200-, p.9).

Vale também destacar que as bases metodológicas da Terminologia aliada aos recursos oferecidos pelas linguagens controladas, em especial os tesouros podem contribuir para materialização e operacionalização na estruturação de controle de vocabulários.

Para Bruschini; Ardaillon; Undehaum (1998, p.12), um tesouro distingue-se de um simples vocabulário controlado por duas características:

“A primeira é que as palavras nele listadas não descrevem, mas antes significam: cada palavra é um conceito”. Sendo assim, essas palavras que designam conceitos não mais simples palavras, tornam-se “termos” ou ainda “descritores” (grifo do autor).

“A segunda característica é que todos os termos estão relacionados entre si”.

De acordo com Tálamo (1997) o que caracteriza uma linguagem documentária não é uma simplesmente uma lista de palavras, mas sim, uma organização ou arranjo relacional.

Para Cintra (1983, p.7) “a linguagem é, pois, um sistema, uma organização relacional, onde cada elemento existe, na medida mesma em que se relaciona a outro ou a outros do mesmo conjunto. A linguagem documentária é, pois, linguagem, exatamente porque concretiza a capacidade simbólica do homem, através da organização de seus termos e regras em sistema próprio”.

Nesse sentido, as unidades terminológicas no âmbito de uma linguagem controlada devem ser organizadas de forma sistemática e arranjadas de acordo com as relações que se estabelecem com os outros conceitos. Nenhum termo pode figurar no sistema documentário sem estar relacionado com algum outro.

A teoria da Terminologia indica o estabelecimento de quatro tipos de relações entre conceitos para estruturação de uma rede conceitual num vocabulário controlado:

- ✓ relações genérica/específica – relação hierárquica em que se identifica os conceitos por sua pertinência a uma categoria, em que o conceito genérico se considera superordenado a outros conceitos mais específicos. Os conceitos subordinados compartilham das características do conceito genérico, ou seja, se estabelece uma relação entre o conceito específico (subordinado) e seu genérico (superordenado);
- ✓ relações parte/todo – se referem a conceitos que são formados por mais de uma parte e partes constituintes;
- ✓ relações polivalentes – a capacidade de um conceito tem de alocar-se em diferentes lugares em um mesmo sistema conceitual;
- ✓ relações complexas - engloba uma série de interrelações que se estabelecem entre os conceitos em uma hierarquia, porém não podem ser considerados nem genéricas nem partitivas.

Em relação às questões normativas para garantir a univocidade terminológica num sistema documentário é imprescindível mapear as variantes gramaticais do mesmo termo e/ou conceito, significado singular e plural, variantes gramaticais e diferentes flexões dos tempos verbais. E por outro lado,

os termos e/ou conceitos são agrupados por descreverem o mesmo conceito ou um similar, isto, é, sinônimos ou palavras que são equivalentes.

Em relação à normalização gramatical e terminológica, Austin (1986) “relembrou que o uso de vocabulário controlado [...] e o seu respectivo uso na recuperação da informação vão requerer o estabelecimento de certas regras terminológicas recomendadas, tais como”

Conceitos devem ser representados consistentemente para os propósitos de recuperação, por substantivos ou frases substantivadas; os indexadores devem trabalhar com um vocabulário de termos preferidos, designando-se um dos sinônimos de um determinado conceito como o termo mais adequado para o uso; a opção pelo singular ou plural dos conceitos e suas exceções devem ser registradas claramente nesse vocabulário, visando à consistência da indexação, sua fidedignidade e posterior uso na recuperação (AUSTIN, 1986, p.8 apud LOPES, 2002, p.6).

Svenonious (1976) aponta duas etapas nas atividades de controle de vocabulário

A primeira refere-se à classificação de variantes gramaticais do mesmo termo e/ou conceito, significado singular e plural, variantes gramaticais e diferentes flexões dos tempos verbais. Em segunda etapa, os termos e/ou conceitos são agrupados por descreverem o mesmo conceito ou um similar, isto, é, sinônimos ou palavras que são equivalentes em seus significados (SVENONIOUS, 1976 apud LOPES, 2002, p.3).

Smit e Kobashi (2003, p.22) apontam como procedimentos de controle de vocabulário, seis aspectos:

- ✓ normalização gramatical;
- ✓ opções de grafia;
- ✓ alterações nos nomes de pessoas ou topônimos;
- ✓ controle de sinonímia, homonímia e quase-sinonímia;

- ✓ adoção de termos compostos;
- ✓ introdução de notas de escopo e notas de uso.

Destacam-se também como elementos intervenientes nos processos de construção de uma linguagem controlada à polissemia, homonímia, sinonímia e antonímia.

A polissemia “é o nome dado à pluralidade de sentidos de uma mesma forma. Estuda as várias significações de significação lingüística, significações essas que se definem e precisam num determinado contexto” (CINTRA, 1983, p.11-12).

A polissemia pode ser dar por:

extensão (ex.: “estação” que pode significar: parada, épocas do ano, temporadas da moda, etc,).

Metáfora: (atua como componente analógico) . Serra, por exemplo, o significado de montes decorreu da analogia “serra”.

Restrição- purgativo na linguagem médica e beberete na linguagem comum.

A homonímia “corresponde à igualdade entre significantes de significados diferentes. É pois, o estudo das formas que apenas se diferenciam pela significação ou função, já que a estrutura fonológica é a mesma.

A homonímia pode ser:

- ✓ total – como fiar que tanto significa tecer, quanto confiar;
- ✓ parcial – como em coser e cozer;

Neste caso Smit e Kobashi (2003, p.27) apontam como recursos para individualizar o termo no sistema documentário, o uso de especificadores (também conhecidos como qualificadores e modificadores). Como por exemplo:

- ✓ São Paulo (Cidade)
- ✓ São Paulo (Estado)

A sinonímia “decorre de coincidência de significado entre diversas palavras”. É o estudo da substituição de termos, sem prejuízo da comunicação. Exemplos: o significado de “mar” pode ser expresso através dos termos: mar, oceano, pélogo e de “ser alado” por ave, pássaro.

Segundo Gomes (1990, p.47-48) as sinonímias podem se manifestarem de diversas formas:

- a) descritores de origem lingüística diferente, como por exemplo: Poliglota ou Multilíngüe; Antídoto ou Contraveneno;
- b) nomes populares e nomes científicos, como: alergia ou hipersensibilidade; borracha sintética ou elastômero;
- c) substantivos comuns e nomes comerciais: Giletes ou lâminas de barbear; Zorba ou cueca;
- d) formas variantes para conceitos emergentes: Contêiners ou Contentores Containers (ou ainda, Cofres de carga);
- e) grafias diversas, inclusive com variantes no radical; catorze ou quatorze; quociente ou cociente; quota ou cota;
- f) palavras favorecidas, ou de uso corrente, versus palavras antigas: deontologia ou ética; energia atômica ou energia nuclear; corpo discente ou alunado;
- g) siglas ou nomes por extenso: USP ou Universidade de São Paulo.

A utilização do sinônimo nas práticas de organização e recuperação da informação é, provavelmente, uma dificuldade mais séria para as linguagens de indexação.

A antonímia “decorre de significações contrárias de dois vocábulos ditos autônomos. É o estudo de palavras com significações opostas, como amor/ódio, bom/mal, moral/imoral, progrediu/regrediu”.

Em suma pode-se afirmar que a contribuição da terminologia no processo de controle de vocabulário no âmbito da arquivística é indicar medidas normativas para o estabelecimento do princípio da univocidade nas nomeações dos órgãos produtores; as funções, atividades e procedimentos



funcionais e os tipos documentais (normalização terminológica e conceitual), além de fundamentar as relações entre os conceitos orgânico-funcionais (significação através das relações lógico-semânticas, contemplando os sinônimos e homônimos). É um recurso teórico e pragmático para ativar a consistência no controle de vocabulário, este, compreendido como um processo para a construção de vocabulários controlados, e este compreendido como instrumento para subsidiar a recuperação da informação orgânico-funcional em conjunto com os tradicionais instrumentos de pesquisa e os instrumentos de gestão.

## **5.2 Vocabulário Controlado: um breve percurso histórico e teórico-metodológico**

Neste capítulo abordaremos os princípios teóricos e metodológicos acerca do vocabulário controlado, enquanto instrumento documentário para gerir o controle de vocabulário.

No entanto, para melhor compreensão da gênese do vocabulário controlado como um instrumento para a recuperação da informação e o próprio desenvolvimento da área da Organização e Tratamento da Informação – tradicionalmente desenvolvida na área da Biblioteconomia, Documentação e mais recentemente na Ciência da Informação - é oportuno destacar alguns traços paradigmáticos que marcaram, historicamente, o modo de organizar e tratar informação.

De acordo com Dodebei (2002, p. 11) a especialização do conhecimento, a explosão documental e a diversificação dos suportes documentais foram fatores que contribuíram para o surgimento e desenvolvimento de novas formas de organização, representação e recuperação da informação.

A solução foi encontrada com uma mudança do enfoque e da conceituação da recuperação da informação. Com efeito, foi abandonada a perspectiva preferencial de recuperação

bibliográfica, normalização classificatória e descritiva, buscando-se a construção de linguagens próprias. (CINTRA et al, 1994, p.23)

O desenvolvimento de 'linguagens próprias' possibilitaram a modelagem de instrumentos organizativos e de representação da informação, orientados pela dinamicidade e complexidade, decorrentes da fragmentação cada vez maior dos conhecimentos técnico-científicos e a questão da interdisciplinaridade surgida a partir da pós-modernidade.

O surgimento e a necessidade de utilização das 'linguagens próprias', deve-se dentre outros fatores já citados à proliferação de novos canais de publicação do conhecimento, em especial os periódicos e as revistas científicas surgidas durante os séculos XVII e XVIII. Esses materiais somaram-se aos livros como mais um recurso informativo. "O interesse pelo livro é desprezado pelo artigo de revista que deve ser analisado e difundido seu conteúdo sobre todo o campo da tecnologia". (LOOSJES apud LÓPEZ YEPES, 1995, p. 105)

De acordo com o Fayet-Scribe (2001) citado por Rabello e Guimarães (2006) o surgimento do periódico impactou diretamente as práticas biblioteconômicas tradicionais ao impor um novo modelo de organização que considerassem a diversidade dos conteúdos registrados no periódico, essa nova concepção forçou um redimensionamento do fazer organizativo das bibliotecas ao sugerir que as

[...] bibliotecas não [deveriam] ser mais um simples estoque de livros, onde estes se acumulam sem criar os meios de acessos necessários aos seus conteúdos. Nesta perspectiva, o papel do periódico científico é central porque se faz questionar o papel das unidades documentais: a unidade não é mais o livro, mas o artigo no interior do documento. (tradução nossa). (FAYET-SCRIBE, 2001, p.14 apud RABELLO; GUIMARÃES, 2006, p.3)

O aumento cada vez mais crescente de conhecimentos especializados, principalmente das ciências naturais e tecnológicas, contribuiu para o aumento das revistas especializadas, tornando-se um canal de publicação com alta

aceitação e reconhecimento perante a comunidade científica ao se apresentarem como veículo de comunicação e registro compatíveis com a dinamicidade comunicativa exigida nos processos de produção e comunicação científica.

Diante dessa nova realidade, surge a necessidade de desenvolver e adequar novas técnicas e métodos organizativos para tratamento e disseminação que considerassem o teor informativo registrado nos periódicos e revistas especializadas.

Nesse contexto surge no final do século e início do século XX a Documentação, projeto empreendido pelos Belgas Paul Otlet e La Fontaine. As idéias e práticas da Documentação introduziram um novo paradigma nas atividades de organização e tratamento dos acervos custodiados pelas bibliotecas e arquivos. Ao propor um novo modelo organizativo orientado a partir dos conteúdos dos documentos (informação, conhecimento registrado). Contrapõe os postulados teóricos e metodológicos das atividades organizativas e de recuperação até então utilizadas pelas bibliotecas tradicionais, baseadas na organização e recuperação de modelos descritivos a partir da localização de documentos somente recuperáveis por autor e/ou títulos (ROBREDO, 2003, p. 44).

Face ao exposto as instituições informacionais especialmente os centros de documentação necessitaram construir 'linguagens próprias' orientadas pela dinâmica social do conhecimento e da comunicação.

Esses acontecimentos desestruturaram a concepção custodial e patrimonial das bibliotecas e dos arquivos vistos como instituições conservadoras da documentação. Instaura-se uma nova concepção de modelos organizativos orientados para o desenvolvimento de um sistema de comunicação e disseminação de conteúdos documentais.

As linguagens documentárias tradicionais citadas anteriormente não dispunham(ões) de bases teórico-metodológicas para retificar as dissonâncias terminológicas, sintáticas e semânticas. Além de não contemplarem a dinamicidade da linguagem; não operacionalizam com a redução da

polissemia, a homonímia e a sinonímia produzidas durante as atividades de produção, organização, representação, e recuperação de conteúdos informativos.

Os fundamentos teóricos, conceituais e metodológicos para construção, desenvolvimento, implementação, gestão e utilização de vocabulários controlados como instrumento para organizar e representar informações que demarcam suas origens na Ciência da Informação, especificamente na Biblioteconomia e Documentação.

De acordo com Dodebei (2002, p. 39) “os conceitos de linguagem documentária encontrados na literatura reduzem, por vezes, todas as formas de representação documentária à linguagem documentária, igualando assim, os dois conceitos”.

Segundo Wanderley (1973, p.176 apud Dodebei, 2002, p. 40), as linguagens documentárias recebem denominações diversas, tais como linguagens de indexação (MELTON, J.); linguagens descritoras (VICKERY, B.); codificações documentárias (GROLIER, E.); linguagens de informação (SOERGEL); vocabulários controlados (LANCASTER, F.W.); lista de assuntos autorizados (MONTGOMERY, C.); e, ainda linguagens de recuperação da informação, linguagens de descrição da informação. [...]. De um modo geral, poder-se-ia afirmar que nas expressões, tanto os substantivos como os adjetivos são sinônimos. As escolhas deixam transparecer as orientações teórico-metodológicas adotadas pelos autores, refletidas no binômio [...] informação/documentação (grifo nosso).

O vocabulário controlado é concebido como um instrumento documentário que visa facilitar a organização, a representação e recuperação da informação, com a finalidade de otimizar a transferência social da informação; ao promoverem ambientes de recuperação da informação de domínios contextuais específicos com consistência, além de minimizarem os ruídos na recuperação da informação. Já o controle de vocabulário pode ser entendido como um processo para o desenvolvimento do vocabulário controlado.

Novellino (1998) ressalta que a “ação de transferência da informação depende de linguagens formalizadas que facilitem a comunicação entre produtores, organizadores e usuários da informação, as linguagens formalizadas que vêm sendo construídas para esse fim são linguagens de representação” (NOVELLINO, 1998, p. 137).

Elas propõem-se em organizar e padronizar a linguagem de um domínio específico ao atribuir princípios de relações lógico-semânticos entre os conceitos e termos. Permitem atribuir aos sistemas de recuperação de informação arquivística melhor eficácia, aumentando a relevância e pertinência das informações armazenadas, ao estabelecer a compatibilização da linguagem natural do usuário com a linguagem de representação dos sistemas de recuperação da informação arquivística.

Na perspectiva da representação da informação, são comumente denominados de linguagens de representação, cuja finalidade é representar domínios de conhecimentos específicos e servir de instrumento para nortear a busca e recuperação de informações e compatibilizar com o auxílio da Terminologia os diversos vocabulários ou linguagens envolvidas nas atividades de produção (linguagem do produtor do documento); organização (linguagem do profissional da informação Arquivista; representação linguagem adotada pelos sistemas de recuperação da informação arquivística recuperação da informação), (a linguagem do usuário utilizado na busca).

Embora a discussão acerca do uso do vocabulário controlado como instrumento para organização e representação da informação arquivística seja relativamente recente, alguns autores destacam que o vocabulário controlado pode ser utilizado como mais um recurso, atuando em conjunto com os instrumentos de pesquisa e instrumentos de gestão da informação arquivística.

Sob o ponto de vista social, elas surgem para permitir e garantir a usabilidade social da informação, pois “durante muito tempo acreditou-se que a disponibilização dos estoques seria suficiente para sua socialização. Mas, atualmente, o fundamental é a existência de uma forma de organização que garanta o partilhamento. Essa organização é a LD” (CINTRA et al 2002, p.17).

As designações: vocabulário controlado, linguagem controlada, linguagem documentária, linguagem documental, linguagens de indexação e tesouros apresentadas na literatura enunciam uma dispersão terminológica para representar um mesmo objeto – um instrumento documentário. Também é comum evidenciar uma certa confusão em relação aos termos controle de vocabulário e vocabulário controlado, o primeiro significa um processo e o segundo o resultado desse processo. Arrisca-se em dizer que talvez seja pelo fato da área privilegiar muito mais o resultado – o produto documentário em detrimento do processo – o controle de vocabulário.

Nesse sentido Tristão, Fachin e Alarcon (2004, p.162) a linguagem documentária é o termo genérico atribuído aos sistemas artificiais de signos normalizados que permitem a representação de forma mais efetiva do conteúdo de um documento.

Segundo Cintra et al (1994, p.55) o vocabulário controlado pode ser compreendido como:

- ✓ a existência de mecanismos interpretativos próprios, uma vez que não se podem utilizar os mecanismos interpretativo da linguagem natural para determinar significados das unidades destinadas à representação da informação;
- ✓ a possibilidade de produzir linguagens de natureza monossêmica que participam da elaboração de linguagens documentárias [...];
- ✓ a existência de um vocabulário próprio de uma linguagem documentária que comporta, preferencialmente, unidades de linguagens de especialidade [...].

O vocabulário controlado na perspectiva da recuperação da informação é um instrumento de controle terminológico. Ao aliar-se com os contributos da Terminologia ele pode possibilitar a compatibilização das diversas linguagens (do produtor; do profissional da informação e do usuário), ou seja, além de oferecer uma interface amigável através de (índices) e de recursos de

relacionamentos (relações associativas e de equivalência) entre os termos, possibilitando retificar as inconsistências terminológicas no momento da recuperação da informação num sistema documentário.

No âmbito da Arquivística, a recuperação da informação orgânico-funcional é mediada pelos instrumentos de pesquisa (guias, inventários, etc); instrumentos de gestão (quadro/plano de classificação, tabela de temporalidade).

No entanto, a preocupação com a questão terminológica, muitas vezes é ignorada no momento da nomeação das atividades, funções, órgãos produtores, tipos de documentos, outro aspecto que merece ser destacado, é que esses instrumentos não apresentam mecanismos para o estabelecimento de relações associativas, partitivas e de equivalência entre as unidades terminológicas.

Pode-se dizer que na maioria dos casos, a organização e a estrutura desses instrumentos utilizam a palavra como ponto de acesso, raras as vezes possuem base terminológica.

Exceto os planos de classificação, quando recorrem aos índices preocupam-se com o controle de vocabulário (padronização de termos), porém não introduzem, em sua estrutura, os componentes relacionais para gerar uma estrutura significativa. Vale ressaltar que padronização não é sinônimo de normalização com base terminológica.

Do ponto de vista da recuperação da informação e da interface entre usuário e sistema, arriscamos em dizer que os tradicionais instrumentos de pesquisa e gestão da informação arquivística não oferecem flexibilidade e dinamicidade por restringir a recuperação através de índices.

Já as Linguagens Controladas (LC) apresentam algumas peculiaridades sob a perspectiva da organização e da recuperação da informação – é uma linguagem dinâmica, pois atua com mecanismos para a elaboração de relações associativas, hierárquicas e de equivalência com base na terminologia, sendo sua principal unidade o termo ou descritor.

O vocabulário controlado constitui um dos instrumentos mais utilizados para subsidiar as atividades de indexação e recuperação de conteúdos documentais.

Para Lancaster (1993, p.207) “O vocabulário controlado reduz a diversidade da terminologia. Além disso, ao ligar semanticamente termos que tenham relação entre si, ajuda o usuário a identificar todos os termos que seriam necessários para realizar uma busca completa”.

Como se pode observar o vocabulário controlado é constituído por termos que são utilizados como descritores ou outros não descritores, já o plano de classificação arquivístico, raras vezes apresenta a preocupação em estabelecer essas relações.

Sob o ponto de vista da linguagem, um vocabulário controlado pode ser compreendido como um instrumento interlocutor entre as linguagens utilizadas pelos produtores da informação; dos organizadores da informação em sistemas de recuperação e dos utilizadores da informação. Nele tenta-se repertoriar e compatibilizar as diversas linguagens dos (produtores, organizadores e usuários) através de uma linguagem artificial (documentária) intermediada pelos pontos de acesso (descritores) normalizados. Nesse sentido Cintra ECT al (2002, p.43) assinala que o vocabulário tem por objetivo:

Reunir unidades depuradas de tudo aquilo que possa obscurecer o sentido: ambigüidade de vocábulo ou de construção, sinonímia, pobreza informativa, redundância, etc. Além disso, ele é fixado de tal forma que seu uso, bem como suas relações estruturais é codificado e não podem mudar ao sabor dos usuários. Assim, chega-se a um estável.

No processo de construção de um vocabulário controlado, devem-se identificar indícios lingüísticos que poderão provocar desvios e inconsistências nos processos da representação e busca e recuperação da informação e retificá-los, Ou seja, ao mapear as diversas acepções da linguagem utilizadas pelos produtores, organizadores e utilizadores da informação, há a



possibilidade de fazer correspondências/relações entre um e outro termo. Esse procedimento expande as possibilidades de acesso, busca e recuperação por contemplar diversas linguagens numa estrutura que permite relacionar, hierarquizar os termos. Cintra ECT al (2002) afirma que a função das Linguagens Documentárias é:

Transformar estoques de conhecimento em informações adequadas aos diferentes segmentos sociais. É esse partilhamento que está na base do caráter público da informação e que não pode ser obtido na ausência de uma LD. De fato, durante muito tempo acreditou-se que a disponibilização dos estoques seria suficiente para a sua socialização. Mas, atualmente, o fundamental é a existência de uma forma de organização que garanta o partilhamento.

Já na perspectiva da organização e da recuperação da informação contida em documentos Cintra ECT al (2002, p.34) afirma que as Linguagens Documentárias são “instrumentos que visam auxiliar nos processos de “indexação”, armazenamento e recuperação da informação e correspondem a sistemas de símbolos destinados a 'traduzir' os conteúdos dos documentos”.

Como dito anteriormente, na prática organizativa da arquivística é mais comum à utilização de índices como mecanismo complementar no processo de busca e recuperação da informação em conjunto com os instrumentos de gestão e pesquisa (plano de classificação). Portanto, nem sempre há preocupação com o controle de vocabulário nem no estabelecimento de relações associativas, equivalência e hierárquicas entre os termos.

Nesse sentido o vocabulário controlado poderá oferecer aportes tanto para assegurar o controle terminológico, como para o estabelecimento de relações entre os termos.

Ele é um instrumento superior aos cabeçalhos de assunto e índices pelo maior controle que exerce sobre a linguagem documentária, utilizando-se de estruturas de referências (de equivalência (substituição), hierárquica e

associativa) no processo de indexação como na recuperação de conteúdos arquivísticos.

Ele também pode assumir um papel muito importante no processo de busca e recuperação da informação para aqueles usuários que não possuem familiaridade com os tradicionais instrumentos de pesquisa utilizados para acesso e recuperação de conteúdos arquivísticos.

Segundo Lancaster (1987, p.11) vocabulário controlado “nada mais é do que um conjunto limitado de termos que devem ser utilizados por indexadores e usuários”.

A importância do controle terminológico é imprescindível, “na medida em que ele fornece as características do conceito que vão permitir seu agrupamento. [...] as características usadas na comparação entre os conceitos levam a um sistema ou classificação e conceitos é nessa perspectiva que se deve buscar a definição ou a classificação mais adequada, ou seja, aquele que atende os propósitos do sistema de informação” (GOMES, 1990, p. 25).

O vocabulário controlado se caracteriza pelo uso de uma linguagem documentária controlada, onde as unidades documentais são representadas por termos da linguagem natural com as respectivas relações entre os termos adotados pelo sistema de recuperação da informação.

De acordo com Gardin et al (1968) as LDs são estruturadas com três elementos básicos: léxico, a rede paradigmática e rede sintagmática.

Ainda de acordo com Gardin et al (1968) a rede paradigmática objetiva “traduzir certas relações essenciais e, geralmente estáveis, entre descritores. Essa rede lógico-semântica corresponde à organização dos descritores numa forma que, lato-sensu, poder-se-ia chamar de classificação” (GARDIN et al 1968 apud CINTRA et al, 2002, p.35-6).

Já a rede sintagmática objetiva “[...] expressar as relações contingentes entre os descritores, relações que são válidas no contexto particular onde aparecem. A construção de 'sintagmas' é feita por meio de regras sintáticas

destinadas a coordenar os termos que dão conta do tema” (GARDIN et al 1968 apud CINTRA et al, 2002, p.36).

Na perspectiva do tratamento, organização e recuperação da informação arquivística, as LDs em conjunto com as metodologias de descrição arquivística – utilizando-se da ISAD (G) e ISAAR (CPF) poderão oferecer maior amplitude aos pontos de acesso dos fundos, grupos, subgrupos, séries e sub-séries, considerando o teor informativo do conteúdo documental e o contexto em que se insere o documento.

Segundo Lopes (2002, p.9) a linguagem controlada ou vocabulário controlado “pode ser definido como um conjunto de termos organizados de forma hierarquizada e/ou alfabética, com o objetivo de possibilitar a recuperação de informações [...], reduzindo substancialmente a diversidade terminológica”.

Ingetraut Dahlberg (1993) define um tesauro como um

[...] vocabulario controlado y estructurado de palabras principales. Si el término recuperable es simplemente un nombre (como el nombre de una persona, organización o área geográfica) puede que no sea necesario controlar el vocabulario pero se necesitarán reglas relativas al orden de los nombres (el último nombre en primer lugar), el uso o no uso de abreviaturas y el tratamiento que se dará a diversas maneras ortográficas de escribir esos nombres. Es posible incluir nombres propios en una lista de autoridad que incluya todos los nombres usados en su forma habitual.

A unidade de um vocabulário controlado não é uma palavra, mas o conceito, materializado no termo.

De acordo com Lancaster (1987, p.11) vocabulário controlado “nada mais é do que um conjunto limitado de termos que devem ser utilizados por indexadores e usuários”.

Slype (1991) conceitua Linguagem documental como sendo um

sistema de signos que permite la organización de los documentos de un fondo a partir de la representación de su contenido, destinado a permitir la traducción de las consultas formuladas a un sistema de información documental durante el proceso de recuperación, a las convenciones utilizadas durante el tratamiento.

Esteban Navarro define linguagem documental por

[...] tratarse de una colección de términos (sistema secundario de signos) presentados en lenguaje natural o codificado (artificial) con una morfología normalizada, que remiten a conceptos que se relacionan entre sí sobre la base de un control más o menos rígido de su significado, y que se combinan y estructuran mediante un conjunto de reglas lógicas predefinidas, del que resulta una sintaxis más o menos compleja, que se presenta bajo la forma de unas reglas de uso. Reciben el apelativo de documentales tanto porque sirven para tratar y recuperar documentos, como por generarse principalmente a partir del tratamiento de esos documentos (ESTEBAN NAVARRO, 1995).

Slype (1991, p.23-24) define tesauro como uma "lista estruturada de conceitos, destinados a representar de maneira unívoca o conteúdo de los documentos, y a ayudar al usuario en la indización de los documentos y en la correcta recuperación de la información consultada".

Sob o ponto de vista da arquivística, qual seria uma definição eficaz do vocabulário controlado?

Tradicionalmente na Biblioteconomia e Documentação as LDs lidam com o tratamento e a indexação temática (unidades temáticas). Convém reforçar que no contexto dos sistemas de recuperação da informação arquivística elas pressupõem refletir as atividades orgânico-funcionais contido nos documentos ou conjuntos documentais. Em suma um vocabulário controlado configura-se numa lista de termos (descritores) com a finalidade de orientar com precisão a

organização e a recuperação da informação arquivística, remetendo às séries ou conjuntos de documentos.

Qual a função do vocabulário controlado no âmbito da organização e da recuperação da informação arquivística? Dispositivo metodológico para organização de termos, e o estabelecimento de vínculos entre si, tem o propósito de otimizar o processo de busca da informação arquivística, possui base terminológica como pontos de acesso.

Por que necessitamos usá-los? - para superar as dificuldades terminológicas provocadas pelo uso indiscriminado da linguagem (linguagem natural).

- ✓ Quem os usa? Podem ser utilizados por uma gama de usuários, além dos profissionais da informação, que o utilizam nos processos de indexação e recuperação da informação.
- ✓ Como são usados – São utilizados para a indexação e a recuperação da informação arquivística, criação de índices.

Segundo Smit e Kobashi (2003) um vocabulário controlado no âmbito da Arquivística deve:

1. hierarquizar as funções e respectivas atividades: esta hierarquia pode ser mais ou menos detalhada, mas é necessária por duas razões:
  - ✓ para dar uma idéia do universo funcional abrangido (a visão de todo), incluindo os termos num sistema signficante;
  - ✓ para orientar a organização física das séries documentais.
2. para orientar o controle de vocabulário, particularmente no que diz respeito à sinonímia, pela inclusão de remissivas na lista alfabética. As remissivas têm por função orientar a nomeação dos documentos (em sua geração e no momento de sua busca) de [descritores] ou expressões não adotadas para [descritores] ou expressões adotadas pelo sistema;

3. relacionar [descritores] presentes em categorias diferentes;
4. conceituar os [descritores] e as condições de seu uso. (SMIT, KOBASHI, 2003, p.42)

Smit e Kobashi (2003) advertem que no processo de construção de controle de vocabulário no âmbito institucional, devem-se observar os seguintes aspectos:

- ✓ tamanho do arquivo e projeção de crescimento, no que diz respeito à variedade de atividades e tipos documentais nele presentes;
- ✓ área de atuação da instituição;
- ✓ objetivos da instituição e determinação de prioridades no atendimento por parte do arquivo;

Complementam ao dizer que o “ideal é que o vocabulário controlado reflita a linguagem da instituição, aproximando-se o máximo possível da linguagem do usuário” (SMIT, KOBASHI, 2003, p.20-21).

No processo de construção de um vocabulário controlado no âmbito da Arquivística deve-se considerar:

1. Estabelecimento de uma linguagem documentária controlada com base em estruturas hierárquicas e de relações referentes a uma determinada atividade funcional, estrutural e de assunto/temática, cujos elementos serão representados pela terminologia que reflita não propriamente uma temática, mas que reflitam as ações, funções e atividades orgânicas desenvolvidas pelo órgão produtor responsável pelos documentos arquivísticos;
2. Compreensão holística do âmbito organizacional, funcional e estrutural do órgão produtor – com a finalidade de apreender as características das atividades e suas ações;
3. A partir da análise funcional e das atividades, estabelecer os termos potenciais para representar e servir de ponto de acesso na recuperação da informação arquivística;

4. Política de Descrição Arquivística – opções quanto aos níveis de descrição de modo a contemplar a exaustividade e/ou especificidade para descrição dos fundos documentais;
5. Identificar os termos genéricos e específicos e estabelecer relações entre os termos (associativas, equivalência, hierárquicas e não hierárquicas);
6. Com o auxílio da Terminologia, normalizar as entradas dos termos (normalização gramatical; opções de grafia e controle de sinonímia e homonímia);
7. Estabelecimento das relações entre os termos (de modo que reflitam as funções e atividades);
8. Incluir os termos preferidos(descritores) e fazer relações de equivalências (use e usado para) dos termos não preferidos;
9. Descrever nas notas de escopo uma breve explicação do termo e do seu propósito.

Do ponto de vista da recuperação da informação centrado no usuário, pressupomos que o vocabulário controlado a linguagem de recuperação da informação seja o instrumento mais apropriado para o(s) usuário(s) em potencial de um sistema arquivístico, por ter como base o controle terminológico e a possibilidade de ampliar a linguagem com a inclusão de sinônimos e homônimos, e o estabelecimento das relações associativas e de equivalência entre os termos.

Um vocabulário controlado utiliza-se de uma lista controlada de termos normalizados de pessoas, organizações, geográficos, temáticos/assuntos como ponto de acesso no processo de recuperação da informação arquivística, atuam como se fossem mapas ao orientar com precisão e a alocação de informações orgânico-funcionais e tópicos/assuntos de um sistema de recuperação da informação arquivística.

É importante ressaltar que cada vez mais as organizações têm a necessidade de compartilharem suas informações orgânicas, nesse sentido a preocupação com controle de vocabulário, formalizado pelo vocabulário controlado como uma interface documentária capaz de reunir a linguagem dos colaboradores, a linguagem formal (organização), ou seja o desenvolvimento de uma linguagem comum a toda organização contribuirá com eficácia para assegurar o compartilhamento, a disseminação, a preservação, o acesso e a recuperação de conteúdos arquivísticos.

O uso de um vocabulário controlado para orientar a organização e tratamento de informações arquivísticas pode contribuir para evitar a dispersão e despersonalização da informação orgânico-funcional – ou seja, evitar que um documento similar seja classificado ou indexado de maneiras distintas.

No vocabulário controlado existem três tipos de relacionamentos entre os termos, são eles:

- ✓ relações de equivalência (termos que tem o mesmo significado);
- ✓ relações hierárquicas (termos gerais e específicos);
- ✓ relações associativas (termos que estão associados entre si porem não são gerais nem específicos).

As relações de equivalência existem quando dois termos têm o mesmo significado ou significado semelhante. No entanto, somente um dos termos é o preferido, e o outro termo não é usado, aparecerá no vocabulário controlado uma remissiva que orientará aos indexadores e aos usuários o termo preferido e utilizado no sistema de recuperação da informação arquivística. Por exemplo, nota fiscal de fornecedor pode ser o termo preferido para nomear nota fiscal de entrada, aparecerá no vocabulário: nota fiscal de fornecedor use nota fiscal de entrada.

Já uma relação hierárquica existe quando um termo pode ser mais específico que outro termo mais geral. Por exemplo: gasto de viagem é um termo mais específico que gastos um termo mais geral que gastos de viagem no estrangeiro.



A relação associativa existe quanto há um vínculo/aproximação conceitual entre os termos. Por exemplo escolas técnicas é um termo relacionado com escolas secundárias e vice-versa. Ao proporcionar estas relações, um vocabulário controlado é uma ferramenta essencial para subsidiar os processos de classificação, indexação e recuperação.

Após o estabelecimento terminológico, a adoção dos termos adotados e dos não adotados, deve-se ordenar os termos de modo que reflita as atividades orgânico-funcionais, tendo como base o plano/quadro de classificação. Para atingir sua completude o vocabulário controlado na deve apresentar um índice alfabético e sistemático.

### **5.3 Tesouro funcional: em busca de uma metodologia para sua elaboração**

Considerando-se que a sustentação de toda a prática de organização e tratamento da informação arquivística é orientada pelo princípio da proveniência, e que todos os instrumentos documentários devam refletir as características e especificidades orgânico-funcionais do órgão produtor da informação. A presença e utilização desse princípio nos arquivos permanentes são determinantes para assegurar a sua função institucional e principalmente assegurar que os vínculos orgânico-funcionais não se percam de vista, pois, são recebidos conjuntos documentais provenientes de diferentes órgãos produtores.

O estoque informacional de um arquivo permanente só pode revelar seu potencial informativo, caso detenha de recursos de organização e recuperação da informação capaz de garantir a individualidade do documento e dos fundos documentais.

O tratamento e a recuperação da informação orgânico-funcional nessa fase baseiam-se na classificação e na descrição. Como resultados desses processos são elaborados os instrumentos de pesquisa (resultado do processo de descrição arquivística) e os planos ou quadros de classificação, considerados instrumentos de gestão (resultado do processo de classificação).

Os planos ou quadro de classificação têm a função de organizar e hierarquizar a estrutura orgânica, sua estrutura não comporta base temática. De acordo com Gonçalves (1998, p.12) afirma que a função da classificação é “[...] dar visibilidade às funções e às atividades do organismo produtor do arquivo, deixando claras as ligações entre os documentos”.

Complementa ao pontuar que o plano de classificação “[...] tem a finalidade de traduzir visualmente as relações hierárquicas e orgânicas entre as classes [...]” (GONÇALVES, 1998, p.14).

No entanto, sob a ótica da recuperação da informação, os planos de classificação como ditos anteriormente, apresentam algumas restrições por não comportar recursos para explicitar as relações entre os termos, além de não ser possível recepcionar em sua estrutura categorias temáticas. Já o tesauro oferece mecanismos para o relacionamento entre os termos (hierarquia, associativa e de equivalência), permitindo a apresentação de um repertório hierárquico da informação orgânico-funcional de uma forma mais detalhada e aprofundada. No entanto, o tesauro como um instrumento para subsidiar a organização e principalmente a recuperação, possui recursos para subsidiar o controle de vocabulário, além de recepcionar em sua estrutura um tema/assuntos. Na prática ele servirá de índice para o plano de classificação, em síntese, um complementa o outro.

Para melhor exemplificar o enunciado acima, Smit e Kobashi (2003, p.36) sistematizam de maneira didática “as características, virtudes e desvantagens dos planos de classificação e tesauros”, utilizando-se como metáfora o deslocamento de um ponto da cidade para outro, “Esse deslocamento entre dois pontos pode ser focado a partir de dois paradigmas: o roteiro das linhas regulares de ônibus e o percurso realizado com uma bicicleta ou um carro”.

Paradigma	Características	Conclusão
Roteiro de linhas regulares de ônibus (transporte coletivo).  <b>(sistema de classificação)</b>	Menos opções de trajetos, nenhuma adaptabilidade (os trajetos estão previamente determinados) Os itinerários e as paradas foram previstos <i>a priori</i> .	Sistema menos flexível, pois todas as variáveis (trajetos e paradas) devem ser previstas <i>a priori</i> .
Percurso com carro ou bicicleta (transporte individual).  <b>(Tesouros/Vocabulários Controlados)</b>	Mais opções de trajetos Adaptabilidade no caso de imprevistos Itinerário variável e, portanto, menos previsível.	Sistema mais flexível, pois as combinatórias não precisam ser previstas <i>a priori</i> , mas podem ser estabelecidas de acordo com a necessidade.

Fonte: Smit e Kobashi (2003, p.35)

Complementam ao afirmar que “os planos de classificação e tesouros oferecem duas formas distintas, mas não opostas – de apresentação dos termos, dispondo os tesouros de mais recursos para explicitar a modalidade e relação estabelecida entre termos, [...]” (SMIT; KOBASHI, 2003, p.40).

Considerando que um plano de classificação necessita de controle de vocabulário, a função do tesouro nessa relação é subsidiar para garantir a uniformidade terminológica das unidades que compõem a estrutura do plano de classificação. Nesse sentido (AITCHISON e GILCHRIST, 1979, p.99) pontuam que “O tesouro e o sistema de classificação se complementam. O tesouro, agindo como um índice da classificação, controla a forma das palavras e sinônimos e mostra as relações que não podem ser facilmente expostas no esquema. [...]”.

Segundo Smit e Kobashi (2003, p.45) na elaboração de um plano de classificação que incorpore a preocupação com o controle de vocabulário deve-se proceder da seguinte maneira:

1. Levantamento de uma lista livre de atividades/funções;
2. Análise crítica da lista, observando-se casos de sinonímias e a normalização gramatical;

3. Elaboração de uma lista alfabética consistente das atividades, desdobradas nas ações, caso pertinente, e acrescida das remissivas que se fizerem necessárias;
4. Categorização, em maior e menor grau, das atividades constantes na lista, nomeação das categorias maiores, novamente incorporando a preocupação com o controle de vocabulário;
5. Análise das nomeações que podem gerar leituras diferentes e elaboração de notas de escopo ou notas de uso;
6. Inclusão de uma codificação (alfanumérica ou simplesmente numérica, mas que permita futuras inserções de novas atividades ou agrupamentos);
7. Submissão do vocabulário controlado (lista categorizada e alfabética) a testes, avaliação do resultado dos testes, incorporação de ajustes e efetiva implantação do vocabulário controlado.

Considerando que um tesouro no contexto arquivístico deva assegurar a organização das atividades funcionais de uma instituição chega-se ao tesouro funcional - como o próprio nome indica, o objetivo de sua apresentação e estruturação é refletir as atividades funcionais<sup>19</sup>, não se baseia na estrutura orgânico de uma instituição.

Deve-se ressaltar que a construção de um tesouro funcional deve ter como base o plano de classificação para que possa representar com mais fidedignidade a estrutura hierárquica funcional de uma instituição.

De acordo com o National Archives of Austrália (2000) um “um tesouro funcional é definido como uma lista alfabética de todas as funções autorizadas e termos descritivos de atividades do esquema de classificação de negócios” (NATIONAL ARCHIVES OF AUSTRÁLIA, 2000a, p.1 apud CALDERON, 2003, p.103).

Segundo Smit e Kobashi (2003, p.45) a concepção de um tesouro funcional

---

<sup>19</sup>Na arquivística o método funcional pode ser utilizado na classificação, baseia-se a partir das funções exercidas pelo organismo produtor dos documentos arquivístico, é considerado por muitos autores o método mais estável, pois, mesmo havendo mudanças numa estrutura organizacional, as funções provavelmente permanecerão as mesmas. Ela proporciona uma estrutura mais lógica, útil e confiável ao representar o propósito e a razão de existir de uma organização, o método funcional vincula os documentos que se relacionam com as mesmas atividades.

- Opera como índice de termos do plano de classificação;
- Opera como índice para encontrar séries documentais e serem eliminadas;
- Provê pontos de acesso ao usuário, permitindo navegar de sinônimos e outros termos não adotados para a terminologia adotada pelo arquivo;
- Pode ser usado como ferramenta para ajudar o funcionário a encontrar documentos necessários para as tarefas do dia a dia.

A atribuição do tesauro funcional no âmbito do sistema Arquivístico da National Archives of Austrália (2000) é

- Funcionar como um índice para encontrar os termos corretos em um esquema de classificação organizacional para rotular conjuntos documentais;
- Funcionar como um índice para tomada de decisão para encontrar uma disposição apropriada de classes para os documentos, especialmente aqueles que convencionalmente são utilizados para denominar assunto ou texto livre;
- Fornecer outros pontos de acesso permitindo aos usuários navegarem de sinônimos ou outros termos não preferidos à terminologia preferida na classificação adotada pela organização (NATIONAL ARCHIVES OF AUSTRÁLIA, 2000a, p.2 apud CALDERON, 2003, p. 104).

É oportuno pontuar que na definição de vocabulário funcional de Smit e Kobashi (2003) não é mencionado a possibilidade de este instrumento gerir e recuperar conteúdos documentais com base temática. Já a aceção de tesauro funcional da National Archives of Austrália (2000), enuncia a preocupação no fornecimento de índice para representar o conteúdo de alguns documentos que enunciam um assunto/tema. Nesse sentido Smit e Kobashi (2003, p.44) afirmam que “um tesauro funcional controla o vocabulário que designa a razão de ser do documento (sua função) e não o que ele contém (assunto)”.

O manual Recordkeeping – Governo de New Sout Walles (2007), aponta alguns procedimentos para nortear a elaboração de um tesauro funcional:

- ✓ Primeira fase: preparação, em que se estabelece quem estará envolvido no projeto (normalmente se cria um comitê) e se estabelece também a metodologia a ser aplicada;
- ✓ Segunda fase: exame da documentação da instituição (relatórios anuais, legislação, etc.) e entrevistas com gerentes e demais funcionários para identificação dos termos usados pela organização para descrever suas funções e atividades;
- ✓ Terceira fase: análise das fontes documentárias identificadas na investigação preliminar a fim de identificar funções, atividades e as terminologias usadas para descrevê-las. Estas são colocadas em uma hierarquia para dar forma ao esquema de classificação;
- ✓ Quarta fase: identificação dos termos preferidos e não preferidos; organização dos termos em uma hierarquia lógica, implementação de notas, para descrição de cada termo (escopo) e para dar esclarecimentos necessários sobre como deve ser usado. É nesta fase também que se verificam e se estabelecem todos os relacionamentos entre os termos.

Para finalizar Smit e Kobashi (2003, p.49) recomendam que se elabore num primeiro momento “um vocabulário controlado, incorporando-o ao plano de classificação e, num segundo momento, elaborar um tesauro baseado no primeiro vocabulário, priorizando a organização intelectual das funções/atividades geradoras de documentos”.

Diante dos enunciados expostos até o momento pode-se afirmar que a utilização do tesauro funcional para nortear a organização, especificamente à recuperação da informação arquivística, contribuirá para assegurar o princípio da proveniência, ao materializar em sua estrutura, relações: (hierárquicas, de associações, de relacionamentos e de equivalências) através de descritores normalizados para representar as atividades e funções contidas nos documentos. Ao refletir a informação orgânico-funcional ele está assegurando a memória documentária arquivística.

Acreditamos que na busca por metodologias para a construção de tesouros funcionais deva incluir também a preocupação com a linguagem do(s) usuário(s) em potencial, não limitar-se unicamente na linguagem (ns) de um documento ou um conjunto de documentos.

Vale ressaltar também que os tesouros possuem características que se aproximam do paradigma do usuário (sistema focado no usuário), ao comportar: relacionamentos entre descritores (principalmente relações de equivalência); base temática; o controle de vocabulário, ao contrário dos planos de gestão (planos ou quadros de classificação) que são orientados (focados) no sistema documental (nomeação estrutural ou funcional de unidades documentais).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A busca pelo estabelecimento de um diálogo a partir dos princípios da área - Organização e Tratamento da Informação nos possibilitaram (re)conhecer, mesmo que superficialmente as principais questões e particularidades concernentes à área.

Foi possível evidenciar as principais abordagens teóricas, conceituais e metodológicas que fundamentam a Arquivística, compreendida como uma disciplina aplicada da Ciência da Informação como também das particularidades institucionais dos Arquivos.

Alguns pontos foram abordados superficialmente, portanto, recomendamos que novos empreendimentos investigativos sejam feitos para aprofundar tais questões, com a finalidade de demarcar e imprimir novos olhares para aqueles que se aventuram com o trabalho da pesquisa.

Esperamos que a sistematização dessa pesquisa possa contribuir para ampliação dos enunciados aqui expostos no âmbito do campo da Arquivística, como também realçar para os demais profissionais da informação (Bibliotecários, Documentalistas) que é necessário atentar-se para as especificidades e abordagens metodológicas da Organização e Tratamento da Informação Arquivística.

O processo de construir e desconstruir caminhos durante a trajetória da pesquisa foi um exercício muito valioso. Durante o desenvolvimento da pesquisa ficou claro que era necessário estar atento para as especificidades da Arquivística, respeitando os seus limítrofes interdisciplinares e extradisciplinares. Isso porque a CI, como qualquer outro campo não pode impor sua visão para outro campo sem o consentimento dos que compõem aquela comunidade. Vale destacar que o trajeto traçado nos possibilitou compreender como se dão as relações institucionais entre Arquivos, Bibliotecas e Centros de Documentação.



Ressaltamos que nesse percurso investigativo foi possível aproximar-se da linguagem da Arquivística e também conhecer algumas especificidades do campo.

Apesar da proximidade existente entre a CI e a Arquivística, ambas possuem abordagens e instrumentais metodológicos específicos, porém atuam com o mesmo objetivo e função institucional: empoderar através de seus postulados teórico-metodológicos a institucionalização da pesquisa científica para subsidiar a atuação pragmática dos Arquivos, Bibliotecas, Centros de Documentação, dentre outras unidades de informação. Dito de outro modo, tanto a CI como a Arquivística empreende esforços institucionais, intelectuais, técnicos e pragmáticos para validar a informação contida nos documentos para o uso social.

Nessa perspectiva uma aproximação e diálogo com os postulados da Organização e Tratamento da Informação, desenvolvida com muito afinco no âmbito da CI é legítimo, visto que a área engloba e oferece um leque de opções para as questões concernentes à completude do ciclo documentário (produção, organização e disseminação). Pode-se afirmar que a amplitude da área, a coloca num nível interdisciplinar, dessa forma é possível re(visitar) e se apropriar de alguns de seus princípios para subsidiar o tratamento e organização da informação sob a ótica da Arquivística.

O ideal seria que a área da Organização e Tratamento da Informação fosse ao encontro da Arquivística, procurando compreender e respeitar as suas especificidades. Sendo assim, o estabelecimento de diálogo com a Arquivística poderá contribuir imensamente para fortalecer e ampliar as bases institucionais dos Arquivos, Bibliotecas e Centros de Documentação, como também a própria institucionalização cognitiva e social da CI e da Arquivística.

Recomenda-se que, para construir e garantir uma relação institucional entre a CI e a Arquivística é necessário que os profissionais da informação reconheçam primeiramente, as evidências e abordagens organizativas internas de cada campo para não correr o risco de impor abordagens intelectuais e intervenções pragmáticas infundadas.

Em suma, considerando que tudo é uma questão de linguagem, a CI deve-se respeitar o arcabouço terminológico e conceitual da Arquivística.

Ao considerar que a linguagem perpassa por esse diálogo, foi evidenciado que os conceitos e a base terminológica utilizada no campo da Arquivística, na maioria dos casos, são designados e formalizados diferentemente, porém, em alguns casos possuem uma aproximação conceitual evidente, todavia, são demarcadas por uma abordagem e específica que é considerada a base de sustentação das práticas organizativas da Arquivística - “o princípio da proveniência”. É esse o princípio que orienta todo o ciclo documentário arquivístico (produção, organização e disseminação). Isto é, esse princípio demarca territorialidade e função ao documento arquivístico e impõe práticas organizativas diferenciadas de um tratamento ocorrido no interior de uma Biblioteca ou Centro de documentação.

No decorrer do trabalho buscou-se evidenciar os traços institucionais e funcionais das Bibliotecas, Centros de Documentação e Arquivos, percorrendo desde o desenvolvimento das acepções de documento compreendido somente enquanto objeto fisicista para a compreensão mais alargada de documento, onde é enfatizado o conteúdo e a informação como elementos constituintes e indissociáveis do conceito de documento na contemporaneidade.

Constatou-se que o deslocamento e o avanço na compreensão da informação como um elemento de estudo e da prática organizativa tanto da Arquivística como da CI, reacendeu a necessidade de empreender diálogos interdisciplinares para melhor compreensão dos aspectos que envolvem esse conceito. Pode-se afirmar que o conceito “informação”, manifesta-se como elemento integrador, ao possibilitar um diálogo interdisciplinar com outros campos.

A Arquivística ao empreender esforços institucionais para compreender o impacto do fenômeno informacional em seu campo e no cotidiano das instituições Arquivísticas reacendeu a necessidade de construir novas abordagens teórico-metodológicas para (res) significar as práticas de organização e tratamento da informação arquivística. O fenômeno e a

revolução das tecnologias da informação suscitaram novas preocupações: como por exemplo, como organizar conteúdos dos arquivos de modo que contemple o modelo e o ambiente dinâmico, concebendo os Arquivos como sistemas de informação, além da preocupação com o usuário.

Pode-se afirmar que a interface comunicativa entre a CI e a Arquivística se dá pelo diálogo com a área da Organização e Tratamento da Informação, seja na compreensão dos elementos que poderão subsidiar a perspectiva das práticas organizativas orientadas para e pelo sistema como também através de perspectivas que objetivam compreender as necessidades de demandas dos usuários, isto é, a partir do comportamento informacional do usuário.

O diálogo é profícuo, visto que a área da Organização e Tratamento da Informação possui acúmulo teórico e por natureza é interdisciplinar. Nessa perspectiva, pode-se afirmar que a contribuição da CI para o campo Arquivístico é oferecer aportes conceituais, teóricos e metodológicos para subsidiar as ações de recuperação da informação arquivístico.

Sob a ótica da organização e tratamento da informação na arquivística, o controle de vocabulário se materializa através dos planos de classificação, tabelas de temporalidade, protocolos, índices, além dos tesauros funcionais.

Existem diversos vocabulários controlados, sua definição está relacionada com a adoção de princípios de organização que vão desde a elaboração de um índice, plano de classificação aos sistemas documentários que apresentam estruturas de significação (hierarquização, ordenação, estruturação e categorização entre os termos) – os tesauros funcionais.

Ou seja, o controle de vocabulário versus vocabulário controlado é um dispositivo que compõe os instrumentos documentários (tesauros, linguagem controlada, linguagens documentárias).

Sob o ponto de vista da linguagem, um tesouro funcional deve refletir a terminologia utilizada para nomear as atividades funcionais de uma instituição.

Considerando a informação como um elemento integrador, foi possível constatar que as disciplinas aplicadas da Ciência da Informação –

Biblioteconomia, Documentação e Arquivística apesar de possuírem especificidades próprias para organizar e representar a informação, elas se complementam, uma não é mais importante do que a outra, ambas, têm a função de validar a informação para o uso social.

A nosso ver, o arcabouço teórico-conceitual e metodológico utilizado na área da Organização e Tratamento da Informação enuncia uma preocupação crucial: aproximar o conteúdo de um documento para o usuário.

Nesse sentido, acreditamos que esse diálogo pode subsidiar a Arquivística na construção de uma perspectiva pautada nas necessidades de informação do usuário, ao considerar a sua linguagem como componente interveniente no processo de recuperação da informação. Essa perspectiva revigora a função social das instituições arquivísticas ao deslocar-se da perspectiva preservacionista para um modelo de sistema de informação pautado no acesso, transferência e uso dos conteúdos arquivísticos.

O deslocamento do paradigma do documento para a perspectiva informacional contribuiu efetivamente para o estabelecimento de interfaces interdisciplinares e extradisciplinares da área da Arquivística com os princípios acumulados e promulgados pela área Organização e Tratamento da Informação.

O paradigma da informação arquivística sugere uma aproximação das instituições: Bibliotecas, Centros de Documentação e Arquivos, ao pressupor que essas instituições são co-responsáveis pela organização, preservação e difusão da informação e do conhecimento registrado, portanto é pertinente o diálogo com a área da Organização e Tratamento da Informação.

A ênfase dada a informação (documento compreendido enquanto objeto cognoscível) em detrimento de sua perspectiva fisicista é determinante para evidenciar a necessidade de empreender estudos para compreender melhor o comportamento do usuário das instituições Arquivísticas.

O reconhecimento da informação como elemento indissociável do conceito de documento arquivístico, de certo modo, enfraqueceu os

argumentos que antes só enfatizavam as diferenças institucionais entre Bibliotecas, Centros de Documentação e Arquivos em detrimento das semelhanças. Acreditamos que a partir do paradigma informacional é possível sustentar argumentos para evidenciar as similaridades em detrimento das diferenças.

Diante do exposto, é importante salientar que desde muito tempo a Documentação contribuiu efetivamente para a institucionalização das Bibliotecas, Arquivos, Centros Documentação e Museus, dispondo bases teórico-conceituais e metodológicas para orientar as atividades de produção, armazenamento, organização, acesso, recuperação e uso de conteúdos sociais.

Pode-se dizer que Paul Otlet ao ampliar a noção de documento, também re(significou) a função institucional das unidades de informação. Seus postulados possibilitaram enxergar a centralidade da informação/usuário como agentes ativos nos processos de transferência de conteúdos documentais. Em relação à Organização e Tratamento da Informação ele fixou bases organizativas para orientar as ações de tratamento, coleta, armazenamento, acesso, recuperação e uso da informação.

Foi possível evidenciar que o controle de vocabulário com base terminológica cumpre duas funções: como dispositivo para ativar a comunicação dos conteúdos arquivísticos, garantindo seu contexto intelectual, orgânico e funcional e como recurso para auxiliar nas atividades de organização (classificação e descrição arquivística)

Ao revisitar as acepções teórico-conceitual de um documento foi possível compreender os aspectos e suas características. O conceito da informação registrada, pressupõe a composição dos seguintes elementos: um registro; um conteúdo e um suporte, essa composição é que confere a materialidade de um documento.

Destacam-se um conjunto de características em relação ao conceito da informação arquivística por refletir por si só alguns dos principais enunciados

metodológicos da Arquivística. Do paradigma do documento arquivística a da informação arquivística, foi possível evidenciar as suas especificidades:

- ✓ a informação arquivística é resultado das atividades e ações empreendidas pelas instituições pessoas;
- ✓ Os arquivos são fontes de informações;
- ✓ Os elementos que compõem ou que materializam a existência de uma informação arquivística são: o suporte; forma; formato; gênero; espécie; tipo e contexto de produção;
- ✓ A informação arquivística reflete o contexto de sua produção;
- ✓ São informações orgânicas, enuncia inter-relacionamento um conjunto orgânico de informações ao refletir o contexto de produção;
- ✓ As informações arquivísticas são produzidas em função de necessidades culturais, administrativas, técnicas, jurídicas, científicas, pessoais, etc;
- ✓ Servem para provar, testemunhar e informar;
- ✓ Tem como características a originalidade, autenticidade e objetividade;
- ✓ Informação arquivística para subsidiar a tomada de decisões nas organizações;
- ✓ Informação arquivística como objeto cognoscível a ser preservado para garantia da memória coletiva institucional e individual;
- ✓ Informação arquivística para suprir as necessidades de informação da administração, das ciências, dos cidadãos comuns, da pesquisa historiográfica e dos pesquisadores em geral.

Em síntese as práticas de organização e tratamento da informação arquivística diferem-se das abordagens utilizadas pelas tradicionais Bibliotecas, Centros de Documentação por utilizar como dispositivo organizativo o respeito ao princípio da proveniência como orientador nas atividades da (Classificação, Descrição e Avaliação).

Na perspectiva da gestão e organização são utilizadas as Tabelas de Temporalidade Documental, os planos de classificação para identificar e localizar conjuntos de documentos e evidenciar como estão arranjados.

Porém sob a ótica da recuperação da informação, têm-se os instrumentos de pesquisa (guias, índices, inventários, catálogos, etc.).

No entanto, não adianta só possibilitar o acesso, é preciso construir e evidenciar a inteligibilidade dos conteúdos arquivísticos através de dispositivos dinâmicos que considerem e ofereçam mecanismos para a construção e a gestão de controle de vocabulário, além do desenvolvimento de redes com base terminológicas para refletir a(s) linguagem(ns) orgânico-funcionais.

Também foi evidenciado que a utilização de controle de vocabulário e o vocabulário controlado não pressupõem a utilização das categorias assunto/temática para nortear as práticas organizativa. Porém são dispositivos metodológicos capazes de assegurar a gestão, a organização e a recuperação da informação. Porém, o assunto/tema só tem legitimidade nos arquivos permanentes, isto é, nessa fase o documento já cumpriu sua razão de ser e passa a dispor o seu conteúdo temático, caso houver, já que o assunto no conteúdo de documento arquivístico é circunstancial.

Em relação aos principais enunciados teóricos e conceituais da área da Organização e Tratamento da Informação e sua contribuição para a elaboração de controle de vocabulário e no desenvolvimento de vocabulários controlados, especificamente os Tesouros Funcionais, foi possível evidenciar a presença da Contribuição da Terminologia e da Teoria do Conceito.

E que o assunto/tema pode ser um ponto de acesso potencial para as demandas dos usuários, sendo mais uma possibilidade de busca e compreensão de um documento ou um conjunto documental no âmbito das instituições arquivísticas permanentes.

Evidenciou-se que para construção de controle de vocabulário e o vocabulário controlado recomenda-se como ponto de partida os planos/quadros de classificação. É a partir deles que será possível construir uma linguagem condizente com a linguagem orgânico-funcional da instituição, além de possibilitar o reconhecimento orgânico-estrutural ou funcional para subsidiar a construção de instrumentos documentários que exercem com eficácia tanto a organização e tratamento de conteúdos como também a recuperação da informação. E que somente depois da institucionalização de um vocabulário controlado é recomendável à construção de um tesouro funcional.

O uso dos dispositivos de controle de vocabulário (processo documentário) e o vocabulário controlado (instrumento documentário) para validar a totalidade do ciclo documentário, além de garantir uma linguagem documentária que contemple evidenciar a linguagem orgânico-funcional das instituições, ativando desse modo a garantia e a preservação da memória documentária através da linguagem podem, ser empregados desde (o arquivo corrente; intermediário e permanente), sua institucionalização poderá contribuir para:

- ✓ potencializar as possibilidades de acesso e recuperação da informação arquivística e conseqüentemente ampliar e fortalecer a visibilidade social das instituições arquivísticas no contexto das organizações e na sociedade em geral;
- ✓ Enfraquecer a visão custodial que ainda persiste no campo da Arquivística para construir uma cultura informacional arquivística pautada na transferência de conteúdos arquivísticos em detrimento da preservação exacerbada;



- ✓ construir aportes metodológicos para a organização e tratamento da informação centrado no usuário em detrimento de modelos de organização centrado no acervo;
- ✓ Ser um mecanismo interlocutor para compatibilizar as linguagens dos produtores da informação arquivística; dos profissionais da informação – Arquivistas; e dos utilizadores da informação arquivística;
- ✓ Maior alcance social da linguagem(ns) – utilizando-se dos sinônimos e homônimos (indicando as relações de equivalência) para ampliar as possibilidades de representação e recuperação da informação arquivística;
- ✓ Legitimar o tratamento e a organização temática da informação arquivística no âmbito dos arquivos permanentes;
- ✓ Reforçar a função de complementaridade das instituições arquivísticas nas atividades e ações que envolvem o acesso, busca recuperação e em especial o uso da informação arquivística para subsidiar o desenvolvimento de pesquisas para a construção de novos conhecimentos;
- ✓ oferecer sentido(s) semântico(s) social para o(s) usuário(s) em potencial(s), de modo a contemplar as diversas linguagens utilizadas pelos produtores, profissionais da informação, sistema de recuperação da informação arquivística e de seus utilizadores.

Portanto, recomendamos que se empreendam esforços para compreender com mais profundidade as interfaces entre a Terminologia, Teoria do Conceito, Classificação nas práticas de organização e Tratamento da Arquivística.

Por fim, muito está por ser feito nessa área de estudos, principalmente compreender melhor o comportamento informacional do usuário de sistemas de recuperação arquivística, pois pouco, se sabe a respeito dele.

Para concluir, como construir interfaces para aproximar o arcabouço teórico-conceitual e metodológico da área da Representação da Informação e do Conhecimento utilizada na CI para o campo da Arquivística, utilizando-se das contribuições interdisciplinares da Teoria da Classificação, Teoria do Conceito, Terminologia, Teoria da Faceta, Análise Documentária sem meramente importar abordagens, conceitos, metodologias e teorias com baixo nível de reflexão?

## REFERÊNCIAS

ABNT. *Métodos para análise de documentos - seleção de termos de indexação* - NBR 12676. Rio de Janeiro, 1992.

ABREU, Aline França de; REZENDE, Denis Alcides. *Tecnologia da informação aplicada a sistemas de informação empresariais: o papel estratégico da informação e dos sistemas de informação nas empresas*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

AITCHISON, J.; GILCHRIST, A. *Manual para construção de tesouros*. Rio de Janeiro: BNG/BRASILART. 1979, 142 p

ALVARENGA, Lídia. Representação do conhecimento na perspectiva da ciência da informação nos espaços digitais. *Encontros Bibli Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, n. 15, 2003, 24 p.

Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/147/14701503.pdf>>  
Acesso em: 15 jun. 2007.

AQUINO, Miriam de Albuquerque. *O Campo da Ciência da Informação: gênese, conexões e especificidade*. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 2002.

ARAUJO, Vania Maria Rodrigues Hermes de. *Sistemas de informação: nova abordagem teórico-conceitual*. Ciência da Informação, Brasília, v.25, n.1, 1995.

Disponível em:

<<http://dici.ibict.br/archive/00000141/01/Ci%5B1%5D.Inf-2004-577.pdf>>.

Acesso em: 15 jun. 2007.

BRUSCHINI, Cristina, ARDAILLON, Danielle, UNBEHAUM, Sandra, G. *Tesouro para Estudos de Gênero e sobre Mulheres*. São Paulo: Editora 34, 1998.

BARATIAN, Marc; JACOB, Christian. *Poder das bibliotecas: a memória dos livros no ocidente*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000.

BARRETO, Aldo. Mudança estrutural no fluxo do conhecimento. *Ciência da Informação*, Brasília, v.27, n.2, p. 122-127, maio/ago. 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v27n2/barreto.pdf>>. Acesso em: 03 Abr. 2007.

\_\_\_\_\_. Padrões de assimilação da informação. In: RODRIGUES, Georgete Medleg; LOPES, Ilza Leite. *Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação*. Brasília: Thesaurus, 2003. (Estudos avançados em Ciência da informação, 2).

BEAL, Adriana. *Gestão estratégica da informação*. São Paulo: Atlas, 2004.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documentos de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002. 120 p. (Projeto Como Fazer, 8).

\_\_\_\_\_. *Arquivística: objetos, princípios e rumos*. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002a. (Scripta, 1).

\_\_\_\_\_. Descrição sumária: solução de acesso. *Arquivo: B. Histórico e Informativo* [Arquivo do Estado], São Paulo, v. 9, n. 2, p. 65-71, jul./dez. 1988.

\_\_\_\_\_. Tipologia Documental em arquivística. *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo, n. 195, p. 9-17, 1982.

\_\_\_\_\_. Descrição sumária: solução de acesso. *Arquivo Boletim Histórico e Informativo*, São Paulo, n. 9, p. 65-71, 1988.

\_\_\_\_\_. Identificação de Fundos. *Arquivo Rio Claro, Rio Claro*, n. 6, p. 28-35, 1984.

\_\_\_\_\_. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

BERTALANFFY, Von Ludwig. *Teoria geral dos Sistemas*. Editora Vozes, Petrópolis, 1975.

BRAGA, Gilda Maria. Informação, ciência da informação: breves reflexões em três tempos. *Ciência da informação*. Brasília, v. 24, n. 1, 1995. Disponível em <http://dici.ibict.br/archive/00000144/01/Ci%5B1%5D.Inf-2004-579.pdf>  
Acesso em: 17 maio de 2007.

BRITO, Djalma Mandu de. A informação arquivística na arquivologia pós-custodial. *Arquivística.net.*, Rio de Janeiro, v. 1., n. 1, p. 31-50, jan./jun. 2005.

BRUYNE, Paul de; HERMAN, Jacques; SCHOUTHEETE, Marc de. *Dinâmica da pesquisa em ciências sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Ed. 1977. p.139.

BUCKLAND, Michael k.. What is a "document"? *Journal of the American Society of Information Science*, v. 48, n. 9, p. 804-809, 1997.

\_\_\_\_\_. Information as thing. *Journal of American Society for Information Science*, v. 42, n. 5, p. 352-360, 1991.

\_\_\_\_\_. Vocabulary as a central concept in library and information science. In *Digital Libraries: Interdisciplinary Concepts, Challenges, and Opportunities. Proceedings of the Third International Conference on Conceptions of Library and Information Science (CoLIS3, Dubrovnik, Croatia, 23-26 May 1999)*. Ed. By T. Arpanac et al. Zagreb: Lokve, p. 3-12. Disponível em: <http://people.ischool.berkeley.edu/~buckland/colisvoc.htm>.> Acesso em: 15

fev. 2007.

BUFREM, Leilah Santiago. Por uma concepção disciplinar autônoma da informação documentária. *Encontros Bibli – Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*. Florianópolis, n.22, 2. sem. 2006. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/147/14702214.pdf>. Acesso em 11 de março de 2007.>. Acesso em: 20 Maio 2007.

BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento: de Gutember a Diderot*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003.

BUSH, V. As we may think. *Atlantic Monthly*, v. 176, n. 1 p. 101-108, 1945. Disponível em: <<http://www.theatlantic.com/unbound/flashbks/computer/bushf.htm>>. Acesso em: 08 set. 2006.

CALDERON, Wilmara Rodrigues. *Instrumentos de pesquisa nos arquivos públicos permanentes: um estudo sob a ótica da análise documentária*. São Paulo. Dissertação. Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, 2003, 201 p.

CAMARGO, Ana Maria Ana; BELLOTTO, H. L. (Coord.). *Dicionário de Terminologia Arquivística*. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros. Núcleo Regional de São Paulo/Secretaria e Estado da Cultura, 1996.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. O público e o privado: contribuição para o debate em torno da caracterização de documentos e arquivos. *Arquivo: B. Hist. E Inf.*, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 57-64. 1988.

\_\_\_\_\_. *Linguagem documentária: teorias que fundamentam sua elaboração*. Rio de Janeiro: Eduff, 2001.

CARVALHO, E. L. de; LONGO, R. M. J. Informação orgânica: recurso estratégico para tomada de decisão pelos membros do Conselho de Administração da UEL. *Informação & Informação*, Londrina, v. 7, n. 2, p. 113-33, jul./dez. 2002.

CESARINO, Maria Augusta da Nóbrega. Sistemas de recuperação da informação. *Revista Escola Biblioteconomia UFMG*, Belo Horizonte, v. 4, n. 2, p. 157-168, set. 1985.

CHOO, Chun Wey. *A organização do conhecimento: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões*. São Paulo: Atlas, 2003.

CINTRA, Anna Maria Marques et al. *Para entender as linguagens documentárias*. São Paulo: Polis, 2002. (Coleção Palavra Chave).

\_\_\_\_\_. *Para entender as linguagens documentárias*. São Paulo: Polis, 1994. 71 p.

CINTRA, Anna Maria Marques. Elementos de lingüística para estudos de indexação. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 12, n. 1, p. 5-22, 1983

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISSAR (CFP): Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias. 2. ed. 2003. 96p. Disponível em <[http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/isaar\\_cpf.pdf](http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/isaar_cpf.pdf).> Acesso em: 11 maio 2007.

\_\_\_\_\_. ISAD (G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística. 2. ed. 2000. 122 p. Disponível em: <[http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/isad\\_g\\_2001.pdf](http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/isad_g_2001.pdf) .-> Acesso em: 11 maio 2007.

COSTA, A. F. C. da. *Ciência da Informação: o passado e a atualidade*. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 19, n. 2, p.137-143, jul./dez., 1990.

COUTURE, Carol. Le concept de document d'archives à l'aube du troisième millénaire. *Archives*, v. 27, n. 4, p. 3-18, 1996.

CHRISTOVÃO, Heloísa Tardin; BRAGA, Gilda. *Ciência da informação e sociologia do conhecimento científico: a intertematicidade plural*. *Transinformação*, v. 9, n. 3, p. 15-32, set./ dez. 1997.

CHURCHMAN, C. West. *Introdução à Teoria dos Sistemas*. Petrópolis: Vozes, 1972.

CUNHA, Isabel M. R. F., KOBASHI, Nair Y. Análise documentária e inteligência artificial. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v. 24, n. 1/4, p. 38-62, 1991.

CURRAS PUENTE, Emilia. Globalizar las ciencias de la documentación en la era de la información. Lima, Peru, Biblios, 2004. Disponível em: <<http://hrueda-isis.blogspot.com/2004/11/globalizar-las-ciencias-de-la.html>. Acesso em 15 de abril de 2006.>. Acesso em: 12 jan. 2007.

DAHLBERG, Ingetraut. Teoria do conceito. *Ciência da informação*. Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 101-107, jul./dez. 1978.

DAVENPORT, Thomas H. *Ecologia da informação: por que só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação*. São Paulo: Futura, 1998.

DIAS, Eduardo Wense. Ensino e pesquisa em ciência da informação. *Datagamazero – Revista de Ciência da Informação*, v. 3, n. 5 out. 2002.

Disponível em: <[http://www.dgzero.org/out02/Art\\_02.htm](http://www.dgzero.org/out02/Art_02.htm)>. Acesso em: 11 mar. 2005.

DODEBEI, Vera Lúcia Doyle. *Tesouro: linguagem de representação da memória documentária*. Rio de Janeiro: Interciência, 2002. 119 p.

DUCHEIN, Michel. O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v. 10-14, n. 1, abr. 1983.

DURANTI, L. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. *Estudos Históricos*, v. 7, n. 13, p. 49-64, 1994.

ESTEBAN NAVARRO, Miguel Ángel (1995). "La representación y la organización del conocimiento en los archivos" en: Organización del conocimiento en sistemas de información y documentación. *Actas del I Encuentro de ISKO-España*, Madrid, 4 y 5 de noviembre de 1993. Zaragoza: Universidad, Librería General. p. 65-90.

FERNÁNDEZ-CABRERA, Jesús Gómez. *Productos y servicios documentales: guiones de la asignatura del MIDUS*, 2000. Disponível em: <<http://personales.ya.com/jesusgomez/textos/Midus%20Productos%20y%20servicios%20documentales.htm>> Acesso em: 10 jul. 2007.

FERNEDA, Edberto. *Recuperação da informação: análise sobre a contribuição da ciência da computação para a ciência da informação*. São Paulo. 2003. Tese (Doutorado). Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, 2003. 147 p.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. Paul Otlet e o centenário da FID. In: \_\_\_\_\_. *Organização do conhecimento e sistemas de classificação*. Brasília: IBICT, 1996.

\_\_\_\_\_, Nice Menezes de. *Paradigmas modernos da ciência da informação*. São Paulo: Polis; APB, 1999, p.123-136.

FONSECA, Maria Odila. *Arquivologia e ciência da informação*. Rio de Janeiro: FGV, 2005, 124 p.

\_\_\_\_\_. Informação, arquivos e instituições arquivísticas. *Arquivo e Administração*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 15-32, jan./jun. 1998.

FONSECA, Vítor Manoel Marques da. A normalização da descrição arquivística: avanços internacionais e a situação do Brasil. In: MESA REDONDA NACIONAL DE ARQUIVOS, 1999, Rio de Janeiro. Caderno de textos. Rio de Janeiro: CONARQ, 1999.

FRANCO SPINÕ, Beatriz. Por qué una norma internacional de funciones?: algunos modelos de análisis. IN: JORNADA ISAF: La norma ISAF: Un paso más en la normalización, realizado em 25 mayo de 2007, Asociación de

Arquiveros de Castilla y Leon. Disponível em: [http://www.acal.es/Portals/4/ACAL\\_Beatriz\\_Franco\\_ICA-ISDF.pdf](http://www.acal.es/Portals/4/ACAL_Beatriz_Franco_ICA-ISDF.pdf). Acesso em 05 de out. 2007.

FREIRE, Gustavo Henrique. Ciência da informação: temática, histórias e fundamentos. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 11. n. 1, p. 6-19, jan./abr. 2006.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. *Abordagem cognitiva e sócio-cognitiva da leitura documentária na formação inicial do indexador: análise da perspectiva individual em contexto sociocultural*. Disponível em: <http://www.portalppgci.marilia.unesp.br/enancib/viewpaper.php?id=281>. Acesso em 08 de nov. 2007.

GAGNON-ARGUIN, Louise. “Os arquivos, os arquivistas e a Arquivística: considerações históricas”. In: COUTURE, Carol, ROUSSEAU, Jean-Yves. *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998 (Nova Enciclopédia, 56).

GALENDE DÍAZ, Juan Carlos; RUIPÉREZ, Mariano García. El concepto de documento desde una perspectiva interdisciplinar: de la diplomática a la archivística. Madri, *Revista General de Información y Documentación*, 2003, v. 13, n. 2, p. 7-35.

GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa. Construção de conceitos no campo da Ciência da Informação. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 27, n. 1, p. 46-52, jan./abr. 1998.

GARCÍA AGUILAR, María Idalia. Los biens bibliográficos y documentales: un acercamiento a su problemática. *Investigación Bibliotecológica*, México, v. 13, n. 26, p. 79-105, enero/junio de 1999.

GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio. *Introducción a la documentación informativa y periodística* Alcalá de Guadaíra (Sevilha): Editorial MAD, 1999. (Colección Universitaria: Ciencias de la información). 510 p.

GARCÍA MARCO, Francisco Javier. *Fundamentos de organización y representación: aportaciones de la archivística*. 1995. Disponível em: <http://www.ucm.es/BUCM/revistas/byd/11321873/articulos/RGID9595220091A.PDF>. Acesso em: 11 maio 2007.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. O profissional da informação sob o prisma de sua formação. In: VALENTIM, Marta Pomim (Org.). *Profissionais da informação: formação, perfil e atuação profissional*. São Paulo: Polis, 2000, p.53-70.

GOMES, Hagar Espanha (Coord.). *Manual de tesauros monolíngües*. Brasília: O Programa, 1990. 78 p.



GONÇALVES, Janice. *Como classificar e ordenar os documentos de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998. (Projeto Como Fazer, 2).

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida et al. A representação da comunicação e da ciência da informação na era da virtualização. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, XXI, set. 2001, Campo Grande, MS [*Comunicações...*]. Campo Grande: INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, p. 77-84.

HAGEN, Acácia Maria Maduro. Algumas considerações a partir do processo de padronização da descrição arquivística. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 27 n. 3, 1998.

HEREDIA HERRERA, Antonia. *Archivística general: teoria e prática*. Sevilha. Diputación Provincial, 1993.

\_\_\_\_\_. Antonia. *Archivística general: teoria e prática*. 7. ed. Sevilha: Diputación Provincial, 1995.

\_\_\_\_\_. Antonia. *Archivística general: teoria e prática*. 5. ed. Sevilha: Diputación Provincial, 1995.

HOUAISS, A.. *Diccionario Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.

HOU MULUS, P. Museums to libraries: a family as collecting institutions *Art Library Journal*, v.15, n. 1, p. 11-13, 1990.

ISO. *Terminology work - vocabulary*: ISO 1087. Geneva: ISO, 2000.

JARDIM, José Maria, FONSECA, Maria Odila. As relações entre arquivística e a ciência da informação. *Cadernos Bad*, Lisboa, v. 2, 1992, p. 24-25.

\_\_\_\_\_. Estudos de usuários em arquivos: em busca de um estado da arte. *DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação*, v. 5, n. 5, outubro de 2004.

Disponível em: <[http://www.datagramazero.org.br/out04/Art\\_04.htm](http://www.datagramazero.org.br/out04/Art_04.htm)>. Acesso em: 14 Abr. 2007.

JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odila. Arquivos. In: CAMPELLO, Bernadete Santos; CALDEIRA, Paulo da Terra; MACEDO, Vera Amália Amarante (Org.). *Formas e expressões do conhecimento: introdução às fontes de informação*. Belo Horizonte: Escola de Biblioteconomia da UFMG, 1998, p. 369-389.

JARDIM, José Maria, A. Arquivos, transparência do estado e capacidade governativa na sociedade da informação. 2001.

Disponível em: <http://bvc.cgu.gov.br/bitstream/123456789/1781/1/1hub11.pdf>. Acesso em 04 de abril de 2007.

\_\_\_\_\_. A produção de conhecimento arquivístico: perspectivas internacionais e o caso brasileiro (1990-2005). *Ciência da Informação*, v.27, n.3, 1998. Disponível em: <http://www.ibict.br/cionline/viewarticle.php?id=344>. Acesso em 02 de out. 2006.

KAST, Fremont E.; ROSENZWEIG, James E. *Organização e administração: um enfoque sistêmico*. 3. ed. São Paulo: Pioneira, 1987.

KOBASHI, Nair Yumiko. *A elaboração de informações documentárias: em busca de uma metodologia*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1994. Tese. (Doutorado em Comunicação).

KREMER, Jeannette M. Estratégia de busca. *Revista Escola Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 187-220, set. 1985.

KRIEGER, Maria da Graça. O termo: questionamentos e configurações. In: KRIEGER, Maria da Graça; MACIEL, Anna Maria Becker. *Temas de Terminologia*. Porto Alegre/São Paulo: Ed. Universidade UFRGS/Humanitas/USP, 2001, p.62-81.

\_\_\_\_\_. Terminologia revisitada. *Delta*, v.16, n.2, 2000, p.209-228. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/delta/v16n2/a01v16n2.pdf>. Acesso em 03 de dez. 2007.

LANCASTER, F. W. *Construção e uso do tesouro: curso condensado*. Trad. De César Almeida de Menezes e Silva. Brasília: IBICT, 1987, 114 p.

\_\_\_\_\_.W. *Indexação e resumos: teoria e prática*. 2. ed. Illinois: University of Illinois, 2003.

LANCASTER, F. W. *Indexação e resumos: teoria e prática*. Brasília: Brinquet Lemos Livros, 1993, 347 p.

LARA, Marilda Lopes Ginez de. A terminologia (e as terminologias) e a Documentação. Texto Apresentado ao 7. Simpósio Iberoamericano de Terminologia – RITerm, Lisboa, 2000. Disponível em: <<http://www.riterm.net/actes/7simposio/lara.htm>>. Acesso em: 17 ago. 2007.

LARA, Marilda Lopes Ginez de. *Elementos de Terminologia (apostila para uso didático)*. São Paulo: USP. Escola de Comunicação e Artes. Depto de Biblioteconomia e Documentação, 2005.

LAUDON, Kenneth C. Laudon, LAUDON, Jane P. *Sistemas de informação gerenciais*: Rio de Janeiro, 1999.

LE COADIC, Yves-Francois. *A ciência da informação*. 2. ed. Brasília: Brinquet Lemos, 2004.

LE GOFF. Jacques. *História e Memória*. 2 ed., Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

LEÃO, Flávia Carneiro. *A representação da informação arquivística permanente: a normalização descritiva e a ISAD (G)*. Dissertação (Mestrado) Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, 2006. 81 p.

LIMA, Vânia Mara Alves. Terminologia, comunicação e representação documentária. Dissertação (Mestrado) Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. 1998.

LOPES, Ilza Leite. Uso das linguagens controlada e natural em bases de dados: revisão de literatura. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 31, n. 1, jan. 2002.

LOPES, Luis Carlos. *A informação e os arquivos: teorias e práticas*. Niterói: EDUFSCar, 1996.

\_\_\_\_\_. *A nova arquivística na modernização administrativa*. Rio de Janeiro : [s.n.], 2000. 369 p.

\_\_\_\_\_. *A gestão da informação: as organizações, os arquivos e a informática aplicada*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1997.

\_\_\_\_\_. Arquivópolis: uma utopia pós-moderna. *Ciência da Informação*., Brasília, v. 22, n. 1, p. 41-43, jan./abr. 1993.

\_\_\_\_\_. *A imagem e a sombra da arquivística*. Rio de Janeiro: APERJ, 1998. 110 p.

LÓPEZ YEPES, José. *La Documentación como disciplina: teoría e historia*. 2. ed. Pamplona, 1995. 337 p.

LÓPEZ GÓMEZ, Pedro. *La representación de lãs agrupaciones de fondos documentales*. Disponible em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo5601.PDF>. Acesso em 07 de jan. 2008.

LOPEZ, A. P. A. *Como descrever documentos de arquivo: elaboração de instrumentos de pesquisa*. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002. (Projeto Como Fazer). Disponível em: <<http://www.saesp.sp.gov.br/cf6.pdf>>. Acesso em: 15 março 2007.

LÓPEZ, J. *Los caminos de la información*. Madrid: Fragua, 1997.

MACHADO, A. M. N. *Informação e controle bibliográfico: um olhar sobre a cibernética*. São Paulo: Ed. UNESP, 2003.

MCGEE, James, PRUSAK, Laurence. *Gerenciamento estratégico da Informação: aumente a competitividade e a eficiência de sua empresa utilizando a informação como uma ferramenta estratégica*. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

McGARRY, Kevin. *O contexto dinâmico da informação: uma análise introdutória*. Brasília: Brinquet de Lemos/Livros, 1999, 206 p.

MARINHO JÚNIOR, Inaldo Barbosa; SILVA, Junia Guimarães e. Arquivos e Informação: uma parceria promissora. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 15 - 32., jan./jun. EdUFF, 1998.

MATOS, Maria Teresa N. De Brito; CUNHA, Vanda Angélica da. Notas Acerca da Convergência da formação acadêmica e profissional entre a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Ciência da Informação. In: CINFORM: Encontro Nacional de Ciência da Informação, 4., 2003, Salvador. [*Proceedings...*] Salvador: UFBA, 2003. Disponível em: <<http://dici.ibict.br/archive/00000593/>>. Acesso em: 10 abr. 2007.

MATOSO, Maria Cristina; DUBOIS, Maria Célia de Toledo. *Orientações para apresentação de trabalhos acadêmicos*. Campinas: PUC-Campinas, 2007. 43p.

MENEZES, Estera Muszkat; CUNHA, Miriam Vieira da; HEEMANN, Vivian Maria. *Glossário de análise documental*. Londrina : ABECIN, 2004. (Teoria e Crítica, 1).

MIRANDA, Antonio; SIMEÃO, Elmira. A conceituação de massa documental e o ciclo de interação entre tecnologia e o registro do conhecimento. *DataGamaZero – Revista de Ciência da Informação*, v. 3, n. 4, ago. 2002.

MIRANDA, Antonio. A ciência da informação e a teoria do conhecimento objetivo: um relacionamento necessário. 2002. Disponível em: <[http://www.antoniomiranda.com.br/ciencia\\_informacao/conhe\\_objetivo.html](http://www.antoniomiranda.com.br/ciencia_informacao/conhe_objetivo.html)>. Acesso em 14 jun. 2007.

MIRANDA, R. C. da R. O uso da informação na formulação de ações estratégicas pelas empresas. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 28, n. 3, p. 284-290, set./dez. 1999.

MOOERS, Calvin. Zatocoding applied to mechanical organization of knowledge. *American Documentation*, v. 2, p. 20-32, 1951.

MONÇÃO, Jane Lessa. *O conceito de assunto na arquivística: uma reflexão em arquivos permanentes a partir do evento – I soggetti e altri apparati di indicizzazione in archivistica: ipotesi di lavoro*. Marília, São Paulo. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação , Universidade Estadual Paulista, Marília, 2006. 95 p.

MONTEJO Uriol, Ángel. La clasificación de fondos archivísticos administrativos. *Métodos de Información*, v. 4, n. 17-18, p. 50, 1997.

MOREIRO GONZÁLEZ, José Antonio. *Introducción al estudio de la información y la documentación*. Medellín: Editorial Universidad de Antioquia, 1998. 188 p.

MORENO, Agustín Vivas. El tiempo de la archivística: um estúdio de sus espacios de racionalidad histórica. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 33, n. 3, p. 76-96, set./dez. 2004.

MORENO, Nádina Aparecida. *A informação arquivística no processo de tomada de decisões em organizações universitárias*. Dissertação (Mestrado) Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais. 2006. 223 p.

MOREIRA, Alexandra; OLIVEIRA, Alcione de Paiva. Contribuição da terminologia na modelagem de sistemas computacionais. *Datagamazero – Revista de Ciência da Informação*, v. 3, n. 5 out. 2002.  
Disponível em: [http://www.dgz.org.br/out05/Art\\_01.htm](http://www.dgz.org.br/out05/Art_01.htm). Acesso em 15 de jun. 2007.

MOSTAFA, Solange Puntel; PACHECO, Márcia. O emergente mercado da informação. *Ciência da Informação*, v.24, n.2, 1995.  
Disponível em: <http://www.ibict.br/cionline/viewarticle.php?id=598>. Acesso em 04 de maio de 2007.

MOURA, Luciano Raizer. Informação e essência da qualidade. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 25, n. 1, p. 36-42, jan./abr. 1996.

MUGICA, Mayra M. Mena. *La gestión del conocimiento: un imperativo más para la gestión documental en las organizaciones cubanas*. 200-. Disponível em:

<<http://www.congreso-info.cu/UserFiles/File/Info/Info2002/Ponencias/184.pdf>>  
Acesso em: 15 out. 2007.

MULLER, S.; FEITH, J. A.; FRUIN, R. *Manual de arranjo e descrição de arquivos*. 2.ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973.

MUÑOZ FELIU, Miguel C. ISAD (G): hacia un standard international description archivística. *Métodos de Información*, v. 2, n. 8, p. 26-31, nov. 1995. Disponível em: <<http://www.avei.org/revista/mei08/1995-08-26.pdf>>. Acesso em: 07 nov. 2007.

NONAKA, Ikujiro, TAKEUCHI, Hirotaka. *Criação de conhecimento na empresa*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. A linguagem como meio de representação ou de comunicação da informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, p. 137-146, jul./dez. 1998.

\_\_\_\_\_. Instrumentos e metodologias de representação da informação. *Informação & Informação*, Londrina, n. 1, n. 2, p. 37-45, jul./dez. 1996.

NEW SOUTH WALES GOVERNMENT. *Recordkeeping in Brief (Manual)*: compiling a functional thesaurus to merge with Keyword AAA. Disponível em <http://www.records.nsw.gov.au/publicsector/rk/rib/mergeaaa.htm>. Acesso em 05 de dezembro de 2007.

ORTEGA, Cristina Dotta. Relações históricas entre biblioteconomia, documentação e ciência da informação. *DataGramaZero: Revista de Ciência da Informação*. v. 5, n. 5, out./2004. Disponível em: [http://www.dgz.org.br/out04/Art\\_03.htm](http://www.dgz.org.br/out04/Art_03.htm). Acesso em 03 de fevereiro de 2007.>. Acesso: 10 Ago. 2007.

OTLET, P. Documentos e documentação: introdução aos trabalhos do Congresso Mundial da Documentação Universal. Paris, 1937. Disponível em: <http://www.conexaorio.com/bit/>. Acesso em: 25 abr. 2007.

PAES, Maria Helena Leite. *Arquivo: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

PAES, Maria Helena Leite. *Arquivo: teoria e prática*. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

PINHEIRO, Lena Ribeiro. Informação: esse obscuro objeto da ciência da informação. Disponível em: <http://www.unirio.br/cead/morpheus/Numero04-2004/lpinheiro.htm>>. Acesso em: 09 ago 2006.

PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro. Gênese da ciência da informação ou sinais anunciadores da nova área. In: AQUINO, M. de A. (Org.). *O campo da ciência da informação: gênese, conexões e especificidade*. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2002. p. 61-86.

PINHO, F. A. *Aspectos éticos em representação do conhecimento: em busca do diálogo entre Antonio García Gutiérrez, Michèle Hudon e Clare Beghtol*. 2006. 123 f. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília. 2006.

POPPER, Karl Raimund. *Conhecimento objetivo*. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1975.

RABELLO, Rodrigo, GUIMARÃES, José Augusto Chaves. *A relação conceitual entre conhecimento e documento no contexto da Organização do Conhecimento: elementos para uma reflexão*. ENANCIB, 2006. GT1 – Estudos Históricos e Epistemológicos da Informação.

RAYWARD, W. B. The origins of information science and the International Institute of Bibliography/International Federation for Information and Documentation (FID). *Journal of the American Society for Information Science*, New York, n. 48, p. 289-300, Apr. 1997. Disponível em: <http://alexia.lis.uiuc.edu/~wrayward/otlet/OriginsofInfoSci.htm>> Acesso em: 08 set. 2006.



RIBEIRO, Fernanda. Informação: um campo uno, profissões diversas. 2004. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo4181.pdf>>. Acesso em: 08 set. 2006.

\_\_\_\_\_. O perfil profissional do Arquivista na sociedade da informação. 2004a. Este texto corresponde a uma intervenção oral, proferida na Universidade Portucalense, em Abril de 2004, no âmbito das “VI Jornadas Luso-Caboverdianas em Ciências Sociais - Portugal e Cabo Verde: dois povos, duas nações - uma história comum”. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo8871.PDF>. Acesso em 08 de jun. 2007.

\_\_\_\_\_. Fernanda. *Organizar e representar informação: apenas um meio para viabilizar o acesso*. Comunicação apresentada ao “I Encontro de Ciências e Tecnologias da Documentação e Informação – a informação nas organizações: o desafio da era digital, promovido pela Escola Superior de Estudos Industriais e de Gestão, do Instituto Politécnico do Porto, 25 de maio de 2005. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1239.pdf>>. Acesso em: 5 jul. 2007.

RIBEIRO, Cândida Fernanda Antunes. *Indexação e controlo de autoridade em arquivos*. Porto: Câmara Municipal do Porto: Departamento de Arquivos, 1996.

\_\_\_\_\_. Cândida Fernanda Antunes. Os instrumentos de acesso à informação. In: \_\_\_\_\_. O acesso à informação nos arquivos. 1998. Tese (Doutorado em Arquivística) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 1998, v.2, pt.2, p.1-847.

ROBREDO, Jaime. *Da ciência da informação revisitada aos sistemas de humanos de informação*. Brasília: Thesaurus; SSRR Informações, 2003, 262 p.

\_\_\_\_\_. *Da ciência da informação revisitada aos sistemas de humanos de informação*. 4. ed. Brasília: Thesaurus; SSRR Informações, 2005, 262 p.

ROCHA, Sílvia Gagliardi. A representação documentária de informações estatísticas: quanto a ordem dos fatores altera o produto. São Paulo, 2006. Dissertação (Mestrado), Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo. 2006.

RODRIGUES, Ana Márcia Lutterbach. A teoria dos arquivos e gestão de documentos. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 11. n. 1., p. 102-117, jan./abr. 2006.

RODRIGUES, Georgete Medleg. A representação da informação arquivística: uma abordagem a partir da perspectiva da norma internacional de descrição arquivística. In: RODRIGUES, Georgete Medleg; LOPES, Ilza Leite. *Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação*. Brasília: Thesaurus, 2003. p. 211-229. (Estudos avançados em Ciência da Informação, 2).

ROMERO TALLAFIGO, Manuel. *Archivística y archivos: suportes, edificios y organización*. Carmona: Asociación de Archiveros de Andalucía. 1994.

RONCAGLIO, Cynthia, et al. Arquivos, Gestão de Documentos e Informação. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Florianópolis, número especial, 2004. Disponível em: <[http://www.encontros-bibli.ufsc.br/bibesp/esp\\_02/1\\_roncaglio.pdf](http://www.encontros-bibli.ufsc.br/bibesp/esp_02/1_roncaglio.pdf)>. Acesso em: 23 jul 2005.

RONDINELLI, R. C. *Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos: uma abordagem teórica da diplomática arquivística contemporânea*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

ROSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: Dom Quixote, 1998. (Nova Enciclopédia, 56).

RUIZ, Francisco Fuster. Archivística, archivo, documento de archivo... necesidad de clarificar los conceptos. *Anales de Documentación*, 1999, n. 2, p. 103-120. Disponible em: <<http://www.um.es/fccd/anales/ad02/AD07-1999.PDF>>. Acesso em: 03 Abr. 2007.

SANTAELLA RUIZ, Rita Dolores. La documentación como ciencia integradora: acercamiento sistémico a las unidades documentales. [s.l.]. *Anales de Documentación*, n.9, 2006, p. 165-185. Disponível em: <http://www.um.es/fccd/anales/ad09/ad0911.pdf>. Acesso em: 15 Out. 2007.

SÁ, Ivone Pereira de, SANTOS, Paula Xavier dos. Serviços de informação arquivística na web centrados no usuário. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1-2, p. 82-96, jan./dez. 2004.

SANTOS, P. de M. L. dos. *O ponto de inflexão Otlet: uma visão sobre as origens da documentação e o processo de construção do Princípio Monográfico*. 2006, 146f. (Mestrado), Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <[http://www.poseca.incubadora.fapesp.br/portal/bdtd/2006-me-santos\\_paola.pdf](http://www.poseca.incubadora.fapesp.br/portal/bdtd/2006-me-santos_paola.pdf)>. Acesso em> 20 Março 2007.

SARACEVIC, Tefko. A ciência da informação: origem, evolução e relações. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1. p. 41-62, jan./jun. 1996.

SCHELLENBERG, Theodore R. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005, 388 p.

\_\_\_\_\_. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002, 388 p.

SELLTIZ, C. et al. *Métodos de pesquisa das relações sociais*. São Paulo: EDUSP, 1975.



SHERA, J. H., CLEVELANO, O. B. History and foundations of information science. *ARIST*, v. 12, p. 247-275, 1977.

SILVA, Armando Malheiro da. Arquivística, biblioteconomia e museologia: do empirismo patrimonialista ao paradigma emergente da ciência da informação. In: INTEGRAR, 1: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, BIBLIOTECAS, CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO E MUSEUS, São Paulo, 2002. [Textos...]. São Paulo: FEBAB, p. 573-607, 2002.

\_\_\_\_\_. *A gestão da informação arquivística e suas repercussões na produção do conhecimento científico*. Disponível em: <http://ciencia-da-informacao.blogspot.com/2004/02/gesto-da-informao-arquivstica-e-suas.html>. Acesso em: 11 maio 2007.

\_\_\_\_\_. A arquivística e os arquivistas no pleno acesso à educação. [2000?]. Disponível em: [http://www.pr.gov.br/arquivopublico/pdf/palestra\\_apresentacao.pdf](http://www.pr.gov.br/arquivopublico/pdf/palestra_apresentacao.pdf). Acesso em 11 de fev. 2006.

SILVA, Armando Malheiro da et al. *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. 2. ed. Porto: Edições Afrontamento, 2002. (Coleção Biblioteca das Ciências do Homem. Plural, 2).

SILVA, Armando Malheiro da, RIBEIRO, Fernanda. *Das “ciências” documentais à ciência da informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. Porto: Edições Afrontamento, 2002. (Coleção Biblioteca das Ciências do Homem. Plural, 4).

SLYPE, Georges Van (1991). *Lenguajes de indización: concepción, estructuración y utilización en los sistemas documentales*. Madrid; Salamanca : Fundación Germán Sánchez Ruipérez ; Madrid : Pirámide. 1991. (Biblioteca del libro, 39)

SMIT, Johanna Wilhelmina. Arquivística, biblioteconomia e museologia: o que agrega estas atividades profissionais e o que as separa?. *Revista Brasileira de Documentação*, São Paulo, v. 1., n. 2, p. 27-36, 2000.

\_\_\_\_\_. Interface da arquivologia com a ciência da informação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 10. São Paulo, nov./dez. 1994.

\_\_\_\_\_. *Como organizar o arquivo enquanto sistema de informação*. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo; Arquivo do Estado. 2005. 52 p. (Projeto Como Fazer. Oficinas 2005).

\_\_\_\_\_. Arquivologia/Biblioteconomia: interfaces das Ciências da Informação. *Informação & Informação*. Londrina, v.8, n.1, jun./dez. 2003. Palestra proferida no “Seminário em Ciências da Informação”, promovido pelo Departamento de

Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina, 23 a 25 de agosto de 2001.

Disponível em: <http://www2.uel.br/revistas/informacao/viewissue.php?id=29>. Acesso em 09 de dez. 2007

SMIT, Johanna Wilhelmina, KOBASHI, Nair Yumiko. *Como elaborar vocabulário controlado para aplicação em arquivos*. São Paulo: Arquivo do Estado Oficial do Estado de São Paulo, 2003. (Projeto Como Fazer, 10)

SMIT, Johanna Wilhelmina, TALÁMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira. *Sistemas de informação*. Marília: ENANCIB, 2006. ENANCIB GT 2 – Organização e Representação do Conhecimento.

SMIT, Johanna Wilhelmina; BARRETO, Aldo de Albuquerque. Ciência da Informação base conceitual para a formação profissional. IN: VALENTIM, Marta Lígia. *Formação do profissional da informação*. São Paulo: Polis, 2002, p. 9-24.

SMIT, Johanna Wilhelmina; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. *Análise documentária*. São Paulo, [1999?]. Apostila distribuída no Curso de Especialização em Organização de Arquivos do Instituto de Estudos Brasileiros – IEB/USP. Mimeografado.

SMIT, Johanna Wilhelmina; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Os documentos arquivísticos e seu conteúdo: função x tematicidade. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 12, 1998, João Pessoa. [Anais...]. João Pessoa, 1998, 1 CD ROM.

SOUSA, Renato Tarcisio Barbosa de. Classificação de documentos arquivísticos: trajetória de um conceito. *Arquivística.net*. Rio de Janeiro, v.2. n.2, p.120-142, ago/dez. 2006. Disponível em: <<http://www.arquivistica.net/ojs/viewarticle.php?id=64>. Acesso em 09 de dezembro de 2007.>. Acesso em: 15 Maio de 2007.

TALÁMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira. *Linguagem documentária*. São Paulo: APB, 1997. (Ensaio APB, n.45).

TANODI, A. *Introducción a la ordenación y clasificación en Archivística*. Santiago: PNUD, 1981.

TARAPANOFF, Kira. Sociedade da informação e inteligência competitiva em unidades de informação. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 29, n. 3, set./dez. 2000.

\_\_\_\_\_. *Técnicas para tomada de decisão nos sistemas de informação*. 2.ed. Brasília: Thesaurus, 1995.

\_\_\_\_\_. Referencial teórico: introdução. In.: \_\_\_\_\_. (Org.). *Inteligência organizacional e competitiva*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001, p. 33-49.

TARGINO, Maria das Graças. Práxis bibliotecária. *Informação & Sociedade*, João Pessoa, v. 7, n. 1, p. 39-53. 1997.

TESSITORE, Viviane. *Introdução à arquivística e à implantação de sistemas institucionais de arquivo*. São Paulo: USP/CODAGE/SAUSP, 1996.

TRAMULLAS SAZ, Jesús. Los sistemas de información: una reflexión sobre información, sistema y documentación. *Revista General de Información y Documentación*, v. 7, n. 1, Madrid, 1997.

TRISTÃO, Ana Maria Delazari; FACHIN, Gleisy Regina Bóries; ALARCON, Orestes Estevam. Sistema de classificação facetada e tesouros: instrumentos para organização do conhecimento. *Ciência da Informação*, Brasília, v.33, n.2, mai./ago. 2004. Disponível em: [http://dici.ibict.br/archive/00000388/01/Sistema\\_de\\_classifica%C3%A7%C3%A3o\\_-\\_Informa%C3%A7%C3%A3o\\_e\\_sociedade.pdf](http://dici.ibict.br/archive/00000388/01/Sistema_de_classifica%C3%A7%C3%A3o_-_Informa%C3%A7%C3%A3o_e_sociedade.pdf) Acesso em 06 de nov. 2006.

VAN DER LANN, Regina Helena; FERREIRA, Glória Isabel Sattamini. *Tesouros e terminologia*. Disponível em <http://www.dci.ibict/archive/00000802/01/T149.pdf>. Acesso em 23 de junho de 2007.

VALENTIM, Marta Lígia. *Formação do profissional da informação*. São Paulo: Polis, 2000.

VEGA DEZA, Aurora de la. Archivos e información. In.: *Nuestras palabras: textos archivísticos panamericanos*. Lima: IPGH, 1996.

WÜSTER, Eugen. *Introducción a la teoría general e la terminología y a lexicografía terminológica*. Barcelona, Institut Univertaria de Lingüística Aplicada/Universtat Pompeu Fabra, 1998.

ZAMBEL, Miriam Nani. *Glossário de termos usuais em Biblioteconomia e Documentação*. São Carlos: Fundação Theodoret Souto, 1978, 102 p.